

STELA MARIA MENEGHEL

ZEFERINO VAZ E A UNICAMP -  
UMA TRAJETÓRIA E UM MODELO DE UNIVERSIDADE

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Stela Maria Meneghel e aprovada pela Comissão Julgadora em 22 de setembro de 1994.

Data: 22 / 09 / 94

Assinatura: 

Universidade Estadual de Campinas  
setembro, 1994


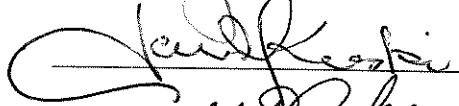

STELA MARIA MENEGHEL

ZEFERINO VAZ E A UNICAMP -  
UMA TRAJETÓRIA E UM MODELO DE UNIVERSIDADE

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO na Área de Concentração Metodologia de Ensino à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Newton César Balzan.

Universidade Estadual de Campinas  
setembro, 1994

Comissão Julgadora:

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

*A toda minha família*

## Agradecimentos

Quero exprimir os meus agradecimentos às instituições e pessoas que foram portas que se abriram para a realização deste trabalho:

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à Fundação de Apoio ao Ensino e a Pesquisa (FAEP da Unicamp), entidades que subvencionaram esta pesquisa;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Newton César Balzan, pelo permanente estímulo e confiança na minha capacidade de realizar este trabalho e por ter sido sempre aberto às minhas iniciativas, tenham sido elas avanços ou tropeços;

Às Profas. Dras. Raquel Chainho Gandini e Vani Moreira Kenski por suas sugestões na Qualificação, pelo que incentivaram, pelo que auxiliaram, pelo que compreenderam, ouviram, pelo que ensinaram;

Ao Prof. Dr. Laércio Luís Vendite e ao Prof. Niuvenius Paoli pelas conversas informais sobre a Unicamp e Zeferino Vaz que influenciaram de forma definitiva o andamento desta pesquisa quando ela era ainda um projeto;

Aos meus entrevistados que, a despeito de suas ocupações, abriram a porta de suas casas, de seu trabalho, de arquivos pessoais, de sua memória e, alguns, até mesmo de seu coração;

Aqueles que viabilizaram a realização de entrevistas fora de Campinas: Leila, Ludmila e Rogério em Brasília; Simone e Marcela em Ribeirão Preto; Ana Lúcia, Renata e meus irmãos César (Teresa) e Marisa em São Paulo - agradeço a todos pelo abrigo, pelas horas de conversa, pela amizade;

Aqueles que, atuando em diferentes órgãos e Universidades, contribuíram para que eu encontrasse “pistas” do prof. Zeferino Vaz: na Universidade de Brasília à Profa. Dra. Geralda Dias Aparecida e todo Centro de Documentação (CEDOC) e, também à Thereza R. Borges de Holanda; na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto à Maria Alice C. Nunes e Therezinha; na Unicamp a Miriades C. Janotti, Antonio Faggiani e, em especial, a Eustáquio Gomes.

Às “garotas” da Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp pela forma atenciosa e delicada com que sempre me atenderam, em especial Nadir, Cláudia e Ana;

À Linda e Cris pela colaboração e boa vontade na digitação do texto;

Aos colegas do curso de Pós-Graduação da FE: Márcia, Jorge, Iolanda, Cidinha, Aristeu, Elizabete e Humberto pela convivência durante estes anos;

Aos meus pais pelo incentivo para o estudo e também aos meus irmãos e cunhados pelo carinho e pelo apoio para a realização do curso de pós-graduação;

A alguns amigos que, em diversas fases do trabalho, foram fonte de estímulo: Rita, Cláudia, Eneida, meu primo Renato, Nadja, Mariane e à Carol, porta aberta há tantos anos; e ao Gustavo pela compreensão e auxílio, principalmente nos momentos finais de redação desta dissertação.

*“Durante nossas vidas todos enfrentamos decisões penosas, escolhas morais. Algumas têm grande peso; a maioria não tem tanto valor assim. Mas definimos a nós mesmos através das escolhas que fazemos. Na verdade, somos feitos da soma total das nossas escolhas.”*

**(Woody Allen - Crimes e Pecados)**

## ABSTRACT

The University of Campinas was created by law on December 28th, 1962, and started operating the Medicine School the following year. However, its effective implementation as a university occurred in 1965, when the Education State Bureau named a University Organization Commission.

The technocratic model was proposed in 1966 - which bases were rationalism, efficiency, productivity and economy - and it was very similar to the one which had been developed to the University of Brasília, by several Brazilian scientists and intellectuals, in the early 60s. It met MEC-USAID guidelines on college education as well, which would culminate in the University Reform Law enacted in November 1968.

Doctor Zeferino Vaz coordinated a team of scientists from several fields who cooperated to carry out this proposal. He was widely celebrated in the academic field for his performance in other universities. Doctor Zeferino Vaz had been Principal of the Veterinary College at USP. He had created and had been Principal of the Medicine School at USP, in Ribeirão Preto. He had been President of the Education State Council as well, and Rector at UnB.

This professional life provided him not only with administrative experience but also with political influence in the Federal and State Government. UNICAMP profited from his political influence, acquiring financial sources for its implementation and development, despite undergoing political and ideologic pursuits which were very common in the public institutions in that time. In spite of the authoritarian and centralized administration, UNICAMP could improve and grow - preserving from military interventions - due to the marketing, business management and academic productivity strategies adopted by Doctor Zeferino Vaz.



## RESUMO

A Universidade de Campinas foi criada por lei em 28 de dezembro de 1962 e começou a funcionar já no ano seguinte com o curso de Ciências Médicas. No entanto, a sua efetiva implantação como Universidade deu-se somente a partir da nomeação de uma Comissão Organizadora da Universidade designada pelo Conselho Estadual de Educação em 1965.

O modelo tecnocrático que esta Comissão propôs para a Unicamp em 1966 - baseado nos princípios da racionalidade, eficiência, produtividade e economia - assemelhava-se em muito ao que fora elaborado para a Universidade de Brasília, no início da década de 60, por vários intelectuais e cientistas brasileiros. E estava, também, em plena sintonia com as diretrizes do MEC-USAID para o Ensino Superior que iriam culminar com a Lei da Reforma Universitária decretada em novembro de 1968.

A execução desta proposta contou com a colaboração de uma equipe de cientistas famosos de diversas áreas do conhecimento, sob a coordenação do Prof. Dr. Zeferino Vaz. Este era bastante conhecido nos meios acadêmicos do país devido à sua atuação em outras instituições universitárias: fora diretor da Faculdade de Medicina Veterinária da USP; criador e diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto-USP; presidente do Conselho Estadual de Educação e reitor-interventor da UnB.

Esta trajetória do Prof. Zeferino Vaz deu-lhe não só experiência administrativa mas também trânsito político nos governos estadual e federal, beneficiando a Unicamp na aquisição de recursos para sua implantação e em seu desenvolvimento, que deu-se à margem de perseguições políticas e ideológicas comuns nas instituições públicas da época. Apesar de uma administração centralizadora e autoritária, as estratégias de marketing, gerenciamento empresarial e produtividade acadêmica utilizadas pelo Prof. Zeferino à frente da Unicamp possibilitaram que esta crescesse sem burocracia e que se mantivesse autônoma e livre de intervenções militares.

## ÍNDICE

Introdução	02
Capítulo I - A Universidade no Brasil	05
1.0. Os modelos de Universidade existentes	05
2.0. As primeiras Instituições de Ensino Superior na América Latina e no Brasil	12
3.0. As propostas de Universidade a partir de 1930	18
3.1. Contexto político e educacional	18
3.2. As propostas de Universidades	25
4.0. Da Modernização do País à Universidade Necessária	37
4.1. O contexto político e econômico de 1945-1964	37
4.2. A modernização e expansão do ensino	41
4.3. A proposta modernizante da Universidade de Brasília	49
5.0. A Reforma Universitária	67
5.1. Os antecedentes no movimento estudantil	67
5.2. Da consolidação de um modelo econômico à lei da Reforma	72
Capítulo II - A Unicamp	91
1.0. Histórico - o decreto de criação - os primeiros tempos	91
2.0. Zeferino Vaz entra em cena: a proposta da Comissão Organizadora	98
3.0. Consonância com a Lei da Reforma Universitária	106
4.0. A proposta da equipe que instalou a Universidade - 1969	112
Capítulo III - A trajetória de Zeferino Vaz	118
1.0. Formação e os tempos da USP	118
2.0. A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	119
3.0. O Conselho Estadual de Educação e a Universidade de Brasília	130
Capítulo IV - Zeferino Vaz e a Unicamp	145
1.0. Uma Universidade moderna	145
2.0. A execução de uma proposta	151
3.0. Estratégias para o desenvolvimento da Universidade	159
3.1. Produtividade acadêmica	159
3.2. Gerenciamento empresarial	161
3.3. Marketing	162
Capítulo V - Algumas considerações sobre a Unicamp hoje	165
Bibliografia	169
Anexo I - Metodologia	175
Anexo II - Lei da criação da Unicamp nº 7655 de 28.12.1962	183
Anexo III - Entrevista com o Prof. Dr. João Frederico C. Meyer, realizada em junho/94	186

## INTRODUÇÃO

A Unicamp é uma Universidade jovem, que ainda não completou 30 anos. No entanto, sendo conhecida pelo seu pólo de desenvolvimento tecnológico, pela qualidade dos seus cursos de graduação e pós-graduação, pela sua produção científica, por suas instalações, equipamentos, bibliotecas e professores, por sua atuação junto à comunidade de Campinas e região, ela já ocupa há muito tempo lugar de respeito e destaque como instituição universitária no país e na América Latina.

O seu vigor está refletido na atuação de suas 10 Faculdades, 10 Institutos, 21 núcleos e 25 centros interdisciplinares, na proposta original do seu Vestibular para 42 cursos de graduação (entre diurno e noturno), no andamento de seus cursos de pós-graduação (47 de mestrado e 38 de doutorado), nos seus 2.261 docentes que desenvolvem pesquisas de ponta em todas as áreas do conhecimento e, também, nos 18.612 profissionais que já colocou no mercado de trabalho. Atualmente são 13.442 alunos, 8.998 funcionários, 2.925 pesquisas em andamento, centenas de convênios com indústrias e um orçamento maior do que o da cidade de Campinas. Estes dados indicam a dimensão da responsabilidade da Universidade diante da sociedade que a mantém e, também, dos problemas e desafios que ela enfrenta constantemente: expandir sem cair nas malhas da burocracia; adequar a formação de profissionais às necessidades do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, incentivar a formação de cientistas; promover ensino e pesquisa numa perspectiva atual e interdisciplinar como a Ecologia, por exemplo, exige; eliminar algumas dicotomias existentes nas Universidades como ensino X pesquisa, graduação X pós-graduação, pesquisa pura X aplicada, ensino básico X profissionalizante etc.

Este estudo originou-se, inicialmente, da intenção de se esclarecer as condições que possibilitaram à Unicamp ser o que ela é hoje, tendo em vista o contexto político-econômico em que surgiu e se desenvolveu a sua proposta de Universidade. Para tanto fazia-se necessário recuperar a história da sua criação, bem como localizá-la no panorama das outras Instituições de Ensino Superior do país. Esta foi nossa primeira dificuldade para realização deste trabalho, pois praticamente não existe material para

consulta a esse respeito. No decorrer da pesquisa deparamo-nos também com a estreita ligação entre a história da Universidade e o prof. Zeferino Vaz que, tendo sido membro da Comissão Organizadora e em seguida seu reitor por doze anos, foi responsável pela instalação e pelos rumos da instituição no seu período inicial. Neste ponto deparamo-nos, então, com nossa segunda dificuldade, uma vez que pareceu-nos fundamental para esta pesquisa resgatar um pouco da trajetória universitária do prof. Zeferino para compreender a forma como foi idealizado, viabilizado e administrado o projeto da Unicamp.

Diante disso nosso estudo mudou de perspectiva. Ao invés de olharmos a Unicamp do seu início até os dias de hoje, propusemo-nos a olhar os antecedentes da sua criação e efetiva implantação, tentando preencher um pouco as lacunas referentes à história do seu surgimento recuperando, portanto, sua proposta original em arquivos e na memória de indivíduos que participaram da formulação e execução do seu projeto. Preocupamo-nos também com inseri-la no quadro da formação das Universidades no país, uma vez que ainda não existem estudos neste sentido e que a Unicamp vem a ser a consolidação de uma proposta tecnocrática - que já dera origem à Universidade de Brasília - que atendia a interesses que, desde a década de 50, vinham amadurecendo em intelectuais e empresários do país. Buscamos que o contraste da implantação e crescimento da Unicamp em um momento de invasões, perseguições e escassez de recursos na maioria das Instituições de Ensino Superior, que sua consonância com a Lei da Reforma Univesitária (de 28.11.68) já em 1966, e que sua relativa autonomia didática, financeira e administrativa quando vingava a repressão e submissão das instituições públicas sejam compreendidos dentro do histórico das Universidades brasileiras e do ideário do grupo que trabalhou para a elaboração e a realização da sua proposta, em especial seu ex-reitor, o prof. Zeferino Vaz.

É muito importante destacar, porém, as limitações desta dissertação. Devido à quase inexistência de trabalhos sobre esse tema e, por outro lado, devido à complexidade e riqueza dos dados referentes ao processo que possibilitou o surgimento da Unicamp, esta é apenas uma primeira tentativa de organizar informações (muitas vezes esparsas) e, com isso, interpretar as condições em que foi firmado e implantado o projeto

desta Universidade. Nossos estudos não ultrapassam o fim da década de 60, momento em que o projeto da Universidade encontrava-se em fase de execução. Não foi nossa intenção, neste trabalho, especificar em que aspectos ele foi plenamente realizado, quais idéias não saíram “do papel”, e quais alterações se processaram na proposta original ainda no período de implantação desta instituição. Desejamos somente esclarecer as diretrizes que embasaram a sua concepção e viabilizaram a sua instalação. Sendo assim, não tivemos a pretensão de elaborar a história da Unicamp, de escrever a biografia do prof. Zeferino Vaz, tampouco de descobrir “a verdade” sobre a sua criação, considerando fato acabado algumas das conclusões que nos arriscamos a tirar. Antes, buscamos que esta pesquisa, como outras que estão em andamento na Universidade, venha contribuir para compreensão de alguns dos princípios que nortearam o surgimento da Unicamp que, a caminho da maturidade, como instituição de produção do saber, deve repensá-los visando o seu próprio aperfeiçoamento e os rumos de sua projeção para o futuro.

# CAPÍTULO I

## A UNIVERSIDADE NO BRASIL

### 1.0 - OS MODELOS DE UNIVERSIDADE EXISTENTES

O objetivo desse tópico não é elaborar um histórico detalhado sobre os modelos de Universidades existentes, mas apenas o de apresentar rapidamente algumas das formas com que esta Instituição foi vivenciada em diferentes países que, de alguma maneira, vieram a influenciar o que foi feito em matéria de Ensino Superior no Brasil.

Sendo instituições sócio-culturais, criadas e caracterizadas por um conjunto de papéis ou funções, as Universidades refletem o contexto econômico e político no qual estão inseridas. Devido a isso assumiram, nos diversos países em que surgiram, diferentes preocupações e finalidades. Dréze & Debelle (1983) distribuem as concepções de Universidade moderna em dois grupos: o da **Universidade do Espírito ou Liberal**, que desenvolve uma idéia de Universidade a partir de normas próprias à instituição, e o da **Universidade Funcional ou do Poder**, cuja concepção de Universidade surge em relação aos serviços que esta presta a uma nação<sup>1</sup>.

O grupo da Universidade do Espírito ou Liberal é composto por três modelos:

- Universidade Inglesa: por essa concepção de Universidade a finalidade da instituição seria a de tornar-se um local de ensino do saber universal, partindo do pressuposto que a

---

<sup>1</sup> Paul Ricoeur destaca, porém, no prefácio deste livro, que embora um grupo esteja de fato mais próximo de um modelo liberal e que o outro se assemelhe mais ao funcional, "... se considerarmos o funcionamento da Universidade em todos os países notaremos que a idéia da Universidade liberal, de uma parte, e a função da Universidade como quase serviço público, de outra parte, constituem os dois pólos entre os quais todas as Universidades do mundo inteiro se encontram, hoje, interiormente dilaceradas, mesmo se a forma jurídica as torna mais próximas de um ou de outro pólo". **Concepções de Universidade**, Dréze & Debelle. (1983), pp. 9-10.

aspiração ao saber é natural ao homem. Para John Newman<sup>2</sup>:

*“... o saber não é liberal senão quando traz em si sua justificação, não admite complementação, recusa ser esclarecido por um fim ou integrado numa arte para se apresentar corretamente a nossos olhos (...) a educação liberal, considerada em si mesma, é simplesmente cultura da inteligência; em si, seu objetivo é a perfeição intelectual nem mais nem menos.”*<sup>3</sup>

Não caberia à Universidade, portanto, buscar o saber prático, funcional, útil, que caracterizaria a formação profissional.

*“Ao sair da Universidade os recém-formados não devem levar consigo conhecimentos profissionais, mas, aquilo que é necessário para guiar o uso desses conhecimentos, para esclarecer os aspectos técnicos do seu trabalho à luz de uma cultura geral. Sem formação geral alguém pode se tornar um advogado competente, mas não pode ser um advogado sábio, que procura e pode apreender os princípios em vez de obstruir sua memória com pormenores.”*<sup>4</sup>

O papel da Universidade seria, então, o de transmitir um saber intelectual, sendo esta uma tarefa autônoma, sem vínculo com a pesquisa científica, que seria atividade secundária.

- Universidade Alemã: o modelo alemão é baseado no princípio de que a humanidade aspira à verdade. Esta, não podendo ser adquirida na sua totalidade, deveria ser incessantemente procurada em todas as direções possíveis.

---

<sup>2</sup> John Henry Cardinal Newman foi um dos mentores da concepção inglesa de Universidade. É autor de *The Idea of University*, obra célebre constituída de nove conferências realizadas por ele em Dublin, em 1952 - Dréze & Debelle (1983).

<sup>3</sup> Apud Dréze & Debelle (1983), p. 37.

<sup>4</sup> Mill, John Stuart - Inaugural Address Delivered to the University of St. Andrews (1967), p. 6 apud Dréze & Debelle (1983).

A concepção de Universidade ganhou, a partir disso, uma dimensão inovadora na história desta instituição.

*“... a Universidade moderna nasceu em Berlim, em 1910, com von Humboldt, voltada para reelaborar e criar novos conhecimentos, para elaborar cultura. A ela coube integrar em sua origem as funções de ensino e pesquisa e não apenas fazer o comentário, a eventual reelaboração e transmissão de conhecimentos existentes e da verdade constituída.”<sup>5</sup>*

A pesquisa, orientada por uma reflexão filosófica - pois a ciência em si é limitada, incapaz de uma visão globalizante da vida<sup>6</sup> - coexistiria com o ensino, que não deveria ser entendido como instrução. O ensino universitário passou a ser concebido como uma “aprendizagem da atitude científica”.

*“Mesmo quando os estudos universitários preparam para o exercício de uma profissão intelectual, o desenvolvimento da atitude científica parece primordial: ela é indispensável às aplicações inovadoras na prática; é o ponto de partida de um processo de educação permanente que deve ser seguido durante toda a vida ativa”.<sup>7</sup>*

A Faculdade de Filosofia deveria ser composta pelos grupos de ciências fundamentais e o ensino das matérias que constituísse objeto de pesquisa estaria confiado aos institutos anexos. Elitista, preocupada em desenvolver os vocacionados para a atividade intelectual, ela buscava autonomia institucional, ou seja, liberdade acadêmica e administrativa.

- Universidade Norte-Americana: seu ponto de partida é a aspiração da sociedade ao progresso. A finalidade da Universidade seria a de “mola propulsora” para o progresso

---

<sup>5</sup> Fávero, M. Lourdes. **A Universidade brasileira em busca de sua identidade**. Rio de Janeiro, PUC-RJ, 1976, p. 91.

<sup>6</sup> Dréze & Debelle (1983), p. 50.

<sup>7</sup> Idem, p. 50.



da nação e da sociedade, o que implica conferir um caráter utilitário a ela. Seria um local onde “a cultura e a ciência desemboquem na ação e encontrem a vontade de progresso, em vez de serem consideradas como fins em si mesmas”<sup>8</sup>, segundo a concepção de A. N. Whitehead, seu modelador.

*“Os pedantes desprezam uma educação útil. Mas se a educação não é útil, o que é ela? Será um talento que é preciso conservar, secretamente, bem guardado? Seguramente a educação deve ser útil, qualquer que seja nosso fim na vida”*<sup>9</sup>.

O papel desta instituição, no entanto, não estaria limitado a realizar pesquisa científica e ensino da juventude, mas o de unir duas gerações - a juventude imaginativa e a idade madura experiente - para uma reflexão inventiva sobre todas as formas do saber<sup>10</sup>. Dessa forma seria possível cumprir as tarefas da Universidade: realizar pesquisa fundamental e interdisciplinar que alarguem o limite da ciência; promover a aquisição de conhecimentos de forma imaginativa, de modo a possibilitar uma auto-educação permanente (necessidade em uma sociedade em perpétua evolução) e, finalmente, fazer com que ensino e pesquisa sejam meio de execução de descobertas que favoreçam e acelerem o progresso, fundindo atividades de todos os domínios que levem a esse fim.

Para tanto, a Universidade deveria ser organizada atribuindo especial atenção à formação do seu quadro docente, peça-chave deste sistema.

*“Toda arte, na organização de uma universidade, é reunir um corpo de professores cuja ciência é esclarecida pela imaginação. Eis o problema número um do ensino universitário”*<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> Idem, p. 65.

<sup>9</sup> Apud Dréze & Debelle (1983), p. 65.

<sup>10</sup> Idem, p. 66.

<sup>11</sup> Whitehead, A. N., apud Dréze & Debelle (1983), p. 74.

Tanto estudantes quanto professores precisariam ter seu programa de estudo e trabalho organizado de modo a não dispendar tempo com detalhes que pudessem atrapalhar a produtividade acadêmica: agenciamento de meios materiais, divisão do ano acadêmico, condições de residência etc.. Tal produtividade refletiria a vontade da comunidade universitária em contribuir para o progresso da sociedade.

A autonomia da instituição seria preservada em relação ao Estado e às pressões de outras atividades profissionais:

*“Para contribuir para o progresso da sociedade a universidade deve gozar de uma larga independência a respeito do Estado - no plano dos fins senão no dos meios”<sup>12</sup>.*

*“São ‘livres’ para refletir, com ou sem razão, e livres para apreciar a diversidade do universo sem serem perturbados por seus perigos”<sup>13</sup>.*

Cabe ressaltar a respeito desses três modelos que a Universidade Norte-Americana:

- é menos “aristocrática” que a Inglesa e Alemã, na medida que sua preocupação com o progresso da sociedade figura como finalidade;
- não privilegia o ensino (como a Inglesa) ou a pesquisa (como a Alemã), mas busca integrá-los como meio de promover descobertas científicas;
- organiza-se com a preocupação primordial de formar um corpo docente criador, cujo ensino seja aplicado a situações concretas; a administração deve propiciar a produtividade acadêmica de professores e alunos.

O grupo da Universidade Funcional ou do Poder é composto por dois modelos:

---

<sup>12</sup> Dréze & Debelle (1983), p. 65.

<sup>13</sup> Idem, p. 69.

- Universidade Francesa: criada por Napoleão para servir ao Estado, a Universidade estaria ideologicamente subjugada ao poder assumindo a função de conservar a ordem social pela difusão de uma doutrina comum. Segundo o próprio:

*“De todas as nossas instituições, a mais importante é a instrução pública. (...) É preciso que a moral e as idéias políticas da geração que se educa não dependam da novidade do dia ou da circunstância do momento. É preciso, antes de tudo, atingir a unidade e que uma geração inteira possa ser jogada na mesma fôrma”<sup>14</sup>.*

Para tanto, ela deveria ser organizada de modo que sua estrutura acadêmica e administrativa atenuasse ao máximo as divergências de pontos de vista.

*“Formemos um corpo de doutrinas que não varie nunca e uma corporação de professores que não morra nunca. Não haverá Estado político fixo se não houver uma corporação de professores com princípios fixos”<sup>15</sup>.*

O objetivo de uniformidade da instituição pode ser observado nos vários níveis da sua organização na dependência da autoridade de uma só pessoa para elaborar ou reformar programas e métodos de ensino (fixados em escala nacional), regulamentar política de investimentos e nomear, promover e remunerar professores; na seleção de estudantes para todas as Universidades por um mesmo concurso etc.. Formou-se uma instituição praticamente sem autonomia.

Diante deste quadro é evidente que a pesquisa, o questionamento permanente do conhecimento dado, tiveram pouco espaço para serem desenvolvidos<sup>16</sup>. A orientação profissional do ensino, centrado nas atividades diretamente úteis ao Estado - preparação de indivíduos para exercer profissões que atendessem à demanda industrial e

---

<sup>14</sup> Napoleão Bonaparte, apud Dréze & Debelle (1983), p. 85.

<sup>15</sup> Idem, p. 87.

<sup>16</sup> É óbvio que, nos dias atuais, a Universidade Francesa já se firmou como um lugar que também faz pesquisa. Estamos abordando, porém, o modelo inicial com que ela foi criada.

para ter acesso, através de exames ou concursos, a funções públicas ou de caráter público-, traz por consequência “que os estudantes não esperam tanto uma formação quanto um diploma, concebido como um título que dá acesso à profissão que escolheram. A Universidade torna-se, assim, uma etapa na ascensão da escala social, a via pela qual se ascende, munido de uma garantia legal, aos postos de comando na sociedade”<sup>17</sup>.

Percebe-se, desse modo, que a concepção francesa/funcional está na direção oposta às concepções idealistas encontradas no grupo anterior.

- Universidade Soviética: tal qual o modelo napoleônico, a Universidade Soviética tem em si uma função política dentro do Estado:

*“O trabalho dos diplomados não consiste somente em exercer suas competências de especialistas; eles devem também compreender, aceitar e difundir as idéias políticas do regime, de tal sorte que possam ser ‘leaders’ nas diferentes tarefas exigidas pela edificação da sociedade soviética, em conformidade com os pontos de vista do partido comunista”<sup>18</sup>.*

Com relação ao ensino a Universidade teria por tarefa essencial: contribuir para o crescimento econômico da nação através de sua inserção no processo global de produção, difundir conhecimentos científicos e políticos (cursos obrigatórios sobre a teoria marxista em todas as áreas) e dar subsídios para uma educação permanente. Totalmente dependente do poder político, a instituição universitária organizaria o ensino e a pesquisa em função das necessidades da economia nacional (haveria órgãos de planejamento para isso).

*“A idéia de uma pesquisa científica ‘gratuita’, de uma formação de tipo ‘cultura geral’ de pequeno burguês não se enquadra, de maneira nenhuma, com essa concepção. (...) A pesquisa só está presente na*

---

<sup>17</sup> Dréze & Debelle (1983), p. 96.

<sup>18</sup> Grant, N. apud Dréze & Debelle (1983), p. 103.

*universidade em função de objetivos precisos, em relação com as necessidades econômicas, militares ou de prestígio do Estado*”<sup>19</sup>.

É importante lembrar que todos esses modelos, desde que foram criados, já passaram por profundas reformas e, hoje, se encontram muito além da sua matriz na necessidade de adaptarem-se às imposições e desafios que o desenvolvimento tecnológico, a democratização do ensino, a prestação de contas à sociedade dos recursos empregados, entre outros fatores, colocam constantemente à Universidade. Mas as idéias gerais dentro de cada grupo, que nos interessam para compreensão dos moldes em que foi iniciado e desenvolvido o Ensino Superior do Brasil, estão aí presentes.

## 2.0 - AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Antes de discutirmos o surgimento das Instituições de Ensino Superior no Brasil, convém abordar a forma como estas foram iniciadas na América Latina.

Boaventura (1988) distingue três períodos para as Universidades na América Latina:

- colonização espanhola;
- neocolonização francesa;
- reformas renovadoras nacionais, que duram anos e com forte tendência a imitar a estrutura norte-americana.<sup>20</sup>

Apesar da peculiaridade do desenvolvimento das Universidades em cada país, há vários pontos comuns entre elas que tornam possível caracterizá-las<sup>21</sup>. O que nos

---

<sup>19</sup> Dréze & Debelle (1983), p. 114.

<sup>20</sup> Boaventura, Elias - *Universidade e Estado no Brasil*. Campinas, FE - Unicamp, 1988 (doutorado), p. 69.

<sup>21</sup> Idem, p. 59. O autor arrola 25 pontos com que considera possível generalizar a Universidade Latino-Americana.

interessa, no momento, é que **nenhuma delas foi criada com um modelo próprio adequado aos projetos de desenvolvimento do país**. Uma explicação para tal fato dada por este mesmo autor é que:

*“... embora tenha havido ditaduras muito prolongadas, atribuímos este fato à rapidez com que se dão as alterações econômicas e políticas, cujo ritmo não se ajusta à lentidão dos resultados educacionais”<sup>22</sup>.*

As Universidades criadas na América Espanhola já no séc. XVI, no início da colonização, devem ser compreendidas como um marco da posição da coroa em relação ao Mundo Novo.

*“... não foram criadas fundações baseadas na utilidade, que deveria facilitar o passo da Conquista para a colonização; também pontos de vista de missões e a necessidade geral de formação não tem, de princípio, papel decisivo: todas essas exigências poderiam ser realizadas facilmente também sem Universidades (...). A peculiaridade espanhola baseia-se no ponto de vista da concepção de Império do Habsburgos (...) em confederações. Eles aspiravam a junção de Impérios fechados em si, que não eram mantidos juntos por uma administração central, mas pela coroa. Tendo por base este pensamento primordial foram efetuadas também as conexões dos Impérios conquistados no Novo Mundo...”<sup>23</sup>*

O sentido da formação clássica das Universidades da Europa Central não ganhou espaço nas instituições latino-americanas, que partiam do princípio básico da conversão cultural e religiosa do índio. Nas Universidades não havia pesquisa, não se desenvolviam trabalhos científicos, não era estudada (muito menos preservada) a cultura nativa. Estavam centradas no ensino de Filosofia e Teologia e apenas no que pudesse dar mais recursos à Igreja em seu trabalho de evangelização. Em suma: foram criadas em um

---

<sup>22</sup> Idem, p. 58.

<sup>23</sup> Steger, Hanns Albert - *As Universidades no desenvolvimento social da América Latina*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1970, p. 100.

contexto de formação do Império Espanhol e de um “poderio espiritual” da Igreja Católica.

Com o movimento de independência nos países latino-americanos no início do século XIX, houve espaço nas ex-colônias para o domínio cultural francês que, até aquele momento, era feito por intermediários. Nesse sentido é que Duran (1961) comenta o avanço revolucionário:

*“La llamada revolución de la independencia no fué propriamente una revolución en el sentido estricto de la palabra, porque no determinó ninguna transformación fundamental en las condiciones económicas y sociales de los países hispanoamericanos, ni constituyó una superación o avance con relación a la época anterior. Tan sólo el poder político pasó de manos de los peninsulares a las de la aristocracia criolla. En lo demás, la época republicana no fué sino una prolongación de la anterior y, por tanto, del feudalismo colonial.”<sup>24</sup>*

No que diz respeito ao funcionamento das Universidades, praticamente não houve vantagens devido à influência francesa, pois como sua consequência observa-se que:

- tendo englobado o caráter autárquico da instituição francesa, a idéia de Universidade foi fragmentada, sendo substituída pela de um agregamento de faculdades, e os sentimentos de autonomia e liberdade existentes foram eliminados pela burocratização e submissão ao Estado;
- desapareceu o espírito de busca da verdade em detrimento do profissionalismo e do culto ao positivismo;
- não foi aplicada a unificação cultural existente na Universidade francesa.

Além disso, essas mudanças não trouxeram melhorias quanto à participação da Universidade na sociedade e no desenvolvimento científico dos países. Diante destes fatos, em pouco tempo a finalidade da Universidade passou a ser dar condições aos filhos

---

<sup>24</sup> Durán, Manoel P. apud Steger (1970), p. 83.

da burguesia da época para exercer profissões liberais e para assumir cargos político-burocráticos; ou seja, ela ficou a serviço da classe dominante.<sup>25</sup>

No Brasil as Universidades tardaram a aparecer. Embora tenham sido feitas algumas tentativas, ainda durante o período colonial era a Universidade de Coimbra a responsável pela formação das elites culturais e políticas do país<sup>26</sup>, pois convinha à Metrópole a manutenção dessa centralização e, por conseguinte, da dependência. Na Universidade de Coimbra, por sua vez, predominava o espírito escolástico no ensino: a cultura livresca, a repetição de princípios, a ausência de pesquisa e de experimentação. Como a Coroa Portuguesa barrava toda a iniciativa que denotasse a possibilidade de independência cultural do Brasil, apenas com a vinda da Família Real para o país em 1808 foram autorizadas a funcionar algumas Instituições de Ensino Superior. Estas estavam imbuídas de duas características marcantes: eram de caráter profissionalizante e voltadas ao serviço público, visando a preparação de pessoal para exercer funções na Corte - tinham, portanto, um caráter prático e imediatista<sup>27</sup>. Segundo Fávero (1976):

*"... não seria exagero afirmar que as escolas criadas pelo Príncipe Regente não nasceram da preocupação e necessidade de elaborar e desenvolver um modelo cultural brasileiro."*<sup>28</sup>

Mais tarde foram criadas outras escolas isoladas, em sua maioria localizadas no Rio de Janeiro e na Bahia. Vale citar que os cursos de Direito (em São Paulo e Recife),

---

<sup>25</sup> Sobre a influência francesa na Universidade latino-americana ver Ribeiro, Darcy - *La Universidad Latinoamericana* (1971).

<sup>26</sup> Fávero (1976), pp. 18-19.

<sup>27</sup> As escolas criadas foram: Academia Real da Marinha (1808); curso de Cirurgia na Bahia, instalado no Hospital Militar, e o de Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro (1808); Academia Real Militar para formação de engenheiros civis e militares (1810). Era nitido o objetivo de organizar a defesa da Colônia. Ver Fávero (1977), pp. 19-20.

<sup>28</sup> Op. cit., p. 21.



instituídos em 1827, eram focos de irradiação de idéias, debates e discussões culturais que interessavam à época.<sup>29</sup>

Ao final do Império o país possuía seis estabelecimentos cíveis de Ensino Superior e nenhuma Universidade<sup>30</sup>. Proclamada a República, várias outras tentativas foram feitas em favor da criação de Universidades no país, mas não tiveram grande repercussão social pois sequer o ensino primário e secundário estavam organizados àquela época. A população pertencia, predominantemente, à zona rural. Para a economia agrícola, que utilizava técnicas arcaicas de cultivo, a educação e nem mesmo a alfabetização eram consideradas necessárias (calcula-se que havia cerca de 80% de analfabetos). Os índices de urbanização e industrialização que denotariam o desenvolvimento de atividades para as quais seria preciso a escolarização eram muito baixos.<sup>31</sup> Esses dados explicam não só o analfabetismo como indicam que o Ensino Superior na Primeira República era um privilégio de riqueza e de classe social, vinculado a uma herança cultural e, principalmente, econômica.<sup>32</sup> O sistema educacional só foi alterado mais tarde, quando houve necessidade de se promoverem mudanças na forma com que essa economia estruturava e organizava a sociedade.<sup>33</sup>

Cabe destacar, no entanto, a criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, feita pela justaposição de três escolas profissionais já existentes (Medicina, Direito e Politécnica). Tendo sido fundada com o objetivo de conceder ao Rei da Bélgica a outorga

---

<sup>29</sup> Fávero M. Lourdes - **Universidade e Poder**. Rio de Janeiro: Achiamé (1980), p. 34.

<sup>30</sup> Eram elas: Faculdade de Direito de São Paulo; Faculdade de Direito de Recife; Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Faculdade de Medicina da Bahia; Escola Politécnica do Rio de Janeiro (as três últimas originárias das escolas criadas em 1808) e Escola de Minas de Ouro Preto. Fonte: Fávero (1976), p. 24.

<sup>31</sup> Ver Romanelli, Otaiza de O. - **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes (1984), p. 45.

<sup>32</sup> Fávero (1980), p. 31.

<sup>33</sup> Romanelli (1984), p. 45.

do título de cidadão *Honoris Causa* (o que só poderia ser feito por uma instituição universitária), tal fato:

*"... em nada modificou as escolas superiores existentes e a Universidade recém-criada passou a ter existência apenas nominal. Sua criação processou-se sem debates e discussões, tendo sido recebida sem nenhum interesse e entusiasmo."*<sup>34</sup>

Seu mérito parece ter sido o de haver suscitado o debate em torno do tema no Brasil.<sup>35</sup>

Em 1925, através da Reforma Rocha Vaz, o Governo Federal pareceu demonstrar interesse na instalação de outras Universidades, segundo o modelo do que fora feito no Rio de Janeiro, em cinco outros estados. As exigências para a criação destas instituições, no entanto, evidenciavam uma preocupação maior com as necessidades materiais do que educacionais do empreendimento.<sup>36</sup>

Ainda na década de 20 o jornal "O Estado de São Paulo", em 1926, e a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1928, provocaram alguns inquéritos e debates sobre instrução pública incluindo o ensino superior. Nestes, é curioso notar a percepção dos participantes para com algumas necessidades e problemas existentes na Universidade brasileira até os dias de hoje:

- criação de Universidades com a preocupação de elaborar ciência, ocupar-se da formação profissional e de atender às necessidades do meio;
- rejeição da idéia de Universidade como mero aglomerado administrativo de escolas isoladas;

---

<sup>34</sup> Fávero (1976), p. 27.

<sup>35</sup> Fávero (1980), p. 36.

<sup>36</sup> Idem, p. 37. Não havia indicações quanto às atividades - fim ou estruturação acadêmica das Universidades. Apenas a Universidade de Minas Gerais foi criada, imitando o que fora feito no Rio de Janeiro: foram agrupadas três faculdades profissionalizantes.

– indicação da autonomia universitária como exigência indispensável para o bom desenvolvimento das atividades acadêmicas.<sup>37</sup>

Apenas após a Revolução de 1930, momento em que se inicia uma profunda transformação na ordem política, econômica e administrativa do país, é que iriam ocorrer mudanças que afetariam a organização do nosso sistema de ensino do país.

### 3.0. AS PROPOSTAS DE UNIVERSIDADE A PARTIR DE 1930

#### 3.1. CONTEXTO POLÍTICO E EDUCACIONAL

Como já vimos, o Ensino Superior existente na Primeira República era de cunho profissionalizante. As atividades de pesquisa e a produção científica da época eram realizadas por Institutos e Museus, tendo os primeiros a responsabilidade de desenvolver ciência aplicada.<sup>38</sup> A influência européia na área científica e intelectual era grande, notadamente a francesa e a alemã.

*"É da França e da Alemanha que chegam, muitas vezes com atraso e distorcidos, os modelos intelectuais e institucionais que são adotados no Brasil. É nestes países, particularmente no primeiro, que vão estudar nossas elites culturais. É destes países, particularmente do segundo, que vem um grande contingente de cientistas e pesquisadores assumir a liderança de muitas de nossas instituições de pesquisa."*<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> Fávero (1976), p. 31.

<sup>38</sup> Eram eles: Instituto Agrônomo de Campinas (1887); Instituto Vacinogênico de São Paulo (1892); Instituto Bacteriológico de São Paulo (1893); o Butantã (1899) e Manguinhos (1900). A existência de vários institutos de pesquisa em São Paulo, fez deste estado um pólo dinâmico de produção científica, além de pólo econômico pela contínua expansão do café e início da industrialização. Ver Schwartzman, Simon - **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: FINEP e Nacional (1979) pp. 83 e 84.

<sup>39</sup> Idem, p. 86.

A idéia de vincular ciência e ensino só ganhou força por volta de 1920, quando vários intelectuais e educadores fizeram a Associação Brasileira de Educação (ABE) funcionar como catalisadora de críticas à falta de Universidades no país.<sup>40</sup> Desde essa época muitos deles já apontavam como solução para os problemas nacionais maior ênfase e apoio para a educação.

*"Ou nós educamos o povo para que dele surjam as elites, ou formamos elites para compreenderem a necessidade de educar o povo."*<sup>41</sup>

A crise das oligarquias agrárias nos anos 20, por sua vez, acabou por exigir da escola uma nova função social. Se até os primeiros anos de República ela era apenas um sinal de prestígio social, na medida em que houve crescimento de atividades do setor industrial, de transferência de recursos em capital e humanos dos setores arcaicos para o moderno, houve um aumento efetivo na demanda de educação. A partir de então iniciou-se a possibilidade das camadas médias procurarem a escolarização por virem nesta condições (ainda que deficientes) para desempenhar funções novas que surgiam na sociedade, além de vislumbrarem-na como um mecanismo eficiente de ascensão social.<sup>42</sup> A expansão do ensino em todos os níveis se impunha, portanto, como necessidade para mudanças econômicas.

---

<sup>40</sup> Sobre isso ver Cunha, Luis Antonio - *A Universidade Temporã* (1980), p.193 e seguintes. Ainda sobre este momento, "... do ponto de vista cultural e pedagógico, a República abortou e, contentando-se com a mudança do regime, não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino, para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessária a novas instituições democráticas. Nem o sistema de ensino superior, que mantém o caráter quase exclusivamente profissional, se enriquece de instituições de alta cultura, como seriam as faculdades de filosofia e letras e as de ciências, em que se reunisse a pesquisa teórica à função do ensino; nem se inicia pela base a penetração do espírito científico mediante a reorganização, sobre novos fundamentos e com orientação nova, do ensino secundário, em que se assenta normalmente a superestrutura do ensino superior, aplicado ou não, profissional ou desinteressado." Azevedo, Fernando de - *Cultura Brasileira* (1963), p. 626, apud Schwartzman, Simon - *Formação da comunidade científica no Brasil*. (1979), p. 85.

<sup>41</sup> Azevedo, Fernando de - *A Educação na Encruzilhada* (1960), p. 34, apud Cunha (1980), p. 200.

<sup>42</sup> Romanelli (1984), pp. 110-112.

A Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas à Presidência da República, marcou o início de um novo período na História do Brasil que vai até 1945, quando os quinze anos da era Vargas terminam após um golpe militar. Embora neste período as alterações no ensino tenham se processado em todos os níveis (primário, secundário e superior), interessa-nos no momento destacar a Reforma Francisco de Campos ou o Estatuto das Universidades Brasileiras, considerado por vários autores como o marco estrutural da concepção de Universidade no nosso país. Publicado no Diário Oficial de 15 de abril de 1931, ele vinha traduzir opiniões que eram consenso entre cientistas e educadores e, também, refletir a posição do Estado com relação aos rumos que deveriam ser tomados pela educação tendo em vista a nova ordem econômica e social da nação.

Segundo Fávero (1980) o Estatuto das Universidades Brasileiras refletiu a ambigüidade não só do Ministro da Educação Francisco de Campos, que reclamava uma formação integral e, simultaneamente, tomava atitudes colocando-a num sentido dogmático (percebia-se a educação como instrumento ideológico dos que estão no poder), mas também da própria Revolução de 1930, que não renovou a estrutura de poder mas, apenas, substituiu os elementos pertencentes à mesma classe dominante.<sup>43</sup> Apesar de todo o seu discurso pedagógico, o resultado da Reforma foi reforçar uma educação elitizante e centralizadora.<sup>44</sup> De qualquer modo, tentando conciliar os interesses do Estado com os da intelectualidade, foi só a partir dela que a idéia de Universidade começou a tomar forma no país.

Eis algumas das diretrizes para o Ensino Superior a partir da Reforma:

- i) equipar tecnicamente as elites profissionais e também promover ambiente para "vocações especulativas e desinteressadas", ou seja, para a ciência pura;
- ii) manter a cátedra, dificultando criação da carreira docente devido à arbitrariedade dos mesmos para escolha de assistentes, monitores etc.;

---

<sup>43</sup> Fávero (1980), pp. 45-46.

<sup>44</sup> Idem, p. 47.

- iii) estabelecer a necessidade de pelo menos três unidades para formação de uma Universidade (Medicina, Direito e Engenharia ou duas delas mais uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras);
- iv) criar Faculdades de Educação, Ciências e Letras com a função de promover a cultura geral e formar professores para o ensino normal e secundário;
- v) permitir a realização de cursos básicos em um só instituto de disciplinas para posterior profissionalização (subsídio para que mais tarde fosse criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP);
- vi) definir um modelo de administração universitária: Reitoria (órgão executivo) e Conselho Universitário (órgão consultivo e deliberativo). As Escolas, Faculdades ou Institutos teriam diretoria (órgão executivo de direção técnica e administrativa), sendo esta composta por um Conselho Técnico Administrativo (CTA) que seria deliberativo. Todos esses órgãos deveriam ser constituídos por catedráticos, nomeados e/ou aprovados pelo Ministério da Educação;
- vii) possibilitar a autonomia de organização administrativa e didática; o resultado desta, contudo, explicitado nos estatutos, ficava sujeito à aprovação do Ministro da Educação;
- viii) estabelecer o ensino pago, mesmo nas instituições oficiais.

Várias críticas dos mais diversos segmentos foram feitas à Reforma.<sup>45</sup> Apesar dos avanços (preocupação em unir ensino e pesquisa, a criação de um núcleo básico de disciplinas - espaço para a FFCL -, a relativa autonomia), ainda era presente a estrutura arcaica da Universidade formada em 1920 pela justaposição de Faculdades, com os reitores nomeados pelo Ministro da Educação e baseada no sistema de cátedras. Dentre os que se colocaram em oposição ao Estatuto das Universidades, cabe destacar os paulistas, cuja insatisfação geral com todo o governo provisório de Getúlio Vargas iniciado em outubro de 1930 culminou com a Revolução Constitucionalista de 1932.

---

<sup>45</sup> Sobre isso ver Boaventura (1988), pp. 115-127.

Como já vimos, em São Paulo havia, mais do que nos outros estados, uma massa crítica de cientistas - formada pelos Institutos de pesquisa - e também de professores, devido a um melhor índice de escolarização decorrente da crescente industrialização. O resultado do inquérito realizado por Fernando Azevedo em 1926 a pedido de Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal "O Estado de São Paulo", copilado e publicado em 1930,<sup>46</sup> denota que as medidas da Reforma de Francisco de Campos deixavam a desejar. Por outro lado, a derrota na Revolução de 32 fez com que as elites dirigentes (obviamente, econômicas) de São Paulo se conscientizassem da falta de quadros políticos no estado com formação científica. Nesse contexto é que amadureceu a idéia de se criar uma instituição de ensino que contribuísse para a formação de elites culturais e políticas. Nesse contexto é que nasceram a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em maio de 1933, e a Universidade de São Paulo, em janeiro de 1934.

Uma análise do ideário político desse período é feita por Cunha (1980), que sobre as propostas de organização do Ensino Superior sustenta que "a partir de 1931, duas correntes se destacaram nitidamente, a liberal e a autoritária, cada uma empreendendo medidas tendentes a implementar o seu projeto de Universidade."<sup>47</sup>

Na educação a **corrente liberal** defendia a autonomia da instituição escolar diante de interesses particulares e de classe, de credo religioso ou político. Sua função seria a de

*"... despertar e desenvolver os talentos e as vocações dos indivíduos na medida de suas características inatas, de modo que eles possam se posicionar na sociedade conforme suas aquisições e não conforme a herança de dinheiro ou títulos."*<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> Cunha (1980), p. 198.

<sup>47</sup> Cunha (1980), p. 203.

<sup>48</sup> Idem, p. 229.

Os liberais estavam divididos em dois grupos; um era o dos **elitistas**, liderado por Fernando de Azevedo. Segundo estes, o saber das escolas profissionais - que era especializado, comprometido com uma aplicação imediata - era inadequado ao ensino superior, que deveria ser o de

*"... uma cultura verdadeiramente superior, livre e desinteressada, desenvolvida em todas as direções e capaz de contribuir, pela sua força orientadora e pelo seu poder criador, não só para o progresso da nacionalidade em formação, como para o enriquecimento do saber humano."*<sup>49</sup>

Havia, portanto, uma função política nitidamente explicitada para as Universidades:

*"Se considerarmos, de um lado, a influência cada vez mais pronunciada das ciências na direção das sociedades modernas e, por outro lado, a complexidade crescente de que se revestem os problemas técnicos que os governos são obrigados a enfrentar, compreende-se a 'função política' que desempenham os institutos de cultura superior, onde se terão de formar as nossas classes dirigentes."*<sup>50</sup>

É curioso notar que para eles não havia contradição entre a formação de elites e a democracia.

*"À medida que a educação for estendendo a sua influência, despertadora de vocações, vai penetrando até as camadas mais obscuras, para aí, entre os próprios operários, descobrir **o grande homem, o cidadão útil**, que o Estado tem o dever de atrair, submetendo a uma prova constante as idéias e os homens, para os elevar e selecionar, segundo o seu valor ou a sua incapacidade."*<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> Azevedo, Fernando - *A Educação na Encruzilhada* (1960), apud Cunha (1980), p. 232.

<sup>50</sup> Idem, p. 232.

<sup>51</sup> Idem, p. 233.



Desse grupo dos liberais elitistas surgiu a proposta de criação da Escola Livre de Sociologia e Política e da Universidade de São Paulo, que abordaremos a seguir.

O grupo dos **liberais igualitaristas**, liderado por Anísio Teixeira, também atribuía uma função política à instituição universitária, que seria a de um **centro de resistência democrática**, mas não esquecia o seu papel técnico. Ela deveria ser

*"... a cúpula do sistema de ensino, onde se formariam e se aperfeiçoariam os professores e administradores das escolas e dos graus inferiores. Assim concebida, a universidade era definida como tributária do ensino primário e médio."*<sup>52</sup>

Enquanto os elitistas pensavam em construir a democracia através das elites instruídas, os igualitaristas buscavam partir das massas ignorantes, às quais deveria ser assegurado o ensino gratuito. Foi dentro desse princípio que nasceu a proposta da Universidade do Distrito Federal, como veremos adiante.

A **corrente autoritária** era predominante no nível federal do governo; um de seus mais expressivos representantes foi, justamente, o Ministro da Educação de Vargas, Francisco Campos. O papel da educação no Estado autoritário é determinar "para onde deve encaminhar-se a Nação, o que implicitamente acarreta para o Estado uma função educativa no sentido mais amplo de tal expressão."<sup>53</sup> O governo de Getúlio Vargas, do mesmo modo, tomando para si a função de orientar mental e moralmente os cidadãos para identificá-los com a ideologia do regime autoritário, atribuiu no entanto importante papel aos intelectuais, que seriam 'intermediários' entre governo e povo.

*"De um lado, são eles que apreendem as idéias e aspirações latentes no povo e as conduzem ao Estado; de outro, eles são investidos da função de retransmitir às massas, sob forma clara e compreensível, o que nelas é apenas uma idéia indecisa e uma aspiração mal definida. Deste modo, a elite cultural do país torna-se (...) um órgão necessariamente associado ao poder público como centro de*

---

<sup>52</sup> Cunha (1980), p. 246.

<sup>53</sup> Azevedo, Amaral - *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional* (1938), apud Cunha (1980), p. 249.

*elaboração ideológica e núcleo do pensamento nacional que ela sublima e coordena."*<sup>54</sup>

Percebe-se, portanto, o desejo de controle do Estado pelo ensino, a partir do que eram necessários mecanismos que estruturassem o sistema educacional de acordo com a ideologia vigente. É no bojo dessas idéias que devem ser compreendidos o "Estatuto das Universidades Brasileiras" e a reforma da Universidade do Rio de Janeiro (futura Universidade do Brasil) como "modelo" para o ensino universitário no país, em 1937.<sup>55</sup>

### 3.2. AS PROPOSTAS DE UNIVERSIDADES

A derrota de São Paulo na Revolução Constitucionalista de 1932 parece ter sido fundamental para a efetiva construção de uma Universidade paulista, idéia que vinha amadurecendo em alguns intelectuais deste Estado deste a década de 20.<sup>56</sup>

*"Ao sairmos da Revolução de 32 tínhamos a impressão perfeitamente nítida de que (...) só uma reforma radical do aparelhamento escolar do país e a instauração de uma vigorosa política educacional poderiam evitar a catástrofe final que os movimentos de 1922, 24, de 30 e de 32 nada mais faziam do que prenunciar. (...) Quatro anos de estreito contato com os meios em que se moviam as figuras proeminentes de ambas as facções em luta levaram-nos à convicção de que o problema brasileiro era, antes de mais nada, um problema de cultura."*<sup>57</sup>

A criação da **Escola Livre de Sociologia e Política** por alguns líderes da Revolução de 32, em 27 de maio de 1933, foi um primeiro passo dado nesse sentido. Ela

---

<sup>54</sup> *Idem*, pp. 249-250.

<sup>55</sup> Sobre os traços da política educacional autoritária existentes no "Estatuto das Universidades brasileiras", ver Cunha (1980), pp. 263-267.

<sup>56</sup> Ver em Schwartzman, S. (1979), p. 191, citação de depoimento de Fernando de Azevedo sobre essa época de "gestação" de uma Universidade em São Paulo.

<sup>57</sup> Mesquita Filho, Júlio - *Política e Cultura* (1969), apud Schwartzman, S. (1979), p. 194.

tinha a preocupação de tratar racionalmente problemas relativos ao desenvolvimento e implantação da indústria<sup>58</sup> mas, mais amplamente, de acordo com o ideário liberal elitista,

*"Seus fundadores, impressionados com o malogro de todas as tentativas de reorganização da vida econômica e política do país, examinaram os vários fatores determinantes dessas decepções repetidas e funestas, e chegaram assim à conclusão de que, em parte, os insucessos resultavam do desequilíbrio entre o ritmo acelerado do nosso progresso material, gerador de múltiplos e complexos problemas, e o nosso incompleto aparelhamento de ensino, suficiente para a formação de profissionais e especialistas distintos, mas inapto para inspirar interesse pelo bem coletivo e preparar os homens capazes de arcar com as responsabilidades da vida social. Deste exame de consciência, nasceu a idéia de se fundar um centro de estudos e pesquisas organizado nos moldes dos institutos universitários europeus e norte-americanos, e destinado a:*

- 1) proporcionar conhecimentos objetivos sobre a origem, funções e necessidades do meio;*
- 2) formar assim uma elite numerosa, que possa não só colaborar eficaz e conscientemente na solução dos magnos problemas da administração pública e particular, como também orientar o povo e a nação no reajustamento indispensável ao moderno equilíbrio social."*<sup>59</sup>

Tendo sido criada como uma fundação de direito privado, com recursos financeiros provenientes de doações de pessoas físicas e jurídicas, a Escola oferecia um curso livre, sem pretensões de ser reconhecida pelo Estado. Seu corpo docente era formado por professores da Faculdade de Medicina, da Engenharia (Politécnica) e contou com a colaboração de três professores estrangeiros. Além do Estatuto, o surgimento dessa escola foi marcado por um manifesto assinado por professores, industriais e intelectuais que reforçava a necessidade de formação de uma elite intelectual que desenvolvesse

---

<sup>58</sup> Idem, p. 192.

<sup>59</sup> Escola Livre de Sociologia e Política, **Informações e Programas**, 1933-1934. São Paulo, 1933, p. 19.

pesquisas sobre os problemas vitais do país e formasse indivíduos conscientes e eficazes "na direção de problemas sociais".<sup>60</sup>

O caráter eminentemente político que marcou a criação da Escola de Sociologia e Política também pode ser notado na criação da **Universidade de São Paulo**.

*"Vencidos pelas armas, sabíamos perfeitamente que só pela ciência e perseverança no esforço voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da federação. Paulistas até a medula, herdáramos da nossa ascendência bandeirante o gosto pelos planos arrojados e a paciência necessária à execução de grandes empreendimentos."*<sup>61</sup>

Resultado dos trabalhos de uma Comissão criada pelo então interventor do Estado de São Paulo, Armando Salles de Oliveira<sup>62</sup>, o decreto de fundação data de 25 de janeiro de 1934, que a constituía englobando algumas escolas existentes e outras a serem criadas. Diversos institutos técnico-científicos mantidos pelo governo estadual foram ligados à nova Universidade.

Segundo Fernando de Azevedo, redator de Manifesto assinado pelos sobreviventes da Comissão criadora da USP<sup>63</sup>, os princípios que nortearam a criação da Universidade foram:

---

<sup>60</sup> O "Manifesto da Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo", bem como seu Estatuto, estão em Fávero (1980), pp. 171-177. Cabe ainda dizer que esta escola, a partir de 1938, foi reconhecida como instituição complementar à USP.

<sup>61</sup> Mesquita Filho (1969), apud Schwartzman (1979), p. 195.

<sup>62</sup> "A comissão era composta por Fernando de Azevedo (relator do projeto); Almeida Júnior, representante do Instituto de Educação; Teodoro Ramos e Fonseca Teles pela Escola Politécnica; Raul Briquet e André Dreyfuss, pela Faculdade de Direito; Rocha Lima e Agesilau Bittencourt pelo Instituto Biológico; e Júlio de Mesquita pelo 'O Estado de São Paulo'" - Fávero (1980), p. 61.

Cabe dizer que todo o processo de criação da USP, como parte de um amplo projeto político e ideológico conduzido pelo "grupo" do jornal "O Estado de São Paulo" e a intelectualidade paulista, está retratado em **A Universidade da Comunhão Paulista** (1982) de Irene Cardoso. Quanto ao desenvolvimento desse projeto no decorrer das décadas seguintes ver a tese de doutorado de Fétizon, Beatriz A.M. - **Subsídios para o estudo da USP**. FE-USP, São Paulo, 1987.

<sup>63</sup> Este "Manifesto ao povo e ao Governo" foi redigido em maio de 1952 indo contra a construção de uma cidade universitária, especialmente pela fragmentação da FFCL. Neles são retomados os objetivos político-pedagógicos do plano original que criou a Universidade. Cunha (1980), p. 239.

- a) organizar um centro de altos estudos que formasse as elites e que fizesse da Universidade um centro de criação e elaboração do conhecimento em todas as suas áreas;
- b) criar o ensino público, veiculador do saber laico e liberto de qualquer influência religiosa;
- c) defender a autonomia didática e administrativa da Universidade;
- d) construir uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) que integrasse as diferentes áreas do saber. Esta seria o eixo de toda a Universidade, local da "ciência pela ciência" e de espírito de pesquisa e investigação, ou seja, onde se desenvolveriam os estudos de cultura livre e desinteressada.

A FFCL viria, também, a propósito de várias inovações que se julgavam necessárias na Universidade:

- fazer funcionar uma espécie de curso básico onde estudantes de todas as carreiras fariam as matérias fundamentais, após o que se encaminhariam para as faculdades profissionais; diferenciando a formação geral e desinteressada da formação técnica;
- criar um mecanismo responsável pela integração entre as diversas áreas do conhecimento, impedindo que a Universidade fosse um mero aglomerado de faculdades profissionais superiores;
- promover, através da pesquisa desinteressada e de alto nível, um centro de formação de cientistas e de produção científica, sem limitações entre as diversas áreas.

É importante destacar que, inicialmente, a USP fora planejada com uma distinção rigorosa entre a FFCL, cujas funções acabamos de enumerar, e o Instituto de Educação encarregado da instrumentação didática da formação de professores. Quanto à Faculdade de Educação, Ciências e Letras regulamentada pelo Governo Federal na Reforma Francisco de Campos, esta destinava-se fundamentalmente à formação de professores para o ensino secundário.

Ocorreu no entanto, a partir de novembro de 1937, com a implantação do Estado Novo, uma equiparação - que deve ser compreendida como padronização - no

ensino do país extinguindo o Instituto de Educação na USP e criando, ao mesmo tempo, uma seção de Educação dentro da FFCL. Segundo Fávero (1980), a partir daí a FFCL da USP

*"... passou a ser declaradamente uma escola de caráter profissionalizante, encerrando-se, assim, a experiência de núcleo integrador da Universidade, uma vez que a finalidade eminentemente cultural e universitária da escola foi gradativamente relegada a um plano secundário. A longo prazo, a tendência profissionalizante da Faculdade de Filosofia se estendeu a outros campos que não o da formação para o magistério."*<sup>64</sup>

Sendo o objetivo da Universidade a formação de elites, houve grande cuidado na formação do quadro docente, que foi contratado segundo critério de selecionar

*"... mestres altamente especializados e em condições, portanto, de inaugurar cursos novos e de alto nível e com as técnicas de pesquisa para assegurar uma contribuição constante aos progressos científicos. Não se tratava apenas de professores que pudessem dar cursos de qualidade, mas capazes, por seu espírito e técnicas de pesquisa, de concorrer para o progresso das ciências, a cujo ensino teriam de dedicar-se. Tínhamos, por isso, de recorrer a professores estrangeiros."*<sup>65</sup>

Inicialmente havia treze professores europeus (seis franceses, quatro italianos e três alemães) mas, entre 1934 e 1942, passaram pela Universidade de São Paulo 45 professores estrangeiros, mais alguns assistentes de laboratório.<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> Fávero (1980), p. 66. Cabe destacar que Cunha (1980) entende de outra maneira a profissionalização da FFCL: "... a força dos interesses dos professores das escolas profissionais, temerosos de perderem poder com a transferência de certas matérias para a nova faculdade, fez com que esta se transformasse em mais uma escola profissional, fundindo-se com a Faculdade de Educação na formação de professores para o ensino secundário". Op. Cit. p. 240. Fávero (1980), no entanto, admite que as escolas profissionalizantes não aceitaram a centralização das matérias básicas na FFCL, o que acabou por impedir a implantação de um núcleo que integrasse as disciplinas fundamentais de toda Universidade. p. 64.

<sup>65</sup> Schwartzman (1979), p. 208.

<sup>66</sup> Cunha (1980), p. 241. De acordo com esse autor, em 1942 havia 22 professores estrangeiros na USP, dos quais seis desde o começo do seu funcionamento.

Um último aspecto a ser destacado com relação à USP é que ela foi espelhada, em seu aspecto institucional, no modelo de Universidade francesa que tinha na FFCL a sua célula mater<sup>67</sup>. Isso foi assumido já em 1937 por Júlio de Mesquita em seu discurso de paraninfo da primeira turma de licenciados da USP e, posteriormente, por alguns dos seus articuladores.<sup>68</sup> Dentre os motivos que concorreram para este espelhamento é preciso destacar a emergência da execução da Universidade:

*"... haveria ainda uma outra razão muito forte para que se fixasse a preferência no modelo francês, desdenhando a importância científica principalmente dos modelos inglês e americano, onde a ciência experimental (e não 'principalista', como a francesa e a alemã) estava dando frutos de grande importância. É que na visão dos fundadores da Universidade de São Paulo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras reuniria de uma tacada todos os ramos da ciência numa só instituição, dando a ela um alto poder de geração e irradiação de uma nova mentalidade. Os paulistas tinham pressa. Não podiam desperdiçar nem tempo nem recursos."<sup>69</sup>*

Não foi possível, no entanto, manter a Universidade totalmente dentro do modelo para ela idealizado. Sua autonomia financeira, prevista nos Estatutos, nunca ocorreu; não foi possível instalar um curso básico unificado devido à resistência das faculdades profissionalizantes já existentes; a FFCL foi obrigada a assumir caráter profissionalizante em 1937 e as atividades da Universidade eram desenvolvidas de acordo com a diversidade dos elementos que a compunham.

*"Para os cientistas de origem alemã, não havia dúvida de que o modelo a ser seguido era o de suas universidades de origem (...). Para os educadores - Fernando de Azevedo à frente - o modelo*

---

<sup>67</sup> Cabe ressaltar que, a essa altura, as Universidades francesas já tinham desmembrado a FFCL em duas: a Faculdade de Filosofia e Letras e a Faculdade de Ciências, esta última mais preocupada com a pesquisa. Na Universidade inglesa várias ciências já funcionavam fora da Faculdade de Filosofia em institutos.

<sup>68</sup> Schwartzman (1979), pp. 197-200.

<sup>69</sup> Idem, p. 200.

*deveria ser o da 'École Normale' francesa, e o objetivo, a formação de professores (...). As faculdades trazidas ao novo sistema universitário vinham com suas próprias estruturas e modelos. A Faculdade de Medicina, por exemplo, já havia incorporado o modelo norte-americano, graças ao apoio que vinha recebendo, de muito antes, da Fundação Rockefeller".*<sup>70</sup>

Vejamos agora como foi orientada a criação da **Universidade do Distrito Federal** que, criada em 04 de abril de 1935 à revelia do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, tinha estrutura e objetivos bastante diferentes do que havia no Brasil até então em termos de Universidade. Composta por um Instituto de Educação, das Escolas de Ciências, de Economia e Direito, de Filosofia e Letras e de um Instituto de Artes, ela propunha cursos novos no ensino superior brasileiro como: administração e orientação escolares, diplomacia, serviço social, arquivo e museus, cinema entre outros. Anísio Teixeira, o principal responsável pelo projeto da UDF, pretendia com ela promover uma mudança radical na Universidade brasileira ampliando seus objetivos (a começar pelos novos cursos). Sua finalidade era:

- "a) Promover e estimular a cultura de modo a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira;*
- b) encorajar a pesquisa científica, literária e artística;*
- c) propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular;*
- d) formar profissionais e técnicos nos vários ramos da atividade que as suas escolas e institutos comportarem;*
- e) promover a formação do magistério em todos os seus graus."*<sup>71</sup>

É notável que a UDF se voltava principalmente para as ciências humanas. Como na USP, vários professores estrangeiros vieram ao Brasil formar o quadro docente da nova Universidade (cerca de quinze). Dentre os princípios que nortearam sua criação, destacam-se: a associação entre ensino e pesquisa; a autonomia didática, administrativa e

---

<sup>70</sup> Idem, p. 214.

<sup>71</sup> Decreto de criação da Universidade do Distrito Federal de nº 5.513 de 04 de abril de 1935; artigo 2º. Fávero (1980), p. 192.



econômica; a promoção e socialização da cultura brasileira, socializando os meios de adquiri-la. Isso indica que o saber veiculado não deveria ser desinteressado mas

*"... marcado por um caráter crítico e não se formava espírito crítico apenas com discussões genéricas ou abstrações, mas pensando a prática, procurando encarnar o saber e fazendo com que o mesmo surgisse de um confronto com a realidade".<sup>72</sup>*

Mas a nova Universidade surgiu, infelizmente, às vésperas da "Intentona Comunista" de novembro de 1935, que provocou o Estado de Sítio em todo o país até o ano de 1937, quando foi iniciado o Estado Novo. Esta alteração na ordem política do país afetou a todas as Universidades, que sobreviveram tendo que se submeter ao crescente controle e à burocracia pedagógica do país. Anísio Teixeira, mal visto pelos educadores conservadores ligados ao Poder, teve que entregar a reitoria da UDF ao Governo do Estado; vários educadores e intelectuais foram presos, outros demitidos. Neste ano, ainda que sofrendo mudanças na estrutura dos cursos oferecidos, ela foi mantida funcionando; tal situação durou até 20 de janeiro de 1939 quando a UDF foi fechada.<sup>73</sup> Destruído o projeto pioneiro de Anísio Teixeira, vários cursos foram incorporados à nascente Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro).

O Golpe de Getúlio Vargas a 10 de novembro de 1937 colocou o país em uma ditadura autoritária. Foi promulgada, em seguida, uma Constituição que praticamente eliminou as organizações democráticas existentes no país. Como é próprio em uma ditadura, as instituições educacionais passaram a receber rígido controle do Estado - o ensino era organizado e fiscalizado como qualquer outro serviço público. E, mais do que isso, foram colocadas a serviço da ideologia vigente.

*"... a educação da mocidade nos preceitos básicos estabelecidos pelo novo Estado será um elemento não só eficaz, como, até, decisivo na*

---

<sup>72</sup> Fávero (1980), p. 79.

<sup>73</sup> Para uma visão mais aprofundada da história da Universidade do Distrito Federal ver Paim, Antonio - **A UDF e a idéia de Universidade** (1981).

*luta contra o comunismo e outras ideologias que pretendam contrariar e subverter o ideal de nacionalidade...<sup>74</sup>*

*"Sendo a educação um dos instrumentos do Estado, seu papel será ficar a serviço da Nação (...). Assim, a educação (...), longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores...<sup>75</sup>*

As diretrizes ideológicas que passaram a nortear a educação denotavam o caráter centralizador do Estado. Na busca de um sistema escolar único para todo o país, várias leis foram decretadas redefinindo currículos e articulações entre cursos, ramos, ciclos, graus.<sup>76</sup> O Ensino Superior, no entanto, não precisava desta 'normatização': o Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, já fizera isso.

Quanto à **Universidade do Brasil**, esta começou a ser organizada em julho de 1935 por uma comissão bastante heterogênea<sup>77</sup> nomeada pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema, com o dever de ampliar e melhorar a Universidade do Rio de Janeiro. Buscando um 'caráter nacional',

*"... a universidade 'deveria ser um padrão', o que não significava que todas as universidades fossem do mesmo tipo, uma vez que as diferenças regionais deveriam ser atendidas. Ela seria padrão, segundo as palavras do ministro, no sentido de que, nas linhas fundamentais de sua estrutura, instalações, administração e funcionamento seria apresentada como exemplo de boa organização. Deveria ser padrão, de modo que seus institutos de ensino oferecessem todas as variantes de cursos, discriminados e definidos na lei federal."<sup>78</sup>*

<sup>74</sup> Vargas, Getúlio - "A nova política do Brasil" (1940). Trecho de entrevista concedida a um jornal alemão em 1938, apud Cunha (1980), p. 276.

<sup>75</sup> Discurso de Gustavo Capanema pronunciado em 02 de dezembro de 1937, apud Fávero (1980), p. 91.

<sup>76</sup> Sobre isso ver Cunha (1980), p. 274.

<sup>77</sup> A relação completa dos nomes que participaram dessa comissão está em Fávero (1980), p. 96.

<sup>78</sup> Fávero (1980), p. 95. Esta idéia de padronização está bem explicitada no "Plano de reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1935.

Ela tinha como finalidades:

- "a) o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística;*
- b) a formação de quadros donde se recrutem elementos destinados ao magistério bem como às altas funções de vida pública do país;*
- c) preparo de profissionais para o exercício de atividades que demandem estudos superiores."*<sup>79</sup>

Após o início do Estado Novo, porém, a política educacional autoritária reorganizou o projeto de 1935 mostrando a intenção de fazer daquele modelo padrão um "aparelho ideológico do Estado"<sup>80</sup> tendo em vista as relações da Universidade com o Governo: total centralização do poder. Apesar de não haver sido criada pela justaposição de escolas - foi formado um campus para a nova Universidade -, de pretender ser um centro ativo de pesquisas e de estudos desinteressados, de buscar a integração dos cursos básicos das escolas profissionais e o intercâmbio cultural e científico através da FFCL, ela teve que recuar, no plano estrutural, aos anos 20, devido a medidas que, como já vimos, também afetaram a USP e a UDF.

Em 1939 o Decreto-Lei nº 1.063 extinguiu a UDF, anexando vários de seus institutos à Universidade do Brasil por meio da Faculdade Nacional de Filosofia, que foi organizada pelo Decreto-Lei nº 1.190 de 4 de abril do mesmo ano.<sup>81</sup> De acordo com este último, a FFCL ficava completamente descaracterizada como órgão de integração e intercâmbio científico e cultural entre cursos e docentes, tendo em si enfatizada uma finalidade profissionalizante devido à anexação do Instituto de Educação à sua estrutura. Deste modo, a necessária submissão às novas regras do Estado Novo fez com que fossem adiados os planos de estabelecimento de uma verdadeira Universidade no país.

---

<sup>79</sup> Lei nº 452/37. Organiza a Universidade do Brasil: artigo 2º. Ver em Fávero (1980), p. 199.

<sup>80</sup> Fávero (1980), pp. 95 e 96.

<sup>81</sup> Fávero (1980), p. 102.

É Fávero (1980) que ressalta que a escola - e a Universidade, em particular - era vista, nos anos 30,

*"... como um instrumento capaz de assegurar a ideologia dos grupos dominantes e de preparar, ao menos parcialmente, os que vão ocupar papéis ou funções na divisão social e técnica do trabalho. Numa análise mais conseqüente das exposições de motivos que acompanharam as reformas de ensino, (...) fica bem evidenciado o quanto o Estado via na escola um aparato ideológico capaz de formar os que a freqüentavam conforme conveniência dos seus interesses e da classe que estes representavam"<sup>82</sup>.*

Devemos notar, no entanto, que esta concepção da escola e da educação como mecanismo de inculcação ideológica não era privilégio do Estado: vários intelectuais, educadores e outros membros da sociedade também tinham esta visão, o que pode ser notado nas pretensões e nos estatutos de criação das Universidades dessa época. Sendo iniciativa do Governo Federal (Universidade do Brasil em 1937) ou da sociedade civil (a Escola de Sociologia e Política em 1933, a USP em 1934 e a UDF em 1935<sup>83</sup>) todas elas, em maior ou menor grau, estavam incutidas de um caráter político-ideológico. Ao lado da consciência crescente de que era preciso formar uma Universidade como um centro de ensino e de pesquisa científica, e não apenas um conglomerado de faculdades e institutos, havia a preocupação de formar uma elite (se não para ocupar cargos públicos, para democratizar o conhecimento, no caso da UDF) que desse bases para o desenvolvimento da cultura e que auxiliasse na resolução dos problemas do país. A autonomia reclamada por algumas delas era, na verdade, liberdade para funcionarem isentas de interferências do Estado e para imprimirem o seu próprio viés ideológico. O fim da cátedra, no entanto, ainda não era solicitado, mostra da influência de modelos estrangeiros e/ou do autoritarismo que vingava no país.

---

<sup>82</sup> Idem, p. 115.

<sup>83</sup> Consideramos que a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal, embora tenham sido concretizadas graças aos recursos dispendidos pelos governos dos seus respectivos estados, foram idealizadas por membros da sociedade civil e não pela iniciativa governamental.

## QUADRO DAS DIRETRIZES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS NA DÉCADA DE 30

	Formação de Elite Cultural e Política	Realização de Ensino e Pesquisa	FFCL - Centro de Integração Cultural e Científica	Cátedra	Autonomia Universitária	Solução de Problemas Sociais
Escola de Sociologia e Política	X	X	—*	—*	—*	X
Universidade de São Paulo	X	X	X	X	X	X
Universidade do Distrito Federal	—**	X	X	X	X	X
Universidade do Brasil	X	X	—	X	—	X

\* A cátedra e a autonomia universitária não foram abordadas no estatuto da Escola de Sociologia e Política, sendo esta uma instituição livre e privada; o mesmo ocorreu quanto à criação de uma FFCL, já que não se tratava propriamente da formação de uma Universidade.

\*\* Cabe ressaltar que a UDF não visava formar elites culturais de modo a que estas, posteriormente, viessem a compor a elite política do país, a medida que fossem preparadas para exercer cargos públicos. Embora, de acordo com o espírito liberal - igualitarista, ela buscasse ocupar-se da formação de uma elite de professores para atuar no magistério em todos os seus graus e que tivesse por objetivo democratizar o acesso ao conhecimento.

Diante disso torna-se compreensível a constante preocupação com as diretrizes e estruturas que permeavam as Universidades e Instituições de Ensino Superior neste período. E também o seu controle, que tornou-se mais acirrado a partir de 1937, através de uma legislação notadamente centralizadora, que impossibilitava a execução de propostas que escapassem ao modelo imposto pelo Ministério da Educação.

*"E foi este fato que transformou o Ministério da Educação, durante o período estadonovista, no organismo central de controle e fiscalização da educação, em tudo equivalente a um cartório da educação nacional. Ali se registrava e se 'legislava' a educação ministrada aos brasileiros. Era o cartório e o contencioso da educação nacional, atuando mediante autos de processo, e prova documental, concedendo o direito de educar e fiscalizando o cumprimento da lei nas atividades públicas e particulares relativas ao ensino."<sup>84</sup>*

<sup>84</sup> Teixeira, Anísio - **A educação e a crise brasileira** (1956), apud Fávero (1980), p. 101.

É curioso notar, no entanto, que neste período entre 1930-1945, momento de instituição de um rígido controle da organização escolar pelo Estado Autoritário, ocorreu uma expansão considerável no Ensino Superior brasileiro. Ao fim de 1945 o país possuía cinco Universidades, tendo sido criadas nesse período 95 escolas de nível superior - mais do que existia até o início do governo de Getúlio Vargas em 30, quando havia 86 estabelecimentos deste grau de ensino.<sup>85</sup>

#### 4.0 - DA MODERNIZAÇÃO DO PAÍS À UNIVERSIDADE NECESSÁRIA

##### 4.1 - O CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DE 1945-1964

O fim da ditadura Vargas, em 1945, marcou o início de uma nova fase - que durou até 1964 - na política, na economia e no desenvolvimento do Brasil, que rumava para a modernização. Para uma melhor compreensão dos fatos que marcaram o Ensino Superior neste período, a saber: a demanda reprimida, a expansão e a federalização do Ensino Superior, a mobilização estudantil e a criação da UnB, faz-se necessário compreender as diretrizes que nortearam a vida do país entre os anos 1945-1964.

Com a Revolução de 1930 o modelo agro-exportador (que caracterizou a economia brasileira nas três primeiras décadas deste século) teve que ceder espaço ao modelo de substituição de importações, que se desenvolveu aceleradamente até 1962, e que denota o esforço do Estado em planejar a economia.<sup>86</sup> O Governo Vargas assumiu a industrialização como projeto de desenvolvimento, procurando incentivar a burguesia nacional, através de uma política nacionalista, a iniciar projetos ligados à produção de

---

<sup>85</sup> Teixeira, Anísio - "Uma perspectiva da educação superior no Brasil". **RBEP**, 50(111):21-82, jul/set, 1968.

<sup>86</sup> Ver Ianni, Octavio - **O colapso do populismo no Brasil**, 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. Capítulo III.

industrializados; para tanto subsidiou investimentos e facilitou o crédito, conferindo ao Estado um papel importante nos acontecimentos relativos à política econômica.<sup>87</sup>

Até 1945 a agricultura de exportação ainda era a atividade econômica preponderante, mas o seu conflito com os diferentes projetos de modernização, democratização e desenvolvimento econômico dos setores urbanos nascentes (a economia industrial em formação) se tornava cada vez mais complexo. A partir da Segunda Guerra Mundial a burguesia industrial local, ansiosa por associar-se ao capital internacional, pressionou para a entrada do capital externo no país - a própria derrubada do Governo Vargas deu-se em função desse acontecimento.<sup>88</sup> A entrada do capital estrangeiro, principalmente dos EUA, que viam nos países subdesenvolvidos da América Latina perspectivas de dominação, agilizou o modelo de desenvolvimento adotado que estava baseado na internacionalização da economia e que teve seu ápice no Programa de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1960): crescimento econômico dentro da ordem e da segurança do sistema.

Ainda na era Vargas surgiram o **Populismo** e o **Nacionalismo**. O Populismo nasceu das massas, traduzindo suas aspirações no processo de urbanização e industrialização do país. “Como estilo de governo, estava marcado pela sensibilidade às pressões populares; como política de massas, buscava a mobilização controlada destas em proveito das classes dominantes.”<sup>89</sup> O Nacionalismo emergiu do Estado, fruto de grupos políticos, tecnocráticos, militares “em busca de uma estratégia estatal para fazer frente aos problemas do desenvolvimento.”<sup>90</sup>

---

<sup>87</sup> Esta intervenção do Estado na economia, que ficou mais intensa a partir de 46 e que foi feita em resposta às necessidades dos empresários para a expansão da indústria privada, pode ser notada: 1) pela organização de empresas de grande porte para gerar e distribuir energia elétrica, para operar na mineração, na produção de aço, na extração e refino de petróleo; 2) pela montagem de mecanismos de planejamento nos governos dos Presidentes da República; 3) pela organização de superintendências para o desenvolvimento da região Amazônica e do Nordeste. Ver Cunha (1989), pp. 44-45.

<sup>88</sup> Idem, pp. 25-26.

<sup>89</sup> Idem, p. 48.

<sup>90</sup> Idem, p. 52.

Cabe destacar que o Nacionalismo, através do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) criado em 1955, ganhou espaço institucional no Ministério de Educação e Cultura (MEC) como um órgão importante de sustentação e veiculação da ideologia nacional - desenvolvimentista disseminada por cursos, publicações, pesquisas etc. Apesar da heterogeneidade dos seus quadros, compostos de notáveis intelectuais nomeados pelo Ministro da Educação<sup>91</sup>, havia em comum a percepção de que a dependência econômica do Brasil travava o seu desenvolvimento; esse princípio sedimentava o plano político-econômico do governo que se fazia nos moldes capitalistas. Além das idéias que veiculava, o ISEB também traçou planos concretos, dos quais se destaca a UnB que veremos mais detalhadamente adiante.

O Nacionalismo e o Populismo, juntos, formaram a matriz ideológica do compromisso de classes que possibilitou a consolidação do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo governo, que tinha o povo/nação como referência política<sup>92</sup>; a união de classes distintas - burguesia industrial e operariado - e de interesses opostos foi feita em prol de um objetivo comum: a autonomia nacional que, pelo modelo econômico adotado, viria em decorrência da modernização e da industrialização. Diante disso, urgia o crescimento e a otimização da produção industrial existente pela técnica. Ser favorável ou não ao plano econômico e à aliança que se firmava era o mesmo que ser nação ou anti-nação.<sup>93</sup> O desenvolvimento era visto separado do modo de produção, camuflando/negando o embate entre as classes e entre capital e trabalho que, mais tarde, viriam à tona.

No final da década de 50 a permanente inflação, o custo de vida, a alta taxa de juros etc. provocaram uma desilusão entre as classes trabalhadoras com relação aos benefícios que adviriam do pacto social. A mobilização existente para o desenvolvimento

---

<sup>91</sup> Podemos destacar como exemplos de correntes opostas Hélio Jaguaribe, para quem as massas deveriam ser conquistadas para o desenvolvimento planejado pela burguesia industrial, e Álvaro Vieira Pinto, para quem o desenvolvimento seria o pensamento das massas, sem o comando da classe burguesa. Ver Cunha (1989), pp. 53-54.

<sup>92</sup> Idem, p. 53.

<sup>93</sup> Fonseca, Dirce Mendes - **UnB: reformar para não mudar** - Campinas, FE-UNICAMP, (mestrado) (1986), p. 32.



e expansão econômica fazia com que aumentasse cada vez mais a participação popular no plano político, contribuindo para a “conscientização das massas” de seus interesses de classe. Com a intensificação da mobilização popular, cujo movimento fugia ao controle até mesmo das entidades que pretendiam representá-las, chegou-se às “reformas de base”, que vinham exigir reformas estruturais na sociedade, colocando em xeque o capitalismo.<sup>94</sup>

Mas

*“Se, no princípio, as reformas de base constituíam uma plataforma de compromisso entre operários, setores das camadas médias e dos industriais, elas foram assumindo a feição de um conjunto de medidas que visavam a transição imediata para o socialismo, implicando em colocar a burguesia industrial como inimiga.”<sup>95</sup>*

O resultado disso foi que após o governo de Juscelino Kubitschek houve a ruptura na aliança de classes com a explosão das contradições: o crescimento econômico não beneficiara a todos, e o modelo de desenvolvimento adotado levava à dependência, e não à autonomia.<sup>96</sup> Com o fim do populismo, houve uma radicalização dos movimentos de classes (operários, estudantes, sindicatos etc) e do processo político do país, expresso no surgimento de vários partidos de esquerda logo no início da década de 60.<sup>97</sup>

A reação deu-se com a união de vários setores da burguesia industrial, agrária, mercantil que, defendendo-se do “assalto da massa”, buscaram apoio em grupos e instrumentos que auxiliassem a sustentação do poder: as forças armadas, o clero, os valores da civilização ocidental cristã e do “mundo livre” etc. Com a divulgação e

---

<sup>94</sup> Cunha (1989), p. 40. As reformas de base eram, em resumo, alterações estruturais na forma em que se desenvolvia o país para que este se livrasse de “pontos de estrangulamento” existentes. Assim, eram solicitadas reformas: eleitoral, tributária, urbana, agrária, bancária, entre outras. A reforma universitária, como veremos a seguir, seria a modernização do Ensino Superior e sua reorientação em função dos interesses populares, o que seria assegurado pela participação dos estudantes no comando das instituições. Idem, pp. 51-52.

<sup>95</sup> Idem, p. 55.

<sup>96</sup> Ver Ianni (1988), pp. 54-55.

<sup>97</sup> O Partido Comunista Brasileiro perdeu a exclusividade da proposta revolucionária. Outros partidos surgiram no país como: Organização Revolucionária Marxista - Leninista (a POLOP) em 1961; Partido Comunista do Brasil (PC do B), Ação Popular (AP) e Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) em 1962. Cunha (1989), p. 55.

aceitação das camadas médias de que a crise resultava dos desmandos de um governo comunista, e não do fim de uma aliança de contrários que não tinha sustentação política e econômica (buscava-se autonomia com um modelo de desenvolvimento que levava à dependência), houve um movimento contra-revolucionário civil-militar em março de 1964, dando início à ditadura no país.

#### 4.2 - A MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO

O período de 1945-1964 marca o início de um processo em que o ensino passou a ser bastante requisitado pela crescente demanda, induzida pela industrialização, de jovens carentes de formação profissional.

Até a década de 50 a ascensão social dava-se pela reprodução do pequeno capital - por um pequeno negócio (loja, fábrica, representação comercial). Os lucros eram reinvestidos na ampliação do negócio, e a multiplicação dos lucros, quanto mais rápida, possibilitava a ascensão pelo capital acumulado. Mas o processo de centralização do capital e sua conseqüente monopolização na indústria tornava cada vez mais difícil a abertura de pequenos negócios e a sobrevivência dos já existentes. As grandes empresas não impediam diretamente o surgimento das pequenas; às vezes, como no caso de fábricas de autopeças, até induziam o seu crescimento, “mas o saldo desse processo era desvantajoso para as pequenas.”<sup>98</sup> Mas se a classe média via afunilar-se a ascensão social pelo canal empresarial de acúmulo de capital, por outro via esta abrir-se pela conquista do topo das burocracias privadas, que surgiam como um necessário aparato administrativo resultante do próprio processo de monopolização.

A partir desse momento houve aumento na demanda de escolarização, pois os requisitos para admissão, promoção, remuneração e prestígio nesta burocracia hierarquizada passam pela capacitação para o exercício de cargos técnicos - função cumprida pelas escolas de 2º e 3º graus. Outros fatores, ainda que em menor proporção,

---

<sup>98</sup> Idem, p. 47.

contribuíram para o crescimento da demanda escolar: aumento da transferência da população da zona rural para a zona urbana e a escolarização de mulheres que, por motivos culturais e econômicos, foi intensificada nos anos 40.

Se no estado de São Paulo a disponibilidade de escolarização em grau primário era ampla, a oferta de ginásios e, mais ainda, de colégios de 2º graus tornava-se insuficiente, exigindo uma expansão que, de fato, ocorreu.<sup>99</sup> Mas o estado não dispunha de recursos para promover, sozinho, a ampliação de vagas e de escolas necessárias em todos os níveis de ensino. Dessa forma é que a iniciativa privada, através de subsídios, foi estimulada a promover a expansão do ensino secundário ainda na era Vargas.<sup>100</sup>

A queda da taxa de lucros, porém, que se acentuou com a chegada da década de 50, fez com que fossem declinando escolas da iniciativa privada; cada vez mais os alunos procuravam escolas públicas de 2º grau que, escassas, levavam a classe média a reclamar a iniciativa do Estado neste sentido. A progressiva organização e reivindicação dos estudantes, aumentada pela de professores que queriam reposições de perdas salariais, argumentava sobre a necessidade de escolas públicas e contra os subsídios concedidos às particulares. Os defensores destas escolas, por sua vez, em sua grande maioria religiosas, lutavam pela suplementação dos recursos alegando o direito de o Estado promover estabelecimentos de acordo com as suas crenças. Iniciou-se um debate que, revelando também o posicionamento ideológico das duas partes, reacendeu a discussão no país sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mobilizando estudantes, intelectuais, homens públicos. Esse confronto deu origem à “Campanha em Defesa da Escola Pública” e o Ensino Superior, obviamente, não deixou de ser debatido.

É importante ressaltar que neste período do Populismo (45-64) em que vigorava a ideologia nacional-desenvolvimentista, a educação - reivindicada para a formação de mão-de-obra qualificada às indústrias, para a ascensão da classe média e para toda a população (devido ao estímulo dado pelo movimento estudantil) - era um

---

<sup>99</sup> De acordo com Beisiguel, Celso - “Ação Política e Expansão da Rede Escolar”(1964), em 1940 o número de ginásios estaduais era de apenas 41, já em 1962 ele chegava a 561. Apud Cunha (1989), p.75.

<sup>100</sup> Cunha (1989), p. 119.

instrumento de trocas políticas. A multiplicação de escolas oficiais era definida pelo Estado, dentro da vertente populista, “como uma resposta às necessidades do povo”<sup>101</sup>

A LDB de nº 4.024, assinada pelo Presidente da República João Goulart em 20 de dezembro de 1961, porém, legitimou as reivindicações dos interesses privatistas.

Cunha (1989) mostra como foi possível uma grande expansão do Ensino Superior, como a que houve no 2º grau, nas décadas de 40 e 50. A lei nº 8.457 de 26 de dezembro de 1945, assinada pelo Presidente provisório José Linhares, facilitava os critérios impostos para a criação de Universidades estabelecidos pela Reforma Francisco Campos em 1931, que determinava para tanto a necessidade de união de três escolas: Medicina, Engenharia e Direito. A nova lei deliberava que se houvesse uma Faculdade de Filosofia (ainda que ela tivesse uma só seção) e uma outra da lista anterior, a terceira poderia ser de qualquer carreira. Diante disso, cresceu enormemente o número de escolas particulares de Filosofia, Direito e, por exemplo, Economia ou Administração, que se uniam e formavam uma Universidade, sem o pesado ônus dos cursos de Medicina e Engenharia. É assim que podemos explicar a existência, em 1964, de 37 Universidades no país, sendo dez mantidas por instituições confessionais e as restantes pelo Estado. Neste ano as Universidades correspondiam a 63% das matrículas do ensino superior.<sup>102</sup>

O ensino universitário era pago, mas o estudante que comprovasse falta de recursos tinha direito a bolsas com desconto ou não pagava. Com a firmação do populismo, porém, o critério de julgamento para subvenção por falta de recursos foi se tornando cada vez mais abrangente, e as taxas escolares, diante das grandes reivindicações de gratuidade geral, deixaram de ser reajustadas pela inflação até que, com o tempo, já não valia mais a pena cobrá-las. A participação do governo federal no financiamento de estabelecimentos de Ensino Superior também cresceu: muitas escolas mantidas pelos municípios e estados passaram a ser custeadas pela União. Os docentes eram efetivados nos quadros do funcionalismo público federal, com os seus privilégios e salários; funcionários também eram enquadrados. Naturalmente em muitas Escolas Superiores os

---

<sup>101</sup> Idem, p. 21.

<sup>102</sup> Idem, pp. 94-95.

professores e funcionários organizaram movimentos que passaram a se constituir como mais um fator de pressão (aliada a dos estudantes) para a “federalização” de estabelecimentos estaduais, municipais e particulares.<sup>103</sup>

A lei nº 1.254 de dezembro de 1950, diante desses fatos (deterioração de orçamentos pelas taxas irrisórias recebidas dos estudantes, reivindicações de ensino grátis e pressão de docentes e funcionários pelos privilégios do funcionalismo federal), “federalizou” diversos estabelecimentos de ensino, ocorrendo o mesmo no ano seguinte com a lei nº 1.523 que federalizou mais 39 Instituições de Ensino Superior entre Faculdades Isoladas e Universidades.<sup>104</sup> Em 1964 as matrículas oferecidas pelo setor público correspondiam a 81% do total.

Mas a legislação sobre o Ensino Superior, de acordo com a LDB de 1961, estabelecia que as Universidades deveriam ser formadas por cinco ou mais escolas sem especificação, impedindo a continuidade da “proliferação” de Universidades no país.

A LDB também criou o Conselho Federal de Educação (CFE) composto por 24 membros nomeados pelo Presidente da República; o Conselho seria dividido em câmaras especializadas em cada grau de ensino - 1º, 2º e 3º. Foi estabelecido que ficava a cargo dos estados organizar os seus próprios sistemas de educação a serem dirigidos pelo Conselhos Estaduais, que deveriam dar especial atenção ao 1º e 2º graus. O controle dos estabelecimentos de ensino superior oficiais e particulares, isolados e universitários, seria responsabilidade do CFE. A este caberia reconhecer as Universidades e estabelecimentos isolados mediante a aprovação dos seus estatutos. Ele poderia intervir em qualquer Universidade oficial ou particular, nomeando um reitor *pro-tempore*, e chamar a si as atribuições do Conselho Universitário. O CFE também indicaria a duração e o currículo mínimo dos cursos superiores.<sup>105</sup>

Apesar de a LDB manter a cátedra vitalícia e a formação de Universidades por justaposição, ela assegurava o direito dos estudantes participarem dos órgãos

---

<sup>103</sup> Idem, pp. 90-91.

<sup>104</sup> Idem, p. 91.

<sup>105</sup> Idem, pp. 133-134.

colegiados (Conselho Universitário, Congregação e Departamento) com direito a voto conforme a indicação dos estatutos de cada instituição. A determinação desta representação foi motivo, no ano de 1962, de uma greve histórica dos estudantes em todo o país que, a princípio, reivindicavam participação de 50% e, depois, baixaram para 33% - a “greve do um terço”, da qual trataremos no próximo item.

Com relação à expansão do ensino superior neste período cabe ainda assinalar dois pontos: O primeiro diz respeito ao surgimento e à proliferação das Universidades Católicas no país; estas, subsidiadas pelo Estado, vinham atender à crescente demanda de vagas exigidas do Governo e, também, aos anseios dos educadores católicos que já tinham tomado iniciativas no ensino de 1º e 2º graus<sup>106</sup>. O segundo refere-se ao surgimento de Universidades fora do espaço urbano, uma vez que a reunião de Faculdades e Institutos em um só organismo exigia espaços inexistentes no centro das cidades, só nas periferias. Assim começaram as primeiras cidades universitárias, solução encontrada nos campi das Universidades norte-americanas. Em alguns casos isto significou a integração do ensino e, em outros - como foi o caso da USP -, a sua fragmentação.<sup>107</sup>

Mas se, por um lado, a Universidade crescia quantitativamente, por outro ela não acompanhava o processo de modernização do país, presa que estava - apesar das tentativas da USP e da UDF - aos arcaísmos da sua origem. Ela precisava adaptar-se às necessidades da sociedade e da industrialização da época de modo a suprir a demanda de vagas e de mão-de-obra especializada e a propiciar a formação de profissionais de acordo com os imperativos do desenvolvimento capitalista no país: mais rápido, mais barato, mais especializado.<sup>108</sup> A base ideológica para essa alteração estrutural veio do país que melhor expressava essas concepções: os Estados Unidos.

Até 1945 o paradigma de Universidade vinha da Europa, mas após a contribuição do desenvolvimento científico e tecnológico das Universidades norte-

---

<sup>106</sup> Sobre isso ver Boaventura (1988), pp. 186-190.

<sup>107</sup> Cunha (1989), pp. 100-101.

<sup>108</sup> Fonseca (1986) p. 21.

americanas ao seu país na 2ª Guerra, estas passaram a ser cada vez mais prestigiadas. Projetos de ciência e tecnologia passaram a ser sinônimos de segurança e de desenvolvimento, denotando a importância da modernização do ensino que foi acionada pelo Estado visando à formação de profissionais, especialmente técnicos - considerados pré-requisito para o rompimento dos laços de dependência e integração do Brasil ao “mundo livre”.<sup>109</sup> Cabe notar que esta modernização também vinha à propósito da ideologia nacional-desenvolvimentista vigente na política-econômica do país. As conclusões do 1º Anteprojeto da criação da Escola Superior de Guerra são bastante ilustrativas a esse respeito:

- “- o surgimento de um conceito de Segurança em substituição ao de Defesa (ensinamento que se evidenciou durante a 2ª Guerra Mundial e no período imediato do pós-guerra);
- a consciência de que o Brasil possuía os requisitos para chegar a grande potência;
- a crença de que o desenvolvimento vinha sendo retardado por incapacidade de planejamento e execução governamentais;
- a necessidade de elaborar um método de formulação da política nacional.”<sup>110</sup>

A análise de Cunha (1989) sobre esse momento do ensino superior brasileiro, que apresentaremos a seguir, é fundamental para o entendimento do processo como se deu a modernização das nossas Universidades. O primeiro passo neste sentido foi dado pelos militares através da criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Na inexistência de formação altamente qualificada para engenheiros da aeronáutica e de aparato para pesquisa, a Força Aérea Brasileira (FAB) e o Massachusetts Institute of Technology (M.I.T.) elaboraram, ainda em 1945, o plano de criação de um Centro Técnico da Aeronáutica (CTA) que previa a instalação de um Instituto Tecnológico com uma Escola de engenharia mecânica, eletrônica e aeronáutica.

---

<sup>109</sup> Cunha (1989) pp. 154-155.

<sup>110</sup> Gal Meira Mattos - **Brasil, Geopolítica e Destino**. Ed. José Olympio. 1975. pp. 60-61 apud Boaventura (1988) p. 172.

Em 1947 o ITA começou a funcionar no Rio de Janeiro e em 1950 foi para uma sede construída em São José dos Campos, São Paulo. Dentre várias inovações acadêmicas deste Instituto destacamos:

- i. contratação de professores por currículos que atestassem capacidade e eficiência, não pela ocupação de cátedras vitalícias;
- ii. em consequência de (i), a estruturação de uma carreira do magistério;
- iii. o departamento (e não a cátedra) como unidade básica do ensino superior;
- iv. professores e alunos residindo no campus em dedicação integral ao ensino e à pesquisa;
- v. flexibilidade do currículo, montado pelo aluno de acordo com seus interesses;
- vi. divisão do curso em duas partes: “fundamental”, composta de disciplinas básicas a todos os cursos que nivelariam o conhecimento dos estudantes e estimulariam a ciência pura; e “profissional”, onde se concentrariam as disciplinas profissionalizantes;
- vii. incentivo à pesquisa, especialmente nos cursos de pós-graduação, que visavam à formação de docentes e pesquisadores.

Estas características estruturais fizeram do ITA um modelo de reforma universitária e centro de referência para pesquisa em todo o país, atraindo professores e estudantes que viam lá motivações e recursos para pesquisar, desenvolver tecnologias avançadas, ensinar e aprender que não eram disponíveis em outras escolas. Também reforçaram os ânimos daqueles que creditavam à modernização do ensino o caminho para a “maioridade científica e tecnológica” do país à medida que era seguido o paradigma universitário da nação mais desenvolvida da América.<sup>111</sup>

A criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 1948 e do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) em 1951 vinham a propósito desta “maioridade” que se buscava, seguindo os rumos dados pelo governo: na década de 40 a

---

<sup>111</sup> Cunha (1989), pp. 154-155.



pesquisa científica e tecnológica estava voltada para aplicações bélicas; já na década de 50 ela iria inserir-se no quadro das necessidades das forças produtivas.

A SBPC foi criada por um grupo de cientistas prestigiados que, empregados em institutos paulistas, sentiam-se ameaçados pela precariedade das suas condições de trabalho. Objetivavam “a difusão da ciência a fim de buscar apoio do Estado e da Sociedade Civil, a promoção do intercâmbio entre os cientistas das diversas especialidades; a luta pela verdadeira ciência; e a liberdade de pesquisa.”<sup>112</sup> Para tanto ela passou a realizar (e realiza até hoje) reuniões anuais em diferentes estados do país objetivando a integração e conscientização dos interesses de cientistas das diversas áreas e começou a publicar a revista “Ciência e Cultura”. Essas reuniões anuais e os artigos publicados na revista foram espaço de debates sobre o atraso do ensino superior brasileiro, abrindo a discussão quanto às medidas cabíveis para sua reformulação.

O CNPq surgiu da proposta de uma comissão formada no âmbito da Presidência da República para estudar medidas que poderiam promover a pesquisa científica e tecnológica no Brasil. Do anteprojeto encaminhado ao Congresso em 1949 resultou a lei da criação em 15 de janeiro de 1951, adequada ao contexto de promoção da segurança e do desenvolvimento. De acordo com o pensamento de seu presidente, o Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, o CNPq concentrou seus esforços na conquista de autonomia no campo da energia nuclear e de artefatos bélicos, mas obstáculos e pressões feitos pelo governo norte-americano impediram a conclusão de vários projetos e levaram ao afastamento do Almirante Álvaro Alberto em janeiro de 1955. A partir daí o CNPq ampliou sua participação na promoção das Ciências Exatas e Biológicas concedendo bolsas de estudo no Brasil e no exterior, comprando equipamentos, criando laboratórios e institutos especializados: tudo visando suprir as deficiências das Universidades em promover pesquisa por falta de recursos materiais e humanos.<sup>113</sup>

Outras instituições de iniciativa privada - como o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) em 1949, no Rio de Janeiro - e de iniciativa governamental -

---

<sup>112</sup> Idem p. 20.

<sup>113</sup> Idem, pp. 156-158.

como a Comissão Supervisora do Plano de Institutos (COSUPI) em 1958, no MEC - surgiram com o mesmo objetivo de criar condições para o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica, modernizando também o ensino conforme as necessidades do país. Estas metas, porém, raramente eram projetadas e executadas sendo integradas aos departamentos das Universidades e Faculdades já existentes, ficando deste modo restritas aos Institutos criados com esse fim. As FFCL, concebidas originalmente para cumprir as funções de 1) formar professores de nível médio, 2) formar pesquisadores e 3) fazer ciência, só realizavam a primeira tarefa, com algumas poucas exceções (como a USP e a Universidade do Brasil que contavam com o auxílio de professores estrangeiros).

Urgiam, portanto, alterações na estrutura do Ensino Superior brasileiro, uma vez que aumentava a demanda na indústria em quantidade e qualidade de profissionais (principalmente técnicos e engenheiros), necessidade esta reforçada pela busca, da parte dos governantes e da comunidade científica e intelectual do país, de autonomia econômica. No sentido de empreender as mudanças desejadas cabe destacar a criação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto em 1951 - uma expansão da USP no interior (a FMRP será abordada em capítulo adiante) - e da Universidade de Brasília em 1961.

#### 4.3. A PROPOSTA MODERNIZANTE DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Com o processo de industrialização e desenvolvimento econômico do país nos anos 50, tornou-se evidente o atraso da Universidade brasileira diante das necessidades das novas empresas e do Estado na fase monopolista. As atividades produtivas, cada vez mais complexas, exigiam um número crescente e diversificado de técnicos, diferentes daqueles formados pelas faculdades do país que ainda estavam à margem da revolução tecnológica no ensino e, principalmente, na pesquisa que quase inexistia. O projeto de criação da Universidade de Brasília (UnB) surgiu neste momento em que a Universidade era chamada a responder às exigências do desenvolvimento tecnológico. Refletindo a crença no desenvolvimento e na modernização como a via de acesso ao crescimento

econômico do país e permeada também pelo nacionalismo, que tomava este crescimento como conquista de independência e igualdade em relação aos países desenvolvidos, cabia à nova Universidade estruturar-se para formar técnicos, cientistas e profissionais que atendessem às necessidades da Nação e estender às demais o seu modelo organizacional.

*“Muitas outras considerações recomendam a criação em Brasília de uma Universidade, de tipo novo para nós, mas já tradicional nos países plenamente desenvolvidos e tida por eles como um dos principais motores do progresso que experimentaram.*

*As nações (...) hoje se empenham numa competição de base mundial para criar um corpo de cientistas e tecnólogos tão amplo e diversificado quanto o permitam seus recursos, pois estão certos de que o poder de uma nação se mede principalmente pelo vulto de suas disponibilidades neste campo.(...)*

*Assim como planejamos a instalação de usinas e de fábricas que nos virão assegurar autonomia na produção das condições materiais de sobrevivência, teremos de criar planejadamente Universidades e instituições de pesquisa que nos hão de assegurar independência no plano científico e cultural.(...)*

*Este é um imperativo inelutável para uma nação que almeja ser uma potência entre as grandes do mundo. Para tanto precisaremos alcançar e superar a proporção entre tecnólogos e trabalhadores que eles já atingiram, como condição fundamental para, um dia, vencer a defasagem entre o progresso que alcançaram e o nosso.”<sup>114</sup>*

Segundo Cyro Versiani dos Anjos, em Conferência realizada na UnB em 17 de dezembro de 1985, a idéia da UnB surgiu de uma conversa entre ele e Oscar Niemeyer no avião, em meados de 1958, quando voltavam de uma visita às obras da nova capital. Eles discutiam sobre a necessidade de criação da Universidade quando, ouvidos pelo Presidente da República, argumentaram:

- a necessidade de atender à juventude que iria para Brasília;
- a transformação da capital num centro intelectual, viveiro de idéias onde o próprio governo encontrasse inspiração;
- impedir que Brasília fosse inferiorizada diante de outras metrópoles, dando-lhe status cultural;

---

<sup>114</sup> Memorial da Comissão convocada pelo Ministro da Educação e Cultura para estudar a estruturação da Universidade de Brasília, in: *Educação e Ciências Sociais* 8(15):1960 apud Fonseca (1986), pp. 66-67.

- antecipar-se à iniciativa do clero que, assim que possível, faria em Brasília uma Universidade Católica contando com recursos públicos.

Convencido a concretizar essa idéia apesar das dificuldades financeiras crescentes de seu governo devido à edificação de Brasília, Juscelino determinou a instalação de uma Comissão de alto nível para planejar a Universidade. Para organizá-la foi convidado Darcy Ribeiro, discípulo de Anísio Teixeira que trabalhava com este no Ministério de Educação e Cultura junto ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Cabe destacar que o INEP havia elaborado o plano do sistema escolar público de 1º e 2º graus de Brasília e fora responsável por críticas sistemáticas ao atraso do Ensino Superior brasileiro na década de 50.

Darcy Ribeiro organizou uma comissão convocando professores brasileiros os mais competentes de todas as áreas que estivessem trabalhando no país ou no exterior. Em reuniões sucessivas, ao longo de meses, ele e esta equipe planejaram a Universidade de Brasília. Depoimentos de profissionais que colaboraram neste projeto afirmam que toda a estrutura didático-acadêmica e currículos eram discutidos sempre com o intuito de se fazer o melhor em termos de Universidade para o Brasil. Assim, se a comissão buscava colaboração de docentes no exterior e se Instituições de Ensino Superior estrangeiras eram tomadas como referência, ela também buscava que todas as inovações e modernizações estivessem adequadas às necessidades do país. Questionava-se, por exemplo: que tipo de médico devemos formar? O currículo europeu de formação de engenheiros tem a contribuir para aquele que estamos organizando? Que tipo de professores de 1º e 2º graus o país está precisando?<sup>115</sup>

Devido ao seu objetivo de elaborar um projeto que realmente correspondesse às necessidades de modernização e incremento das atividades de pesquisa e ensino no Brasil - visando a formação de cientistas e produção de ciência e tecnologia - a equipe comandada por Darcy Ribeiro ouviu uma massa crítica de pesquisadores e

---

<sup>115</sup> Informações obtidas nos depoimentos do prof. Dr. Aryon Dall'igna Rodrigues e da Profa. Dra. Carolina Bori, que foram tomados para elaboração desta dissertação.

professores universitários de todas as áreas que, atuando em diferentes pontos do país, pode opinar quanto à construção de um projeto nacional de Universidade.

Neste ponto cabe citar a participação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que, através da publicação da revista *Ciência e Cultura* e de suas reuniões anuais, disseminava por todo o país a importância da modernização do ensino superior além de refletir as demandas de professores e pesquisadores. No segundo semestre de 1960, no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, a SBPC realizou um simpósio apenas para discussão da estrutura da UnB e seu processo de criação<sup>116</sup>, o que lhe conferiu uma participação de algum destaque no traçado do plano.

Deste modo o projeto da UnB concentrou os anseios e os esforços da maior parte da comunidade científica e intelectual do país e contou com o apoio de vários “esquerdistas”, considerando-se que o planejamento racional, modernizado e integrado das Universidades era tido como pressuposto para fazer do Brasil uma nação livre, emancipada, voltada para os problemas nacionais.

*“... combinando eficiência do ensino, crescimento da pesquisa com economia nos gastos (...) a estrutura e funções da Universidade foram pensadas com vistas ao mundo moderno - as necessidades de preparação do homem, que resultam do pensamento científico e da tecnologia da era industrial.”<sup>117</sup>*

O plano da UnB, segundo o próprio Darcy Ribeiro, foi inspirado nos esforços de Anísio Teixeira (na UDF) e da USP em implantar sistemas universitários integrados tendo ele conseguido, no entanto, ultrapassar o intento pioneiro de ambos.<sup>118</sup> O modelo utilizado, porém, embora inovador tendo em vista a estrutura universitária brasileira na época, era largamente experimentado e aprovado em vários países

---

<sup>116</sup> Neste simpósio foram debatidas as linhas gerais do plano da Universidade e, também, projetos de áreas específicas como o Instituto de Biologia, elaborado por Mauricio Rocha e Silva (da FMRP), o da Faculdade de Agronomia, Zootecnia e Engenharia Florestal elaborado por Felisberto C. Camargo; o do Departamento de Economia feito por Celso Furtado, entre outros. Cunha (1989), pp. 182-183.

<sup>117</sup> Fernandes, Florestan - **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Ed. USP:1966, p. 342 apud Boaventura (1988), p. 198.

<sup>118</sup> Ribeiro, Darcy - **A Universidade Necessária**, 2ª edição RJ: Paz e Terra: 1975. p. 132.

desenvolvidos como a Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Rússia que já haviam integrado em seus cursos universitários a ciência moderna e a tecnologia.<sup>119</sup> Mas a adoção deste modelo por si só não garantia que a nova Universidade se fizesse moderna e crítica das estruturas vigentes. Isto seria determinado pela sua autonomia no direcionamento da pesquisa e produção de seus intelectuais e cientistas, conforme ditava a sua proposta original. Veremos adiante os motivos que a impediram de vingar.

Os objetivos da Universidade de Brasília, de acordo com os Artigos 2 e 3 do seu Estatuto aprovado pelo Decreto Lei nº 1.872 de 12 de dezembro de 1962 eram, resumidamente os seguintes:

- formar cidadãos na busca de soluções para problemas do povo brasileiro;
- complementar a formação científica, cultural, moral e física da juventude universitária;
- preparar profissionais e especialistas altamente qualificados em todos os campos do conhecimento que sejam capazes de promover o progresso social utilizando os recursos da ciência e da técnica;
- congregar cientistas, intelectuais e artistas assegurando-lhes meios materiais e independência para dedicarem-se à ampliação do conhecimento, da cultura e das artes a serviço do homem;
- colaborar, através de estudos e pesquisas originais, para um maior conhecimento da realidade brasileira em todos os aspectos;
- contribuir para que a Capital Federal, por meio de um núcleo de ensino e pesquisa de alto padrão aberto a jovens de todo o Brasil e da América Latina, exerça função integradora da vida social, política e cultural da nação;
- assessorar os poderes públicos, nos diversos domínios do saber, no desempenho das suas funções;
- incentivar a vida intelectual e artística na Capital do país tornando-a culturalmente autônoma, fonte criativa e renovadora dos projetos que executar;

---

<sup>119</sup> Ribeiro, Darcy - "A Universidade de Brasília"- **RBEP**, vol. XL, julho/set, 1961.

- colaborar com outras instituições de ensino na elevação do seu nível e na adaptação às necessidades do desenvolvimento nacional e regional.

É importante destacar dois desses propósitos conferidos à UnB; primeiro o de agência de assessoria governamental na luta pelo desenvolvimento autônomo do país, idéia reforçada em vários documentos e discursos presidenciais:

*“A Universidade foi idealizada partindo da preliminar de que seria imprescindível a criação de um centro cultural capaz de prestar assessoramento à alta administração do país...”<sup>120</sup>*

*“Destinada a cumprir funções específicas de assessoramento aos poderes públicos em todos os campos do saber. Voltada para o cultivo da ciência e da técnica. Comprometida com o estudo e a procura de soluções para os problemas que afligem o nosso povo”.<sup>121</sup>*

O segundo propósito é o de promoção de uma modernização que, posteriormente, servisse de modelo para outras instituições do Ensino Superior brasileiro, criando um paradigma de Universidade no país que influísse nos rumos das escolas com estruturas arcaicas.

No que tange às diretrizes da Universidade, era também primordial a sua preocupação em trabalhar na resolução de problemas nacionais não cultivando, apenas, a cultura livre e desinteressada que havia caracterizado a formação de Instituições de Ensino Superior no país nas décadas anteriores. Ao contrário, voltando-se para o ideário de desenvolvimento da nação através da sua inserção no mundo da técnica e da ciência, ela daria importância fundamental a aspectos como racionalidade, funcionalidade, economia, princípios da sua proposta modernizante.

*“Consciente do dever que lhe cabe de apoiar o povo brasileiro no arrojado esforço de desenvolvimento em que se acha empenhado, a Universidade de Brasília dará ênfase aos seus propósitos de*

---

<sup>120</sup> Justificativa do anteprojeto de lei encaminhado pelo Presidente da República, in: “A Universidade de Brasília”. RBEP, nº 78, abril/junho 1960, p. 133.

<sup>121</sup> Goulart, João. *A missão da Universidade de Brasília*, in: **Plano Orientador da Universidade de Brasília**. Ed. da UnB, 1962.

*colaboração. (...) Não quer ficar isolada em torre de marfim, a cultivar as puras virtudes do espírito, antes deseja descer à planície e pelejar, ao lado do povo, pela sua crescente prosperidade. Deseja ser uma oficina sempre acesa, forjando capacidades mais ágeis e alavancas mais robustas para moverem o nosso esplêndido progresso.*"<sup>122</sup>

A estrutura com que foi organizada a Universidade de Brasília constituiu-se uma novidade para o sistema universitário brasileiro mas, de acordo com o que já vimos anteriormente, várias das suas inovações acadêmicas já haviam sido preconizadas na criação do ITA em 1947. Ela foi planejada com o modelo tripartido e integrado de **Institutos Centrais, Faculdades Profissionalizantes e Órgãos Complementares** em substituição às escolas isoladas justapostas (herança do modelo francês).

Aos Institutos Centrais cabia, como unidades dedicadas à docência e à pesquisa nos campos fundamentais do saber, ministrar cursos introdutórios e de nivelamento a todos os alunos de graduação da Universidade, a fim de prepará-los para prosseguirem aos cursos profissionais; teriam também cursos de graduação em Ciências, Letras e Artes e programas de estudos para alunos de Mestrado e Doutorado.

As Faculdades Profissionalizantes receberiam os estudantes com formação básica completa para ministrar cursos de treinamento profissional e de especialização para o trabalho, diversificando os tipos de formação.

Os Órgãos Complementares deveriam prestar serviços à comunidade universitária e colocá-la em contato com a sociedade; poderiam ministrar cursos de formação profissional e aperfeiçoamento correspondentes aos seus campos de atividade.<sup>123</sup>

---

<sup>122</sup> Exposição de motivos da Comissão encarregada pelo MEC de estudar a implantação da Universidade de Brasília, em 16 de abril de 1960, apud Fonseca (1986), p. 69.

<sup>123</sup> Os Institutos Centrais seriam formados pelos institutos de: a) Matemática, Física, Química, Geociências; b) Ciências Biológicas; c) Ciências Humanas; d) Letras e e) Artes. As Faculdades Profissionais incluiriam o conjunto de: Ciências Médicas, Ciências Agrárias, Ciências Tecnológicas, Ciências Políticas e Sociais, Arquitetura e Urbanismo, e Educação. Os Órgãos Complementares seriam, entre outros, a Biblioteca Central, Museu, Centro de Teledifusão Educacional (serviços de rádio, televisão, cinema, teatro, jornalismo), Editora e Estádio Universitário. Ver texto de Heron de Alencar - "A Universidade de Brasília - projeto nacional da intelectualidade brasileira", in: Darcy Ribeiro - **A Universidade necessária** (1975), Apêndice I, pp. 280-282.



Cada Instituto e Faculdade teria, por sua vez, um conjunto de Departamentos que reuniriam professores especializados em um mesmo campo do conhecimento. O Instituto de Ciências Humanas, por exemplo, era composto pelos Departamentos de Antropologia, Sociologia, Psicologia, Ciências Políticas, História, Filosofia, Demografia e Economia.<sup>124</sup>

Essa estrutura possibilitava grande economia de recursos pois evitava a multiplicação de professores, instalações, laboratórios, bibliotecas em cada escola assegurando, conseqüentemente, melhores condições para atividades de pesquisa. Isto porque as disciplinas pertencentes a uma Faculdade ou Instituto que fossem comuns ao currículo de mais de uma carreira seriam fornecidas só por esta unidade a alunos de toda a Universidade. Como a disciplina Bioquímica, por exemplo, que podendo ser cursada por alunos de Medicina, Química, Biologia, Odontologia, Farmácia, seria oferecida por um único instituto. Outra vantagem deste sistema estava no fato de possibilitar aos estudantes maior liberdade na escolha das disciplinas profissionalizantes que quisessem cursar, conferindo flexibilidade ao currículo. Este seria integralizado pelo acúmulo de créditos conferidos pelas disciplinas que, oferecidas semestralmente, davam fim ao regime seriado.

Como no ITA o Departamento passou a ser a unidade básica de organização da Universidade e também não havia catedráticos: os professores eram contratados pela legislação trabalhista e, de acordo com sua titulação, ingressavam em um nível do plano de carreira do Magistério. Este foi elaborado com uma interessante interpretação do conceito de cátedra, que deixou de ser entendida como um cargo passando a constituir-se de um grau universitário, possibilitando que um mesmo Departamento tivesse mais de um “catedrático”.

Para o comando e administração da Universidade foi estabelecido um sistema de três órgãos:

- I. Órgãos Normativos da atividade didática que eram integrados, além do conselho universitário e sua mesa Executiva, por: a) Congregações de Carreira; b) Câmara de Decanos; c) Câmara dos Delegados Estudantis.

---

<sup>124</sup> Ribeiro (1975), pp. 208-209.

- II. Órgãos de Coordenação das atividades das Unidades Universitárias, formados por: a) Câmara dos Diretores; b) Comissões Diretivas; c) Conselhos Departamentais.
- III. Órgãos de Direção e Supervisão da Universidade, a saber: a) Reitoria; b) Coordenadores Gerais; c) Diretores e Chefes de Departamento; d) Mesa Executiva.<sup>125</sup>

O vestibular para seleção de candidatos conjugava, além de questões sobre as disciplinas do núcleo comum do 2º grau, testes vocacionais e de aptidão e uma entrevista com os estudantes. Estava previsto, dentro do espírito de integração nacional, que houvesse um percentual de vagas a serem distribuídas entre os vários estados da federação e, também, entre estudantes de países latino-americanos.

Havia dois tipos de estudantes previstos nas normas da Universidade: os **regulares**, selecionados por vestibular para os cursos de graduação e pós-graduação, que estavam interessados em obter grau universitário, e os **especiais** que, independente da escolaridade e de interesse no diploma, procurariam apenas o ensino de disciplinas específicas desde que tivessem os conhecimentos necessários para acompanhá-las. Previa-se que 10% das vagas estivessem à disposição dos alunos especiais com a finalidade de contornar os efeitos discriminatórios do sistema de ensino.

*“Mais de um crítico da Universidade de Brasília advertiu que por esta porta larga e democrática dos ‘estudantes especiais’, a Universidade terminaria vendo simples pedreiros assistir a seus cursos de construção civil. O que nos estranha é pensarem que não tenha sido precisamente para isso que ela abriu suas portas”.*<sup>126</sup>

Os estudos não seriam gratuitos mas a Universidade previa conceder, após exame de cada caso individual, bolsa de alimentação, matrícula, material didático etc para estudantes sem recursos, possibilitando também o engajamento destes como força-trabalho, tal qual ocorria em Universidades norte-americanas.

---

<sup>125</sup> A composição e as atribuições de cada Órgão, Câmara e Comissão podem ser encontradas com detalhes no texto de Heron de Alencar, ob cit, pp. 282-287.

<sup>126</sup> Idem, p. 294.

*“... a bolsa de estudos deverá ser estipulada de modo a estimular os alunos a complementá-la com a obrigação de trabalho remunerado durante algumas horas, diariamente, em serviços de conservação de equipamento, catalogação, controle.”<sup>127</sup>*

Mas dentre todas as propostas modernizantes da estrutura montada para a UnB, a mais inovadora dizia respeito aos seus recursos orçamentários administrados em um regime de Fundação. Este nasceu nos Estados Unidos “de um modelo empresarial que prevê o deslocamento de uma parcela dos lucros das empresas para uma função social.”<sup>128</sup> Deste modo a Universidade, embora fosse inicialmente instituída pelo poder público e tivesse por reitor um indivíduo nomeado pelo Estado, administrativamente gozaria da autonomia de uma empresa privada por beneficiar-se da posse de um patrimônio gerador de rendimentos que, no futuro, poderiam emancipá-la economicamente. Assim a UnB foi dotada da renda das ações ordinárias nominativas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) pertencentes à União, de 11 superquadras na Asa Norte de Brasília, perto do lago Paranoá, além de outras doações e subvenções.

Os seus idealizadores previram, com boa dose de realismo, um período de dez anos para que a UnB fosse completamente instalada e vivenciada de modo que pudessem ser detectados equívocos e falhas do projeto para futuras correções. O Golpe Militar de março de 1964 e a sucessivas crises que se instalaram na Universidade após esta data, no entanto, impediram que se concretizasse esta projeção.

Todos estes dados nos indicam que a forma com a qual foi organizada a UnB correspondia, como o ITA, às demandas de professores e pesquisadores brasileiros por condições mais adequadas ao desenvolvimento das atividades universitárias, seguindo a influência das Universidades modernas, em especial as norte-americanas. E sua estrutura veio a antecipar em vários pontos medidas que seriam firmadas em 1968 pela Lei da Reforma Universitária, motivo por que Fonseca (1972)<sup>129</sup> levantou a possibilidade de

---

<sup>127</sup> Ribeiro, Darcy - “A Universidade de Brasília” - **RBEP**, vol XL, julho/setembro 1961, pp. 183-184.

<sup>128</sup> Fonseca (1986), p. 69.

<sup>129</sup> Fonseca, Edson Nery - “Martírio e Restauração de uma Universidade” - depoimento pessoal deste professor que participou da construção da UnB em 1962, publicado no 10º Aniversário de Instalação desta Universidade em 1972, apud Fonseca (1986), p. 104.

Rudolph Atcon, um dos maiores precursores da influência norte-americana na política educacional brasileira nas décadas de 50 e 60, haver influenciado o plano de criação da Universidade de Brasília. Esta hipótese, porém, parece-nos descartada por este comentário de Darcy Ribeiro sobre o professor Atcon

*“Tendo trabalhado no Brasil durante alguns anos, em funções secretariais, junto a Anísio Teixeira buscou conciliar, naqueles projetos, as idéias inovadoras deste educador com sua própria experiência e, sobretudo, com sua supervalorização dos ideais empresariais e privatistas da pior tecnocracia educacional norte-americana (1963). Mais tarde o senhor Atcon converteu-se abertamente em agente da colonização cultural em cada nação submetida a um regime regressivo.”<sup>130</sup>*

e, também, por sua consciência sobre o porquê da ajuda norte-americana às Universidades latino-americanas:

*“De fato, no projeto norte-americano de consolidação do seu domínio neocolonial no hemisfério, as universidades passaram a ser objeto de desvelo especial. Os agentes dessa conscrição são assessores e executivos, do mesmo tipo que elaboraram os projetos Michigan-Vietnã e Washington-Camelot. São os consultores e planejadores todo-poderosos que as agências norte-americanas, os bancos inter-americanos e as organizações internacionais impõem aos corpos diretores das Universidades latino-americanas.”<sup>131</sup>*

Não se pode negar, no entanto, como bem evidencia o trabalho de Fonseca (1986), que a proposta modernizante da UnB abriu as portas da Universidade brasileira para reformas que se faziam necessárias ao desenvolvimento do capitalismo monopolista no país.

*“O trinômio Estado/Universidade/Empresa já estava presente nos pressupostos que fundamentaram a criação da Universidade de Brasília: ela nasce no seio da burocracia estatal por força do Estado, comprometida com o poder e associada aos interesses empresariais, tendo uma função diferente das demais Universidades até então*

---

<sup>130</sup> Ribeiro (1975), p. 130 (nota de rodapé).

<sup>131</sup> Idem, pp. 155-156.

*criadas, isto é, engajada na busca de soluções para os problemas da Nação ...*<sup>132</sup>

A orientação e compromisso da UnB, calcados no modelo nacional-desenvolvimentista, exigiam da Universidade adequar-se ao modelo de desenvolvimento econômico do país que prescindia da ciência e da técnica. Isto fica bastante evidenciado no discurso do Ministro da Educação por ocasião da sua inauguração.

*“A Universidade de Brasília surge, porém, com organização igual à das Universidades Modernas, daquelas que caminham à frente do desenvolvimento do seu país, através do planejamento econômico e social, da intensificação da pesquisa técnico-científica, de formação de profissionais e técnicos de todos os níveis (...) é reclamo nacional a pronta ampliação do número de vagas oferecidas pelos estabelecimentos federais de ensino superior, especialmente nos ramos técnico e científico, a fim de reduzir o custo anual do aluno, mobilizar os recursos didáticos subutilizados e satisfazer a necessidade de médicos e enfermeiras que possam atender o interior do país, e de engenheiros e técnicos capazes de incrementar o progresso da Nação.”*<sup>133</sup>

Um dos indicativos desta tentativa de adequação da UnB está no seu próprio Plano Orientador que previa um Comitê de Coordenação das relações entre a Universidade e as empresas, encarregado do desenvolver serviços de assistência técnica, planejamento econômico e pesquisa aplicada. Segundo depoimento de Cyro dos Anjos, Darcy Ribeiro teria planejado contar com donativos de alguns dos homens mais ricos do país,<sup>134</sup> provavelmente prevendo projetos de colaboração entre Universidade e empresários.

A UnB foi a primeira Universidade do país a ser planejada tendo em vista desempenhar tarefas diretamente relacionadas às formas e aos meios da produção

---

<sup>132</sup> Fonseca (1986), p. 72.

<sup>133</sup> “Discurso de inauguração da UnB” pronunciado pelo Ministro da Educação e Cultura Antonio de Oliveira Britto, in: **Plano Orientador da Universidade de Brasília**, Ed. da UnB, 1962.

<sup>134</sup> Ver em Fonseca (1986), p. 71 - rodapé.

industrial, preconizando o modelo Universidade-empresa,<sup>135</sup> atualmente tão discutido e valorizado. Por conseguinte, também foi a primeira que, adaptando-se às demandas do desenvolvimento capitalista e aos seus princípios de racionalização, eficiência e economia, deu forma à perspectiva tecnocrática de Universidade. Nesta perspectiva de planejamento e racionalização, apoiada no conhecimento e na razão técnica, cabia à Universidade formar recursos humanos que auxiliassem no desenvolvimento técnico e científico visando a produção econômica. Vinculada ao mercado de trabalho e à escolha de programas que propiciavam inovação tecnológica, ela procuraria converter a ciência em “técnicas a serviço da política e do planejamento a nível estatal e empresarial”.<sup>136</sup>

Faz-se necessário atentar, para um melhor entendimento do plano da UnB, às idéias de seu criador, Darcy Ribeiro.<sup>137</sup> Assumindo uma postura **nacionalista**, contra o capital estrangeiro e a favor da nacionalização da indústria, ele propunha um esforço de superação das condições de dependência do país a partir da Universidade. A ela caberia dar o primeiro passo na recuperação da parcela da população marginalizada do seu próprio processo histórico: se os marginalizados não podiam ir à Universidade, então que ocorresse o oposto. Ela teria este compromisso político e ético porque, como instituição de saber, lugar de integração do conhecimento construído e por construir, poderia, conscientizada de si, propor caminho de mudanças, do “salto para fora” da condição do subdesenvolvimento.<sup>138</sup> Para tanto seria preciso mudar também sua própria estrutura e professores em crise, que estariam necessitando não de uma reforma na base do papel, mas de uma revolução na sua base de indivíduos que atuam na instituição e têm condições de direcioná-la para seu compromisso com a sociedade.<sup>139</sup> Estando conscientizados, portanto,

---

<sup>135</sup> Na prática, porém, não há indícios de que esta parte do projeto original tenha sido executada, uma vez que o conturbado momento político do país não possibilitou a total concretização do seu projeto.

<sup>136</sup> Fonseca (1986), p. 110.

<sup>137</sup> Um estudo sobre as propostas de Darcy Ribeiro para a Universidade, bem como sobre limitações destas, foi feito por Paulo de Tarso Gomes - **A Universidade em sociedades subdesenvolvidas**, PUC-Campinas, 1989. (mestrado)

<sup>138</sup> Gomes (1989), pp. 15-16.

<sup>139</sup> Idem, p. 167.

os intelectuais e cientistas, seriam eles os condutores do salto qualitativo para o desenvolvimento da nação.

Alcançar a autonomia do país, porém, exigia pleno domínio da técnica que, naquela época e nos dias de hoje, é sinônimo de poder. O idealizador da Universidade de Brasília entendia que só partindo da revolução tecnológica para o processo de desenvolvimento é que conseguiríamos autonomia nacional.

*“Agora que produzimos aço, telefones, penicilina e com isto acrescentamos à nossa autonomia, caímos em novo risco de subordinação, representada pela dependência de normas e de saber técnicos. Só seremos realmente autônomos quando a renovação das fábricas aqui instaladas se fizer pela nossa técnica, segundo procedimentos surgidos do estudo de nossas matérias-primas e de nossas condições peculiares de produção e de consumo. Só por este caminho poderemos acelerar o ritmo de incremento de nossa produção, de modo a reduzir e, um dia, anular a distância que nos separa de países tecnologicamente desenvolvidos...”<sup>140</sup>*

*“Dominar o saber científico moderno como a linguagem fundamental da civilização emergente - que não se pode desconhecer sob pena de marginalização cultural do mundo do nosso tempo.”<sup>141</sup>*

Todas estas idéias de Darcy Ribeiro que embasaram e estão presentes no projeto na UnB encerram alguns limites e, também, contradições. Os seus limites esbarram:

- na formação de um corpo de profissionais que tivesse a mesma concepção de qual o compromisso social da Universidade;
- na crença de que este ideal de Universidade, racionalmente esboçado num plano, pudesse interferir no processo histórico da Nação;
- na competência da elite de intelectuais e da Universidade, historicamente espaço criado e reservado para poucos, captar as aspirações populares e dizer à sociedade como reintegrar seus marginalizados, como estruturar-se politicamente, economicamente etc.

---

<sup>140</sup> Ribeiro, Darcy - “Universidade de Brasília”, **RBEP**, nº 83, julho/setembro, 1961, p. 164.

<sup>141</sup> Ribeiro (1975), p. 253.

– na competência da tecnologia, considerada “boa” *a priori*, legitimar a ação de cientistas devido ao seu pretenso compromisso com a realidade histórica.<sup>142</sup>

Quanto às contradições, elas nos parecem decorrentes da dificuldade de se organizar uma Universidade ideal, que toma por princípio o compromisso político e ético do saber institucionalizado, em confronto a uma realidade objetiva à qual o projeto, necessariamente, tem que adaptar-se. Vejamos algumas delas. A UnB foi planejada para atender aos marginalizados, indo contra o privilégio de apenas uma elite que perpetuava a ordem social beneficiar-se do patrimônio do saber; era objetivo da Universidade ser comprometida com a busca de soluções para problemas do povo e com a socialização do conhecimento. No entanto, também era seu objetivo manifesto formar uma elite cultural dirigente para o país que, à semelhança do que se pretendia na criação da USP, fosse culta, consciente e imbuída de conhecimento técnico necessário à orientação da nação para o progresso e desenvolvimento econômico. Além disso o ensino era pago, e mesmo as vagas para estudantes especiais não possibilitavam a estes competir em posição de igualdade com os alunos regulares, pois ainda que integralizassem todos os créditos para conclusão de um curso não teriam direito ao diploma. Mas como a Universidade poderia comprometer-se com a educação popular e, mesmo tempo, com a formação de elites culturais dirigentes?

*“Não pode ser outra a tarefa da Universidade de uma nação dependente no plano externo e oprimida internamente. Uma nação cativa de elites infecundas, que, não lhe permitindo nunca organizar-se para seu próprio povo, se viu retardada na sua evolução histórica.”<sup>143</sup>*

*“A Universidade como instituição é o útero onde geram as castas dirigentes e seus servidores intelectuais...”<sup>144</sup>*

---

<sup>142</sup> Gomes (1989), pp. 16, 110 e 111.

<sup>143</sup> Ribeiro, Darcy - **UnB: invenção e descaminho**. RJ: Avenir Editora, 1978, p. 44.

<sup>144</sup> Idem, p.72.



Outra contradição: se nos planos da Universidade estava promover a transformação social do país, esta só viria à medida que seu objetivo de formar elites conscientes das necessidades do povo fosse copiado por outras instituições universitárias, já que não estava prevista nos seus fundamentos nenhuma alteração estrutural no projeto de desenvolvimento econômico da nação adotado desde 1945, nem estimulava uma reflexão sobre as diferenças de classes sociais. Ao contrário, encontrava-se atrelado ao nacional-desenvolvimentismo. Como a Universidade promoveria transformações sociais profundas estando estruturada nos moldes do plano de desenvolvimento (político, econômico, social) desta mesma sociedade?.

Havia a preocupação de que a estrutura administrativa da UnB fosse organizada de forma que em todos os seus órgãos normativos, de coordenação e de direção estivessem representados os vários segmentos da Universidade; no entanto o reitor, que também era o presidente da Fundação da Universidade de Brasília, deveria ser diretamente nomeado pelo Presidente da República. De que modo a Universidade poderia ser crítica da sociedade se era comandada por um indivíduo diretamente comprometido com o poder?

A principal contradição, porém, parece-nos a que reflete a ambigüidade da ideologia nacional-desenvolvimentista para o crescimento econômico do país via modernização. Se o projeto da UnB era de interesse de intelectuais e cientistas que buscavam a autonomia do país, ele também interessava às indústrias e empresas que se instalavam no Brasil e que buscavam a internacionalização da economia. As inovações que se apresentaram sintetizavam e expressavam esta contradição espelhada a nível político-econômico: a de conciliar o desenvolvimento nacionalista com a associação cada vez mais ampla ao capital internacional. Deste modo a proposta tecnocrática da UnB ficou camuflada pelo seu discurso autonomista, modernizador e nacionalista. O seu ajustamento ao modo de desenvolvimento capitalista foi escamoteado pela defesa do capital nacional, pela formação de uma elite preparada para solucionar os problemas do povo e pela ênfase na produção de ciência e tecnologia que dariam sustentação ao crescimento econômico e superação do subdesenvolvimento, entendido como a distância entre nações periféricas e de centro.

Percebe-se, assim, que as contradições não estavam somente na organização interna da UnB mas, principalmente, na organização e relação entre esta Universidade e a sociedade como um todo. A ideologia nacional-desenvolvimentista tentava ocultá-las enfocando os problemas sociais e nacionais no binômio desenvolvido X subdesenvolvido, sem que fossem discutidas as condições que levavam a essa diferença, o contexto da produção industrial etc.<sup>145</sup>

A formulação político-ideológica do projeto da UnB revelava um projeto de Universidade voltado para toda a sociedade, mas ele não se sustentava dentro do processo histórico no qual se inseria e, por isso, esgotou-se em decorrência dos elementos contraditórios inerentes a ele. Dado o desenvolvimento das forças capitalistas, projetos autonomistas como o da UnB estavam fadados ao fracasso devido ao comprometimento do Estado e dos grupos dominantes que a mantinham com os setores mais expressivos do capital internacional. Para poder efetivar-se seu plano não dependia apenas do desenvolvimento científico e tecnológico; estava condicionado a estratégias maiores internamente ligadas a um projeto de transformação social e do modo de produção. As possibilidades de se concretizar o crescimento autônomo do país ruíram, portanto, no mesmo momento em que deixou de existir a sustentação política e econômica da ideologia nacional-desenvolvimentista.<sup>146</sup>

As contradições internas do projeto da UnB sequer tiveram tempo de aflorar, a medida que ele não pode ser devidamente instalado; as externas, no entanto, levaram à inviabilidade da sua concretização tal qual esta fora prevista por Darcy Ribeiro. Na verdade elas indicam a existência de duas Universidades: 1ª) a tecnocrática, engajada no plano de internacionalização do capital para o desenvolvimento do país; 2ª) a da utopia de Darcy Ribeiro que, apoiada por vários setores da burguesia nacional, por cientistas, intelectuais, (alguns) estudantes e esquerdistas, caminhava na busca da autonomia e resolução de problemas do povo pelo desenvolvimento científico e tecnológico da indústria nacional. A segunda aderiu ao projeto modernizante - necessário para o

---

<sup>145</sup> Ver Fonseca (1946), p. 126.

<sup>146</sup> Idem, p. 122.

desenvolvimento científico e tecnológico do país - da primeira, mas as diferenças de objetivos de ambas denotam a sua incompatibilidade. Se a proposta tecnocrática e modernizante servia de parâmetro para outras Universidades e para reformas que seriam, mais tarde, implantadas no Ensino Superior do país, a proposta de Universidade crítica e autônoma, nacionalista, apresentava-se como um perigo para sustentação de alguns dos princípios da primeira.

Pensemos agora a Universidade como a combinação de uma estrutura didático-científica e de uma estrutura administrativa (de poder), sustentada por uma estrutura político-ideológica. Na UnB “utópicos” e “tecnocratas” concordavam com as inovações e modernizações da estrutura didático-acadêmica: sistema de créditos, departamentalização, integração das ciências nos Institutos, indissociabilidade entre ensino e pesquisa, fim da cátedra vitalícia etc. A estrutura administrativa já tinha uma contradição que revelava a divergência entre os dois grupos: mecanismos democráticos de representação de todos os segmentos da Universidade X reitor nomeado pelo Presidente da República. E a sua estrutura político-ideológica por sua vez, que embasa as anteriores, tinha contradições que realmente inviabilizavam a sustentação do projeto: a perspectiva idealista e de auxílio aos marginalizados do sistema X a formação de elites para gerir e assessorar a organização deste mesmo sistema; desenvolvimento de mão-de-obra e programas de ciência e tecnologia para promover a indústria nacional X apoio deste objetivo dado por setores do poder e da economia comprometidos com o desenvolvimento do capital internacional; fazer a crítica da sociedade visando transformações na sua estrutura X ser financiada e subordinada aos indivíduos que mantêm esta estrutura.

Estas dicotomias da estrutura político-ideológica da Universidade de Brasília foram a causa, após o Golpe de 1964, dela haver sido perseguida e minada pelos militares e de haver ficado com seu funcionamento comprometido; ao mesmo tempo a UnB serviu de modelo didático-científico para as reformas que este mesmo Estado Militar promoveu no Ensino Superior em 1968. A proposta autonomista de alguns de seus objetivos e dos elementos diretamente envolvidos na execução do seu projeto (alunos,

professores e funcionários) antes e pós-golpe era uma afronta e uma negação do regime centralizador e autoritário que se instalava.

## 5.0. A REFORMA UNIVERSITÁRIA

### 5.1. OS ANTECEDENTES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A mobilização dos estudantes face aos problemas da educação em geral e do Ensino Superior foi, sem dúvida alguma, uma das maiores forças reunidas no impulso à Reforma Universitária. Face ao crescimento econômico e ao processo de industrialização do país, a educação era cada vez mais considerada como mecanismo de ascensão social da classe média<sup>147</sup>. A corrida pelo diploma, que crescera enormemente na década de 50<sup>148</sup>, fazia com que aumentasse o número de excedentes nas Universidades. Esta escassez de vagas no 3º grau, aliada à preocupação com a adequação do ensino à demanda industrial, fazia com que os estudantes se tornassem cada vez mais conscientes da estagnação em que se encontravam as Universidades brasileiras. Isto é o que possibilita a Cunha (1989) afirmar que as reivindicações no sentido de que o ensino superior fosse mais democrático e de melhor nível nasceram nos meios estudantis.<sup>149</sup>

A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi criada em 1938. Inicialmente voltada para problemas específicos ela foi, aos poucos, ganhando espaço como legítima

---

<sup>147</sup> A nova realidade econômica levava à falência todo um setor de pequenas indústrias e artesanatos, gerando a perspectiva de ascensão através da escolarização que qualificava para o trabalho em empresas nacionais e multinacionais - Barbosa, Eládio - **A Burocracia e o Processo Decisório na Administração das Universidades Federais Brasileiras: um Estudo de Caso**. Campinas, FE, Unicamp - 1981; mestrado, p. 56.

<sup>148</sup> Sobre isso ver, de Cunha, Luís Antonio - **Política Educacional no Brasil: A Profissionalização do Ensino Médio**. (1973) e "O Milagre Brasileiro e a Política Educacional", in: **Argumento**. Nov/1973.

<sup>149</sup> Cunha (1989), p. 207.

representante de estudantes de todo o país, voltando-se para aspectos mais gerais de organização política e econômica da Nação. Isto ficou mais evidenciado a partir de 1956, quando passou a ter plataforma voltada para questões nacionais e a desempenhar papéis políticos importantes. Dentre estes podemos destacar a atuação dos estudantes contra a ditadura Vargas, contra o nazismo, na “Campanha em Defesa da Escola Pública”, na chamada “esquerda negativa” que exigia as reformas de base, na resistência aos militares que queriam impedir a posse de Goulart, na formação dos Centros de Cultura Popular, que eram verdadeiras Universidades paralelas ao ensino oficial etc. A importância política da UNE pode ser atestada pelo fato de que, na década de 60, ela possuía um representante no MEC para facilitar suas negociações com o Governo Federal.

Assumindo importância prioritária entre os estudantes, a Reforma Universitária era vista como elemento fundamental dentro do processo de modernização do país, devendo ser organizada, portanto, em consonância com as necessidades nacionais. Nesse ponto é que o aspecto reivindicativo da Reforma ficou intimamente associado ao seu aspecto político, motivo pelo qual muitas práticas e manifestações estudantis desta época foram apreciadas (e identificadas) por diversos setores da sociedade ora como um movimento meramente reivindicativo, ora como tentativa de subversão política.<sup>150</sup>

Nesse contexto foi realizado em Salvador, entre 20 e 27 de maio de 1961, o 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária promovido pela UNE<sup>151</sup>. Contando, na sua abertura, com a presença do governador do estado e de representante do Ministro da Educação, dentre outras autoridades, este encontro foi concluído com o que ficou conhecido como “Carta da Bahia”. Esta enfatizava a importância de se traçar os objetivos da Universidade em conexão com os da sociedade na qual ela está inserida, a fim de que pudesse sanar as lacunas não preenchidas de sua missão cultural, profissional e social. As sugestões feitas para a Reforma Universitária eram muitas, das quais destacamos:

---

<sup>150</sup> Foracchi, Marialice - **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira**. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional. (1977), p. 253.

<sup>151</sup> Sobre os vários movimentos e campanhas promovidos pela UNE, da sua criação ao Golpe Militar de 1964, ver Sanfelice, José Luís - **Movimento Estudantil - a UNE na resistência ao Golpe de 64**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

autonomia universitária (no aspecto didático, administrativo e financeiro); regime de tempo integral para o trabalho docente; abolição da cátedra vitalícia; melhoria na formação dos professores; concentração das cadeiras básicas nas duas primeiras séries dos cursos; ampliação do número de vagas nas escolas públicas, principalmente na área tecnológica; não reeleição, por mais de um período, de diretores de Faculdade e de reitores de Universidade; necessidade de integração entre as Universidades do país; participação estudantil no Conselho Federal de Educação (CFE) e nos órgãos de administração da Universidade (Departamento, Congregação, Conselho Universitário) através de representantes legais.<sup>152</sup>

Dois meses depois dos estudantes, os reitores das Universidades Federais, convocados pelo então Ministro da Educação, reuniram-se em Brasília entre os dias 19 a 21 de julho. Na "Declaração de Princípios", resultado desse encontro, percebe-se que vários pontos da "Carta da Bahia" foram discutidos e aprovados pelos reitores como: autonomia universitária; criação de Institutos como órgãos de integração universitária e de pesquisa; articulação de Faculdades e Escolas na organização da Universidade; aumento do número de vagas; tempo integral para os docentes etc. Em uma questão, no entanto, havia divergência: os reitores propunham a manutenção da cátedra vitalícia, que deveria ser preenchida mediante concurso de títulos e provas.<sup>153</sup>

Em meio a esses acontecimentos, em 20 de dezembro de 1961, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação, de nº 4.024, apresentando-se como um retrocesso em termos do que naquele momento se discutia a respeito de Ensino Superior no país, principalmente tendo em vista o projeto de lei que cinco dias antes criara a Universidade de Brasília. Pela nova LDB a Universidade ainda deveria ser formada pela justaposição de estabelecimentos isolados de ensino sem que houvesse necessariamente alguma integração entre eles, tendo em comum apenas a reitoria; o ensino deveria ser ministrado com a cooperação de Institutos de pesquisa; o vestibular permanecia

---

<sup>152</sup> Fávero (1976), pp. 48-9.

<sup>153</sup> Idem, p. 56.

fragmentado (feito para cada curso separadamente) e a cátedra era mantida como a unidade básica da organização universitária.<sup>154</sup>

A inadequação de LDB ao ensino superior foi, de certa forma, assumida pelo próprio Ministro da Educação Antonio de Oliveira Brito que, em 27 de fevereiro de 1962, baixou portaria criando um "Fórum Universitário" o qual deveria, entre outros objetivos, voltar-se para o estudo de uma "inadiável Reforma Universitária" que convergisse e integrasse as demandas dos estudantes, dos reitores e do recém-instalado CFE, ao qual cabia autorizar o funcionamento e os currículos dos estabelecimentos de 3º grau.<sup>155</sup>

As reivindicações dos estudantes, enquanto isso, continuavam. Na mesma linha do Seminário de Salvador a UNE organizou em Curitiba, de 17 a 24 de março de 1962, o 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária, que resultou na "Carta do Paraná". Nesta foram reafirmadas as solicitações feitas no 1º Seminário, além de serem acrescentadas algumas outras, dentre as quais destacamos: criação de um Colégio Universitário (para alunos de 2º grau); criação de "órgãos anexos" semelhantes àqueles criados na UnB (como órgãos complementares); reivindicação de eleição dos reitores pelo Conselho Universitário, cabendo ao governo apenas ratificar o eleito pela comunidade acadêmica e participação estudantil com direito a voto na proporção de 1/3 em todos os órgãos de direção das Universidades e Escolas.<sup>156</sup> Cabe destacar, ainda, uma crítica feita à Universidade de Brasília que, embora apontada como exemplo de Reforma, segundo os estudantes parecia buscar "ser a fonte de uma elite educacional do País, enquanto toda a luta estudantil consistia na supressão do caráter aristocrático da educação brasileira."<sup>157</sup>

A questão da representação nos órgãos colegiados tornou-se, nesse momento, crucial para os estudantes, pois estes queriam participar da elaboração dos Estatutos que as Escolas Superiores Isoladas e as Universidades estavam por fazer e que

---

<sup>154</sup> Idem, p. 57.

<sup>155</sup> Cunha (1989), p. 249.

<sup>156</sup> Fávero (1976), pp. 50-51.

<sup>157</sup> UNE, "Carta do Paraná" (1962), apud Fávero (1976), p. 51.

deveriam ser encaminhados ao CFE para aprovação até 27 de junho de 1962. A Lei nº 4.024 já consagrava a representação estudantil com direito a voto nos órgãos administrativos das Universidades, mas deixava em aberto a proporção que esta teria, ficando a cargo dos novos Estatutos determiná-la. Como as autoridades universitárias não admitiam a reivindicação do um terço e como os estudantes mantiveram-se inflexíveis, a falta de acordo entre as partes provocou uma greve nacional iniciada em 01 de junho, que paralisou praticamente todas as Instituições de Ensino Superior do país. Conhecida como a "greve do um terço", os estudantes nela permanecem por três meses sem que conseguissem obter a representação pretendida. Mas é importante perceber, conforme alerta Foracchi (1977), que

*"... não era somente a reivindicação do um terço que mantinha os alunos em greve. Através dessa reivindicação puderam eles obter, contudo, um tipo de ampliação de forças e de influência que atingiu os círculos governamentais."*<sup>158</sup>

Apesar do desgaste e da derrota esta mobilização nacional dos estudantes conseguiu colocar a opinião pública a par do problema da Universidade.

Foi realizado, ainda em 1963, um 3º Seminário Nacional de Reforma Universitária em Belo Horizonte que, mais do que os anteriores, colocava a questão da Reforma do Ensino Superior como um problema de reforma social a nível nacional, ou seja, vinculado a "reformas de base"<sup>159</sup>. A partir desse momento as reivindicações dos estudantes assumiram mais notadamente um caráter político-ideológico.

Após o Golpe de 1964 foi promulgada a Lei Suplicy de Lacerda (lei nº 4.464 de 9 de novembro de 1964) através da qual a UNE foi extinta, sendo substituída por um Diretório Nacional dos Estudantes; por esta lei deveriam ser organizadas novas entidades de representação estudantil que ficavam sujeitas às determinações do MEC. Ficaram proibidas quaisquer manifestações de greve ou de propaganda político-partidária por parte de entidades estudantis.

---

<sup>158</sup> Foracchi (1977), p. 260.

<sup>159</sup> Cunha (1989), p. 244; Sanfelice (1986), pp. 46-47.



*"Art. 14 - É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares."<sup>160</sup>*

As reivindicações dos estudantes nos anos de 1964-67 giraram basicamente em torno da revogação da Lei Suplicy, da revogação dos Acordos MEC-USAID (que veremos mais adiante), da gratuidade do ensino, do aumento de verbas para as escolas públicas e do aumento de vagas para a educação<sup>161</sup>. Apesar das proibições o movimento se ampliava: passeatas, manifestações de protesto, panfletagem; aumentavam também os confrontos com a polícia e a repressão física.

A força das mobilizações forçava o Governo a tomar medidas que sanassem, ao menos em parte, as reivindicações dos estudantes; o problema dos excedentes nas Universidades, que aumentava a cada ano, exigia solução. Em 02 de julho de 1968 foi criado um Grupo de Trabalho encarregado de estudar em caráter de urgência medidas para uma Reforma Universitária. Convocados a participar pelo Ministro da Educação Tarso Dutra, os estudantes se negaram a contribuir<sup>162</sup>. Após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em dezembro de 1968 e com o acirramento da repressão pelo decreto-lei nº 477 em fevereiro de 1969, praticamente cessaram as manifestações reivindicativas (e políticas) no meio universitário.<sup>163</sup>

## 5.2. DA CONSOLIDAÇÃO DE UM MODELO ECONÔMICO À LEI DA REFORMA

A Reforma Universitária, decretada pela Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, foi o ato final da legislação de um processo de modernização do Ensino Superior

---

<sup>160</sup> Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964, in: Sanfelice (1986), pp. 204-207.

<sup>161</sup> Fávero (1976), p. 53.

<sup>162</sup> Idem, p. 70.

<sup>163</sup> Sanfelice (1986), pp. 157-158.

que, embora tivesse sido iniciado duas décadas antes, foi bastante acelerado e tomou forma nos anos que se sucederam ao Golpe de 1964. Sendo a expressão de um projeto político e econômico dos detentores do poder nessa época, é possível compreender as suas diretrizes a partir dos acontecimentos e das preocupações que ocupavam o centro da esfera administrativa do país na década de 60.

O desequilíbrio existente entre os interesses das camadas populares e os da classe empresarial começaram a se acentuar a partir do Governo de Juscelino Kubitschek<sup>164</sup>. A aliança existente entre estas duas classes foi rompida para que se assegurasse a preservação da ordem capitalista vigente, "... uma vez que a persistência dos grupos que então controlavam o poder político formal tendia a uma ruptura no plano sócio-econômico."<sup>165</sup>

A incompatibilidade entre a política de massas (o Populismo) e a internacionalização da economia (mais acentuada no governo Kubitschek) fez com que o impasse entre os grupos de esquerda e direita provocasse um Golpe Militar<sup>166</sup>. Instalou-se no país um Estado Autoritário que, segundo Boaventura (1988), caracterizou-se pela:

- repressão e eliminação das forças de oposição;
- adoção de administração racionalizada através de planos sucessivos, com ênfase no tecnicismo;
- adoção de política de segurança nacional;
- aliança com os Estados Unidos e abertura ao capital estrangeiro;
- adoção de metas de combate à inflação e de aceleração do desenvolvimento econômico.<sup>167</sup>

---

<sup>164</sup> Sobre o fim deste pacto de classes ver Ianni, Octávio - **O Colapso do Populismo no Brasil** (1978).

<sup>165</sup> Saviani, Demerval - "Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5.540/68 e 5.692/71", in: Garcia, Walter E. - **Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento** (1976), p. 184.

<sup>166</sup> Romanelli (1984), p. 193.

<sup>167</sup> Boaventura (1988), p. 206.

É curioso observar, no que tange ao discurso sobre educação, as semelhanças encontradas entre o do governo autoritário que se instalou em 1937, com Getúlio Vargas, e o dos militares em 1964. Vejamos algumas palavras e medidas repressivas tomadas nestes dois momentos, respectivamente, em que a educação é considerada base para o progresso da nação:

*"O objetivo principal da educação e do ensino é formar uma consciência nacional. Cabe aos educadores brasileiros, de um modo geral, esforçarem-se para colocar o pensamento da escola acima das competições e ideologias de toda ordem, e sobretudo sob os ditames da unidade da pátria e da segurança nacional. Para isso, urge estreitar cada vez mais os vínculos que devem existir entre os órgãos militares e os órgãos educativos e culturais..."<sup>168</sup>*

*"Art. 29 - Os professores e os alunos da Universidade do Brasil não poderão tomar oficialmente, nem coletivamente, dentro da Universidade qualquer atitude de caráter político-partidário.*

*Art. 36 § 2º A escolha (de bolsistas) deve recair em estudante (...) que tenha boa saúde e **conduta irrepreensível...***

*§ 5º Perderá a bolsa de estudo o aluno que (...) se tornar culpado de qualquer ação indigna, a juízo do Conselho Universitário."<sup>169</sup>*

*"O sistema educacional brasileiro, que deveria servir como vigoroso instrumento de progresso, foi encontrado pelo atual Governo em situação delicada, sujeito que estava a um processo de deterioração progressiva."<sup>170</sup>*

*"... que a educação é uma das condições mesmas do desenvolvimento, na medida que promove a habilitação de populações para melhorar,*

---

<sup>168</sup> Conferência do General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra do Governo Vargas (e posteriormente eleito Presidente da República), proferida em dezembro de 1940 - apud Cunha (1980), p. 276.

<sup>169</sup> Lei nº 452, de 05 de julho de 1937, que organiza a Universidade do Brasil. Apud Fávero (1980), p. 204. (grifos meus)

<sup>170</sup> Discurso do General Humberto de Alencar Castelo Branco, Presidente da República, proferido em 1965 ao Congresso Nacional - apud Boaventura (1988), p. 207.

*em bases tecnológicas, os índices de produção e propiciar a elevação dos níveis das aspirações populares.*<sup>171</sup>

*"Art. 1 § 1º - I- Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco anos;*

*II- se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos.*<sup>172</sup>

(Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1966, que proíbe manifestações políticas ou de protestos dentro da Universidade, prevendo punições)

A consolidação do modelo econômico de desenvolvimento pela internacionalização da economia exigia que o Estado reorganizasse sua política em todos os níveis; a educação também deveria obedecer à nova ordem de modernização e crescimento.<sup>173</sup>

*"(...) houve intenção em legitimar toda uma transformação modernizadora imposta à nacionalidade brasileira, no sentido de direcionar sua racionalidade pelo modo de produção capitalista. Com essa direção impuseram-se mudanças radicais no processo de ensino, objetivando modernizá-lo pela internacionalização da filosofia pedagógica desenvolvida nos E.U.A.*<sup>174</sup>

A função a que destinavam a educação pode ser notada pela sua inclusão no Programa de Ação Econômica do Governo - 1964/1966: ela passou a ocupar espaço no

---

<sup>171</sup> Idem, p. 208.

<sup>172</sup> In: Sanfelice (1986), p. 235.

<sup>173</sup> Oliveira, Regina T. C. - **Aspectos do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil pós-64: algumas implicações na educação.** Campinas, FE - Unicamp. (1991), mestrado, p. 69.

<sup>174</sup> Arapiraca, José O. - **A USAID e a educação brasileira.** São Paulo, Editores Associados: Cortez, (1982), p. 110.

planejamento do desenvolvimento econômico e da modernização do país.<sup>175</sup> Este fato colocou oficialmente a educação dentro da Teoria do Capital Humano elaborada por Schultz na década de 50, segundo a qual o investimento no capital humano de uma empresa (ou seja, em educação e aperfeiçoamento pessoal de funcionários) seria responsável por um aumento significativo na sua produtividade.<sup>176</sup>

Mas a inserção do Brasil no âmbito dessa política educacional, como já vimos anteriormente, não se iniciou somente na década de 60. Depois da 2ª Guerra Mundial os EUA organizaram vários programas de assistência técnica e financeira para áreas subdesenvolvidas com a finalidade de aliá-las, pela dependência econômica e cultural, ao sistema capitalista<sup>177</sup>. Já no início dos anos 50 vários acordos foram assinados entre o governo brasileiro e norte-americano "com a finalidade de promover, direta ou indiretamente, a cooperação cultural entre os dois países."<sup>178</sup> Dentre estes cabe destacar o Acordo Geral de 19.12.1950, que visava

*"... estabelecer o intercâmbio de conhecimentos técnicos, a cooperação em atividades correlatas como também contribuir para um desenvolvimento equilibrado e coordenado dos recursos econômicos e da capacidade produtiva no Brasil."*<sup>179</sup>

É possível perceber que desde essa época, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do país, eram firmados acordos com os EUA centrados na produtividade e na técnica. Os convênios entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency of International Development (USAID) em 1960 foram, portanto, apenas o desdobramento de uma política capitalista que era cultivada há anos para a área

---

<sup>175</sup> Cunha (1988), p. 70.

<sup>176</sup> Sobre a Teoria do Capital Humano e suas conseqüências para a escola e o ensino, ver Frigotto, Gaudêncio - **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

<sup>177</sup> Oliveira (1991), p. 69.

<sup>178</sup> Fávero (1976), p. 60.

<sup>179</sup> Idem, p.61.

da educação. A esta seria aplicada a ideologia do "progresso empresarial"<sup>180</sup> a medida em que fosse exigida para suprir às necessidades do capital e da classe dominante da sociedade na época.

Diante desta situação o Ensino Superior ganhou destaque, pois a meta de avanço tecnológico exigia e priorizava a formação de técnicos e especialistas. Considerou-se que a Universidade deveria ser voltada para a segurança, o desenvolvimento e as necessidades nacionais, além de servir à sociedade<sup>181</sup>. A Reforma Universitária, tomada como fator da reconstrução nacional desde quando o Ensino Superior era discutido e questionado por toda a sociedade civil brasileira no início da década de 60 como 'reforma de base', em 1964 foi incorporada pelo Estado com esse mesmo mote, mas com diferente objetivo: da democratização do povo passou a ser apoio à modernização capitalista do país.

É no bojo dessas idéias que foram assinados os acordos MEC-USAID, em que esta última oferecia assistência técnica e cooperação financeira ao MEC para auxílio no planejamento de uma reforma do ensino superior brasileiro. Em 23 de junho de 1965 firmou-se um convênio visando a formação de uma Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES). Composta por cinco educadores brasileiros e por cinco assessores norte-americanos para funcionar no período de dois anos e recebendo doação de 500 mil dólares da AID, ela tinha por finalidade: 1) elaborar planos de ampliação e reestruturação do ensino superior para o período 65/70; 2) criar mecanismos para desenvolvê-los a curto e longo prazo; 3) criar um quadro de técnicos brasileiros em planejamento educacional para que o MEC pudesse levar adiante este planejamento.<sup>182</sup> O texto desse acordo levou mais

---

<sup>180</sup> De acordo com Vieira, Evaldo - **Estado e Miséria Social no Brasil de Getúlio a Geisel**. São Paulo: Editora Cortez, (1987), as principais características dessa ideologia são: a ênfase às mudanças quantitativas; a valorização da ciência aplicada, da engenharia, das relações públicas e da perícia administrativa; o destaque da autoridade; a sistematização e as normas burocráticas; o reforço da tradição, da repetição e da confiança na autoridade e, finalmente, a identificação com grupos poderosos. p. 216.

<sup>181</sup> Idem, p. 73.

<sup>182</sup> Ver Cunha (1988), p. 175.

de um ano a ser publicado, provavelmente devido às críticas que o Governo Militar temia receber (e que já recebia) do meio acadêmico.

Devido às reações de oposição dos mais variados segmentos da sociedade à EPES, um segundo convênio foi firmado em maio de 1967 tendo o cuidado de, em seu texto, contornar todos os pontos considerados críticos pela opinião pública fortemente contrária à intervenção dos consultores norte-americanos. Desse modo, foi montada uma Equipe de *Assessoria* ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), composta apenas por quatro brasileiros que contratariam uma instituição nos EUA para assessorá-la. Também válido por dois anos, o acordo parecia ter objetivos mais modestos que o primeiro. A equipe norte-americana contratada foi a mesma de 1965, sendo alterada a parte brasileira, pois havia dificuldades na indicação dos nomes. Na prática apenas os termos discursivos entre os acordos de 65 e 67 foram alterados, pois tanto os objetivos da USAID quanto as reações contrárias da opinião pública (e do próprio CFE) não deixaram de acontecer, o que levou, inclusive, ao cancelamento do convênio pelos assessores um ano antes do seu término<sup>183</sup>.

Desde o início dos acordos MEC-USAID estudantes, intelectuais e vários setores da sociedade se empenharam em demonstrar seu caráter ideológico. As críticas feitas, que não tardaram a aparecer, alertavam para a camuflagem dos interesses econômicos dos EUA no Brasil, bem como para a execução de uma política geradora de dependência cultural. Percebia-se que a USAID pretendia manipular o aparelho escolar brasileiro cooptando os estudantes na direção de seus interesses capitalistas<sup>184</sup>.

Dentre as reações de oposição a UNE assumiu uma das posições mais contundentes em defesa da soberania nacional, criticando o autoritarismo do governo que se abria ao imperialismo americano<sup>185</sup>. Manifestações e passeatas repercutiam por todo o país e aumentavam o movimento, levando a confrontos diretos com a polícia que, mesmo

---

<sup>183</sup> Idem, p. 182.

<sup>184</sup> Boaventura (1988), p. 212. Sobre as implicações político-ideológicas da USAID ver Arapiraca (1982).

<sup>185</sup> Sanfelice (1986), p. 138.

fechando escolas, ocupando Universidades e prendendo estudantes, não conseguia parar as reivindicações. Contradizendo seu discurso democrático, o governo militar passou à repressão física e a baixar decretos que, paulatinamente, foram minando o movimento estudantil - tomava uma postura repressiva como "única via capaz de impor a ordem e, ao mesmo tempo, as reformas."<sup>186</sup>

Todas as críticas e protestos aos acordos, no entanto, não impediram a influência/interferência dos consultores norte-americanos para os quais, após a Lei da Reforma Universitária e os Atos Institucionais de 1968, praticamente não houve mais dificuldades para atuar.

Por sua a colaboração na equipe da USAID é preciso destacar a figura do prof. Rudolph Atcon que, no período de 1965/68, "desempenhou o papel involuntário de pára-raios que captava as frustrações generalizadas dos estudantes com as condições do ensino superior e os rumos da modernização segundo os paradigmas norte-americanos."<sup>187</sup>

Pertencente à Universidade de Houston, no Texas, ele já estivera no Chile e no Brasil no final da década de 50 e, portanto, conhecia nosso sistema universitário. Convidado a dar assessoria aos projetos de reforma, voltou ao Brasil ainda em junho de 1965, contratado pela Diretoria do Ensino Superior do MEC. Ao prof. Atcon foi sugerido visitar e conhecer doze Universidades brasileiras<sup>188</sup>, após o que ele proporia as alterações estruturais que julgasse necessárias. Após quatro meses de viagens produziu um relatório no qual vários dos pontos abordados já eram senso comum no país: o monumentalismo na construção de edifícios universitários sem que houvesse nível de ensino correspondente<sup>189</sup>; os baixos salários pagos aos professores; a falta de autonomia universitária; a necessidade

---

<sup>186</sup> Romanelli (1984), p. 226.

<sup>187</sup> Cunha (1988), p. 203.

<sup>188</sup> As Universidades visitadas foram as Federais do Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Maria, Santa Catarina e do Rio de Janeiro, além da Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Cunha (1988), p. 204.

<sup>189</sup> Por isso ele propunha que as Universidades fossem construídas de pavilhões pré-fabricados, modificáveis e removíveis, sendo que após um período de amadurecimento da Universidade eles poderiam ser substituídos por edificações permanentes.



de cidades universitárias que integrassem as diferentes faculdades e institutos etc.<sup>190</sup> O que mais nos interessa, porém, é o que Cunha (1988) apontou como "principal aspecto negativo da pregação desse consultor": a difusão da idéia da privatização da Universidade, ou seja, que esta deveria funcionar como se fosse uma empresa privada.<sup>191</sup> Para Atcon na Universidade era "preciso implantar um sistema administrativo tipo empresa privada e não de serviço público."<sup>192</sup>

Um outro ponto que vale a pena destacar é a sugestão de Atcon para a criação de um Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), recomendação que foi rapidamente posta em prática (em 29 de abril de 1966) e que contou com a assessoria do próprio Atcon para sua organização - foi seu primeiro Secretário Executivo de 1966 a 1968.<sup>193</sup> Mediando os interesses do MEC, da USAID, da Universidade Houston e de cada Universidade brasileira, o CRUB possibilitou que nessa época e nos anos que se seguiram centenas de reitores e administradores de Universidades brasileiras fossem aos EUA observar os modelos americanos que queriam copiar; do mesmo modo, dezenas de consultores norte-americanos trouxeram ao Brasil, em conferências e seminários, suas experiências com esses modelos<sup>194</sup>. Aos poucos essa influência se faria sentir em todos os níveis de ensino.

Mas a crise das Universidades brasileiras agravava-se com os cerca de 125 mil estudantes anualmente excluídos pelo vestibular classificatório. Diante deste quadro o Presidente da República, em uma tentativa de solucionar a situação, instituiu pelo decreto nº 62.024 de 29 de dezembro de 1967 uma comissão especial coordenada pelo General Meira Matos para examinar o problema.

---

<sup>190</sup> O resultado do diagnóstico e das propostas feitas pelo prof. Atcon foi publicado em livro: Atcon, R. - **Rumo à reformulação estrutural da Universidade brasileira**, Rio de Janeiro: DESU/MEC, 1966.

<sup>191</sup> Cunha (1988), p. 324.

<sup>192</sup> Atcon, Rudolph apud Vieira, Sofia Lerche - **O (dis)curso da (re)forma Universitária**. Fortaleza, Ed. UFC/PROED, 1982, p. 31.

<sup>193</sup> Fávero (1976), p. 60.

<sup>194</sup> Cunha (1988), p. 325.

Trabalhando em regime intensivo no levantamento de dados sobre a crise, a Comissão entregou o resultado dos seus trabalhos (o Relatório Meira Matos, como ficou conhecido) ao Ministro da Educação em 13 de maio de 1968, embora este só tenha sido divulgado em agosto. De acordo com o Relatório, as principais falhas existentes no Ensino Superior eram: a) inadequabilidade da estrutura administrativa do MEC; b) crise de autoridade no sistema educacional; c) má remuneração dos professores; d) conceito equivocado de liberdade de cátedra; e) ausência de uma política de ampliação de vagas; f) implantação muito lenta e desordenada da Reforma Universitária; g) inexistência de líderes estudantis autênticos e democráticos e h) ausência de fiscalização sobre os recursos públicos aplicados.<sup>195</sup>

Para o combate a essas irregularidades que estariam atrasando a modernização do ensino superior brasileiro, o Relatório fez uma série de sugestões bastante objetivas, nas quais é possível notar um encaminhamento preocupado com a obtenção de verbas/financiamento para a implantação das medidas e com a centralização do poder nas mãos do Estado. É importante atentar para a linguagem empresarial utilizada nesse relatório que, em acordo com as diretrizes dos acordos MEC-USAID, considerava o sistema educacional

*"... como uma engrenagem no maquinário tecnológico-industrial, e como tal deve estar subordinado aos interesses do processo de produção, segundo a orientação do modelo de desenvolvimento adotado."*<sup>196</sup>

Desse modo, foram utilizadas no correr do texto várias expressões como "função instrumental da educação"<sup>197</sup>, "fator de obstrução mecânica ao desencadeamento de uma política educacional realista e dinâmica"<sup>198</sup>, "máquina educacional brasileira"<sup>199</sup>,

---

<sup>195</sup> Relatório Meira Matos, in: **Revista Paz e Terra**, nº 9, p. 211.

<sup>196</sup> Barbosa (1981), p. 71.

<sup>197</sup> Relatório Meira Matos, in: **Revista Paz e Terra**, nº 9, p. 210.

<sup>198</sup> Idem, p. 210.

<sup>199</sup> Idem, p. 210.

todas na busca de adequar o discurso às normas do "Programa Estratégico de Desenvolvimento para a área da Educação do Ministério do Planejamento", que conferia à educação

*"... várias conotações instrumentais - instrumento de aceleração do desenvolvimento, instrumento de programa social e instrumento de expansão de oportunidades - tudo convergindo para a finalidade de vincular a Educação aos imperativos do progresso técnico, econômico e social do país."*<sup>200</sup>

Os problemas universitários, a julgar pelo Relatório Meira Matos, pareciam restringir-se a problemas administrativos e organizacionais de uma empresa. Por essa ótica, o sucesso da organização escolar ficava dependendo da simples adoção de moldes empresariais no ensino, sem que fossem discutidas as implicações políticas dessa prática.<sup>201</sup>

Boaventura (1988) considera que há três vieses que permeiam todo o Relatório: o repressivo, o empresarial e o da educação como um instrumento de desenvolvimento do país.<sup>202</sup> Cabe, porém, acrescentar o burocrático, pois na análise de Barbosa (1981) percebe-se neste documento "algumas das características básicas do discurso burocrático: a ênfase na autoridade, na hierarquia, na 'rigorosa disciplina e vigilância administrativa' de que trata Weber".<sup>203</sup>

É preciso notar, também, que o Relatório concluía duas ordens de medidas a serem tomadas: as imediatas (de racionalização e otimização dos recursos materiais e financeiros existentes) e as que deveriam ser implantadas a longo prazo, com o objetivo de "propiciar a homogeneização de uma cultura comum, voltada para o futuro da tecnologia e da ciência, e que nos identifique como Nação e como povo."<sup>204</sup> Esta afirmação define as

---

<sup>200</sup> Idem, p. 210.

<sup>201</sup> Barbosa (1981), p. 66.

<sup>202</sup> Boaventura (1988), pp. 219-220.

<sup>203</sup> A tese de Barbosa (1981) serve como referência para o estudo de indicadores de burocratização na estrutura administrativa proposta pela Reforma Universitária.

<sup>204</sup> Relatório Meira Matos, p. 227.

finalidades que se colocavam para a Universidade: desenvolver tecnologia e disseminar uma ideologia "comum" à Nação - obviamente estas deveriam vir a propósito dos interesses do Estado Militar que governava o país.

Antes que o Relatório Meira Matos fosse publicado, através do Decreto nº 62.937 de 02 de julho de 1968 o Governo executou sua sugestão de criar um Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) que, segundo o texto da lei que o instituiu, iria no prazo de trinta dias "estudar a reforma da universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País."<sup>205</sup>

O GTRU parece apenas ter cumprido a tarefa de organizar e dar andamento jurídico ao Relatório Meira Matos adotando a concepção de ensino universitário da USAID. Está dividido em duas partes: na primeira faz um diagnóstico da situação do Ensino Superior no país e na segunda um plano de formulação da lei.<sup>206</sup> A principal diferença entre o Relatório Meira Matos e o do GTRU reside na retórica, pois este último monta um discurso "rico em apelos aos ideais humanistas e às 'belas palavras' do ideário burguês liberal e pós-liberal."<sup>207</sup> De fato, conforme analisa Cunha (1988), percebe-se que ele reflete uma concepção dual de Universidade: em alguns momentos esta é idealista, apresentada como "obra do espírito", "expansão da racionalidade criadora e crítica"; em outros predomina o tecnicismo, a idéia de 'empresa do saber e Know-how' indispensável à expansão da indústria nacional".<sup>208</sup>

Na verdade, porém, a concepção idealista praticamente não teve espaço para existir. Por exemplo: para aumentar a disponibilidade de recursos financeiros, o GTRU sugeriu a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mas como o Ensino Superior estava sendo programado para a produtividade, este Fundo foi organizado tendo por componentes do seu Conselho Deliberativo para

---

<sup>205</sup> Decreto-lei nº 62.937/68 apud Fávero (1976), p. 70.

<sup>206</sup> Um resumo de ambos pode ser encontrado em Boaventura (1988), pp. 238-240.

<sup>207</sup> Barbosa (1981), p. 73.

<sup>208</sup> Cunha (1988), pp. 242-243.

formulação de política e de decisões "representantes dos Ministros do Planejamento e Fazenda, do CFE, dos corpos docente e discente das Universidades e das empresas privadas nacionais."<sup>209</sup> Assim, se a educação era vista como auxílio à juventude na compreensão do seu momento histórico, tal compreensão deveria dar-se por uma via bastante definida: a do capitalismo.

*"... todo indivíduo que segue curso completo de 2º grau, ou pelo menos o primário, tem oportunidade de desenvolver-se, de ingressar na civilização, de deixar de ser um marginal no sistema de produção e de distribuição do país, começando a contar como **produtor e consumidor no mercado** e contribuindo, graças a isso, para a própria expansão deste."*<sup>210</sup>

Várias foram as medidas sugeridas pelo Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária; mas nos deteremos, neste momento, apenas naquelas que interessam diretamente para o desenvolvimento deste trabalho.

1 - Quanto ao regime jurídico e administrativo:

A - O Estado propunha a distribuição de recursos financeiros por um órgão que: "...racionalizasse a atribuição de recursos levando na devida consideração as decisões da universidade (...) e as prioridades impostas pelo Projeto de Desenvolvimento Nacional".<sup>211</sup>

Do mesmo modo, financiamentos para o progresso das Universidades deveriam levar em conta "... os esforços realizados no sentido desta racionalização e do fortalecimento de mecanismos de planejamento, orçamento e administração financeira."<sup>212</sup>

---

<sup>209</sup> Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, in: **Revista Paz e Terra**, nº 9, p. 279. Sobre isso ver Barbosa (1981), p. 77.

<sup>210</sup> Relatório do GTRU, p. 249 (grifos nossos).

<sup>211</sup> Relatório do GTRU, p. 251.

<sup>212</sup> Relatório do GTRU, p. 252.

B - A administração da Universidade deveria ter a participação mais ampla de membros da comunidade para evitar a permanência de oligarquias e estruturas de dominação entre os docentes. Sendo assim, para seus órgãos de cúpula e para a própria função de reitores e diretores de faculdades ou unidades, "... poderão ser convocados valores humanos que, embora alheios à carreira do magistério, possuam alto tirocínio na vida pública ou empresarial."<sup>213</sup>

Portanto, para a nomeação de reitor de qualquer Instituição de Ensino Superior do país, bastaria que um indivíduo fosse considerado de "alto tirocínio" pelo governo que, mesmo sendo exógeno à Universidade, ele poderia ser nomeado para o cargo pelo Ministro da Educação e Cultura.

2 - Quanto à estrutura:

Havia uma preocupação quanto ao modelo que as Universidades deveriam seguir; pretendia-se que elas fossem concebidas de acordo com as Universidades modernas que tinham estrutura tripartida. E também quanto aos currículos e cursos, que fossem mais flexíveis de modo a atender uma demanda cada vez maior e a adaptarem-se "às imposições do desenvolvimento nacional". Para isso:

- A - Instituiu-se o Ciclo Básico em todas as áreas, possibilitando ao aluno: (i) recuperar-se de falhas da formação do 2 grau; (ii) orientar-se melhor para a escolha das carreiras; (iii) adquirir o conhecimento básico necessário ao estudo profissionalizante ulterior tendo, ao mesmo tempo, formação mais ampla e geral. Além disso, o Ciclo Básico permitia que se ocupasse a capacidade ociosa de alguns cursos como Pedagogia e Farmácia, pois o vestibular passaria a ser unificado, não sendo mais realizado pelas faculdades mas por áreas de conhecimento: Exatas, Humanas e Biológicas.
- B - O sistema seriado transformou-se em créditos, onde o aluno matricula-se por disciplinas podendo agilizar o seu processo de formação. As disciplinas passaram a ser divididas em Semestres ou Trimestres (pondo fim ao sistema seriado), tornando

---

<sup>213</sup> Idem, p. 251.

possível que uma ou mais "dependências" não atrasassem o andamento do curso em um ano.

Foi posto fim às cátedras e surgiu a departamentalização, que teoricamente possibilitava a todo docente ascender ao topo da carreira independente de uma "cadeira" disponível.

Com essas medidas (créditos, departamentos, semestralidade) pretendia-se otimizar os recursos das antigas faculdades - espaço, instalações, professores - aumentando o atendimento das vagas sem o proporcional nos custos.

C - Fragmentou-se o grau acadêmico através de um sistema de "carreiras curtas". Cursos de 4 a 6 anos de duração passaram a ter 3 anos em média, principalmente os cursos para áreas de formação profissional desatendidas ou atendidas por graduados em cursos longos e dispendiosos. Prioridades foram dadas às carreiras da área de Saúde e de aplicação à indústria.

Essa medida também possibilitava maior rotatividade de alunos, criando mais vagas a curto prazo.

### 3 - Quanto à pós-graduação:

Os cursos de pós-graduação em funcionamento regular praticamente não existiam no país, o que levava muitos cientistas brasileiros a viverem e trabalharem no exterior deixando grandes lacunas no mercado de trabalho e na Universidade. Diante da necessidade de suprir essa deficiência, apesar da escassez de recursos e de pessoal ficou determinada a criação de "centros de tecnologia". Estes teriam a incumbência de formar pesquisadores e docentes de Ensino Superior e de desenvolver programas avançados no campo da tecnologia. As Instituições de Ensino Superior que tivessem mais condições (de equipamentos e de adequação à política do governo) seriam escolhidas para o início desta tarefa. É preciso notar, mais uma vez, que se reafirmava a intenção/necessidade de integração entre ensino e pesquisa.

#### 4 - Quanto ao corpo docente:

Todos os docentes tinham liberdade de cátedra, desde que esta não fosse compreendida como um atentado contra a ordem democrática:

*"... fica pois a liberdade de cátedra vinculada à liberdade de ensinar a matéria segundo os conhecimentos e as opiniões que o professor houver indicado no seu plano de trabalho, com a aprovação do órgão supervisor (Conselho Departamental)..."*.<sup>214</sup>

Planejava-se, então, um dispositivo constitucional que protegesse a democracia e a moralidade; no entanto, já se sabia que nem Departamentos e nem Reitoria tinham muitas condições de fiscalizar as possíveis pregações anti-democráticas em aulas. Por isso, em alguns momentos do texto, encontram-se menções quanto à necessidade de "fortalecer-se o princípio de autoridade no sistema educacional" e de "criar instrumentos legais que fixem um ideal".<sup>215</sup>

Para dar cabo do desenvolvimento científico que abordamos anteriormente, foram tomadas duas medidas: (i) "reconhecimento da indissolubilidade das tarefas de ensino e pesquisa, expresso na idéia de carreira docente"; (ii) "para que a indissolubilidade entre pesquisa e ensino não seja mera figura retórica, é preciso que a maioria de seus docentes viva exclusivamente dela e para ela" - princípio de dedicação exclusiva como meta de toda e qualquer Universidade.<sup>216</sup>

As implicações de todas estas medidas tocaram fundo na estrutura de funcionamento das Universidades. A maior delas foi a perda da sua autonomia nos aspectos administrativos, didáticos, financeiros e disciplinares. A Universidade deixou de ser gerenciadora de seus próprios recursos; de ser consultada quando da troca de reitores - que passaram a ser os responsáveis diretos pela sua disciplina - abrindo caminho para a

---

<sup>214</sup> Relatório Meira Matos, p. 220.

<sup>215</sup> Relatório do GTRU, p. 259.

<sup>216</sup> Idem, p.261.



interferência nas Instituições de Ensino Superior de qualquer pessoa que defendesse interesses outros que não os da comunidade acadêmica.

A necessidade de criação de órgãos responsáveis pela distribuição de recursos e de mecanismos de regulação das atividades docentes apontaram para a formação de uma burocracia de controle do "correto" funcionamento dos interesses do Estado. Cabe lembrar que a presença da burocracia em entidades de ensino justifica-se: 1) como representação da figura do Estado que controla, administra; 2) como treinamento, disciplinamento iniciado na escola que continuará nas fábricas ou qualquer outro local de trabalho. Quando existe nas escolas e preconiza estes dois aspectos, é chamada de burocracia pedagógica.

*"Não é suficiente criar pessoas instruídas e adaptadas. É necessário que elas sejam adaptadas de certa maneira, que se comportem de determinado modo. Pretende-se formar um determinado tipo de homem. Estes objetivos subjacentes subentendem um certo tipo de organização e, por outro lado, são dela derivados. A este tipo de organização é que denominamos 'burocracia pedagógica'."*<sup>217</sup>

Mas o processo burocratizante mais danoso para as Universidades foi o que instaurou uma "cúpula administrativa" a nível nacional, formada não por educadores, mas por funcionários de ministérios das áreas Econômica e do Planejamento, que esperavam administrar as escolas como empresas.

As sugestões do GTRU foram encaminhadas pelo MEC ao Presidente da República em 16 de agosto de 1968; após um mês e meio na assessoria presidencial o General Costa e Silva encaminhou os anteprojetos de lei ao Congresso Nacional. Após discussões e apresentações de emendas<sup>218</sup>, o Congresso decretou a lei a 02 de novembro que, depois de vetada em muitas passagens, foi sancionada pelo Presidente da República a 28 de novembro de 1968, com o nº 5.540.

---

<sup>217</sup> Spindel, Arnaldo - "Pedagogia e Burocracia" - resenha do livro **Pedagogia Institucional** de M. Lobrot, FE, mimeo.

<sup>218</sup> Sobre a tramitação do anteprojeto de lei enviado ao Congresso até sua aprovação pelo Presidente da República ver Cunha (1988), pp. 266-307.

Foram poucas as contestações imediatas à Lei da Reforma, mesmo porque ela foi aprovada apenas quinze dias antes do AI-5; dentre estas destacam-se as de Anísio Teixeira e Florestan Fernandes.<sup>219</sup> O fato é que, a despeito de todas as críticas que lhe podiam (e deviam) ser feitas, em muitos pontos ela vinha atender a reivindicações antigas do meio acadêmico (ver item 5.1) como: considerava que a Universidade deveria ser regra, e não exceção no Ensino Superior brasileiro; estabelecia a implantação do tempo integral para o docente, o ciclo básico, os programas de pós-graduação, os departamentos, a representação estudantil; alterava o sistema de vestibulares, ampliava o número de vagas etc.

Quanto às conseqüências negativas para a educação, as principais parecem-nos relativas às **visões tecnicista e burocrática** da escola que, apesar de serem distintas, caminham entrelaçadas. Pela concepção tecnicista o princípio de racionalidade e, por extensão, o de produtividade e eficácia passaram a reger o ensino.<sup>220</sup> Reduzindo os problemas do ensino superior à necessidade de racionalizar a administração adota-se a idéia de que para tudo deve existir uma norma, uma disciplina a ser seguida, executada com um mínimo de recursos financeiros e objetivando o máximo de resultados.<sup>221</sup> Ou seja, é reforçado o aparato burocrático da escola para o bem da sua organização.

*"A racionalidade tecnocrática decreta o fim das ideologias, no sentido de que uma vez instaurada a ordem tecnocrática ficam para sempre eliminadas as contradições que originavam tais ideologias e o estado de irracionalidade até então prevalecente. É precisamente aí que se revela o caráter ideológico da tecnocracia."*<sup>222</sup>

---

<sup>219</sup> Ver Teixeira, Anísio - "Notas sobre a Universidade", in: **Educação no Brasil** (1969), p. 232 e Fernandes, Florestan - "Os dilemas da Reforma Universitária consentida", in: **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** (1975), cap. 8.

<sup>220</sup> Sobre isso ver Vieira, Sofia - **O (dis)curso da (re)forma universitária** (1982), cap. 4. Em uma análise do conteúdo do Relatório do GTRU fica demonstrado que a idéia de racionalização é o princípio básico da reforma proposta, dela derivando as demais diretrizes.

<sup>221</sup> Oliveira (1991), p. 83.

<sup>222</sup> Barbosa (1981), p. 45.

E foi justamente nesse ponto que residiu um dos maiores problemas causados pela Reforma Universitária. Ela possibilitou que os principais cargos administrativos das Instituições de Ensino Superior (reitores, diretores e os seus vices) fossem nomeados pelo Presidente da República; indivíduos que podiam, inclusive, ser escolhidos no meio empresarial. Mas ela não explicava "como a eficiência administrativa, anteposta à didática tinha condições de garantir a qualidade do ensino ministrado."<sup>223</sup> Em nome desta pretensa eficiência administrativa várias Universidades e Escolas, ao contrário do esperado, quase fecharam ou passaram a oferecer ensino de qualidade duvidosa.

As dificuldades do alcance da Reforma decorreram do modo como ela foi feita: diante das expectativas de vários setores da sociedade civil, ela foi discutida e elaborada sem a participação desta e de seu principal interessado - o meio acadêmico. Além disso, esbarrou em contradições do seu próprio texto: como construir uma Universidade eficiente e, ao mesmo tempo, burocratizada? Como torná-la crítica se não lhe é dada liberdade para opinar?

Finalmente, percebe-se que tomando por modelo o sistema norte-americano de Universidade, a Reforma Universitária terminou por banir (ao menos em tese) a influência do modelo francês - que agrupava Escolas e Faculdades em função do profissional que pretendia formar - e do alemão - que apregoava a formação humanista e a pesquisa desinteressada -, embora este último fosse evocado em várias passagens do Relatório do GTRU. A organização dos recursos humanos e materiais em função da racionalização, da produtividade e das necessidades do mercado de trabalho denotam que havia a preocupação de se estruturar uma Universidade voltada às exigências da empresa e do modelo de desenvolvimento econômico capitalista do país.<sup>224</sup>

---

<sup>223</sup> Idem, p. 76.

<sup>224</sup> Cunha (1988), pp. 18-19.

## CAPÍTULO II

### A UNICAMP

#### 1.0. HISTÓRICO - O DECRETO DE CRIAÇÃO E OS PRIMEIROS TEMPOS

A história da criação de uma Universidade em Campinas remonta à década de 50, quando ganhava impulso em São Paulo o processo de expansão do Ensino Superior a ser feito no interior do Estado, tendo em vista atender ao problema da demanda de alunos que já se fazia notar.

*“Para resolver o problema do excesso de alunos aprovados em exames vestibulares mas não aproveitados nas instituições existentes, o governo sugere três soluções: 1) aguardar a iniciativa privada construir novas Instituições de Ensino Superior; 2) integrar outros institutos e faculdades à USP; 3) criar Institutos isolados no interior que possam ser, futuramente, centros de outras Universidades. Outro benefício desta medida é que ela abriria perspectivas de desenvolvimento e vida cultural no interior.”<sup>225</sup>*

Àquela época era grande a movimentação de prefeitos e deputados na disputa pela criação de uma Faculdade em sua região, caracterizando a educação como um instrumento de trocas políticas. A Lei nº 161 de 1948 inaugurou o processo de interiorização prevendo a criação de três escolas: Faculdade de Engenharia em São Carlos, de Medicina em Ribeirão Preto e de Direito em Campinas. Até o início de 1950, no entanto, estas não conseguiram ser concretizadas. Mas a partir do projeto de Lei nº 894,

---

<sup>225</sup> Mensagem nº 156 do Governador do Estado Adhemar de Barros publicada no **Diário Oficial** de 15.06.1950, p. 20.

publicado no **Diário Oficial** de 21.06.1950<sup>226</sup>, o governo passou a dar apoio efetivo às iniciativas das cidades para instalação de Faculdades, dentre as quais destacamos a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Em Campinas a criação da Faculdade de Direito não suscitou grande interesse, tendo esta sido “trocada”, através da Lei nº 2.114 de 30 de junho de 1953, por uma Faculdade de Medicina. Os políticos locais, no entanto, não conseguiram sensibilizar o governo do estado para que o projeto saísse do papel. O debate sobre a criação de um curso médico na cidade só foi reaberto em 1958 quando o então governador Jânio Quadros, pela Lei nº 4.996 de 25 de novembro deste ano, criou uma Faculdade de Medicina em Botucatu e ratificou a de Campinas.

Em 1959 as cidades de Campinas e Botucatu passaram a concorrer pela instalação da Faculdade de Medicina, pois o governo do estado não dispunha de recursos para a implantação das duas. O Prof. Zeferino Vaz, membro do Conselho Estadual de Ensino Superior e especialista da área, encabeçava uma comissão que deveria opinar sobre o assunto. Nesta ocasião Zeferino Vaz visitou Campinas com a finalidade de verificar as condições de criação do curso médico e prometeu dar parecer favorável a esta cidade; no relatório da comissão, no entanto, apontou a instalação da Faculdade de Medicina em Botucatu, passando a ser fortemente combatido pela bancada campineira na Assembléia Legislativa do estado.<sup>227</sup>

Em 1960 assumiu a presidência da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas (SMCC) o Dr. Roberto Franco do Amaral que, em seu discurso de posse,

---

<sup>226</sup> “Artigo 1º - Ficam criados, como Institutos de Ensino Superior Isolados, a serem integrados futuramente na Universidade do Interior, as seguintes Faculdades:

- I. de Medicina na cidade de Ribeirão Preto;
- II. de Engenharia Eletrotécnica em Bauru;
- III. de Agricultura, na cidade de São José do Rio Preto;
- IV. de Farmácia e Odontologia em Araraquara;
- V. de Ciências Econômicas na cidade de Presidente Prudente;
- VI. de Ciências Contábeis e Atuariais em Botucatu.”

<sup>227</sup> Este episódio causou grande e longa polêmica, visível em jornais da capital e de Campinas, Botucatu e Ribeirão Preto. A comunidade campineira teria passado a hostilizar Zeferino Vaz, pedindo seu afastamento da comissão que estudava a implantação da Faculdade de Medicina. Este é um assunto que exige novas pesquisas e sobre o qual ainda dispomos poucas informações, mas que pretendemos aprofundar em trabalhos futuros.

colocou o propósito de aglutinar em torno do Conselho de Entidades<sup>228</sup> todas as forças representativas da coletividade pró-instalação da Faculdade de Medicina em Campinas: “Criada há tantos anos, sua instalação vem se adiando por uma série de circunstâncias, difíceis de encontrarem uma explicação plausível...”<sup>229</sup>

No início do ano seguinte, em 16 de janeiro reuniu-se o Conselho de Entidades e foi ativada uma Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina. Foram formadas dez comissões para estudos, levantamentos estatísticos, contatos com a imprensa, tráfico de influências, palestras de esclarecimentos, visitas a políticos e autoridades etc. O movimento contava, a princípio, com o apoio de 18 entidades mas, aos poucos, foi ganhando vulto com a adesão do clero, do Lyons, do Rotary, de representantes políticos da região - todos comandados pelo Dr. Franco do Amaral. Cabe citar que é desta época a participação na campanha, como representante da SMCC, do Dr. Antonio Augusto de Almeida que, posteriormente, tornou-se diretor da FCM e reitor da Unicamp.

Pressionando o Legislativo e o Executivo durante todo o ano de 1961 e começo de 1962, o movimento obteve do governador Carvalho Pinto um projeto de Lei que, revogando o de nº 4.996 de 1958 que criara a Faculdade de Medicina, criava a partir desta uma Universidade. Este projeto, que o Prof. Dr. Ulhôa Cintra afirmou haver sido rascunhado por ele, transformou-se na Lei nº 7.655 de 28 de dezembro de 1962.

Esta lei criou a Universidade de Campinas com autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, sendo controlada em seu orçamento pela Secretaria da Fazenda do Estado (Artigo 1º). Ela deveria ministrar o ensino universitário e pós-graduado, promover a pesquisa pura e aplicada e formar e treinar técnicos de nível médio e superior (Artigo 2º). De acordo com o texto da lei a Universidade seria organizada em:

– Faculdades - que ministrariam a parte especializada/terminal dos currículos, além de cursos de pós-graduação (Artigo 4º);

---

<sup>228</sup> O Conselho de Entidades de Campinas foi criado em março de 1955 com a finalidade de tratar de assuntos de interesse da coletividade local. Um de seus objetivos imediatos era debater e dar apoio à instalação da Faculdade de Medicina em Campinas. Inicialmente composto de quinze entidades, foi fundado através do presidente da Associação Comercial de Campinas e do presidente do Centro de Ciências, Letras e Artes. - jornal **Correio Popular**, 10.03.1955, Campinas.

<sup>229</sup> Apud jornal **Correio Popular**, 20.12.1960, Campinas.

- Institutos de Ensino - que ministrariam as disciplinas básicas a serviço das outras Faculdades ou Escolas (Artigo 5º);
- Institutos de Pesquisa - que realizariam atividades de investigação científica, pura ou aplicada, e ministrariam cursos de especialização, extensão e pós-graduação (Artigo 6º);
- Escolas Técnicas - que formariam técnicos de nível médio (Artigo 7º);
- Institutos Complementares - que congregariam instituições que mantivessem colaboração de natureza científica, técnica, didática e cultural com a Universidade através de convênios (Artigo 9º).

A todas as Faculdades e aos Institutos (de Ensino, Pesquisa e Complementares) caberia realizar as atividades de pesquisa científica.

A Reitoria seria o órgão centralizador da administração, devendo o reitor ser designado pelo governador do estado dentre lista triplíce elaborada pelo Conselho Universitário. Este seria constituído quando fossem preenchidos dois terços dos lugares destinados aos professores catedráticos. Enquanto isto não ocorresse, a Universidade seria regida por um Conselho de Curadores e o reitor seria nomeado diretamente pelo Executivo (Artigo 26º).

Uma inovação da lei foi a criação da carreira de pesquisador, satisfazendo a concepção dominante nos meios intelectuais e políticos da época de que a Universidade brasileira, para responder ao desafio de superação do atraso em relação aos países desenvolvidos, deveria investir na produção de ciência e tecnologia.

Estes dados parecem evidenciar que estavam implícitos na lei nº 7.655 alguns dos princípios que serviram à organização da Universidade de Brasília, tais como:

- a indissociabilidade das atividades de ensino e pesquisa;
- o ciclo básico, de formação geral, preparando para a ulterior formação profissional;
- a formação de um centro de estudos avançados, pois estavam previstos a carreira de pesquisador e cursos de pós-graduação e doutoramento;
- um sistema que possibilitasse a realização de intercâmbio científico entre a Universidade e outras instituições, numa tentativa de interdisciplinaridade e extensão.

No entanto, em três aspectos importantes a lei mantinha-se omissa, denotando necessidade de novos decretos do Executivo para organização da Universidade: 1 - na indicação do número, denominação, funções e estrutura das unidades de ensino e pesquisa (artigo 8º); 2 - na estruturação da carreira de pesquisador (artigo 18); 3 - na criação e estruturação de órgãos administrativos, bem como na criação, transformação ou extinção de cargos. Além destes casos de omissão citados no texto da lei, ficava estabelecido o estatuto da USP como referência para a resolução de outros que pudessem surgir.

É possível perceber, pelos dados arrolados até aqui, que os organizadores da nova Universidade tinham a intenção de adotar princípios modernos na sua estruturação, como a carreira de pesquisador e outros existentes na UnB. No entanto, parece evidente que esta modernidade ainda não havia sido suficientemente planejada e sistematizada, à medida que a lei mostrava-se omissa em pontos fundamentais da sua organização - como a estrutura didática-científica - e, paradoxalmente, previa utilizar os estatutos da USP, elaborado décadas atrás, para deliberar sobre as omissões do seu texto. Ou seja: ao mesmo tempo em que arriscava apresentar indícios de modernidade, a lei nº 7.655 deixava em aberto aspectos basais da estrutura da Unicamp e tomava por referência partes de um modelo já considerado ultrapassado (as cátedras, por exemplo, previstas no estatuto da USP), não caracterizando, portanto, em momento algum, uma proposta amadurecida e sólida de Universidade.

O primeiro reitor a ser nomeado pelo governador foi o Prof. Cantídio de Moura Campos em 13 de janeiro de 1963; o primeiro professor contratado foi o Prof. Dr. Walter Hadler em 01 de fevereiro do mesmo ano. Este deveria, ao lado do Prof. Dr. Antonio Augusto de Almeida, nomeado diretor da Faculdade de Medicina em março de 1963, providenciar o local e os meios necessários para o pronto funcionamento da Faculdade de Ciências Médicas.

Em seu depoimento contou o Prof. Hadler que a Universidade foi instalada provisoriamente no prédio da Maternidade de Campinas, em fase de acabamento. Foram contratados professores para as cadeiras básicas (Histologia e Embriologia, a princípio) e



alguns funcionários para a administração. Para o primeiro vestibular, que foi elaborado pelo CESCEM, estavam inscritos 1.654 candidatos, muito mais do que os 300 esperados para a disputa de 50 vagas. Em 20 de maio de 1963, nas instalações provisórias da Maternidade de Campinas, foi proferida a primeira aula da Faculdade de Ciências Médicas e da Universidade.

Com a entrada de Adhemar de Barros no governo do estado, foi indicado outro nome para ocupar a reitoria da Unicamp. Assumiu o cargo de reitor em 10 de outubro de 1963, o prof. Mário Degni, que deveria dar continuidade à instalação da Universidade. O novo governador, porém, não demonstrou interesse por este projeto: alegando falta de verbas, deu condições apenas de se manter em funcionamento o curso de Medicina, manifestando intenção de transformar a Universidade em Faculdade. Esta idéia era aprovada por alguns setores do governo e da sociedade, pois muitas críticas eram feitas à Unicamp pelo recém-criado Conselho Estadual de Educação (CEE) através da sua Câmara de Ensino Superior:

*“Esta Universidade não existe.*

*Toda Universidade, desde os tempos medievais em que surgiram, resulta da reunião de escolas anteriormente existentes na cidade.*

*A própria lei de diretrizes e bases conceitua a Universidade como sendo a reunião, sob a administração comum, de cinco ou mais estabelecimentos de Ensino Superior.*

*Os estabelecimentos preexistem à Universidade e são por ela congregados. Aqui, na Universidade de Campinas, verificou-se tudo ao inverso. (...) a Universidade passou a ter Reitor, Conselho de Curadores e foi provida de aparelhamento administrativo com funcionários contemplados com referências superiores às dos professores dos Institutos Isolados de Ensino Superior.*

*A Universidade de Campinas tem tudo; só não tem estabelecimento de ensino.*

*Conclui-se, portanto, que a Universidade de Campinas é, em verdade, mera ficção do ponto de vista das finalidades próprias a uma tal entidade.*

*Urge encerrar a vida fictícia dessa Universidade, que onera os cofres públicos, sem qualquer vantagem para o ensino e para a pesquisa.”<sup>230</sup>*

---

<sup>230</sup> Parecer n<sup>o</sup> 90/63 apresentado pelo Presidente da Câmara de Ensino Superior do CEE, Prof. Honório Monteiro, em reunião realizada em 13 de dezembro de 1963.

O depoimento do Prof. Dr. Bernardo Beiguelman à pesquisadora esclareceu que o processo de extinção da Universidade de Campinas só foi revertido graças às pressões de políticos locais, elementos da Universidade e do apoio do então vice-governador, Sr. Laudo Natel.

O golpe Militar de 1964 tirou momentaneamente da pauta do CEE a discussão sobre a Unicamp; enquanto isso eram realizados os contratos dos professores de outras Cadeiras Básicas (Genética, Bioestatística, Anatomia, Bioquímica, Fisiologia etc) e se iniciava a instalação das Cadeiras Clínicas e de disciplinas especializadas. A instalação efetiva do curso médico, no entanto, deu-se apenas no ano de 1965 com o funcionamento das cadeiras básicas e das clínicas para o 3º ano do curso. Àquela época a Faculdade de Medicina via-se com poucos recursos financeiros e a implantação da Universidade ainda não havia começado.

Em 12 de abril de 1965 o Conselho Estadual de Educação instituiu uma Comissão Especial, presidida pela Prof<sup>a</sup> Esther de Figueiredo Ferraz, para verificar as condições da instalação efetiva da Unicamp. O relatório desta Comissão, datado de 30.08.65, concluiu sobre a inoportunidade do estabelecimento da Universidade, propondo seu adiamento e privilegiando a solidificação da Faculdade de Medicina. Ele também sugeriu a criação de uma “Comissão Organizadora” da Universidade.

Enquanto isso vários docentes da Faculdade de Ciências Médicas empenhavam-se pessoalmente na tentativa de despertar o interesse do Prof. Dr. Zeferino Vaz, então Presidente do Conselho Estadual de Educação e reitor pró-tempore da Universidade de Brasília, na instalação da Unicamp. Segundo depoimento do Prof. Dr. Walter Hadler eles freqüentemente organizavam visitas e telefonavam a Zeferino na intenção de que este assumisse o comando da Universidade e que, utilizando seu conhecimento sobre o assunto e sua influência política, viabilizasse a implantação. Uma das tarefas mais difíceis, àquela época, era convencer o então governador de São Paulo, Adhemar de Barros - de quem Zeferino era amigo pessoal -, a não extinguir a lei nº 7.655 que criara a Unicamp, limitando-a à Faculdade de Medicina.

Como veremos adiante era grande o prestígio de Zeferino Vaz nos meios universitários: ele era bastante conhecido como docente da USP, pesquisador e autor de vários trabalhos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais e, principalmente, como responsável pela concretização de uma Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) em 1952, na qual alguns dos novos professores da Unicamp já haviam colaborado anteriormente.

Após a reiterada insistência dos professores e prolongadas reuniões Zeferino Vaz aceitou colaborar com a Unicamp, para surpresa de muitos que, devido aos acontecimentos de 1959, o consideravam inimigo de Campinas. Em 09 de setembro de 1965 o decreto nº 45.220, assinado pelo governador Adhemar de Barros, criou uma “Comissão Organizadora da Universidade de Campinas” subordinada ao CEE, que deveria dar prosseguimento à implantação da Faculdade de Medicina e estudar e planejar a formação e instalação das demais unidades da Universidade. No dia seguinte foram nomeados membros desta Comissão o Prof. Dr. Zeferino Vaz (como presidente), o Dr. Paulo Gomes Romeo e o Prof. Dr. Antônio Augusto de Almeida, sendo o Prof. Mário Degni exonerado de suas funções de reitor.

## 2.0. ZEFERINO VAZ ENTRA EM CENA: A PROPOSTA DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Apresentamos a seguir um breve resumo de algumas idéias contidas no **“Relatório da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas ao Egrégio Conselho Estadual de Educação”** apresentadas ao CEE na sessão de 19 de dezembro de 1966. Embora este relatório não se constituísse no projeto acabado da Unicamp ele já contemplava, em linhas genéricas, a filosofia e a estrutura de uma Universidade calcada nos princípios de modernidade vigentes na época.

As providências tomadas pela Comissão Organizadora (C.O.) desde que ela foi instituída, ou seja, no período de um ano, revelam o empenho de seus integrantes no

sentido de realmente implantar uma Universidade em Campinas e não apenas solidificar a Faculdade de Ciências Médicas, como queriam alguns. Além da contratação de novos docentes para ministrarem disciplinas especializantes do curso de Medicina - vários deles reconhecidamente competentes, integrantes da FCM da USP - cabe destacar:

- o levantamento de verbas junto ao governador do estado, Sr. Laudo Natel;
- a compra de vários equipamentos importados e também de livros e revistas científicas para a biblioteca da Faculdade de Ciências Médicas, visando o estímulo à pesquisa;
- a solução dada ao problema do local onde seria instalada a Universidade, uma vez que esta ainda se encontrava ocupando um andar do Prédio da Maternidade de Campinas (seus laboratórios, salas de aula, Reitoria, biblioteca, sessões burocráticas).

A C.O. conseguiu doação incondicional do Sr. Adhemar de Almeida Prado de 30 alqueires - parte de uma fazenda - na zona suburbana de Campinas para edificação da cidade universitária. Obteve também um adiantamento de verbas do governo estadual para que pudesse abrir concorrência pública para construção do 1º edifício da Universidade, sendo que o projeto arquitetônico do campus já estava elaborado. Tudo isso possibilitou que em 05 de outubro de 1966, contando com a presença do Presidente da República General Humberto de Alencar Castelo Branco, do Governador de São Paulo, de Ministros e Secretários de Estado, do Presidente do CEE e de várias outras autoridades civis, militares e eclesiásticas, fosse inaugurada a pedra fundamental da Universidade Estadual de Campinas.

O planejamento da Unicamp, segundo o Relatório da C.O., obedecia à “prioridades em função da demanda imposta por necessidades sócio-econômicas” do país evitando, para aquele momento, que “pressões sociais de toda ordem imponham soluções de afogadilho distorcidas tecnicamente, soluções que resultam quase sempre em empreendimentos pouco eficientes ainda que de alto custo para os cofres públicos”.<sup>231</sup> Esta preocupação em planejar a Universidade sem perder de vista as necessidades sócio-econômicas, a correta utilização da técnica, a eficiência e a economia são indicadores da influência do modelo tecnocrático que, a partir da criação da UnB e dos acordos MEC-

---

<sup>231</sup> “Relatório da Comissão Organizadora da Universidade” de 19 de dezembro de 1966; pp. 6 e 7.

USAID, vinha ajustando as instituições públicas brasileiras ao modelo de desenvolvimento econômico adotado para o país. Com base nestes princípios - que naquele momento eram tomados como sinônimos de modernidade - foi estruturada a Universidade de Campinas.

Uma das primeiras tarefas da Comissão para viabilizar a instalação da Unicamp era a de adequá-la às exigências da LDB, que estabelecia a necessidade de união de cinco unidades de ensino profissional para formação de uma Universidade. Diante disso foram contatadas a Faculdade de Engenharia Civil de Limeira, a Faculdade de Odontologia de Piracicaba e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, todas situadas nas proximidades de Campinas. Aceitando serem incorporadas à Unicamp elas estavam, ao lado da Faculdade de Ciências Médicas (funcionando desde 1963) e da Faculdade de Engenharia de Campinas (que seria criada em 1967), dando condições para que fosse cumprida a Lei Federal.

Para a indicação dos nomes que deveriam compor os quadros docentes da Universidade, bem como para orientar a C.O. na aquisição de equipamentos e organização do espaço físico para as instalações iniciais, foram convidados vários cientistas considerados os mais qualificados dentro de suas especialidades.

Instituto de Física - Prof. Dr. Marcello Damy de Souza Santos

Instituto de Química - Prof. Dr. Guiseppa Cillento

Instituto de Matemática e Estatística - Prof. Dr. Rubem Murillo Marques

Instituto de Biologia - Prof. Dr. Walter Hadler

Faculdade de Engenharia Elétrica - Prof. Dr. José F. Valverde

Faculdade de Engenharia de Alimentos - Prof. Dr. André Tozello

A Faculdade de Ciências Médicas continuava sob a direção do Prof. Dr. Antônio Augusto de Almeida. Cabe destacar que, ainda em 1966, foi convidado o Prof. Fausto Castilho para implantar o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e cursos de extensão na área de Economia e Administração, que começaram a ser ministrados no ano seguinte. O Prof. Dr. Friedrich Gustav Brieger, famoso geneticista da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), foi chamado a auxiliar na estruturação e organização administrativa e acadêmica da Universidade. Os diretores das Faculdades que

foram anexadas à Unicamp começaram a colaborar a partir de 1967 como membros do Conselho Diretor.

Além das Faculdades e Institutos que acabamos de citar a C.O. previa a criação de uma Faculdade de Ciências e um Colégio Técnico de nível médio; este último, de acordo com o que já fora determinado pela LDB, deveria abrir “perspectivas para o preparo de mão-de-obra técnica especializada de nível elevado, tentando suprir a deficiência de elementos intermediários entre o engenheiro e o técnico.”<sup>232</sup>

É interessante notar no Relatório da C.O. uma breve descrição dos contatos feitos entre a Universidade e empresas da região de Campinas; eles foram promovidos pela Unicamp e “representantes de grandes indústrias ou através de entidades representativas (FIESP-CIESP) para demonstrar a necessidade imperiosa que sentem os grandes e médios industriais de serem iniciados os cursos de Engenharia da Universidade de Campinas.”<sup>233</sup>

*“Para demonstrar que estavam realmente carentes de mão-de-obra especializada, disseram-nos que haviam construído e equipado por conta delas, um excelente edifício destinado ao ensino técnico, coisa que estava ao seu alcance, e já cogitavam de instalar uma Escola de Engenharia. À vista porém, da existência da Universidade, vinham oferecer todas as facilidades de suas indústrias para que ela, com a capacidade seletiva de corpo docente, pudesse assegurar a boa qualidade dos professores e implantar desde logo os cursos daquela escola.”<sup>234</sup>*

Citando uma reunião realizada em 13 de setembro de 1966 com representantes de várias empresas como a Equipamentos Clark S/A, Singer do Brasil S/A, Robert Bosch do Brasil, Bendix do Brasil Ltda., General Electric, Dunlop do Brasil S/A, Gessy Lever, 3M entre outras e, considerando que a Universidade

*“...não pode, todavia, por rica que seja, dispor dos grandes equipamentos que só as Indústrias podem adquirir e renovar em*

---

<sup>232</sup> Idem, p. 20.

<sup>233</sup> Idem, p. 08.

<sup>234</sup> Idem, pp. 08 e 09.

*função do progresso tecnológico e da natural competição entre as indústrias similares*”<sup>235</sup>

o relatório tentava mostrar os benefícios e vantagens que adviriam a ambas as partes se houvesse uma conjunção de forças para a instalação dos cursos de Engenharia. De fato, a partir do encontro citado foi formada uma comissão de engenheiros que, após uma semana, entregou aos organizadores da Unicamp um relatório com as expectativas e sugestões das empresas não só quanto aos cursos a serem instalados mas, também, quanto ao número de vagas, carga horária, calendário etc., visando a formação de novos profissionais em um período de tempo menor do que era habitual nas escolas da época.

A influência desta comissão parece ter sido decisiva na determinação dos cursos que, já no ano seguinte, começaram a funcionar na Universidade, embora nem todas as sugestões feitas por ela tenham sido adotadas. Desde este período a Unicamp passou a cultivar boas relações com indústrias da região, atendendo ao que o Prof. Zeferino Vaz chamava de “prestação de serviços à coletividade” a partir da integração entre Universidade e empresa, concretizada “quer na utilização de engenheiros das grandes indústrias na ministração de cursos na Universidade, quer pela utilização de equipamentos da Universidade pelas indústrias de Campinas.”<sup>236</sup>

Contando, portanto, com o apoio do setor produtivo da região e atendendo às necessidades sócio-econômicas do país naquele momento, os primeiros cursos implantados na Unicamp foram os seguintes: Matemática, Química, Engenharias Mecânica e Elétrica e o de Tecnologia de Alimentos, além dos já existentes: Medicina, Odontologia (em Piracicaba) e Engenharia Civil (em Limeira). Após um ano de trabalho a C.O. parecia ter tudo estruturado para que eles comessem a funcionar obedecendo a padrões internacionais de qualidade.

*“Os equipamentos, os livros e revistas científicas necessários à ministração dos cursos de Física, Química e de Matemática já foram*

---

<sup>235</sup> Idem, p. 10.

<sup>236</sup> Zeferino Vaz - Arquivo Oficial, 1969 apud Lima, Eloi - **A criação da Unicamp: Administração e Relações de Poder numa Perspectiva Histórica**. Campinas, FE-Unicamp, 1989 (mestrado), p. 97.

*relacionados e indicados à C.O. para a compra e importação direta em fábricas especializadas alemãs, americanas e inglesas. Já temos as faturas pré-forma, as verbas disponíveis e o compromisso das firmas (...) Apenas se espera a necessária aprovação do egrégio C.E.E. à proposta de início dos cursos para a efetivação da encomenda.*"<sup>237</sup>

Visando a criação de cursos inéditos no Ensino Superior do país ou, então, dotados de uma estrutura curricular moderna, a implantação da graduação prosseguiu com: Estatística (1969), Ciência da Computação (1970), Planejamento Econômico e Social (1970), Biologia (1971), Linguística (1971) e Física (1972)<sup>238</sup>.

Embora o Relatório da C.O. não detalhasse aspectos da estrutura didático-científica da Universidade, vários deles já se mostravam definidos: contratação de docentes no regime de tempo integral (exceções, porém, poderiam ser feitas), indissociabilidade entre ensino e pesquisa, matrículas semestrais e adoção do regime de créditos, organização da Universidade em: Institutos que ministrariam cursos básicos (dando suporte às Faculdades); Faculdades que se encarregariam de ministrar a parte especializada (profissional) do currículo; Órgãos Complementares que seriam os de prestação de serviço (Administração, Biblioteca, Tesouraria, Setor de Alunos, Almoarifado, Oficina etc.).<sup>239</sup> Tanto aos Institutos quanto às Faculdades caberia desenvolver atividades de pesquisa científica.

Cabe lembrar que o primeiro exame de seleção de candidatos às 120 vagas oferecidas pela Universidade em 1967 foi elaborado pelo CESCEN. Os alunos aprovados ingressaram nas carreiras de Ciências Exatas e Tecnológicas na Universidade, e não em um curso específico. Após dois anos de cumprimento das disciplinas básicas da área os alunos puderam, então, optar pelo curso a ser seguido.

---

<sup>237</sup> Relatório da C.O. de 19.12.1966, p. 15.

<sup>238</sup> Fonte de dados: Diretoria Acadêmica da Unicamp (DAC).

<sup>239</sup> Ao menos neste primeiro documento oficial não foi conferida pela C.O. aos Órgãos Complementares a função de extensão e integração universitária que claramente fora exposta no Plano Orientador da UnB. A princípio eles nos parecem ter sido criados - com exceção da Biblioteca - com a finalidade de apenas servir à Administração.



O período de estudos reservado ao ciclo básico apresentava-se como uma fase destinada a suprir possíveis falhas do 2º grau e a preparar o estudante à sua posterior formação profissional. Isto seria necessário porque

*“Em nossa época, em que a especialização atingiu na ciência um grau extremo, torna-se indispensável que o jovem estudante receba primeiramente um ensino básico mais amplo, através do qual ele possa entender a interligação dos diferentes ramos da ciência. Na era humanística das universidades européias, a filosofia foi considerada como a base do treinamento universitário. Hoje na era tecnológica, é necessário que o aluno universitário entenda a base científica do desenvolvimento tecnológico e as ligações entre as diversas especialidades. Esta deve ser a finalidade essencial do ensino básico, o qual deve ainda oferecer ao aluno a possibilidade de rever os seus preconceitos a respeito de sua futura profissão e mudar eventualmente o rumo de seu treinamento universitário.”<sup>240</sup>*

A implantação do ciclo básico, segundo o relatório, traria outras vantagens:

1) uma economia aos cofres públicos, evitando a duplicação de recursos no oferecimento das disciplinas fundamentais das carreiras; 2) integração, pela convivência comum, entre as diversas áreas do conhecimento. Esta era uma preocupação da Unicamp que não estava sendo criada apenas como uma Universidade tecnológica: ela também haveria de preocupar-se em oferecer uma formação humanista aos seus alunos.

*“Os ideais universitários, que constituem o assim chamado espírito universitário, do qual tanto se fala e poucos entendem, são os ideais de ciência, de arte, de Pátria e de humanidade. São eles realmente o denominador comum da preparação cultural de todos os estudantes e não de ser inculcados em suas mentes, durante todo o curso acadêmico. De outro lado, somente em ambiente universitário, sobretudo pela vida em comum no mesmo campus nos dois anos básicos, conseguem os estudantes adquirir e incorporar o conceito da igual importância social das diferentes atividades humanas sejam científicas, técnicas, literárias, filosóficas, artísticas, desvalorizando-se assim o pernicioso, falso e enganador preconceito vigente entre nós de superioridade de certas profissões. Aprenderão também os estudantes, por essa vivência comum, que as Ciências e as Artes não*

<sup>240</sup> Texto do Prof. Friedrich G. Brieger, in Silva, Joyce - **O ciclo básico da Unicamp: projeto, realidade e perspectivas**. Campinas, FE-Unicamp, 1989, p. 46. (mestrado)

*contêm um fim em si mesma mas todas elas só contêm um objetivo alto e nobre: promoção do bem estar espiritual, físico e social do homem.*<sup>241</sup>

O projeto arquitetônico do campus, conforme palavras do Prof. Zeferino Vaz em seu discurso por ocasião do lançamento da pedra fundamental da Universidade, em 05 de outubro de 1966, deveria refletir esta necessidade de integração da ciência e dos ideais universitários. Outro ponto fundamental da estrutura física da Unicamp era que nela não haveria “lugar para ostentação de fachadas imponentes, nem luxo de áreas perdidas de construção.”

A arquitetura proposta para a Unicamp, porém, foi distinta da UnB, apesar de ambas manifestarem a mesma intenção de que a função integradora dos Institutos ficasse refletida na edificação do campus. A UnB, segundo a visão de Zeferino, romperia fisicamente com o conceito de universalidade do conhecimento ao distanciar os edifícios de Ciências Humanas, Artes, Biblioteca Central e Reitoria de si mesmos e do Instituto Central de Ciências. A USP, por sua vez, tinha um projeto de cidade universitária completamente desagregador, impondo enormes distâncias entre as diversas Faculdades e Institutos.<sup>242</sup> Na Unicamp esta questão seria resolvida com a criação de uma praça circular, rodeada por todos os Institutos Centrais, Reitoria e Biblioteca - esta ocupando lugar de destaque “como símbolo e depositário da sabedoria.”<sup>243</sup> Os edifícios das Faculdades, Hospital, Serviços etc. seriam dispostos em redor dos principais por afinidade de atividades.<sup>244</sup>

A concepção deste projeto merece destaque porque deu a base para a confecção do “lay-out” da Unicamp, através do qual esta é reconhecida em todo o país

---

<sup>241</sup> Relatório da C.O., p. 20.

<sup>242</sup> Segundo o Prof. Dr. Fausto Castilho, o projeto arquitetônico da USP é uma das marcas que evidencia a entrada do automobilismo no Brasil.

<sup>243</sup> Relatório da C.O., p. 24.

<sup>244</sup> A C.O. expôs no relatório detalhadamente este projeto - que indicava estar no início de sua execução - sem, no entanto, indicar a sua autoria. O Prof. Dr. Fausto Castilho, porém, em entrevista, afirmou-nos ser ele o autor das idéias que vieram dar forma ao campus da Unicamp.

como uma marca que simboliza e identifica seus integrantes e a qualidade das atividades que desenvolve.

O Relatório da C.O. não abordou em nenhum momento a questão da estrutura administrativa da futura Universidade. Entrevistas com elementos que colaboraram com a C.O. na organização da Unicamp, no entanto, indicaram que àquela altura ela já havia sido discutida, mas não foi possível determinar com que profundidade isto foi feito.

O Relatório da C.O. foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação na sessão de em 19 de dezembro de 1966. Nesta mesma sessão o CEE também autorizou, pela resolução nº 46/66, a instalação e o funcionamento da Unicamp e de suas seguintes unidades:

a) Institutos de Biologia, de Matemática, de Física e de Química; b) Faculdades de Engenharia (curso de Engenharia Mecânica e Elétrica), de Tecnologia de Alimentos, de Ciências (cursos de Química, Física, Matemática e de Biologia) e de Enfermagem; c) Colégios Técnicos Industriais de Enfermagem e de Tecnologia de Alimentos.

Em 21 de dezembro de 1966, pelo decreto nº 47.408, o então governador de São Paulo Laudo Natel extinguiu a Comissão Organizadora da Universidade de Campinas e, neste mesmo dia, por outro decreto nomeou o Prof. Zeferino Vaz reitor desta Universidade.

### 3.0. CONSONÂNCIA COM A LEI DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

O Relatório da Comissão Organizadora da Unicamp, aprovado em 19 de dezembro de 1966, deu as diretrizes da organização da Universidade que começou a funcionar com tal em 1967. Apesar da Lei da Reforma Universitária (nº 5.540) haver sido regulamentada apenas em 28 de novembro de 1968, a Unicamp já estava, praticamente dois anos antes, estruturada em consonância com muitos dos princípios que iriam norteá-la.

Como já vimos anteriormente, nos anos 60 já era nítida no país a influência do paradigma norte-americano de Universidade que, tendo se iniciado primeiramente pelo ITA e depois pela UnB, foi acentuado por via dos Acordos MEC-USAID, os quais estavam embasados na:

- 1) *Adequação do sistema universitário à ordem econômica capitalista*, conferindo-lhe a necessidade de aprimoramento tecnológico e responsabilidade pela formação de quadros para o mercado de trabalho - isso feito através de um discurso sobre modernização, que tinha por sinônimas as idéias de racionalização, produtividade, eficiência etc.
- 2) *Centralização do poder nas mãos do Estado* pela adoção de medidas burocratizantes que, ferindo a autonomia universitária em vários aspectos em nome de uma “administração empresarial”, transformava as Universidades e outras Instituições de Ensino Superior em instrumento do sistema político e econômico do país.

A Unicamp, criada na concepção de Universidade como instituição de produção do saber e financiada pelo estado mais industrializado da federação, não poderia deixar de ser planejada de acordo com o que já estava definido como modelo de Universidade moderna - voltada, portanto, para o desenvolvimento de ciência e tecnologia dentro dos princípios capitalistas de economia, racionalização etc. Sua unidade básica de organização eram os Departamentos e a cátedra foi abolida; os docentes deviam aliar as funções de ensino e pesquisa e, preferencialmente, teriam dedicação de tempo integral à Universidade. Havia Institutos encarregados da formação básica e interdisciplinar dos cursos, Faculdades encarregadas da formação profissional e Órgãos Anexos responsáveis pela integração interna da Universidade, além das atividades de prestação de serviços à comunidade, caracterizando assim o modelo tripartido de Universidade unindo pesquisa, ensino e extensão. As matrículas eram feitas por disciplinas que, oferecidas semestralmente, seguiam o sistema de créditos. Os primeiros cursos a funcionar vinham a propósito da demanda das indústrias da região, e a Universidade propunha-se a oferecer três níveis de formação: técnica (2º grau), graduação e pós-graduação. Tendo o seu reitor nomeado diretamente pelo Governador do Estado a Unicamp já satisfazia exigências

administrativas que seriam impostas, pouco tempo depois, pela Lei da Reforma Universitária.

Não há dúvidas de que esta prévia adequação à Lei nº 5.540 foi de grande vantagem para a Universidade à medida que, diferentemente de outras instituições, ela não precisava sofrer alterações em sua estrutura funcional para adaptar-se à legislação de 1968 e não apresentava em seus estatutos motivos para perseguição e intervenções do Estado Militar.

Organizada desta forma é nítida a semelhança existente entre a estrutura didático-acadêmica da Unicamp e o projeto da Universidade de Brasília que, conforme já foi visto, no início da década de 60 preconizou no país o modelo de Universidade moderna, embasado no paradigma norte-americano de Universidade tecnocrática. Há vários elementos no Relatório da Comissão Organizadora da Unicamp que indicam sua adequação ao “espírito de modernidade” - sinônimo do lucro e da organização empresarial próprios à dinâmica desenvolvimentista daquele momento - que tornou-se a diretriz para todas as Instituições de Ensino Superior a partir da Lei da Reforma de 1968. Além da adoção do modelo tripartido e de uma inovadora estrutura acadêmica, é preciso destacar:

- os cursos considerados prioritários para o início da Universidade eram os da área Tecnológica, ou seja, aqueles que vinham atender à demanda do setor produtivo da região; dentro da área de Ciências Humanas eram prioritários os cursos de Economia e Administração;
- o projeto da Universidade foi apresentado e discutido com empresários e representantes de indústrias localizadas em Campinas e região (da CIESP/FIESP), os quais colaboraram com sugestões e com doação de recursos para sua instalação;
- a edificação do campus, seguindo as recomendações do Prof. Atcon (MEC-USAID), não seguia padrões suntuosos: foi feita com pré-moldados (como a UnB), cujas paredes móveis possibilitavam a reorganização dos espaços;
- os professores eram contratados para desenvolver atividades de ensino e pesquisa, sendo a capacidade de realização desta última (concretizada na produtividade acadêmica) requisito fundamental da contratação e progressão na carreira universitária;

- os alunos eram selecionados por um vestibular unificado dentro de cada área (Exatas e Tecnológicas, Humanas)<sup>245</sup> para que somente após terem completado o ciclo básico de estudos escolhessem a formação profissional que queriam ter;
- buscava-se que a ênfase em cursos de pós-graduação possibilitasse a criação de um pólo de desenvolvimento de pesquisas e de novas tecnologias, formando no país um centro avançado de ciência e impedindo que cientistas brasileiros fossem forçados a trabalhar no exterior.

Mas não se pode afirmar que a Unicamp foi a fiel representação da Universidade que se projetou na Lei da Reforma, principalmente tendo em vista dois aspectos que veremos a seguir: a liberdade ideológica e a estrutura administrativa.

O Relatório da Comissão Organizadora deixava expressos os ideais de formação humanística da Unicamp, princípios que também eram destacados no Relatório do GTRU:

*“Se a reforma se referisse apenas à adequação técnica do ensino superior às necessidades econômicas não encerraria nenhuma mensagem autêntica às novas gerações. Há, portanto, que levar em conta as legítimas aspirações culturais de uma juventude (...) o Grupo vê a Universidade como o lugar onde a cultura de um povo e de uma época tende a atingir a plenitude de sua autoconsciência. Assim, é uma de suas finalidades essenciais promover a integração do homem em sua circunstância histórica, proporcionando-lhe (...) a compreensão e a crítica de seu processo cultural”<sup>246</sup>*

Era notável que o GTRU e o governo militar cultivavam uma visão bastante própria do que deveria ser a “compreensão e crítica do processo cultural” dos estudantes, agindo com pouca tolerância para com aqueles que discordavam das suas diretrizes. Na Unicamp, porém, desde 1967, no Departamento de Economia e Planejamento Econômico e Social (DEPES) havia apostilas, programas de estudo e até mesmo ex-professores do Centro de Estudos para a América Latina (CEPAL) que anteriormente fora taxado pelos

<sup>245</sup> Eram exceção os cursos de Biológicas - Medicina e Odontologia - que já possuíam anteriormente mecanismos distintos de seleção de candidatos ao Vestibular.

<sup>246</sup> Relatório do GTRU in **Revista Paz e Terra**, nº 9, p. 248.

militares de “subversivo”. Considerado o que havia de melhor na época a ser utilizado em cursos de extensão em Economia e Administração para micro-empresários, o material e a equipe do CEPAL foram contratados pela Unicamp sem restrições ideológicas. Estes professores, integrantes do DEPES, em nenhum momento foram repreendidos ou receberam ordens para que o teor dos cursos ministrados fosse alterado<sup>247</sup>. Ao contrário, tornaram-se responsáveis pelo planejamento de alguns dos cursos de graduação que, em anos seguintes, foram oferecidos pela Universidade. Assim como estes, outros professores contratados por vários Institutos e Faculdades da Unicamp que tinham militância política considerada “esquerdista” - e que encontravam, por isso, dificuldade para trabalhar em instituições públicas - tiveram em Campinas liberdade para atuar no ensino e na pesquisa sem a pressão ou cobrança política que marcaram a maioria das Universidades neste período. Cabe lembrar que do DEPES surgiu o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) com os primeiros cursos de graduação desta área: Ciências Econômicas e Administração e Ciências Sociais (1970); mais tarde vieram o curso de Lingüística - no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) em 1971 - e o de Pedagogia - na Faculdade de Educação, em 1974.

Vejamos, agora, como funcionava a estrutura administrativa da Unicamp. A princípio esta parece ter sido organizada, assim como a estrutura didático-científica, em pleno acordo com as diretrizes políticas e ideológicas ditadas pelo Estado Militar às Instituições de Ensino Superior do país. No entanto, apesar da centralização do poder nas mãos do reitor ser uma realidade, não havia na sua administração a burocracia que caracterizou as instituições que adotaram a Lei da Reforma. Nos departamentos havia agilidade para a contratação de docentes, que deveriam apenas e necessariamente passar por uma entrevista com o reitor. O mesmo ocorria com a contratação de funcionários e pedidos de verbas para pesquisa e aquisição de equipamentos<sup>248</sup>; tudo o que era decidido no âmbito das Faculdades ou Institutos era rapidamente aprovado e encaminhado após

---

<sup>247</sup> Dados fornecidos pelo depoimento do Prof. Dr. Ferdinando Oliveira de Figueiredo.

<sup>248</sup> Para uma melhor compreensão da estrutura administrativa da Unicamp ver Lima, Eloi - *A criação da Unicamp - administração e relações de poder numa perspectiva histórica*. Campinas, FE-Unicamp, 1989 (mestrado).

despacho do coordenador/diretor responsável como o reitor, não havendo necessidade de espera de nova aprovação de órgão ou instância superior à Universidade. Do mesmo modo os órgãos de fomento à pesquisa e os governos estadual e federal parecem ter sempre contribuído com a Unicamp, pois as solicitações desta (de verbas, de contratações) nunca eram indeferidas, além de tramitarem com velocidade acima da média na burocracia oficial.

Esta rapidez com que circulavam os processos burocráticos da Unicamp, a nível interno e externo, escapando às normas que regiam a administração das instituições universitárias da época, parece tê-la beneficiado muito no período inicial da sua criação, pois eram comuns situações como as seguintes: um professor era contratado em uma terça-feira e, dois dias depois, já começava a dar aulas, antes mesmo que seu contrato fosse aprovado pelo Conselho Diretor, MEC etc; um laboratório precisava de equipamentos e, após conversa do chefe de Departamento ou do responsável com o reitor, o material necessitado podia ser imediatamente encomendado e adquirido, sem que fosse preciso esperar que o projeto justificando a compra voltasse dos órgãos financiadores com o deferimento assinado.

Há ainda outros fatos referentes à estrutura administrativa da Unicamp que a fizeram peculiar em relação às outras Universidades. Apenas como exemplo: não houve, durante a ditadura, interferência de policiais ou militares nas atividades dos docentes e das entidades representativas de alunos, professores e funcionários da Universidade, pois ela se manteve praticamente à parte da repressão que ocorria em outros estabelecimentos de ensino e pesquisa no restante do país; não houve corte de verbas orçamentárias com o que foram penalizados vários reitores e instituições no governo militar - ao contrário, edificada em poucos anos, não faltaram recursos para sua construção e aquisição de equipamentos para atividades de ensino e pesquisa.

Sem dúvida alguma a forma como foi administrada a Unicamp deu-lhe a possibilidade de fazer funcionar sua moderna estrutura didático-científica (e a instituição como um todo) com tranquilidade e eficácia pois, se não houvesse uma relação de dependência entre o projeto de uma Universidade e a sua administração, a Universidade



de Brasília - cujos planos inspiraram a Unicamp - não teria se afastado tanto de seu projeto original, como aconteceu após o Golpe de 64.

Estes dados nos mostram que a Unicamp funcionou com relativa autonomia institucional, apesar de estar sob a égide de um governo e de uma legislação (após 1968) autoritários que cercearam a iniciativa de diversas das Universidades do país em todos os aspectos: político, financeiro, administrativo e acadêmico. E isto apesar de seu reitor, nomeado diretamente pelo governador de São Paulo sob a aprovação do Presidente da República, ser representante legítimo deste Estado autoritário e interventor.

A chave para a compreensão desta aparente contradição parece-nos estar na personalidade e atuação do Prof. Zeferino Vaz, responsável pelo estudo de implantação da Universidade em 1966 e seu reitor até 1978. O processo de planejamento, instalação e desenvolvimento da Unicamp deve ser visto no quadro de um movimento histórico de organizações sociais que, visando atender às necessidades do seu contexto, conseguiu ultrapassar os limites colocados pelos arautos do regime militar à medida que, contando com a colaboração de profissionais reconhecidamente competentes sob o gerenciamento e proteção de Zeferino Vaz, manteve uma estrutura administrativa que preservou os limites da autonomia universitária, possibilitando a formação de um centro integrado de ensino e pesquisa no país, e não apenas de mais uma agência de ensino.

#### 4.0. A PROPOSTA DA EQUIPE QUE INSTALOU A UNIVERSIDADE - 1969

Após haver nomeado o reitor da Unicamp, em 21.12.1966, o governador de São Paulo tomou, pela Lei nº 9.715 de 30 de janeiro de 1967, algumas providências para que a Universidade pudesse ser instalada. A incorporação da Faculdade de Odontologia de

Piracicaba e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro<sup>249</sup> foi uma delas, visando cumprir as exigências da Lei Federal nº 4.024. Outra providência foi uma alteração do Artigo 21 da lei nº 7.655 extinguindo o Conselho Curador da Unicamp, criando o cargo de Coordenador Geral dos Institutos e propondo uma nova composição para o Conselho Diretor da Universidade - este seria o órgão máximo da administração até que fosse formado o Conselho Universitário.

A primeira sessão do Conselho Diretor da Unicamp ocorreu no dia 21 de fevereiro de 1967 no prédio da Maternidade de Campinas, onde encontrava-se instalada a Faculdade de Medicina. As providências para o início de alguns cursos de Exatas e de Tecnológicas já haviam sido tomadas pela Comissão Organizadora no ano anterior, possibilitando que em fevereiro fossem realizados os exames vestibulares para as 120 vagas oferecidas pela Universidade. Em 1968 as vagas para estes cursos duplicaram, houve a formatura da primeira turma de médicos (eram 42 formandos) e foi inaugurado, em 16 de agosto, o primeiro prédio do campus em Barão Geraldo. Ainda em dezembro deste ano foi criada, por uma portaria do reitor, uma Comissão de Ensino. Tendo seus membros eleitos pelo Conselho Diretor, cabia a ela opinar sobre vários assuntos referentes às atividades dos docentes tais como: contratação, reclassificação, abertura de concursos etc. Embora não tivesse poder deliberativo esta comissão, presidida nos anos iniciais pelo Prof. Dr. Friedrich G. Brieger, teve papel fundamental na proposição de medidas que mais tarde foram incorporadas pela Universidade.

As reuniões do Conselho Diretor, que ocorriam com periodicidade quinzenal nos primeiros anos de funcionamento da Unicamp, além de abordarem assuntos emergentes do cotidiano, tinham o propósito de elaborar os Estatutos da Universidade, decretado pela Lei nº 52.255 de 30 de julho de 1969 e que comentaremos brevemente a seguir. Antes, porém, é muito importante destacar a atuação de todos os membros que compunham o Conselho Diretor na elaboração deste Estatuto, em especial os coordenadores e diretores das Faculdades e Institutos, alguns dos quais colaboravam com a

---

<sup>249</sup> A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro ficou anexada à Unicamp apenas até 10 de setembro de 1968, quando o decreto Lei nº 10.214 devolveu-lhe a condição de Instituto Isolado de Ensino Superior. Posteriormente esta faculdade foi incorporada à UNESP, à qual pertence até hoje.

Comissão Organizadora da Universidade desde 1966. Homens da Ciência, pesquisadores reconhecidos dentro e fora do país, empenharam-se em organizar a Unicamp preocupados com sua adequação às diretrizes de modernidade das Universidades do primeiro mundo não só em sua estrutura didática-acadêmica, mas também - e principalmente - na busca dos melhores profissionais existentes em cada área. Eram membros do Conselho Diretor da Unicamp:

Prof. Dr. Zeferino Vaz - Reitor

Prof. Dr. Paulo Gomes Romeo - Coordenador Geral da Universidade

Prof. Dr. Friedrich G. Brieger - Coordenador Geral dos Institutos

Prof. Dr. Antonio Augusto de Almeida - Coordenador das Faculdades

Prof. Dr. Giuseppe Cilento - Diretor do Instituto de Química

Prof. Dr. Marcello Damy de S. Santos - Diretor do Instituto de Física

Prof. Dr. Rubem M. Marques - Diretor do Instituto de Matemática

Prof. Dr. Walter A. Hadler - Diretor do Instituto de Biologia

Prof. Dr. Sílvio dos S. Carvalhar - Diretor da Faculdade de Medicina

Prof. Dr. André Tosello - Diretor da Faculdade de Tecnologia de Alimentos

Prof. Dr. Pedro Siqueira - Diretor da Faculdade de Engenharia de Limeira

Prof. Dr. Plínio A. de Moraes - Diretor da Faculdade de Odontologia de Piracicaba

Prof. Dr. César Lattes - Representante dos Professores da Universidade

além de outros representantes do corpo docente (três), discente (dois) e do Governo do Estado de São Paulo (seis).

A Unicamp, de acordo com Estatuto aprovado pelo CEE em 1969, passou a ser denominada Universidade Estadual de Campinas. No Artigo 1º já ficava apontada a sua diretriz humanista - “tem como finalidade precípua a promoção do bem estar físico, espiritual e social do homem” - reafirmada no item VI do Artigo 2º em que se propunha a “cumprir a parte que lhe cabe no processo educativo de desenvolver na comunidade universitária uma consciência ética, valorizando os ideais de pátria, de ciência e de humanidade.”

Ainda no Artigo 2º ficavam evidenciados os seus objetivos de ensino, pesquisa e extensão, expressos respectivamente na transcrição abaixo:

- I - ministrar o ensino para a formação de pessoas destinadas ao exercício das profissões liberais, técnico-científicas, técnico-artísticas, de magistério e aos trabalhos desinteressados da cultura;*
- II - promover e estimular a pesquisa científica e tecnológica e a produção de pensamento original no campo da ciência, da tecnologia, da arte, das letras e da filosofia;*
- III - (...)*
- IV - pôr ao alcance da comunidade, sob a forma de cursos e serviços, a técnica, a cultura e o resultado das pesquisas que realizar;”*

Ela também se propunha a “estudar os problemas sócio-econômicos da comunidade, com o propósito de apresentar soluções corretas”(Artigo 2º, III), mas não estabelecia como objetivo a formação de elites e a busca de soluções para os problemas da Nação, como fizeram a UnB, a USP e a UDF.

A Unicamp foi organizada em Institutos e Faculdades; deve-se ressaltar que a distinção entre Institutos de Ensino, Pesquisa e Complementares, previstos na lei de criação nº 7.655, deixou de existir. Aos Institutos e Faculdades caberia ministrar o ensino dos cursos de graduação, especialização, pós-graduação e de promover pesquisa, sendo que os primeiros se encarregariam de ministrar o ensino do ciclo básico para toda a Universidade, e as Faculdades do ensino do ciclo profissional.

Foram criados oito Institutos: Biologia; Física; Química; Matemática, Estatística e Ciência da Computação; Filosofia e Ciências Humanas; Artes; Letras e de Geociências (Artigo 5º). As Faculdades também eram oito: Faculdade de Ciências Médicas; Faculdade de Tecnologia de Alimentos; Faculdade de Engenharia de Campinas; Faculdade de Tecnologia Química; Faculdade de Agronomia; Faculdade de Educação; Faculdade de Odontologia de Piracicaba e Faculdade de Engenharia de Limeira (Artigo 6º). Ao todo, inicialmente foram previstos 29 cursos de graduação. Cabe destacar que foi abandonada a idéia do Instituto Central de Ciências, expressa no Relatório da Comissão

Organizadora e que seria o responsável pela pesquisa e ensino fundamental de todas as áreas visando a integração entre elas.

Os cursos de graduação estavam divididos em dois ciclos: o de formação básica e o de formação profissional (Artigo 20º); havia ainda os cursos de pós-graduação nos graus de Mestre e de Doutor (Artigo 21º). O currículo seria integralizado pelo acúmulo de créditos que seriam adquiridos a cada disciplina cursada. Estas podiam ser obrigatórias, optativas e facultativas, oferecendo ao aluno grande flexibilidade curricular.

A carreira docente foi estruturada nos seguintes níveis: I - Assistente; II - Assistente Doutor; III - Professor Assistente; IV- Professor Associado; V - Professor Titular. Para as funções didáticas poderiam também ser contratados monitores - estes seriam alunos de graduação que, após submetidos a provas específicas, comprovassem capacidade técnico-didática (Artigos 96º e 97º).

A Unicamp seria administrada pelo Conselho Universitário mas, até que dispusesse de Congregações devidamente instaladas esta função caberia ao Conselho Diretor, presidido por um Reitor indicado pelo Chefe do Executivo no estado (Artigo 175º). O Conselho Diretor seria composto pelo: a) Reitor; b) Diretores de Faculdade, Coordenadores dos Institutos; c) Coordenador Geral dos Institutos, das Faculdades e da Universidade; d) seis representantes do corpo docente e dois representantes do corpo discente; e) seis representantes do governo do estado. Foram criadas duas Câmaras como órgãos do Conselho Diretor: a Câmara Curricular, encarregada da orientação, supervisão e revisão periódica do ensino (Artigo 54º), e a Câmara de Pesquisa que deveria opinar sobre os projetos, os pedidos de recursos e os relatórios anuais de pesquisa apresentados à Universidade (Artigo 55º). Também foi prevista a criação de um Conselho de Integração Universidade-Comunidade destinado a assessorar a reitoria “em todos os assuntos de interesse recíproco da Universidade e da Comunidade” (Artigo 68º).

Com relação à administração cabe ainda citar que pelo Estatuto o controle dos serviços administrativos ficou completamente centralizado na reitoria, obedecendo ao princípio da não duplicação (Artigo 158º). Para cada um dos serviços de apoio comuns aos Institutos e Faculdades foi criado um único órgão central havendo, portanto, apenas

um setor de: orçamento, pagamento, almoxarifado, manutenção, biblioteca, setor de alunos etc.

É possível notarmos pelos dados até aqui apresentados que a despeito dos princípios tecnocráticos e modernos da estrutura didático-acadêmica da Unicamp, expressos também na não duplicação de meios para os mesmos fins (propiciando economia, racionalidade e eficácia), ela manteve uma estrutura administrativa arcaica à medida que centralizou na reitoria todos os seus órgãos<sup>250</sup>. Isto, contudo, não significou - ao menos naquele momento - a formação de uma burocracia na Universidade, conforme vimos anteriormente.

---

<sup>250</sup> Lima, Eloi (1989), p.136.

## CAPÍTULO III

### A TRAJETÓRIA DE ZEFERINO VAZ

#### 1.0. FORMAÇÃO E OS TEMPOS DA USP

Zeferino Vaz nasceu em 1908, em São Paulo. Seus pais eram imigrantes portugueses. Estudou com os padres salesianos no Liceu Coração de Jesus e, durante toda a vida, não deixou de louvar as qualidades destes como educadores que souberam encaminhar sua vitalidade e agressividade em sentidos construtivos como os esportes, o teatro, o canto, o estudo das línguas.

Aos 17 anos foi aprovado nos exames vestibulares da Faculdade de Medicina em São Paulo. Em 1925, calouro, após assistir a primeira aula de Parasitologia ministrada pelo Prof. Dr. Lauro Pereira Travassos - de quem tornou-se discípulo -, decidiu dedicar-se à pesquisa.

Atuando junto com Clemente Pereira como assistente de Travassos durante anos, foi chamado em 1929 a participar da equipe de cientistas do recém-inaugurado Instituto Biológico de São Paulo para pesquisar no ramo da Parasitologia. Graduou-se médico em 1931; em 1932 defendeu sua tese de doutorado e já fizera outras especializações: Genética e Zoologia.

Dedicando-se à carreira científica no Instituto Biológico, produziu e publicou dezenas de trabalhos originais em revistas nacionais e internacionais. Em 1934, com a criação da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo, participou e foi aprovado no concurso para prover a cadeira de Zoologia Médica e Parasitologia, ficando responsável pela implantação do Departamento de Parasitologia desta faculdade. Passou a acumular dois cargos.

Em 1937 deixou o Instituto Biológico passando a dedicar-se somente à USP, tomando assento no Conselho Universitário desta primeiramente como membro da Congregação da Faculdade de Veterinária e, logo em seguida, como seu diretor. Foi

membro efetivo do Conselho Universitário por 27 anos (1937-1964) e durante quase todo este período ocupou a presidência da sua Comissão de Ensino e Regimentos. Foi desta posição que assistiu e colaborou com a implantação e expansão da USP. A produção científica de Zeferino Vaz concorria com seu interesse pelo ensino de 3º grau: da mesma forma que publicava na área de Parasitologia, era presença constante em Congressos e Conferências Nacionais ou Internacionais na área do ensino médico.

Participou ativamente de discussões que se intalaram no Conselho Universitário da USP, no final da década de 40, referentes à necessidade do aumento do número de vagas na Universidades e, também, à importância de que isto se desse pela instalação de Instituições de Ensino Superior no interior do estado de São Paulo. Pretendia-se que esta medida auxiliasse na diminuição do fluxo de jovens que anualmente se deslocavam para a Capital em busca de formação profissional superior, além de estimular a formação e incremento de novos pólos de desenvolvimento econômico, social e cultural no interior.

Após vários debates a Congregação da Faculdade de Medicina e o Conselho Universitário, com apoio do governo do estado, resolveram dar condições para que fosse concretizada a interiorização do Ensino Superior. Zeferino Vaz, amigo pessoal do governador de São Paulo e membro de destaque na USP, assumiu a tarefa de presidir uma comissão de estudo das condições de implantação de uma Faculdade de Medicina na cidade de Ribeirão Preto.

## 2.0. A FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO

A iniciativa da criação de uma Faculdade de Medicina em Ribeirão Preto surgiu inicialmente da população da cidade que, contando com o apoio de políticos locais e de cidades vizinhas, havia organizado uma Comissão Pró-instalação da Faculdade de Medicina. A atuação do deputado Luís Augusto de Mattos, integrante desta comissão, possibilitou que a Faculdade de Medicina fosse criada pela Lei Estadual nº 161 de 24 de



setembro de 1948, sendo ratificada pelo governador de São Paulo no projeto de Lei nº 894 de 21 de junho de 1950. Cabe destacar que por esta lei foram criadas outras cinco Faculdades em diferentes cidades do interior do estado dentro de um projeto que previa, posteriormente, a reunião destas para formação da Universidade do Interior. O interesse e auxílio da Universidade de São Paulo na instalação do curso de Medicina foram solicitados ao governo do estado pela Comissão Pró-instalação, que conseguiu fosse promovida uma “caravana” da Faculdade de Medicina de São Paulo para Ribeirão Preto (incluindo o reitor da USP, além de elementos da imprensa da capital) para verificar as condições que viabilizariam a execução do projeto.

A essa altura Zeferino Vaz ainda não participara diretamente do processo de criação e organização da Faculdade, isto só ocorreu após a visita desta “caravana” que estabeleceu, em 01 de outubro de 1951, a formação de uma Comissão com a finalidade de planejá-la. Integrada por médicos, representantes das autoridades locais, representantes do governador, entre outros, os membros Executivos desta comissão eram: Prof. Zeferino Vaz, Prof. Theotônio M. Monteiro de Barros Filho e Dr. Paulo Gomes Romeo - este último, de família de bastante prestígio em Ribeirão Preto, era presidente do “Centro Médico” e também clínico do “Hospital São Francisco” da cidade.

Em 29 de dezembro de 1951 já era promulgada a lei que iria estruturar a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), diferenciando-a desde o início das demais Faculdades de Medicina da América do Sul: rompendo com a tradição francesa, ela adotava princípios da renovação americana no ensino médico e na Universidade feita por Flexner já na década de 20, a qual era pautada no tripé das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Trechos do relatório da Comissão de Instalação da FMRP atentavam para a importância de inovações na estrutura das Universidades e do ensino:

*“Não é demais repetir que os grandes generais como Eisenhower e estadistas contemporâneos da estatura de Churchill são unânimes na afirmação de que a última guerra mundial foi ganha pelas Universidades (...) A formação de novos pesquisadores na Faculdade de Medicina é tão importante ou mais do que a simples formação de profissionais de medicina.”*

A própria idéia de se promover a descentralização do ensino superior brasileiro visando ao progresso da Nação parece ter vindo dos EUA, segundo depoimento de Zeferino:

*“... uma das preocupações do Conselho Universitário da USP tem sido a descentralização do ensino. Descentralização como necessidade vital à evolução brasileira, o mesmo fator que foi de indiscutível preponderância no progresso da Alemanha e dos Estados Unidos.*

*(...) O interior é grandemente lacunoso em cultura, enquanto já se desenvolveu economicamente. Haveria, então, a grande necessidade da criação do pensamento original interiorano, para que este deixasse de ocupar, neste sentido, a posição de inferioridade que ocupa em relação à Capital.”<sup>251</sup>*

De qualquer modo o padrão de referência para a organização da Faculdade de Medicina, de acordo com algumas afirmações do Prof. Zeferino Vaz quando a comissão ainda elaborava o projeto da FMRP, era notadamente norte-americano.

*“Não é Washington a cidade mais importante dos Estados Unidos, mas sim Harward, Wisconsin ou Chicago, onde se localizam os grandes centros universitários, de onde se irradia a cultura americana para o mundo. É que ali há o estímulo do estudante para o estudo pelo ambiente físico que se presta e depois de maneira coletiva. (...) Se eu puder instalar a Faculdade de Medicina na ‘Escola Prática de Agricultura’ o regime será o de semi-internato e ali os estudantes farão as suas refeições (...) Ora, o semi-internato, com as horas esportivas, ante o ‘ginasium’, a piscina e os campos apropriados, prenderão o estudante na Fazenda Monte Alegre e em pouco tempo ele estará enamorado do local e se dedicará ao estudo.”<sup>252</sup>*

*“... a exemplo das Universidades norte-americanas, cujo ensino é gratuito e os estudantes formam sua mentalidade na própria Universidade como alunos internos, a FMRP inicialmente funcionará em regime de semi-internato, recebendo ali alimentação custeada pelo Estado. E posteriormente, então, funcionará em regime de*

<sup>251</sup> “O significado e os ideais da FMRP” - *Diário de Notícias*, 31.03.1954; Ribeirão Preto (AZV).

<sup>252</sup> “Criando ambiente universitário” - *Jornal A Tarde*, 05.01.1952; Ribeirão Preto (Arquivo Zeferino Vaz).

*internato, como nos Estados Unidos, o que é de grande vantagem não só sob o ponto de vista social como também científico (...).*<sup>253</sup>

A seguir algumas das inovações promovidas pela FMRP em relação às demais Faculdades de Medicina existentes no país:

- organização departamental;
- organização semestral para algumas disciplinas;
- redução substancial do número de cátedras;
- tempo integral obrigatório para todas as cátedras;
- estabelecimento da investigação científica como obrigação para todos os docentes;
- elaboração de quadro de carreira docente;
- admissão, no corpo docente, de especialistas não médicos para as disciplinas básicas do curso;
- valorização de instrumentos auxiliares à investigação científica e ao ensino, tais como Biblioteca, Biotério, Laboratórios etc;
- modificação das técnicas do ensino, que deveria ser: interdisciplinar, atento ao funcionamento do organismo como um todo, além de feito no próprio hospital, com laboratórios para as disciplinas básicas;
- criação de novas disciplinas no currículo médico como Psicologia Médica, Medicina Preventiva, Medicina do Trabalho e Bioestatística;
- redução de carga horária de algumas disciplinas (como Parasitologia, Medicina Legal) e valorização de outras no quadro da formação médica, tais como: Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia.

Dentre estas cabe ressaltar a importância conferida pelo Prof. Zeferino Vaz à pesquisa, que ocupou o centro das atenções na FMRP desde o momento em que esta foi criada. A ênfase nas atividades científicas fez com que, posteriormente, a Faculdade de Ribeirão Preto obtivesse prestígio dentro e fora do país.

---

<sup>253</sup> “A Faculdade de Medicina será em Monte Alegre” - Jornal **Diário de Notícias**, 03.01.1952; Ribeirão Preto (Arquivo Zeferino Vaz).

*“A instalação de uma Instituição de Ensino Superior não depende exclusivamente da questão financeira; o problema material é o capital humano, professores capacitados para o ensino de alto nível, que possuam interesse pelas pesquisas e pelas atividades pedagógicas (...)*

*A FMRP está procurando criar no interior um foco de pensamento original no setor da ciência médica. Em Ribeirão Preto há o interesse de se fazer alguma coisa de novo, de se promover a reforma do ensino médico atrasado pelo menos vinte anos e estabelecer um centro de pesquisas científicas de alta significação.”<sup>254</sup>*

*“Pesquisar não é algo que o professor que queira merecer esse nome possa fazer ou deixar de fazer. É obrigação. (...) Depois é que vem a atribuição de formar indivíduos habilitados ao exercício profissional. (...) Como disse, com seu brilho habitual, o prof. Marcello Damy, a descoberta da imprensa tornou desnecessário o tipo de professor que lê de véspera e repete em aula aquilo que o aluno pode ler no dia seguinte nos mesmos livros. Quando, nas Universidades, se ensinam apenas noções já estabelecidas, não se faz Ensino Superior...”<sup>255</sup>*

Zeferino Vaz acreditava que somente promovendo atividades científicas seria possível alcançarmos os progressos necessários no ensino médico, por isso ocupou-se em selecionar um quadro docente de alto nível e qualificado para a ordem que se impunha à nova Faculdade. Para tanto o Prof. Dr. Edgard Barroso do Amaral, da Faculdade de Farmácia e Odontologia da USP e colega de Zeferino no Conselho Universitário, foi encarregado por este de viajar à Europa para que lá contratasse os professores adequados aos propósitos estabelecidos para a FMRP. Esta viagem ocorreu em janeiro de 1952.

Relatou-nos o Prof. Dr. Michel Lison, filho de um dos professores europeus contratados por Barroso do Amaral para o início da FMRP, que a proposta recebida por seu pai - e por todos os estrangeiros contatados - era bastante vantajosa.

---

<sup>254</sup> “Procuraremos criar no interior um foco de pensamento original no setor da medicina”. **Jornal Folha da Manhã**, 31.03.53, São Paulo (AZV).

<sup>255</sup> “Pesquisador não é apenas aquele que descobre, mas principalmente quem faz escola”. **Jornal Folha da Manhã**, 13.12.53, São Paulo (AZV).

*“A julgar pelas conversas e atitudes do Prof. Amaral, ficava-se com a impressão de que havia facilidades para tudo. Um caso bastante ilustrativo: numa noite meu pai (nós) fomos convidados para jantar. Já no restaurante, observando o rapaz que fazia ‘drinks’ - o coqueteleiro - o Prof. Amaral simpatizou-se com ele e perguntou-lhe se gostaria de viajar para o Brasil. Ele simplesmente achou que o jovem rapaz teria jeito para trabalhar como técnico de laboratório e, naquela mesma noite, fez-lhe o convite! Naturalmente ficamos muito impressionados (...) e, de fato, o rapaz francês veio para cá e trabalhou algum tempo como técnico no laboratório de Patologia.”*

Inicialmente foram seis os professores estrangeiros trazidos para a FMRP, todos para atuar nas disciplinas básicas; posteriormente alguns foram embora e outros vieram substituí-los. Na capital (São Paulo) foi contratada a maioria do corpo docente para trabalhar nas disciplinas de clínica médica; alguns destes professores eram muito famosos como o Prof. Dr. Renato Woiski (pediatra) e o Prof. Dr. Rui Ferreira Santos (cirurgião). Apesar das dificuldades iniciais com espaço físico, aquisição de equipamentos etc., em pouco tempo todos estavam produzindo trabalhos de bom nível a serem publicados nas melhores revistas especializadas de sua área.

É muito importante notar também a influência e apoio da Fundação Rockefeller nos primeiros anos da FMRP. Esta fundação já havia colaborado de forma decisiva na criação da Faculdade de Medicina de São Paulo, organizada pelo Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho em 1916.<sup>256</sup> Partindo da premissa de que a saúde pública depende da formação de técnicos diferenciados a Rockefeller contribuía, através de bolsas de estudo, para o aumento de pessoas treinadas para exercer funções especializadas em Medicina e Saúde Pública no país e no estrangeiro.

*“O caráter e o treinamento do corpo docente determinam a qualidade da escola médica, a qualidade da escola médica conduz, lentamente talvez, mas não obstante, de modo inevitável, à qualidade da experiência médica.”<sup>257</sup>*

<sup>256</sup> Sobre isso ver a tese de mestrado de Marinho, M<sup>ª</sup> Gabriela - **O papel da Fundação Rockefeller na organização do ensino e da pesquisa na Faculdade de Medicina de São Paulo (1916-1931)**. Campinas, IG - Unicamp, 1993.

<sup>257</sup> The Rockefeller Foundation - “Annual Report”, New York, 1954 apud Ferraz, José Bento - **Contribuição da FMRP à educação médica**. s/d, p. 156 (mimeo).

A colaboração desta instituição, segundo depoimento do Sr. José Bento Faria Ferraz, foi decisiva na construção da FMRP; ele sustenta que “foram os recursos da Fundação Rockefeller que financiaram a Faculdade de Medicina”. De fato, em quase 10 anos de criação da FMRP (1952-1962) estima-se que a Rockefeller tenha contribuído com ela em quase um milhão de dólares.<sup>258</sup>

A nomeação de Zeferino Vaz para diretor da FMRP foi decretada em 07 de fevereiro de 1952. O primeiro vestibular e a aula inaugural estavam previstos para este mesmo mês, mas só houve condições de preparar a Faculdade para receber alunos em maio deste mesmo ano. Embora a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto estivesse comprometida a colaborar com suas instalações para o funcionamento do primeiro ano do curso, em fins de 1951 a FM ainda encontrava-se sem local definido para que pudessem ser iniciadas as obras de sua construção. Nesta época - contou-nos o Dr. Paulo Gomes Romeo em sua entrevista - em uma das vezes em que Zeferino Vaz, a caminho para São Paulo, passou próximo às imediações da Escola Prática de Agricultura (EPA), ficou encantado com o lugar e instalações da escola, decidindo-se a estabelecer a FM lá. Funcionando havia quatro anos na formação de técnicos agrícolas sem, no entanto, corresponder às expectativas iniciais de seu projeto, a EPA tinha condições de abrigar o curso médico desde que fossem feitas adaptações nas suas instalações. A cidade e várias autoridades ficaram divididas com relação à necessidade da escola agrícola ser extinta para dar espaço à FM; mas após longas negociações e polêmicas entre autoridades locais, o governo do estado e a reitoria da USP, parte da Fazenda Monte Alegre que abrigava a EPA foi cedida à Universidade pela Lei nº 2.029 de 27 de dezembro de 1952, assinada pelo governador Lucas Nogueira Garcez.

As idéias de Zeferino para a construção da Faculdade de Medicina eram grandiosas; ele afirmava: “Meu intuito é um só. Fazer de Ribeirão Preto o maior centro científico da América do Sul.”<sup>259</sup> Desta forma ele justificava sua ida àquela cidade:

---

<sup>258</sup> “Quase um milhão de dólares.” *Jornal Diário da Manhã*, 14.04.1962, Ribeirão Preto.

<sup>259</sup> “O maior centro científico do continente”. *Jornal A Tarde*, 03.01.1952, Ribeirão Preto.

*“Por que eu iria me meter nesse negócio, depois de 15 anos de Universidade, de direção de uma Faculdade de Veterinária, que está incumbido da construção a Universidade de São Paulo? (...) empolgou-me desde logo a grandiosidade da obra, e não seria eu que iria realizar coisa de barro, mas sim algo monumental, digno de um povo do ano 2.000.”<sup>260</sup>*

Tudo indicava que a criação da FMRP seria o ponto de partida para a construção de um projeto ainda mais ambicioso: uma Universidade.

*“O aproveitamento da Escola Prática de Agricultura pela Faculdade de Medicina representa, antes de mais nada, um desejo do governo do Estado. Por outro lado, representa grande economia em benefícios da futura Universidade do Interior...”<sup>261</sup>*

O reitor da USP, Prof. Alípio Correa, em visita feita à FMRP tempo depois - em 26 de março de 1955 - reiterou a existência de um projeto de Universidade para Ribeirão Preto.<sup>262</sup> Esta, porém, a despeito das intenções de Zeferino, nunca chegou a ser concretizada.

É curioso notar o prestígio de que gozava o Prof. Zeferino Vaz na imprensa ribeirãopretana e, obviamente, na sociedade local. Eram freqüentes nos jornais desta cidade, nos anos iniciais de planificação e construção da Faculdade de Medicina, alusões laudatórias ao diretor desta instituição.

*“Poucas vezes, na nossa longa vida jornalística, encontramos um homem de raros recursos oratórios, técnicos e científicos do teor do prof. Zeferino Vaz. Ataca o problema de frente e com uma memória espantosa, faz comparações, cita dados estatísticos e prende a atenção geral.”<sup>263</sup>*

---

<sup>260</sup> “A Faculdade de Medicina em Monte Alegre”. Jornal **A Tarde**, 04.01.1952, Ribeirão Preto.

<sup>261</sup> “Em 28 de fevereiro próximo a aula inaugural da FMRP”. Jornal **Folha da Manhã**, 27.01.1952, São Paulo.

<sup>262</sup> “Ribeirão Preto será a sede de uma nova Universidade, que será a Universidade do Interior”. Jornal **Diário da Manhã**, 27.03.1955, Ribeirão Preto.

<sup>263</sup> Palavras do jornalista Antonio Machado Sant’ana, autor da reportagem “O maior centro científico do continente”. Jornal **A Tarde**, 03.01.1952, Ribeirão Preto.

O seu contato e prestígio com a imprensa parecem ter sido muito bem utilizados, no decorrer de sua vida pública, em função dos objetivos que pretendia alcançar. É deste modo que compreendemos o fato dele permitir que várias informações fossem francamente alardeadas pelos jornais sem que existissem, no momento da publicação, dados objetivos que justificassem sua ampla divulgação. Acreditamos que esta era uma “estratégia de marketing” utilizada por Zeferino: fazendo conhecer publicamente suas intenções (nunca modestas) e mobilizando a opinião popular para elas, fazia-se relativamente mais fácil a concretização de seus planos. Como veremos adiante, esta foi praticamente uma característica dos seus procedimentos administrativos.

De qualquer maneira, é fato que em pouco tempo Zeferino conseguiu que a FMRP fosse conhecida, e não apenas nas redondezas de Ribeirão Preto. Alguns fatos que denotam esse prestígio são:

- a visita de Sir Alexander Fleming (Prêmio Nobel de Bioquímica) à FMRP em 11 de maio de 1954;
- a realização da VI reunião anual da SBPC em Ribeirão Preto em 09 de novembro de 1954;
- a visita de vários diretores da Fundação Rockefeller à FMRP em 21 de março de 1956;
- a realização do 1º Congresso da Associação Médica Brasileira em Ribeirão Preto em outubro de 1956.

O prof. Zeferino Vaz teve seu nome reafirmado para a direção da Faculdade de Medicina em 14 de janeiro de 1955, o que novamente se repetiu em 1958, ano em que se formou a 1ª turma de médicos de Ribeirão Preto. Neste ano a Sessão Solene e o Baile de Formatura da FMRP contaram, num sinal de reconhecimento e prestígio ao seu diretor, com a presença de **todo** o Conselho Universitário da USP, que se referia à Faculdade de Ribeirão Preto como “a escolinha do Zeferino.”<sup>264</sup>

Nesta época a produção científica e o ensino ministrado na FMRP eram, de acordo com todos os depoimentos tomados para esta pesquisa entre docentes, alunos e

---

<sup>264</sup> Apud depoimento do Sr. José Bento Faria Ferraz à pesquisadora.



funcionários, de qualidade inquestionável. Além do alto nível dos professores - sempre muito exigentes - e dos laboratórios, dois outros fatores foram apontados.

*“Havia muita facilidade para fazer pesquisa. Qualquer aluno que se interessasse por algum assunto, disciplina, professor, podia facilmente passar a freqüentar um laboratório, pesquisar e desenvolver trabalhos a serem publicados. Tanto que muitos alunos das primeiras turmas acabaram tornando-se docentes da Faculdade, a medida que já estavam envolvidos nestas atividades (...). Era raro o aluno que não trabalhava em algum laboratório (...) aprendia-se muito nessas ocasiões.*

*(...) Na verdade, nós tivemos um curso particular de medicina, pois as turmas eram pequenas - 60 alunos - que se dividiam em duas e, depois, em seis. Havia, portanto, grupos de apenas cinco alunos vendo lâminas, assistindo cirurgias (instrumentando, inclusive), num contato muito próximo com o professor. Nenhum curso no país oferecia tanto para o aluno que era, sem dúvida alguma, o centro de tudo.”<sup>265</sup>*

Mas o prestígio de Zeferino Vaz dentro da Faculdade, que era altíssimo, foi decaindo com o passar dos anos. Centralizador, parece que deliberadamente retardava a realização de concursos para o provimento das cátedras visando evitar a formação de um corpo de catedráticos e, por conseguinte, de uma Congregação - que deveria, então, providenciar uma eleição para diretor.<sup>266</sup> Muitos docentes, no final dos anos 50, reclamavam a criação de um fórum em que pudessem se reunir, discutir, reivindicar. Não havia mecanismos democráticos que possibilitassem a expressão das idéias dos professores, qualquer coisa neste sentido ficava a cargo dos chefes de Departamento que, nomeados por Zeferino, eram dotados de plenos poderes para demitir, contratar, dispor de verbas etc.

*“Zeferino não tinha limites. Era um ditador e, como tal, não queria sair da cena nunca, considerando-se insuperável e necessário. Passou a ser nocivo à instituição, que precisava renovar-se. (...) Se*

---

<sup>265</sup> Depoimento do Prof. Dr. Gottfried Köberle. (grifos meus)

<sup>266</sup> Depoimento do Prof. Dr. Guttemberg da Rocha.

*não havia mais o catedrático vitalício, como podia haver o diretor vitalício?*"<sup>267</sup>

As intenções de Zeferino em permanecer na direção da FMRP deviam-se ao fato dele pleitear a Reitoria da USP, à qual concorreu em 1960; no entanto ele perdeu a indicação na lista tríplice para o Prof. Dr. Antonio Barros de Ulhôa Cintra, que foi eleito pelo Conselho Universitário o reitor da Universidade.

Em 02 de março de 1961, estando vencido o prazo da terceira indicação de Zeferino Vaz para a direção da FMRP, houve polêmica na sucessão. Na Faculdade de Medicina docentes que queriam a formação da Congregação e que discordavam da forma centralizadora com a qual o diretor atuava pressionavam o Conselho Universitário para a indicação de outro nome. Vale citar que vários destes eram aliados políticos do Prof. Ulhôa Cintra, reitor da USP, que parecia opor-se a uma nova nomeação de Zeferino Vaz para o cargo. Na cidade de Ribeirão Preto houve mobilização das forças políticas locais e da imprensa a favor da continuidade de Zeferino, que foi indicado pelo Conselho Universitário em 2º lugar na lista a ser considerada pelo Reitor. Mas este, saindo em viagem para os EUA, protelou a nomeação de Zeferino. Afirmou-nos o Prof. Dr. Fábio Vichi, presidente do Centro Acadêmico da FMRP naquela ocasião, que Zeferino Vaz teria contatado em São Paulo e Ribeirão Preto todos aqueles que, de alguma forma, pudessem trabalhar a seu favor. Finalmente, o decreto que reafirmava seu nome para a direção da FMRP foi assinado pelo governador Carvalho Pinto em 17 de março de 1961.

Permanecendo na direção da Faculdade Zeferino Vaz sofreu grande desgaste político em 1962, ano em que a greve geral decretada pela UNE a favor da representação discente de um terço nos órgãos colegiados das Universidades e Instituições Isoladas chegou a Ribeirão Preto, que sequer tinha Congregação. A greve, insuflada também por docentes insatisfeitos e por algumas questões locais como: demora na finalização das obras do Hospital das Clínicas, refeitório etc., contou com o apoio massivo dos alunos da FM que optaram por apoiar o movimento de reivindicação nacional. Em gesto de repúdio ao Prof. Zeferino Vaz, que no Conselho Universitário da USP era um dos

---

<sup>267</sup> Depoimento do Prof. Dr. Michel P. Lison.

mais intransigentes com relação à “ousadia” das reivindicações dos estudantes, foi organizado um “enterro” simbólico do diretor da FMRP. Cabe lembrar que, àquela época, tais “enterros” eram prática comum dos estudantes universitários em manifestações de oposição.

Zeferino Vaz parece ter ficado furioso e muito magoado com o fato de haver sido “enterrado”. A partir deste momento teria passado a agir com certa indiferença e frieza em relação aos problemas da Faculdade de Medicina e, principalmente, do Centro Acadêmico. Dizia a todos que iam procurá-lo para fazer reivindicações: “Vocês não me enterraram? Então não venham pedir nada a mim, que estou morto!”<sup>268</sup>

Logo depois houve um outro aborrecimento para Zeferino Vaz em Ribeirão Preto: o Dr. Paulo Gomes Romeu, seu “braço direito” na administração da FM, perdeu a eleição para prefeito da cidade. No final do ano, porém, Adhemar de Barros foi eleito governador de São Paulo e Zeferino foi chamado por ele a assumir a Secretaria da Saúde do Estado. Aceitando o convite e nomeado em 04 de fevereiro de 1963 Zeferino distanciou-se, assim, da FMRP. Passou a responder pela direção da Faculdade o prof. Dr. Mauro Pereira Barreto, mas Zeferino continuou a frequentar o Conselho Universitário da USP na qualidade de seu diretor, só deixando definitivamente o cargo final de seu mandato em fevereiro de 1964.

### 3.0. O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Adequando o estado de São Paulo à Lei de Diretrizes e Bases aprovada em 1962, o governador Adhemar de Barros criou, pelo decreto Lei nº 7.940 de 07 de junho de 1963, o Conselho Estadual de Educação (CEE), do qual fez presidente o prof. Zeferino Vaz. Este passou, então, a acumular esta função à de Secretário da Saúde, mas o fez por pouco tempo: no final de outubro licenciou-se da pasta da Saúde para novamente concorrer à reitoria da USP. No entanto, mais uma vez seu nome não foi incluído na lista tríplice

---

<sup>268</sup> Depoimento do Prof. Dr. Fábio Leite Vichi.

que o Conselho Universitário remeteu ao governador para escolha do novo reitor. Segundo depoimento do Prof. Dr. Bernardo Beiguelman,

*“... houve um conchavo dentro do Conselho, liderado pelo antigo reitor, Ulhôa Cintra, para que Zeferino ficasse de fora da lista. Eles sabiam que, caso seu nome fosse incluído, certamente seria o escolhido pelo governador. E Ulhôa Cintra e Zeferino eram inimigos dentro do Conselho...”*

O então governador Adhemar de Barros já havia se manifestado publicamente a favor de Zeferino Vaz e, no Conselho Universitário, acreditava-se que se o seu nome constasse na lista tríplice ele seria escolhido o novo reitor. De fato, “Ele era o meu candidato” reiterou Adhemar quando recebeu a lista composta pelos nomes do Prof. Dr. Antonio Ulhôa Cintra, Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula e Prof. Dr. Luis Antonio da Gama e Silva, sendo este último o escolhido para a reitoria da USP.

Segundo depoimentos de várias pessoas, esta teria sido a maior derrota da vida de Zeferino.

*“Ao meu pai ele sempre se vangloriava de que seria reitor da USP quando quisesse; imagine, então, o que significou esta derrota para ele, que em Ribeirão Preto já fora enterrado.”<sup>269</sup>*

O Prof. Zeferino Vaz permaneceu à frente do CEE até que em abril de 1964, após o Golpe Militar, foi convidado a assumir a Reitoria da Universidade de Brasília. O Prof. Dr. Aryon Dall’Igna Rodrigues, Coordenador dos cursos de pós-graduação na UnB naquela época, sustentou-nos que Zeferino já conhecia o plano desta Universidade desde 1960, pois integrava a assessoria da equipe que estava planejando o Instituto de Biologia e a Faculdade de Medicina da nova Capital. Segundo o próprio Zeferino Vaz, o convite para este cargo foi feito diretamente pelo Presidente da República, o General Castelo Branco.

*“Tinha conhecido o Castelo Branco como diretor de cursos da Escola Superior de Guerra (...) O fato é que no dia 20 ou 25 de abril, por aí, recebo um telefonema às duas horas da manhã. (...): ‘Aqui é o*

<sup>269</sup> Depoimento do Prof. Dr. Michel P. Lison.

*Presidente Castelo Branco'. A minha primeira intenção era dizer: 'Aqui é o imperador da Índia, seu idiota'. Mas, sabe, esses lampejos assim, pelo sotaque cearense, acordei bem e disse: 'Oh, Presidente! Como está e tal'. Ele disse: 'Acabo de assinar um decreto nomeando o senhor reitor-interventor da Universidade de Brasília (...) É uma missão ...'»<sup>270</sup>*

Porém o chefe de Gabinete de Zeferino na UnB, Dr. Arnaldo Camargo Pires, afirmou-nos que o convite teria partido do Prof. Dr. Gama e Silva, reitor da USP que posteriormente seria o responsável pelo Ministério da Justiça. De qualquer maneira, havia motivos para que o nome de Zeferino Vaz fosse lembrado pois após o sucesso da FMRP ele era, reconhecidamente, uma das maiores autoridades em Ensino Superior no Brasil. Se isto não bastasse ele era, também, homem de confiança do governo militar já que havia colaborado diretamente no Golpe de abril de 64.

*"Tendo eu participado do preparo da Revolução de 64 e participei porque, como Secretário da Saúde, fui testemunha de como elementos do governo João Goulart vinham a São Paulo promover greves (...). Então, eu me engajei na Revolução, me engajei mesmo, e me articulei com o então tenente coronel Restel - e que hoje é general lá no Rio Grande do Sul - que era o articulador aqui (...) e preparei 250 peruas de transporte de tropas e depósito de gasolina em vários locais..."»<sup>271</sup>*

A UnB era àquela época, de acordo com o que disseram vários entrevistados, "um grande canteiro de obras". Mas apesar de todas as dificuldades existentes havia um projeto comum de Universidade que integrava alunos, docentes e funcionários. Como Brasília ainda estava sendo edificada quase toda a comunidade acadêmica morava no campus, em fase de construção, em uma convivência intensa: nas salas de aula, nos concertos musicais que reuniam toda a comunidade universitária nos sábados de manhã, nos jogos de futebol, no restaurante, na biblioteca. Todos se conheciam. Mas muitos viam, devido a estas condições iniciais da implantação da Universidade, a UnB como um projeto vinculado à ideologia marxista ou socialista, idéia

---

<sup>270</sup> Franken, Tjerk & Guedes, Ricardo - **Entrevista do Prof. Zeferino Vaz à Fundação Getúlio Vargas - 19.12.1977** (mimeo) - Acervo da FMRP-USP, p. 105.

<sup>271</sup> Idem, pp. 102-104.

que era reforçada pelo vínculo de Darcy Ribeiro, idealizador e reitor da UnB, com partidos e projetos de esquerda. A Universidade parecia, no entanto, tentar preservar sua autonomia ideológica: ao mesmo tempo em que solidarizava-se com o Presidente João Goulart por “assumir o comando pessoal da batalha de libertação do Brasil das estruturas inumanas e antinacionais, incluindo a reforma universitária entre as reformas de base urgentemente reclamadas pelo País,”<sup>272</sup> organizava greves para pressionar a Reitoria a agilizar a implantação dos órgãos colegiados que permitiriam uma participação mais ativa da comunidade universitária na decisão dos rumos a serem tomados pela UnB.<sup>273</sup>

Considerando-se o elitismo que caracterizava (e que caracteriza até hoje) as Instituições de Ensino Superior brasileiras nos anos 60, a UnB havia começado a funcionar, realmente, com uma estrutura bastante fora do padrão. É válido citarmos, como ilustração, o depoimento da Profa. Arilda Valio: “Nos primeiros anos de funcionamento da UnB grande parte dos alunos eram também funcionários da própria Universidade; transferidos do Rio de Janeiro para Brasília, eles tinham a possibilidade de trabalharem num período e estudarem em outro.” Devido a isto havia uma preocupação da Diretoria Acadêmica da Universidade com a elaboração dos horários das disciplinas para que estes não conflitassem com o período de trabalho dos alunos. Vários “ajustes” eram feitos entre os estudantes e professores até que o horário final fosse estabelecido.

Era este o clima na UnB quando ocorreu o Golpe Militar de 64.

*“No dia da Revolução todos acordaram assustados com a notícia, esperando ver o campus invadido. Vários funcionários das obras de construção civil, que faziam a maioria da população do campus, saíram da UnB com suas ferramentas de trabalho e foram à Explanada dos Ministérios em defesa de João Goulart. Mas já era tarde demais.”<sup>274</sup>*

---

<sup>272</sup> “Professores e Alunos da UnB solidarizam-se com Chefe do Governo”, Jornal **Crítica** de 17.03.1964.

<sup>273</sup> Esta greve ocorreu no 2º semestre de 1963 e também incluía nas suas reivindicações questões salariais. Cabe destacar que a primeira greve da UnB foi pelos estudantes em 1962, pela defesa da representação de um terço - ver Capítulo I, 5.1.

<sup>274</sup> Depoimento do Prof. Dr. Antonio Carlos do Patrocínio, àquela época aluno de pós-graduação e instrutor de alunos de graduação na Universidade.

A invasão do campus, porém, só ocorreu uma semana depois. Apesar do afastamento imediato do Reitor Anísio Teixeira os coordenadores dos cursos, em reunião, resolveram prosseguir com as aulas pois, até aquele momento, a Universidade não fora atingida. Mas isto foi por pouco tempo.

*“No dia 09 de abril, às 9:00 horas da manhã, começaram a chegar as tropas. Eram muitos soldados; cercaram todo o campus e, de lá, não deixavam ninguém sair. Estavam todos armados, preparados para uma guerra, como se esperassem resistência. Chegaram até com ambulância.”<sup>275</sup>*

O Prof. Zeferino Vaz foi nomeado reitor-interventor pelo Presidente da República em 13 de abril de 64, mas tomou posse apenas no dia 21 deste mês. Nesta ocasião, diante dos coordenadores de curso, assumiu ser plenamente favorável ao moderno plano de organização da UnB e fez a promessa de dar seguimento ao projeto original. Disse que havia, no entanto, uma lista de demissões que lhe cumpria fazer. Para explicar este seu gesto, utilizou-se de uma metáfora:

• *“Por mais preciosa que seja a carga, o capitão do navio sabe o momento em que o peso desta pode afundar sua embarcação, pondo a perder todo o resto.”<sup>276</sup>*

Após ter efetivado a demissão de 13 docentes (posteriormente foram feitas mais algumas), Zeferino Vaz assumiu compromisso junto à comunidade universitária de que não haveria “expurgo” na Universidade, devendo todos retomarem normalmente suas atividades didáticas e científicas. Alguns coordenadores de cursos teriam manifestado ao novo reitor, de acordo com o depoimento da Profa. Dra. Carolina Bori, grande preocupação com relação ao cumprimento de compromissos assumidos com novos docentes a serem contratados, compra de livros, construção de edifícios etc. A todos eles Zeferino Vaz teria afirmado que fizessem tudo como fora previsto pois a execução do plano da UnB estava assegurada.

---

<sup>275</sup> Depoimento do Prof. Dr. Aryon Dall’ Igna Rodrigues.

<sup>276</sup> Palavras do Prof. Zeferino Vaz em seu discurso de posse segundo depoimento do Prof. Dr. Aryon D. Rodrigues.

Sem haver deixado a presidência do CEE a rotina de trabalho de Zeferino Vaz passou a dividir-se entre Brasília, de terça à quinta-feira na UnB, e São Paulo às segundas, sextas e sábados no CEE.

Segundo depoimento do Dr. Arnaldo de Camargo Pires, quando chegou em Brasília Zeferino assustou-se: a diferença entre a nova Universidade e Ribeirão Preto era muito grande. A UnB estava fechada, vários de seus professores detidos. A preocupação de Zeferino era colocá-la novamente em funcionamento. Foi dado, por parte da comunidade universitária, um voto de confiança ao novo reitor não só devido ao respeito que todos tinham pelo seu trabalho em Ribeirão Preto, mas também devido ao quanto acreditavam no projeto da Universidade. Como já foi visto, a proposta da UnB fora elaborada pela intelectualidade brasileira dos anos 50.

*“Muitos de meus professores que trabalhavam no Instituto de Física no Rio de Janeiro foram convidados a ir para a UnB. E aceitaram porque, desde o tempo em que Darcy Ribeiro era reitor, elaboravam o projeto de construção de um centro avançado de pesquisa. Esta proposta entusiasmava a todos a ponto de vários estudantes, como eu, transferirem seu curso do Rio para Brasília. Os melhores dentro de cada área estavam indo para lá. Portanto, muito já havia sido investido nesta idéia e, mesmo sabendo dos riscos que após a Revolução ela tinha de naufragar, ninguém queria abandoná-la. Acreditavam que seria possível pôr em prática o que estava traçado...”<sup>277</sup>*

Relatos dos Coordenadores de curso confirmam que Zeferino deu ampla liberdade a todos eles para continuarem a implantação do projeto original. Todas as contratações e demissões eram decididas no âmbito dos Departamentos sem interferência do reitor; o mérito dos contratados era rigorosamente questionado, mas não a sua posição política. Este tipo de preocupação era levantada, em alguns casos, pelo Dr. Arnaldo Camargo, mas se ficasse atestada a competência do indivíduo o Prof. Zeferino Vaz aprovava a contratação, centrando-se nos benefícios que seriam trazidos para a Universidade. Um fato ilustrativo desta atitude foi a nomeação em 07 de outubro de 1964, para Professores Titulares, de alguns indivíduos que eram notadamente vinculados a

---

<sup>277</sup> Depoimento do Prof. Dr. José Valadão de Mattos.



partidos de esquerda, entre eles Oscar Niemeyer e o maestro Cláudio Santoro. Foi indagado o reitor, nesta ocasião, por um conselheiro da Fundação Universidade de Brasília que referiu-se

*“... ao nome do Dr. Oscar Niemeyer para perguntar qual a atuação que teve na Universidade em face ao movimento de 31 de março. O Sr. Presidente esclarece que a seu respeito nada existe que possa incompatibilizá-lo com as funções para as quais foi designado e que, por ocasião daqueles acontecimentos, encontrava-se - como ainda se encontra - fora do país.”<sup>278</sup>*

Esta postura de Zeferino na condução da Reitoria da UnB, ao menos nestes momentos iniciais da sua chegada à Universidade, foi atribuída pelos meus entrevistados ao seu bom relacionamento com os militares. O Prof. Aryon Rodrigues contou-nos que o reitor afirmou-lhe ser amigo pessoal do ex-Presidente da República General Eurico Gaspar Dutra, que seria o líder de uma espécie de “maçonaria militar”. Relacionamentos como este teriam dado a ele respaldo do Governo Militar para atuar na UnB com liberdade de escolha de docentes e para manter a Universidade livre da presença de policiais.

De fato, no período em que Zeferino Vaz foi reitor a UnB não foi invadida e nem houve policiais no papel de “olheiros” espalhados pelo campus. Quanto a esta última situação, porém, é preciso destacar a figura do Dr. Arnaldo de Camargo Pires. Amigo de infância de Zeferino Vaz, formou-se em Direito e trabalhou anos como delegado de polícia em São Paulo, no DOI-CODI. Convidado pelo reitor da UnB a ocupar a chefia do Gabinete do reitor, o Dr. Camargo - como era chamado - cumpria efetivamente a função de “agente especializado na identificação de comunistas e subversivos”<sup>279</sup>, ou seja, de detector de indivíduos ou de atividades de esquerda. Homem de confiança de Zeferino Vaz e dos militares, era o responsável por **relatórios diários** sobre a Universidade que, segundo ele próprio, eram pedidos pelo Presidente da República, “um homem muito interessado em ensino”. A atuação do Dr. Camargo na UnB parece ter atenuado, durante a

---

<sup>278</sup> Ata da 26ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FUB realizada em 07 de outubro de 1964.

<sup>279</sup> Este foi o termo utilizado por Zeferino Vaz para referir-se ao Dr. Camargo em depoimento feito a uma Comissão Parlamentar de Inquérito realizada na UnB em 10 de setembro de 1964.

administração de Zeferino Vaz, uma intervenção mais direta do Governo Militar nas atividades desenvolvidas pela comunidade acadêmica, embora algumas prisões para inquérito de docentes, e principalmente de alunos, tenham sido realizadas na Universidade no final de sua permanência na reitoria.

Havia, porém, da parte de diversos segmentos da sociedade, grande expectativa com relação a um expurgo na UnB. Alguns jornais do país notadamente tornaram-se porta-vozes dos “revolucionários”, exigindo que se fizesse uma “caça aos comunistas” da Universidade.

*“Sr. Ministro - o problema é grave, muito grave. Mas a revolução não se fez para ficarmos em narcóticos e leves anestésicos. Uma sindicância séria, objetiva, meticulosa, revelar-lhe-á toda a vastíssima extensão de influências pessoais compradas e de serviços reais prestados à Pátria, com os recursos e com os sacrifícios do povo.”<sup>280</sup>*

As demissões efetuadas por Zeferino quando assumiu a reitoria não contentaram aqueles que viam a UnB como um foco de comunistas. Na Câmara dos Deputados um representante de Minas Gerais, o deputado Abel Rafael, fazia forte pressão sobre as autoridades para que exigissem um expurgo na Universidade.

*“Propondo-se a fornecer as fichas dos professores comunistas caso a Universidade não as possua, o deputado Abel Rafael (PRP - Minas) estranhou declarações do Prof. Zeferino Vaz, reitor da Universidade de Brasília, no sentido de que não pretende fazer expurgo naquele estabelecimento. ‘Se varejam a UNE - disse o deputado - se acabam com a UNE, com o ISEB e com outras entidades que estavam infeccionando as Universidades do Brasil, por que não se faz expurgo na Universidade de Brasília? Com que direito vem o reitor dizer que não se fará expurgo? Quer ele ser mais democrata que os que fizeram a revolução, ou pensa que a revolução foi feita em nome da liberalidade? (...) Não é possível que ele reze por uma cartilha diferente da do ministro da Educação ou do Presidente da República, a menos que ele não queira ocupar o cargo atual.”<sup>281</sup>*

---

<sup>280</sup> “Alerta, Ministro Suplicy de Lacerda”. Jornal **O Globo**, 27.04.1964, Rio de Janeiro.

<sup>281</sup> “Deputado quer expurgo na Universidade de Brasília”. Jornal **Folha de São Paulo**, 05.05.1964.

Diante desta situação de pressão e tensão o Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda foi praticamente obrigado a posicionar-se a respeito.

*“O ministro titular da pasta de Educação e Cultura disse ontem, em entrevista que concedeu à imprensa, que a UnB passará por uma total reformulação, inclusive em sua estrutura, que longe de ser ‘revolucionária’, não passa de um sistema confuso de ensino, onde nem os alunos sabem o que estão fazendo. Acentou-se que se a UnB fosse um ‘modelo’ não teria 16 dos seus professores demitidos por corrupção ou subversão.”<sup>282</sup>*

Zeferino Vaz, por sua vez, procurado pela imprensa neste mesmo dia tendo em vista as declarações do Ministro da Educação, limitou-se a confirmar sua posição anterior: disse que a UnB era o que de melhor já se havia pensado em termos de Universidade no Brasil e que o seu expurgo já fora concluído. Os jornais publicaram na mesma edição as declarações de Zeferino e do Ministro Suplicy, gerando uma certa tensão entre os dois.

*“O reitor da Universidade de Brasília (...) interrogado sobre o expurgo naquela Universidade, informou que já está concluído, com o afastamento de 16 professores e do presidente do diretório acadêmico.*

*Depois de dizer que sua preocupação é dinamizar a Universidade de Brasília (...) esclareceu que os temores de infiltração comunista naquele centro de estudos se deveram ao fato de ter sido seu ex-reitor um comunista extremado, o que fez crer que a Universidade era um foco de extremistas ‘exagerando-se um problema que existe em todas as universidades’. O problema da chamada ‘comunização’ - afirmou - ‘não é específico da Universidade de Brasília, e existe na mesma proporção em todas as universidades brasileiras.’<sup>283</sup>*

Cabe dizer, no entanto, que a explicação dada por Zeferino à imprensa sobre as demissões que assinou quando assumiu a reitoria dizia respeito à incompetência

---

<sup>282</sup> “Suplicy vai reformular a Universidade de Brasília”. *Jornal DC - Brasília*, 19.05.1964.

<sup>283</sup> “Expurgo na Universidade de Brasília já terminou”. *Jornal Folha de São Paulo*, 19.05. 1964.

dos professores, sem admitir que nelas pudesse haver algum fundo político: “*Estou decepcionado com o baixo nível cultural de muitos membros do corpo docente da Universidade, os quais de maneira alguma podem continuar em suas cátedras*”.<sup>284</sup> Esta atitude de sugerir a incapacidade dos professores, reiterada em diversas ocasiões, fazia com que muitos dos docentes da UnB olhassem com reservas o seu reitor, apesar do campus manter-se protegido de invasões em meio às fortes pressões externas para um expurgo.

A polêmica entre o Ministro da Educação e o reitor da UnB não continuou. Zeferino designou uma comissão, presidida pelo Prof. Ernani Fagundes, para que casos de corrupção e subversão na UnB fossem apurados, amainando os ânimos daqueles que desejavam uma “limpeza” na UnB. Mas se o Ministro não podia obrigar a realização de um expurgo na Universidade, por outro lado tinha condições de controlar o seu orçamento. Deste modo é que a UnB, em plena fase de implantação, sofreu uma redução de 40% nas suas verbas, ficando com um orçamento dois terços menor do que o de qualquer outra Universidade Federal do país.<sup>285</sup> Como conseqüência foram praticamente paralisadas as obras da sua construção, comprometendo o início de novos cursos de graduação previstos para o ano de 1965.

Diante destas dificuldades as atividades desenvolvidas na UnB aparentemente continuaram na normalidade, pois internamente o clima era de grande tensão e insegurança. Cada vez mais aumentavam as pressões externas para uma interferência no funcionamento da Universidade. O reitor Zeferino Vaz, porém, reunindo a imprensa da Capital do país em um almoço de final de ano, ao falar sobre a importância do pioneirismo do projeto de Universidade da UnB tentava tranquilizar a comunidade acadêmica.

---

<sup>284</sup> “Incapazes muitos dos catedráticos da Universidade de Brasília”. *Jornal A Gazeta*, São Paulo, 06.05.1964.

<sup>285</sup> Esta redução orçamentária fez com que a UnB contasse com recursos inferiores aos das Universidades Federais de Alagoas, Pará, Paraíba, Goiás etc. “Deputado adverte Castelo sobre corte de verba na Universidade de Brasília”. *Jornal do Brasil*, 29.08.1964, Rio de Janeiro.

*“O professor Zeferino Vaz garantiu que a estrutura inovadora da Universidade de Brasília será mantida intocável, pelo menos enquanto ele estiver respondendo pela Reitoria.”<sup>286</sup>*

Ele afirmava

*“A Universidade não deve impor seitas ou conceitos. Cada um deve ter a liberdade de escolher aquilo que deseja. Não posso admitir, portanto, que a Universidade seja utilizada para servir a objetivos ideológicos, políticos ou religiosos. Respeito opiniões, mas não admito proselitismo. (...) Mas um curso de Economia Política no qual se ignorasse o marxismo seria pífio. Todas as teorias devem ser explicadas, deixando-se ao aluno a liberdade de escolha.”<sup>287</sup>*

As pressões, no entanto, continuaram, havendo um aumento de tensão em maio de 1965 quando a reitoria cancelou a matrícula de dois estudantes acusados de subversão. Nesta época também circulava na Universidade a notícia de que havia uma nova lista de demissões que deveriam ser feitas a qualquer momento. Em protesto houve uma greve de alunos e docentes que, apesar de contornada, expressou o momento de instabilidade: o reitor via-se pressionado também dentro da Universidade.

A gota d'água para o desencadeamento de uma crise foi a contratação do professor de filosofia Ernani Fiori que, tendo sido afastado pelo AI-1 de seu cargo no Rio Grande do Sul por motivos políticos, não podia ser recontratado por outra instituição. Devido à forte pressão feita por vários deputados na Câmara e pelos militares Zeferino Vaz teve que retroceder da contratação, gerando um grande movimento da comunidade acadêmica em defesa da autonomia da Universidade. Em manifesto de junho, escrito e assinado pelos coordenadores de Institutos e Faculdades - as principais autoridades acadêmicas da UnB -, ficava expressa a condenação às pressões extra-universitárias e também manifesto ao reitor pleno apoio a todas as medidas que contribuíssem para a manutenção da autonomia e do cumprimento do estatuto da UnB. A demissão, contudo,

---

<sup>286</sup> “Universidade de Brasília é intocável”. Jornal **Folha de São Paulo**, 11.12.1964, São Paulo.

<sup>287</sup> Idem (36).

ocorreu em julho: *“Eu errei e tinha o dever moral de corrigir o erro, o que foi feito. Nada existe de pessoal contra o Sr. Ernani Fiori que é um brilhante professor.”*<sup>288</sup>

A partir deste momento houve várias manifestações de protestos e prisões de estudantes tornaram-se constantes. Foram expulsos alunos considerados agitadores e o campus saiu da normalidade com as ameaças e, depois, deflagrações de greves. A comunidade acadêmica entendia que a origem da crise encontrava-se fora dos meios universitários.

*“... palmo a palmo as forças reacionárias da nação vão ganhando terreno no campus da UnB e, aos poucos, os formidáveis planos a que se propunham a realizar são abandonados.”*<sup>289</sup>

Zeferino Vaz, que já era duramente criticado por setores do governo e pela imprensa por não conseguir manter a disciplina na UnB, passou a receber severas críticas também da comunidade universitária por ceder às pressões externas. Cada vez mais desprestigiado, o reitor recebia ameaças de demissão coletiva caso fossem dispensados outros docentes e a interferência externa continuasse.

*“...vivemos sob clima de terror e opressão policialesca; nossa Universidade não nos oferece, por ser vítima de boicote em suas verbas, condições mínimas para a vida estudantil. Não temos alojamentos, não temos alimentação, não temos paz para estudar! Como se não bastassem a prisão de colegas nossos e as condições materiais insatisfatórias, sofremos hoje rude golpe ao sabermos que será demitido outro professor desta Universidade, o Prof. Roberto Las Casas. Tal gesto de arbitrariedade partiu de um homem que se diz educador, pedagogo, defensor da liberdade e da cultura e que já havia garantido aos estudantes desta Universidade, onde por acaso é Reitor, que não mais perpetuariam tais atentados à Ciência.”*<sup>290</sup>

---

<sup>288</sup> “Reitor da UnB deixará cargo”. *Jornal Correio do Povo*, 13.08.1965, Porto Alegre.

<sup>289</sup> “Distrito Federal: estudantes estão prontos para greve”. *Jornal Última Hora*, 05.08.1965, São Paulo.

<sup>290</sup> Nota da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB) publicada no artigo “Universidade do DF decreta greve enquanto Suplicy chama alunos de escorpíões”. *Jornal do Brasil*, 20.08.1965, Rio de Janeiro.

Zeferino Vaz também era duramente criticado pelo tempo que permanecia em Brasília - apenas dois dias na semana -, sendo acusado de não se envolver o bastante com os problemas da Universidade. Sem condições de sustentar-se na reitoria da UnB devido às pressões internas e externas, ele anunciou sua demissão em 12 de agosto de 1965, mas permaneceu no cargo até que fosse encontrado um outro nome para substituí-lo.

Embora o seu pedido de demissão tenha sido anunciado em agosto, a Profa. Arilda Valio contou-nos que aos funcionários do gabinete, reservadamente, ele já avisara sobre sua saída desde abril, dizendo que iria planejar uma Universidade na cidade de Campinas. Ela afirmou que desde esta época os interesses do reitor pela UnB arrefeceram. Há indícios de que Zeferino não tinha intenção de permanecer na reitoria desta Universidade, portanto, desde cinco meses antes de sua partida. É curioso, porém, o fato de que embora ele tenha deixado a reitoria, não deixou de participar da Fundação da Universidade de Brasília como conselheiro assíduo até 25 de outubro de 1966. Deixou de atuar na FUB apenas em março de 1968, quando foi nomeada uma nova diretoria.

A sugestão do nome do Prof. Laerte Ramos de Carvalho - docente da USP - para a Reitoria da UnB parece ter sido dada pelo próprio Zeferino, uma vez que ambos eram colegas no Conselho Universitário da USP e no CEE<sup>291</sup>. Segundo depoimento do Prof. Dr. Bernardo Beiguelman este professor não intencionava assumir o cargo de reitor, mas fora convencido pelos Mesquita - proprietários do jornal 'O Estado de São Paulo' - que, declaradamente avessos ao projeto da UnB, acreditavam que o prof. Laerte importaria a disciplina necessária àquela Universidade. Vale citar que em São Paulo e no Rio de Janeiro havia muita resistência à UnB, como freqüentemente manifestavam os jornais da época.

*“Não há dúvida de que a Universidade de Brasília apresentava um conjunto de características louváveis, muito louváveis mesmo, numa instituição com esse rótulo. Mas não significava nada de original em matéria de Universidade (...) Se algumas das Universidades mais antigas, como a de São Paulo, não mostram aspectos tão “modernos”, é preciso lembrar que isto em grande parte se deve à própria legislação federal (...). Não obstante, e apesar de constituída*

---

<sup>291</sup> Depoimento da Profª. Dra. Carolina Bori.

*inicialmente de retalhos, isto é, de escolas já existentes, cada qual com o seu caráter e suas tradições, a Universidade de São Paulo, mantida pelos cofres estaduais, criou diversos núcleos de alta e boa pesquisa...*<sup>292</sup>

A passagem do Prof. Laerte Ramos de Carvalho na UnB, porém, foi marcada como um período de crise. Inicialmente ele foi bem recebido e mostrou-se favorável ao projeto da Universidade, mas após alguns dias fez perceber sua posição de reitor-interventor: sem qualquer comunicação prévia aos professores e coordenadores anunciou pelo rádio, a noite, a demissão de 25 docentes. Em assembléia convocada tão logo a notícia foi divulgada, os professores decidiram fazer um pedido de demissão em massa (eram 117 os demissionários) se o quadro não fosse revertido. O novo Reitor, porém, não voltou atrás: em meio às mobilizações de toda a comunidade universitária suspendeu as atividades acadêmicas e solicitou ao Departamento Federal de Segurança Pública o envio de tropas policiais à UnB para manutenção da ordem e preservação do patrimônio. O processo de dispensa estendeu-se até o ano seguinte quando, contratados novos professores, a Universidade voltou a funcionar.

No Conselho Estadual de Educação, em São Paulo, por volta do final de junho de 1965, houve eleição para o cargo de presidente. Zeferino Vaz, que ocupava o cargo, pouco antes teria conversado com alguns conselheiros: queria apoio para ser reeleito por mais dois anos. Havia, no entanto, um outro grupo interessado na presidência, liderado pela Profa. Dra. Esther de Figueiredo Ferraz e pelo Prof. Oswaldo Müller da Silva. Realizada a eleição, o grupo da Profa. Esther ganhou. A partir desse momento Zeferino, que permanecia como conselheiro na Câmara de Ensino Superior, teria passado a agir com hostilidade no plenário: bloqueava discussões, via problemas em tudo, deixava as reuniões do Conselho num impasse. Nesta ocasião tornou-se pauta das discussões do CEE a Universidade de Campinas, que enfrentava problemas financeiros e não funcionava de acordo com os requisitos da lei, pois o Prof. Mário Degni - reitor pró-tempore sem mandato determinado - não se subordinava ao CEE<sup>293</sup>. Devido a isto o Conselho teria

---

<sup>292</sup> "Universidades" - editorial do Jornal **Folha de São Paulo** em 26.04.1964.

<sup>293</sup> Depoimento do Prof. Dr. Valter Hadler.



requisitado ao governador Adhemar de Barros que destituisse a reitoria da Unicamp para que fosse criada uma comissão para estudar a viabilidade da construção da Universidade; caso contrário uma nova lei a limitaria à Faculdade de Medicina já existente. Segundo o relato do Prof. Dr. Ulhôa Cintra, o novo presidente do CEE decidiu indicar o nome de Zeferino Vaz para a presidência desta Comissão por duas razões: 1) por sua experiência; 2) para que ficassem livres de suas interferências no Conselho.

Faz-se necessária uma avaliação de trajetória do prof. Zeferino Vaz até este momento. Ele havia deixado a direção da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e, portanto, encontrava-se afastado do Conselho Universitário da USP. Mais do que isso, ainda amargava a derrota de sua eleição para reitor desta Universidade. Assumiu a reitoria da UnB com o propósito de dar continuidade ao andamento de um projeto que ele repetidas vezes chamou de “modelar”. Mas diante das pressões que sofreu - internas e externas - não teve condições de manter-se à frente da reitoria.

Antes de deixar a UnB, no entanto, por diversas vezes ele foi procurado por elementos da Unicamp para que fosse a Campinas assumir o processo de instalação desta Universidade. Funcionando “fora da lei” ela precisava do apoio político do governo estadual para continuar a existir - o que Zeferino, amigo pessoal do governador Adhemar de Barros, teria facilmente se quisesse. Ele era, portanto, a pessoa mais indicada para assumir o processo de implantação da Unicamp: além de altamente qualificado para esta função, seu trânsito junto ao governo do estado acenava com facilidades para a regularização do funcionamento da instituição.

A somatória de todos esses fatores levou Zeferino à presidência da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas: em 02 de setembro de 1965 ele deixou a reitoria da UnB e uma semana depois assumiu a responsabilidade sobre o projeto da Unicamp.

## CAPÍTULO IV

### ZEFERINO VAZ E A UNICAMP

#### 1.0. UMA UNIVERSIDADE MODERNA

Como já foi visto no Capítulo II, a Unicamp é fruto de um processo de interiorização do ensino superior iniciado no estado de São Paulo, em 1948, com o propósito de atender à crescente demanda de alunos que, todos os anos, dirigia-se à capital em busca de formação universitária. Criada a Universidade no final de 1962, ela manteve-se funcionando precariamente nos anos seguintes apenas com a Faculdade de Medicina e, devido a isso, recebia duras críticas do Conselho Estadual de Educação (CEE), que cogitou limitá-la à referida unidade. Seu planejamento como Universidade - organismo composto de várias Faculdades e Institutos - deu-se somente a partir de setembro de 1965, quando o CEE nomeou uma “Comissão Organizadora da Universidade” que foi encarregada de estudar a sua viabilidade. O início dos trabalhos desta comissão marcou também o princípio da participação do Prof. Dr. Zeferino Vaz e de professores de diversas áreas na organização da instituição.

A atuação do Prof. Zeferino Vaz à frente da Comissão que organizou a Unicamp foi decisiva para os rumos que ela iria tomar nos primeiros anos da sua implantação, o que é possível compreender se recuperarmos a trajetória percorrida por ele até aquele momento. Após haver concluído sua graduação na Escola Paulista de Medicina Zeferino Vaz ingressou na carreira acadêmica, tornando-se pesquisador do Instituto Biológico, em São Paulo. Poucos anos depois foi para a recém-fundada Universidade de São Paulo, onde tornou-se diretor da Faculdade de Medicina Veterinária - o que lhe valeu experiência na área administrativa e, também, conhecimento das necessidades e dos anseios de um pesquisador. Nos anos 50 empenhou-se - valendo-se de sua experiência anterior - na criação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP), onde formou um campus moderno, nos padrões dos existentes nas Universidades norte-americanas. De

acordo com as exigências de um dos financiadores do projeto, a Fundação Rockefeller, a FMRP foi dotada de regime de tempo integral para os docentes e de semi-internato para os alunos, o currículo foi moldado às necessidades da atuação do profissional, houve uma inovação na estrutura didático-científica, foi dada ênfase à pesquisa etc.

Com o Golpe Militar de 1964 Zeferino tornou-se o reitor-interventor da Universidade de Brasília; nesta ocasião pode conhecer com profundidade as inovações propostas para a UnB, adquirindo a percepção de Universidade como um **todo integrado** devido à convivência de todas as ciências e das artes em um mesmo campus. Isto possibilitou-lhe perceber a importância da formação humanista no aluno universitário, visão que ainda não obtivera em suas passagens por São Paulo e Ribeirão Preto. Tendo sido também presidente do CEE, Zeferino Vaz conhecia a fundo os processos burocráticos e os problemas do ensino superior do país, além de carregar consigo a experiência e o trânsito político exigido pelo cargo. Ou seja: ao ser nomeado o presidente da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas em 1965, ele acumulara um conhecimento na área de administração do ensino superior que lhe possibilitava impulsionar a Unicamp, em termos de implantação e funcionamento, como poucos no país teriam condições de fazer.

Sabendo cercar-se de uma equipe de pesquisadores famosos e competentes, cada um dentro de uma área do conhecimento, Zeferino Vaz coordenou a elaboração de um projeto de Universidade calcado na competência acadêmica e nos conceitos de modernidade da época que, conforme vimos (Capítulo I, 4.0), indicavam a adoção do modelo tripartido (Faculdades, Institutos e Órgãos Complementares), do sistema de créditos, do ciclo básico, da estrutura departamental, da interdisciplinariedade, da dedicação às atividades de ensino, pesquisa e extensão etc.

O projeto da Unicamp tinha por intenção integrar em um mesmo campus todas as áreas do conhecimento, o que a diferenciaria do modelo norte-americano.

*“O modelo universitário norte-americano continua, ainda, como um conglomerado de institutos e faculdades (...) apesar do modelo departamental. Departamento é uma coisa, Universidade é outra. Eu quero uma Universidade em que os professores de Arte, de Estética, integrem o Centro de Epistemologia, se relacionem com o físico, com*

*o matemático, com o químico, o biólogo, para que se percam essas limitações de visão angular.*”<sup>294</sup>

A intenção de promover uma base interdisciplinar de conhecimento fora objetivo da USP através da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) que, conforme já foi visto (Capítulo I, 3.0), não conseguiu vigir.<sup>295</sup> E embora a UnB houvesse sido concebida e projetada de modo a propiciar e expressar esta integração, Zeferino Vaz considerava que a Unicamp havia dado ainda um passo à frente.

*“O modelo de Campinas é muito mais integrado. Já lhe disse que lá eles integraram ciências exatas e biológicas de um lado, naquele minhocão, e ciências humanas era outra coisa, separada. Artes é outra coisa separada. Em Campinas, não. É uma unidade. E para simbolizar esta unidade, eu chamei o arquiteto e disse (...) ‘Você vai fazer qualquer coisa, contanto que haja uma grande praça central de 300 metros de diâmetro ... e todas as grandes unidades construídas perifericamente, todas convergindo para ela’. A distância máxima de um instituto a outro é 300 metros.*”<sup>296</sup>

Congregando, portanto, todos os ramos do conhecimento - Ciências Exatas, Tecnológicas, Ciências Biológicas, Ciências Humanas e Artes -, a Unicamp deveria manter-se integrada no desenvolvimento de atividades interdisciplinares de pesquisa, ensino e extensão.

*“A produção científica original é acelerada e multiplicada pela promoção de encontros e reuniões de cientistas de diferentes especialidades e de programas multidisciplinares. É o princípio da orquestração. O efeito estético obtido por virtuosos tocando isoladamente jamais alcança o obtido por um quarteto de câmara ou por uma orquestra sinfônica*”<sup>297</sup>

<sup>294</sup> Franken & Guedes (1977), p. 130.

<sup>295</sup> Zeferino Vaz atribuía à tradição de alguns institutos e faculdades a dificuldade encontrada pela FFCL de promover a integração na USP: “Por que uma tradição das arcadas ou uma tradição da Politécnica, ou da Medicina, como é que podia admitir que ia surgir uma Faculdade de Filosofia que fosse dar os cursos básicos de Engenharia? Eles tinham a tradição da Politécnica...”. Franken & Guedes (1977), p. 129.

<sup>296</sup> Franken & Guedes (1977), p. 124.

<sup>297</sup> “Princípios básicos da administração das ciências” - jornal FINEP/PROTAP, Ano I, nº 1, s/ data, Rio de Janeiro.

Mas, para manter esta integração, a Unicamp foi estruturada como uma Universidade “pequena”, com um máximo de 15 mil alunos.

*“O gigantismo é patológico para indivíduos como para instituições científicas porque torna o dirigente científico incapaz de controlar a qualidade da produção científica. O julgamento do valor comparativo da criatividade científica é pessoal e subjetiva. Há trabalhos e trabalhos...”<sup>298</sup>*

E a preocupação com a administração da Universidade, para um reitor centralizador como foi Zeferino Vaz, era primordial (ver adiante 2.0).

A proposta elaborada pela Comissão Organizadora e aprovada pelo CEE em 19 de dezembro de 1966 mostrou-nos uma Universidade estruturada em plena sintonia com as diretrizes da política educacional dos Acordos MEC-USAID, o que se confirma à medida que alguns textos, como o abaixo,

*“Urge assim promover uma política nacional de amplo incentivo à pesquisa científica nos diversos domínios do saber, a qual possa contar com o apoio solidário do trinômio Estado - Universidade - Empresa, de modo que atenda aos imperativos da segurança, da ciência e da produtividade.*

*A política que preconizamos deve orientar-se particularmente para a criação, nos centros universitários mais bem dotados, de cursos de pós-graduação - de mestrado e de doutorado - com um sistema de bolsas e incentivos que favoreça aos mais capazes e estimule a especialização nas áreas de maior importância para o País”<sup>299</sup>.*

parecem ter sido a matriz de idéias que fundamentaram a Unicamp.

*“Desejamos fixar como ponto primordial que a Universidade Estadual de Campinas está sendo implantada como Empresa de Produção de Cultura e, ainda que a cultura seja o produto mais nobre do espírito humano, a sua elaboração há de obedecer estritamente aos princípios empresariais que regem a empresa privada, quer*

---

<sup>298</sup> “Princípios básicos da administração das ciências” - jornal FINEP/PROTAC, Ano I, nº 1, s/ data, Rio de Janeiro.

<sup>299</sup> “Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior” (EAPES) - Acordo MEC/USAID, Ministério da Educação e Cultura, 1969; p. 177.

*quanto à aplicação de recursos para as atividades fim, como para as atividades meio.*”<sup>300</sup>

A Unicamp foi, portanto, organizada em consonância com os princípios que caracterizam a Universidade tecnocrática (racionalidade, eficiência, produtividade, economia), devendo ser vista como uma empresa que dá lucro pois estava voltada para o desenvolvimento industrial do país (na formação de mão-de-obra especializada, de uma política de ciência e tecnologia), servindo ao modelo de crescimento econômico adotado pelo Estado.

Não obstante, também havia em sua proposta a preocupação com propiciar uma orientação humanística para os alunos, visando dar-lhes uma consciência crítica do país e da sociedade.

*“A Universidade, como ninguém ignora, é o viveiro em que se formam os dirigentes da nação. Como tal, há de cultivar, entre mestres e alunos, o conceito de que a finalidade básica da Universidade é pôr a serviço da pátria e da civilização as técnicas e conhecimentos que a cultura elaborou, coordenando as atividades criadoras e divulgando os pensamentos estéticos e ideológicos. A universidade não pode dedicar-se apenas ao ensino profissional, à investigação científica e ao conhecimento da filosofia e da estética. No conjunto heterogêneo dos cursos que a compõem ela há de criar uma unidade espiritual através da cultura de orientação humanística, dirigindo a formação da personalidade de seus alunos no sentido de criar neles uma consciência nacional, assim como para enaltecimento dos valores morais que se opõem à crescente mecanização do espírito e ao utilitarismo frenético de nossos dias.*”<sup>301</sup>

Esta proposta de organização da Unicamp, que apresentou várias inovações na estrutura didático-científica, em muitos aspectos mostrou-se “inspirada” no modelo norte-americano de Universidade tecnocrática, preconizado no Brasil pela UnB em 1961. Tais inovações lhe conferiram um caráter de modernidade em relação às propostas de Universidade existentes no país na década de 30, cabendo destacar as seguintes diferenças:

---

<sup>300</sup> Documento oficial da Reitoria da Unicamp encaminhado ao governo de estado em 1969 apresentando o plano de aplicação de recursos financeiros para 1970 - Arquivo Zeferino Vaz.

<sup>301</sup> Vaz, Zeferino - “Patologia do saber”. Jornal **Folha de São Paulo**, 18.02.1968. São Paulo.

- a Unicamp foi totalmente planejada como um campus integrado; a justaposição de faculdades, ocorrida em 1967 (foram anexadas a Faculdade de Odontologia de Piracicaba, a Faculdade de Engenharia Civil de Limeira e a FFCL de Rio Claro), deu-se apenas para que fosse cumprido o requisito legal da união de cinco faculdades para a formação de uma Universidade;
- a Unicamp não iria realizar estudos desinteressados, tampouco tinha por objetivo a solução de problemas sociais. Ela deveria ocupar-se de desenvolver pesquisas que visassem o desenvolvimento científico e tecnológico de modo a atender às necessidades econômicas do país, embora o avanço científico pudesse, indiretamente, auxiliar na resolução de questões sociais;
- a despeito da preocupação da C.O. com a formação humanística dos alunos, não era seu objetivo formar elites culturais nem os futuros dirigentes da nação; ela pretendia formar um pólo de desenvolvimento tecnológico que suprisse à demanda de indústrias e empresas. Para tanto iria promover atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

*"... uma Universidade que se limite a transmitir conhecimento entra em degradação, porque em toda transmissão há perda de cultura. Então a Universidade deve ser criadora de cultura, geradora como o dínamo, para compensar não só a perda de transmissão como também para resolver problemas específicos da comunidade em que está. Mas este tipo de atividade tem sido praticamente olvidado pelas Universidades, que é sair das suas paredes e ir à comunidade detectar que problemas a afligem. Que problemas de saúde? Que problemas de produção? Que problemas educacionais? (...) essa é a terceira função fundamental da Universidade."*<sup>302</sup>

É preciso destacar, também, que apesar da Unicamp e da UnB terem sido planejadas com base no mesmo modelo tecnocrático de Universidade, a execução e implantação deste implicou em caminhos bastante diferenciados para elas. Na UnB o projeto original apenas começou a ser implantado, tendo sofrido profundas alterações em decorrência das sucessivas crises por que passou esta Universidade após o Golpe Militar de 64. Com a previsão de ser implantada em dez anos, os primeiros cursos a funcionar foram

<sup>302</sup> Franken & Guedes (1977), pp. 120-121.

os que estavam melhor organizados, contando com docentes e material para ensino e pesquisa. A Unicamp não sofreu intervenções militares como ocorreu com a UnB, tendo podido executar o seu projeto com relativa autonomia e obedecendo às prioridades econômicas da época. Algumas das condições que viabilizaram este fato, veremos a seguir.

## 2.0. A EXECUÇÃO DE UMA PROPOSTA

O crescimento econômico e os avanços no processo de industrialização do país, na década de 50, estavam a exigir a formação de novos e diferenciados profissionais. Diante disso a Universidade foi chamada a modernizar-se, adotando os princípios utilitaristas que regiam as empresas e tornando-se responsável não apenas pela formação de profissionais (mão-de-obra) qualificados, mas também pela produção de tecnologia. A Unicamp surgiu dentro deste contexto, tendo sido projetada como uma instituição de ensino e, principalmente, como um centro de investigação científica - o que implicava em dar ênfase à pós-graduação. A forma como se deu a sua implantação corrobora este fato.

Os primeiros cursos a funcionar na Unicamp foram os das áreas de Ciências Exatas e Tecnológicas, a fim de cumprir a meta de atender a demanda das indústrias da região. O critério para a contratação dos docentes obedecia à produtividade acadêmica e experiência em pesquisa. Devido a isto vieram trabalhar na Unicamp alguns pesquisadores já famosos da USP, um grande grupo de cientistas estrangeiros, além de muitos brasileiros que viviam no exterior. Cabe ressaltar que, dentre os brasileiros, vários eram ex-alunos do ITA - que se destacou na década de 50 pela excelência e pelas inovações do seu ensino, além da formação de uma ideologia de autonomia tecnológica - que haviam trabalhado em laboratórios de países industrializados<sup>303</sup>, o que lhes conferia, portanto, ritmo de pesquisa e

---

<sup>303</sup> Para o Departamento de Física do Estado Sólido, no início de 1970, veio o primeiro grande grupo de cientistas brasileiros que estavam no exterior (EUA, no caso) trabalhando ou, então, cursando o doutorado - depoimento do Prof. Dr. Rogério Cerqueira Leite. Depois destes, no entanto, vieram muitos mais.



percepção quanto às principais necessidades de um país que buscava desenvolver sua produção científica e tecnológica<sup>304</sup>.

A rapidez com que foram implantados os cursos de Tecnológicas contrasta com a lentidão com que foram instalados os cursos das áreas de Ciências Humanas e Artes, dando a entender que eles não eram a prioridade da Universidade. Apesar dos ideais humanísticos e da visão integrada das ciências de Zeferino Vaz e da Comissão Organizadora, os cursos de Ciências Humanas começaram a ser implantados apenas na década de 70, sendo que os primeiros a funcionar atendiam diretamente aos interesses das empresas - Economia e Administração. Os cursos de Artes, por sua vez, tiveram início apenas na década de 80. É preciso, porém, conforme Dagnino (1990), considerar mais dois fatores que contribuíram para este “atraso”. O primeiro diz respeito ao corpo docente: grande parte dos contratados era, ainda, muito jovem, sendo que vários foram primeiramente enviados ao exterior para realizar cursos de doutoramento, após o que voltaram à Unicamp para organizar a graduação e atividades de pesquisa. O outro atenta para o fato que à maioria da massa crítica de brasileiros existente nesta área faltava familiaridade com o tema da importância de políticas de ciência e tecnologia, não antevendo o significado deste para o desenvolvimento do país. Diante disso, os profissionais desta área pouco poderiam contribuir com o que era o foco dos interesses da Universidade naquele momento.

O alinhamento da Unicamp ao projeto desenvolvimentista adotado pelo Estado foi, sem dúvida alguma, o fator que mais contribuiu para a forma quase instantânea com que ela foi implantada e para a sua “imunidade” a intervenções militares - situação oposta à maioria das Universidades brasileiras neste período. Há outros elementos, no entanto, que também precisam ser considerados, como veremos a seguir.

Os governos Federal e Estadual concederam, na década de 70 - no período do milagre econômico -, grande apoio financeiro a várias instituições de ensino superior e Institutos de Pesquisa para a execução de pesquisas e de programas de ciência e tecnologia. Este apoio permitiu à Unicamp não só constituir equipes de cientistas

---

<sup>304</sup> Sobre isso ver Dagnino, Renato P. - “Condicionantes do desempenho da Unicamp em pesquisa científica e tecnológica: um ‘modelo’ a ser emulado?” - **Cadernos IG/Unicamp**, vol. 1, nº 1, dez/1990.

gabaritados, investindo em recursos humanos, mas também consolidar uma estrutura de pesquisa (laboratórios, equipamentos etc.). Alguns setores considerados prioritários pelo governo, como telecomunicações, informática e fibras ópticas, também contaram com recursos da iniciativa privada, agilizando ainda mais o desenvolvimento dos trabalhos.<sup>305</sup>

A falta de institucionalização da Universidade auxiliou quanto à rápida iniciativa e realização de projetos. Não havia burocracia para que fossem concretizadas contratações e demissões de professores e funcionários, compra de material e equipamentos para laboratórios, edificação do campus e qualquer outro processo referente às necessidades e ao cotidiano da Universidade. É preciso lembrar também que o interesse governamental no projeto da Unicamp fazia com que houvesse uma certa urgência na formação do quadro docente e, conseqüentemente, do centro de pesquisas; isto provavelmente deu ao reitor, em relação aos militares, liberdade para fazer contratações, definir prioridades na alocação das verbas etc. De qualquer modo, vários depoimentos de coordenadores de Instituto ratificaram a agilidade com que se despachava com o reitor. Tendo eles definido as prioridades da sua unidade, o atendimento das suas necessidades não era comprometido por processos burocráticos ou por falta de verbas.

*“Zeferino era muito arrojado na administração. Rápido nas decisões, não gostava de perder tempo ‘enrolando’ as pessoas ou deixando assuntos pendentes. Quando precisávamos de dinheiro para compra de equipamentos, alguma verba extra, ele sempre ouvia os professores. Nunca dizia: ‘Não tenho dinheiro’. Se ficava convencido da necessidade e importância do projeto, autorizava a compra; como ele iria conseguir o dinheiro, pensava depois.”<sup>306</sup>*

Tendo autonomia para deliberar sobre quaisquer questões administrativas e na ausência de um “código de leis”, ou seja, de regras que definissem o funcionamento da instituição - lembrar da lei da Reforma Universitária, em 68, que conferia ao reitor plenos poderes para administrar a Universidade -, era Zeferino quem determinava como deveria

---

<sup>305</sup> Brizolla, Sandra & Pinto, Luzia A. - “El Instituto de Física de la Unicamp, la fibra óptica y la telefonía en Brasil”. *Quipu*, vol. 8, nº 3, septiembre - diciembre, 1991, p. 301.

<sup>306</sup> Depoimento do Prof. Dr. Rubem Murillo Marques.

funcionar a Unicamp. Mas esta característica da sua forma de administrar, segundo pudemos observar, já podia ser notada desde que ele fora diretor da Faculdade de Medicina em Ribeirão Preto: “Zeferino dizia que a lei e as regras eram para os burros, para aqueles que não tinham bom senso no momento de tomar decisões”<sup>307</sup>. Deste modo ele parece ter conduzido a Unicamp durante todo o tempo em que foi reitor, mas a falta de institucionalização desta quase comprometeu o seu funcionamento anos mais tarde.<sup>308</sup>

Este viés “desburocratizado” da administração de Zeferino Vaz deixam entrever duas outras características: ele não abria mão da sua autoridade e era bastante centralizador. Com relação a sua autoridade, ela não era discutida em nenhum momento, fosse para questões com alunos, com funcionários,

*“... eu estou farto, até indisposto, de ouvir falar em diálogo de estudantes com o governo, com o ministro, e com (em branco). Até quando vamos conversar, gente? (...) o que adianta 50, 100, 200 alunos se porem a conversar com o Presidente, ou com o ministro da Educação? (...) Eu, Reitor de Universidade, nomeio professores, nomeio diretores, nomeio os serventes, nomeio todo o mundo (...) porque o aluno, meus srs., não quer diálogo, o aluno quer ação; o aluno quer ser preparado para a vida ...”<sup>309</sup>*

ou com docentes.

*“Em outubro de 1971, docentes do Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação enviaram à Reitoria ofício em que faziam reivindicações de várias naturezas. (...) deixou o Reitor bem claro que atenderia às reivindicações legítimas referentes ao trabalho científico, mas que POR FORMA ALGUMA ACEITAVA INTROMISSÃO EM SUAS ATRIBUIÇÕES, SOBRETUDO OS DA ESFERA*

---

<sup>307</sup> Frase retirada do depoimento do Prof. Dr. Gottfried Köberle.

<sup>308</sup> O Prof. Zeferino Vaz deixou a reitoria da Unicamp em 1978, tendo sido sucedido pelo Prof. Dr. Plínio Alves de Moraes. Em 1981, devido a problemas políticos, o então governador de São Paulo, Sr. Paulo Salim Maluf, decretou uma intervenção na Universidade. O processo de institucionalização da Unicamp deu-se somente a partir de 1982, na gestão do Prof. Dr. José A. Pinotti. Sobre algumas vantagens da falta de institucionalização da Universidade no período do Prof. Zeferino Vaz ver Brisolla & Pinto (1991).

<sup>309</sup> Vaz, Zeferino - Arquivo Oficial, 1968. Apud Lima (1989), p. 108.

Quanto à centralização do poder em suas mãos, que também pode ser notada desde Ribeirão Preto, todos os nossos entrevistados foram unânimes em afirmar: quando Zeferino não estava, ninguém respondia por ele. Ele sabia de tudo o que se passava na Faculdade/Universidade: dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos docentes a problemas pessoais de funcionários, passando pelas reformas necessárias em alguma sala de aula e pelo orçamento da instituição. Este era também um dos motivos por que Zeferino planejara os limites do crescimento da Unicamp.

*“... o grande mal das grandes instituições (...) é que você tem uma verba X e você distribui em partes iguais para todos, mereça ou não mereça. (...). Uma empresa multinacional pode ser gigantesca, você acrescenta a memória do computador e controla a produção, a renda, o mercado, porque tudo é quantificado; mas você não quantifica a qualidade do trabalho produzido. Então, essa tem que ser julgada por homens e a capacidade de julgar é limitada. Você não pode julgar além de um certo número. Por isto que uma Universidade não pode crescer indefinidamente. (...) você não pode quantificar a qualidade da produção da cultura, a didática, a produção científica original e os trabalhos de extensão à comunidade”.*<sup>311</sup>

Parece evidente que na Unicamp, em plena ditadura militar, esta centralização tenha sido reforçada. É muito importante assinalar, porém, a postura acadêmica que parece ter regido a maioria das atitudes do Prof. Zeferino Vaz frente à reitoria. Embora recebesse dos Coordenadores e Diretores de Faculdade/Instituto todas as informações sobre como funcionava a unidade, conferia a eles autonomia para deliberar sobre a distribuição das verbas de pesquisa, formação do corpo docente, escolha de funcionários etc. Do mesmo modo, ele parece nunca ter interferido na realização das atividades acadêmicas dos professores - o que foi, certamente, fundamental para o

<sup>310</sup> Documento da Reitoria de 13.03.1972 dirigido ao Secretário de Estado Chefe da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo (caixa alta do original).

<sup>311</sup> Franken & Guedes (1977), pp. 160-161.

crescimento e desenvolvimento da Universidade, além de tê-la distinguido entre as demais instituições de ensino superior do país.

*“Não quero saber qual é a ideologia do professor. Apenas não admito que ele utilize a Universidade para fazer pregação ideológica. Um professor de política, por exemplo, tem que fazer a exposição de todas as correntes ideológicas. Mas uma exposição honesta, clara, sincera, rigorosamente científica, de todas as doutrinas. (...) Por isso não quero saber a ideologia do professor, não penetro na sua consciência. E não admiti nunca que invadissem a Unicamp para deter qualquer professor em razão de ideologia política.”<sup>312</sup>*

Acreditamos que isto deve-se, basicamente, ao fato de Zeferino Vaz haver sido no início de sua carreira um pesquisador, o que o fazia compreender, respeitar e valorizar o trabalho dos cientistas que contratava para Universidade.

Esta valorização do cientista, independente de qual a sua postura política, era visível nas atitudes de Zeferino já em Brasília (cf. Capítulo III):

*“... de vez em quando eu recebia uma palavra do general Magessy, que era o presidente dos IPMs: ‘- Ah, porque está aí o Cláudio Santoro, comunista, esteve na Rússia e o sr. o mantém na Universidade!’. Eu disse: ‘Olha, realmente ele está aqui. É um grande compositor. É um nome internacional, que merece todo o respeito e que não tem atividade nenhuma subversiva aqui dentro, empolgado por sua música. Ele esteve na Rússia; é verdade, eu também. Estive lá, fiz conferências na Universidade Central de Moscou. Não tiro, não. O Niemeyer, o que querem com ele? Não tiro o Niemeyer, que tem suas idéias socialistas mas é um teórico e está muito preocupado com seus projetos arquitetônicos...’”<sup>313</sup>*

Além disso parece-nos que, desde o seu ingresso na carreira administrativa, ele tinha em mente um ideal de Universidade que lutava por alcançar, querendo inclusive ser reconhecido por isso (ver adiante 3.1).

---

<sup>312</sup> Vaz, Zeferino - “A Universidade e a economia brasileira”. Revista **Tibiricá**, Ano V, nº 9, julho/dezembro de 1978.

<sup>313</sup> Franken & Guedes (1977), pp. 106-107.

Os dados arrolados até aqui corroboram a afirmação de Lima (1989), segundo o qual o processo decisório de problemas vitais da Unicamp nos seus primeiros anos de existência

*“... dava-se, quase que exclusivamente, com base na competência e no mérito profissional e em função de substantividade dessas atividades. Considero que a Unicamp se desenvolveu e cresceu alocando recursos de forma adequada à consecução dos legítimos objetivos da instituição, sem desperdícios. Isto significa dizer que deu-se a prevalência do “poder acadêmico” sobre o “poder burocrático.”*<sup>314</sup>

Mas este procedimento de Zeferino Vaz criava, a princípio, um quadro de contradição na Universidade em relação à conjuntura política da época pois, de um lado, ele atendia ao que o Governo Militar esperava de um reitor: que conduzisse a Universidade dentro dos princípios tecnocráticos de racionalidade, eficiência etc., que desenvolvesse projetos de pesquisa voltados à produção de tecnologia, que suas decisões fossem respeitadas no meio acadêmico (autoridade) e que estivesse informado de tudo o que se passava na Universidade (centralizador). Mas, de outro, na manutenção de uma massa crítica em ciência, ele permitia a existência de vários elementos de esquerda no corpo docente. Muitos cientistas que haviam deixado o país em 64, ou que por sua postura política não conseguiam trabalhar em instituições públicas, encontraram na Unicamp oportunidade para pesquisar com tranquilidade, sem controle ideológico e longe de perseguições militares.

A resposta para esta autonomia com que Zeferino administrava a Unicamp está, cremos, em uma combinação de elementos. Vejamos alguns deles. Ele tinha um enorme trânsito político. Amigo pessoal de vários nomes influentes no cenário político como Adhemar de Barros e Laudo Natel, entre outros, também cultivava boas relações

---

<sup>314</sup> Lima, Eloi (1989), p. 140.

com os militares<sup>315</sup>, tendo inclusive colaborado ativamente com o Golpe de 64. Além disso, à época da criação da Unicamp o seu trabalho na área do ensino superior - particularmente à frente da FMRP - já era reconhecido no Brasil e no exterior, conferindo-lhe crédito e prestígio no meio científico. Finalmente, o projeto da Unicamp era de interesse direto do Estado, a medida que investir na produção de ciência e tecnologia auxiliava em muito na conquista da independência deste setor em relação aos países do 1º mundo - uma das principais metas que o Governo Militar buscou atingir. Ou seja, Zeferino Vaz era a pessoa exata para executar o projeto adequado no momento certo, tendo selecionado cuidadosamente as pessoas que poderiam com ele colaborar.

Diante desta soma de fatores parece-nos que Zeferino Vaz e a Universidade que ele ajudou a construir usufruíram de uma **autonomia consentida** pelo Estado Militar, o que possibilitou o trabalho de cientistas das mais variadas posturas ideológicas sem que houvesse nenhum tipo de controle ou pressão - o que foi, sem dúvida alguma, uma exceção em face às numerosas intervenções do Governo Federal nas instituições públicas nos anos 60 e 70.

Neste momento vale lembrar a equação da organização de uma Universidade: uma estrutura administrativa (de poder) mais uma estrutura didático-científica assentadas sobre uma estrutura política-ideológica. A Unicamp foi moldada tendo estas três estruturas alinhadas com o Governo, mas apesar desta ligação - ou por causa dela - foi possível edificar o seu projeto de Universidade combinando liberdade política, incentivo à produtividade acadêmica, adequação à proposta tecnocrática do MEC-USAID e administração autoritária e centralizadora sem ser, contudo, ser burocrática.

Não nos parece que a Unicamp possa ser definida ou delimitada em um modelo único e acabado de Universidade. Pelo contrário, cremos que o mais acertado é enxergar o seu projeto como fruto e resultado de um processo de evolução das Instituições de Ensino Superior brasileiras que, em busca de sua inserção no primeiro mundo, passaram por alterações profundas em sua estrutura administrativa, didática e científica.

---

<sup>315</sup> Vários depoimentos atestaram o bom relacionamento de Zeferino com os militares desde que ele era diretor da FMRP. Alguns poucos nomes como o do Coronel Restel (mais tarde general) e o do General Eurico Gaspar Dutra foram citados, por exemplo, mas não foi possível obter nenhum dado mais objetivo sobre este assunto.

E, em face do caráter moderno das suas propostas, cuja execução ficou a cargo de um reitor da confiança da ditadura, autoritário e centralizador, mas com um ideal acadêmico, compreender as condições políticas e financeiras que viabilizaram a sua implantação.

Se há a possibilidade de se elaborar a definição do modelo de Universidade adotado pela Unicamp, ela já foi feita por Zeferino Vaz.

*“O projeto foi estabelecido: transmissão, criação do conhecimento novo e extensão à comunidade ativa. Estabelecidos os três tipos de atividade, eu passei a estabelecer que elementos são necessários para desenvolver estas atividades (...) e, prioritariamente: 1º cérebros; 2º cérebros; 3º cérebros. Um pouco agressivamente, num país que busca resolver os seus problemas construindo edifícios monumentais que ficam fechados, parados, não sobrando depois, dinheiro para equipamentos. Ou, se compram equipamentos, não têm dinheiro para pagar os homens. E edifícios e equipamentos não constroem e nem fazem nada.”<sup>316</sup>*

### 3.0. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE

Acabamos de ver algumas características do sistema de administração de Zeferino Vaz que, resumidamente, seriam: autoritarismo, centralização do poder e ausência de burocracia. Mas, além destas, encontramos alguns traços comuns que permearam a sua forma de conduzir a Universidade e que podem ser notados desde a FMRP, passando pela UnB até chegar à Unicamp. Acreditamos que eles podem ser considerados como estratégias utilizadas por Zeferino a fim de alcançar os seus objetivos. São elas:

#### 3.1. PRODUTIVIDADE ACADÊMICA

*“... eu trouxe cerca de 180 brasileiros que estavam fora. Tenho 230 professores estrangeiros. É a Universidade, do mundo, que tem maior número de professores estrangeiros. Eu tenho todas as*

---

<sup>316</sup> Franken & Guedes (1977), p. 122.



*origens: ingleses, franceses, alemães, espanhóis, portugueses, italianos, húngaros (...) - 230 professores selecionados pela capacidade.*

*E se vêm para trabalhar ativamente, para formar escola e desenvolver cientificamente, ficam quanto tempo queiram; se não 'out'".<sup>317</sup>*

O Prof. Zeferino Vaz promoveu, notadamente na Unicamp e na FMRP, uma política de contratação dos melhores e mais arrojados cientistas de cada área para compor o corpo docente das instituições que dirigiu. Fez isso sem considerar o custo, a dificuldade de trazer estes profissionais do seu local de origem, as suas convicções político-partidárias etc. Do mesmo modo ele manteve trabalhando na UnB vários professores que, apesar de considerados “esquerdistas”, eram profissionais competentes que sem dúvida tinham muito a contribuir para o desenvolvimento da Universidade. Convencido de que as Universidades deveriam transmitir e, principalmente, produzir conhecimento, o critério utilizado para a contratação de docentes era o da produtividade acadêmica, ou seja, interessava apenas o potencial do indivíduo em pesquisar e obter resultados que pudessem ser publicados e que trouxessem algum avanço significativo para a ciência. Para a obtenção destes resultados ele dava aos seus “cérebros” condições para produzir. Em contrapartida, não vacilava no momento de cobrá-los.

*“O indivíduo que não produz naquela Universidade não fica lá. Eu dou prazo, dou tempo, mas chamo e digo: ‘Olha, gente, você precisa produzir, senão eu ponho para fora. Porque eu sou muito egoísta. Quando você está produzindo algo novo, 97% é para você, mas 3% é para mim, para o reitor. Eu tenho uma corretagem neste negócio. Ora, se você não produz, eu não tenho corretagem nenhuma e não me interessa, nem a você e nem à Universidade. Então, fora.’ Então, é preciso que ele produza cientificamente. Eu não quero saber da quantidade de trabalhos, eu quero saber da qualidade. Mas eu dou estímulo ao que produz e trato diferentemente o que produz daquele que não produz.”<sup>318</sup>*

---

<sup>317</sup> Franken & Guedes (1977), p. 133.

<sup>318</sup> Franken & Guedes (1977), p. 160.

Esta preocupação com o retorno do investimento feito em pesquisa, que o levava a prestigiar (ou não) os cientistas que contratava, está também relacionada com a “estratégia” a seguir.

### 3.2. GERENCIAMENTO EMPRESARIAL

*“É fundamental o contato direto, sem papéis ou canais burocráticos, entre o dirigente e os cientistas, ouvindo-os, estimulando-os, olvidando (sic) dificuldades e auxiliando-os ativamente a resolver inclusive problemas humanos que, por vezes, também os afligem. É anseio legítimo do cientista saber que o dirigente, Reitor ou Diretor, o distingue e tem consciência da importância de seu trabalho.”<sup>319</sup>*

Se as diretrizes do MEC-USAID e da Reforma Universitária recomendavam que as Instituições de Ensino Superior deveriam estruturar-se de modo a assemelharem-se a empresas, pode-se dizer que Zeferino Vaz a adotou plenamente, tornando-se o “dono” da empresa Unicamp, a qual ele administrava como a um projeto pessoal. A FMRP era conhecida no Conselho Universitário da USP como a “escolinha do Zeferino”, entre outras razões, porque ele acompanhava pessoalmente cada detalhe envolvido na sua instalação e funcionamento: da recepção da cidade aos professores e calouros até as reformas das instalações da EPA e aquisição de equipamentos.

No que diz respeito ao relacionamento com professores e funcionários, a grande maioria dos entrevistados afirmou que Zeferino Vaz era “muito humano” e compreensivo com relação a problemas pessoais; vários deles, inclusive, citaram situações em que receberam auxílio direto em casos de enfermidade, dificuldades financeiras, dificuldades políticas etc. Quanto a isso cabe lembrar que tanto a Unicamp como a FMRP ficaram anos sem concursos públicos para a contratação de docentes e funcionários, ficando estas condicionadas (centralizadas) ao aval do diretor/reitor que conhecia pessoalmente cada integrante da instituição.

---

<sup>319</sup> “Princípios básicos da administração das ciências” - jornal FINEP/PROTAP, Ano I, nº 1, s/ data, Rio de Janeiro.

Em relação às verbas da Universidade, Zeferino Vaz procedia da mesma maneira.

*“O dinheiro não saía, mas eu tinha um trunfo muito grande (...). Fui ao Delfim, pedi uma entrevista a ele, Ministro da Fazenda, e disse: ‘Delfim, olha, está acontecendo isso: nós pedimos para o Pelúcio mas ele está encontrando dificuldade (...). Como é que é essa história, Delfim! Você é quem dá o dinheiro’. Ele disse: ‘- Ele está negando dinheiro? Pega esse telefone que eu vou falar com ele’”.*<sup>320</sup>

Estando convencido da necessidade delas, saía à procura de novos recursos onde fosse possível consegui-los, impedindo que “sua empresa” deixasse de realizar qualquer projeto interessante por falta de financiamento ou também, como já vimos, por entraves burocráticos.

### 3.3. MARKETING

*“... eu fui ao Dilson Funaro, que era o Secretário de Planejamento, grande empresário (...) engenheiro, inteligente como o diabo e eu disse: ‘Dilson, olha aqui, está vindo esta gente aqui. Olha o currículo deles! Olha o passado! Olha os projetos! Essa gente não tem nada, não tem mesa, não tem cadeira, não tem edifício, não tem nada. Eles podem fazer muita coisa para a Universidade, mas eu preciso de dinheiro. Me dá dinheiro aí.’ Eu devo dizer-lhes que o governo nunca me negou dinheiro.”*<sup>321</sup>

O marketing era uma das estratégias utilizadas por Zeferino Vaz para conseguir recursos e, também, para promover e divulgar a Universidade. É possível que boa parte das verbas que ele cooptou do Governo Federal e Estadual, de órgãos de fomento (FINEP, CNPq, Fundação Rockefeller etc.) e da iniciativa privada tenha sido fruto do marketing que ele fazia sobre o potencial de seus professores, instalações, projetos, alunos brilhantes etc. Mas é curioso que, algumas vezes, possuindo pouco mais do que o projeto

---

<sup>320</sup> Idem, pp. 139-140.

<sup>321</sup> Franken & Guedes (1977), p. 138.

da instituição (como foi o caso da instalação da FMRP), com seu estilo grandiloquente ele convencia a todos do seu intento - mostrando também seu carisma pessoal.

*“Estamos procurando servir mais a Ribeirão Preto que a nós mesmos, criando um ‘slogan’, acelerando a cidade que será a sede da Universidade do Interior (...) a idéia é comum a todos: libertar o interior da tutela da Capital em matéria de Ensino Superior. Esta idéia predominante está fixa. É o núcleo de cristalização de um ‘campus’ universitário sem precedentes na história do continente.”<sup>322</sup>*

Mas, além disso, ele também parecia preocupar-se com a construção de uma imagem da instituição. Sendo assim a FMRP tornou-se, em pouco tempo, famosa como uma das melhores no ensino médico de toda a América Latina, graças às entrevistas e contatos constantes que Zeferino Vaz mantinha com a imprensa da região e da capital para alardear este fato. Quando reitor da UnB utilizou a mesma estratégia de contatos com a imprensa e divulgação da Universidade, não hesitando - mesmo diante dos “caça-comunistas” - em propagá-la como o melhor projeto de Universidade que já havia sido pensado no Brasil. E em Campinas não foi diferente: a quase desconhecida UEC tornou-se, em pouco tempo, a mais famosa Universidade do país - a Unicamp. Ela foi a única Universidade brasileira a idealizar, desde o seu início, um logotipo (idealizado pelo próprio Zeferino) através do qual é conhecida no Brasil e no exterior, e que se tornou a representação do alto nível das atividades que ela desenvolve.

É preciso ressaltar, porém, que este marketing não se limitava a notícias na imprensa. Zeferino também se preocupava em divulgar as instituições que dirigiu no meio científico, razão por que exigia a produção acadêmica dos professores para publicação em revistas conceituadas e sempre deu estímulo e subsídios para participação e apresentação de trabalhos em congressos e encontros científicos. O esforço que desenvolvia para trazer visitantes ilustres às instituições que administrava, bem como a contratação de professores estrangeiros, também podem ser vistos como uma forma de marketing.

---

<sup>322</sup> “Preparando o terreno para a Universidade de Ribeirão Preto”. **A tarde**, 24.01.1952. Ribeirão Preto.

O Prof. Zeferino Vaz foi, sem dúvida alguma, um grande empreendedor. Por todos os lugares onde passou deixou a marca de sua inteligência viva e brilhante e, também, de seus ideais grandiosos.

*“Por que eu iria me meter nesse negócio, depois de 15 anos de Universidade, de direção de uma Faculdade de Medicina Veterinária, do que está incumbido da construção a Universidade de São Paulo? (...) empolgou-me desde logo a grandiosidade da obra e não seria eu que iria realizar coisa de barro, mas sim algo monumental, digno de um povo do ano 2000 (...)”<sup>323</sup>*

É preciso lembrar, no entanto, que provavelmente um dos maiores méritos de Zeferino Vaz tenha sido saber cercar-se de indivíduos competentes, que o auxiliaram a elaborar e concretizar seus projetos. Todos eles, em especial os pioneiros da implantação da Unicamp (cf. Capítulo II), também merecem e devem ser lembrados. A estes homens dedico este trabalho.

---

<sup>323</sup> “A Faculdade de Medicina em Monte Alegre”- jornal **A tarde**, 04.01.1952. Ribeirão Preto.

## CAPÍTULO V

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNICAMP HOJE

Uma Universidade é um projeto técnico, científico, cultural e ideológico. Ela não pode caminhar, sozinha, contra os mecanismos de poder ou a realidade concreta na qual está inserida, pois está historicamente condicionada aos valores e às necessidades da sociedade que a mantém<sup>324</sup>. Desta forma é que tentamos compreender o processo de criação da Unicamp, bem como é preciso analisar as alterações por que ela vem passando desde então.

Atrrelada às expectativas do contexto universitário e político da década de 60, ela foi organizada sob a tensão em que se encontravam todas as outras instituições de ensino superior daquela época: reprodução da estrutura de poder conservadora X papel de crítica frente à sociedade. Diferentemente destas, porém, gozava de autonomia administrativa, disciplinar, didática e científica à medida que estava ideologicamente alinhada com o poder - e o seu reitor de então, Zeferino Vaz, era a garantia disso. Mas sua autonomia também era uma concessão do Estado que, para propiciar o desenvolvimento de métodos de trabalho, linhas de pesquisa, massa crítica em ciência e programas de ensino a fim de colaborar na política de ciência e tecnologia do país precisava, obviamente, dar alguma liberdade de ação às Universidades.

No entanto, se a proposta tecnocrática e modernizante da Unicamp serviu para livrá-la da repressão militar - o que não ocorreu com a UnB - e até mesmo possibilitou que em pouco tempo ela crescesse e se desenvolvesse com qualidade, a sua autonomia consentida no período pós-Zeferino (após 1978) quase comprometeu o funcionamento da Universidade. Note-se que o seu processo de institucionalização iniciou-se em 1982 e que sua autonomia financeira data de 1989. Não seria um exagero dizer, portanto, que além do modelo proposto para a Unicamp o que se destacava, ao

---

<sup>324</sup> Fávero, M<sup>a</sup> de Lourdes - *Universidade e Poder*. (1980). p. 17.

menos em seu período inicial, eram as atitudes de Zeferino Vaz frente à administração da Universidade.

As funções da Universidade são determinadas pelos objetivos que ela tem firmados em sua interação com a sociedade. Após quase três décadas torna-se evidente que tanto as necessidades da sociedade quanto os objetivos da Unicamp mudaram. A importância de se analisar o que foi feito na e da Universidade após este período é o que dá sentido a algumas propostas de “auto-conhecimento” que ela tem buscado realizar (pesquisas com alunos de graduação, com egressos, entre outros) e que culminaram com o “Projeto de Avaliação Institucional”, finalizado recentemente. Mais uma vez, no entanto, torna-se necessário voltarmos às condicionantes históricas: como foi produzida, ao longo destes anos, a Universidade que, hoje, vemos construída?

Principalmente nos capítulos II e IV deste trabalho resgatamos algumas das diretrizes que nortearam a criação da Unicamp inseridas na proposta de uma Universidade interdisciplinar, integrada com a sociedade e voltada ao ensino e à pesquisa para promoção das artes, ciência e tecnologia. Mesmo sem considerarmos as diferenças entre a proposta que “ficou no papel” e aquela que foi realmente efetivada, a evolução do projeto que começou a funcionar em 1967 talvez não nos permita, hoje, reconhecer as diretrizes da sua criação. Como prova disto nota-se, em vários segmentos da comunidade universitária, um esforço para recuperar/manter alguns dos princípios que embasaram e caracterizaram a Unicamp em seu período inicial e que são, atualmente, considerados críticos:

i) falta de interdisciplinaridade

*“A evolução da grade curricular só pode ocorrer de forma organizada e institucional se for estimulada entre os docentes a visão multidisciplinar, interdepartamental e interunidades. Barreiras entre disciplinas, departamentos e unidades são os maiores obstáculos à postura integrada essencial ao aprimoramento das grades curriculares...”<sup>325</sup>*

*“A Universidade precisa reencontrar sua capacidade de formular e executar projetos ambiciosos, nos quais equipes numerosas e interdisciplinares produzam resultados importantes como já ocorreu no*

---

<sup>325</sup> “Em direção a um ensino de graduação de melhor qualidade” - Pró-reitoria de Graduação - Unicamp. 1994, p. 59.

*passado. A pesquisa na Universidade não pode ser iniciativa individual e a Universidade não pode permanecer cientificamente fragmentada como se acha hoje.*”<sup>326</sup>

ii) a falta de uma maior interação Universidade - Sociedade e Universidade - Empresas

*“... a criação dos Núcleos e Centros é tributária de uma preocupação que hoje se generaliza na Universidade brasileira relativa às relações Universidade/Sociedade. Não se trata simplesmente da consciência de que a produção do conhecimento é um processo social e que seus resultados não podem permanecer entre os muros da Universidade. (...) ela aspira participar da própria definição da problemática socialmente relevante...”*<sup>327</sup>

*“Na Unicamp os professores (nem todos) não dão valor aos alunos que estão interessados no mercado de trabalho. Há uma valorização excessiva da pesquisa e atividades exclusivamente acadêmicas. Tenta-se **marginalizar** de uma certa maneira os alunos que não estão interessados em pesquisa e que têm interesse na prática. Isso porque eles estão bem distantes das situações reais de trabalho.”*<sup>328</sup>

iii) a tensão ensino X pesquisa

*“A Universidade tem praticado a separação entre ensino, pesquisa e extensão, aprofundando o fosso entre informação e formação, aumentando os desníveis entre graduação e pós-graduação. Ao priorizar o pólo da informação, a Universidade enfraquece a relação e até mesmo a deturpa pela negação do caráter formativo do processo educacional.”*<sup>329</sup>

*“A estrutura atual de Centros e Núcleos acabou por separar ainda mais as atividades de pesquisa das atividades de ensino, relegando às*

<sup>326</sup> Entrevista do Prof. Dr. Fernando Galembeck, candidato a reitor em 1994. “Jornal da Sucessão”- DCE- Unicamp, nº 2, abril de 1994.

<sup>327</sup> “Relatório da Comissão de Atividades Interdisciplinares” - Reitoria da Unicamp, agosto de 1991, p. 41.

<sup>328</sup> Depoimento de concluinte do curso de Matemática Aplicada e Computacional in Balzan, Newton C. - “Unicamp: Qualidade de Ensino e Vida Universitária”. Campinas, 1993 (mimeo) - grifo do aluno.

<sup>329</sup> “Projeto Qualidade” - Reitoria da Unicamp, julho de 1990, p. 3-4.



*unidades a docência e aos núcleos a pesquisa (criando, inclusive, a carreira paralela de professor pesquisador).<sup>330</sup>*

Próxima à virada do século, a Universidade vê-se na necessidade de discutir os seus princípios e metas futuras uma vez que se encontra dividida entre algumas dicotomias, tais como: ensino X pesquisa; formação profissional interdisciplinar X especializada; pesquisa pura X aplicada etc. Reestabelecer objetivos e o seu projeto institucional é tarefa que cabe não somente à Unicamp mas a todas as Instituições de Ensino Superior brasileiras que, face ao legado histórico de um país subdesenvolvido, têm diante de si várias questões sobre sua atuação de hoje e de amanhã: Que parcela da sociedade pretende atingir com as atividades de extensão que desenvolve? De que modo pode estimular atividades de pesquisa sem prejudicar as de ensino e vice-versa? Em que medida os profissionais que ela forma têm atendido às necessidades sociais e econômicas do mercado de trabalho? Como comportar-se diante das novas exigências da sociedade tecnológica? Qual deve ser o perfil do professor universitário do próximo século? Como preparar-se para as novas gerações de alunos que irá receber?

Interrogar-se sobre as condições em que pretende desenvolver as funções que lhe são (e serão) determinadas talvez seja o maior desafio da Universidade atualmente.

---

<sup>330</sup> "Pra Mudar - Somos Todos Reis". Campinas, janeiro de 1994 - Programa da candidatura do Prof. Dr. Francisco Reis à reitoria da Unicamp em 1994.

## VIII - BIBLIOGRAFIA

### LIVROS E REVISTAS

ALBERTI, Verena - **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. 1989.

APARECIDA, Geralda Dias - **UnB 30 anos**. in: Revista *Humanidades*, volume 8, nº 4. Brasília. Editora UnB. 1992.

ARAPIRACA, José O. - **A USAID e a educação brasileira**. São Paulo: Ed. Autores Associados: Cortez. 1982.

ATCON, Rudolph P. - **Rumo à reformulação estrutural da Universidade brasileira**. Rio de Janeiro: DESU/MEC. 1966.

BALZAN, Newton C. - **Unicamp: Qualidade de Ensino e Vida Universitária - visão dos concluintes de 1990**. Campinas. 1993 (mimeo).

BRIZOLLA, Sandra & PINTO, Luzia A. - "El Instituto de Física de la Unicamp, la fibra óptica y la telefonía en Brasil". Revista **Quipu**, vol. 8, nº 3, septiembre-diciembre, 1991.

CARDOSO, Irene A.R. - **A Universidade da Comunhão Paulista - o projeto de criação da USP**. São Paulo: Cortez. 1982.

CERU - **Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos**. São Paulo, nº 16, 1 série, EDUSP, novembro de 1981. *Metodologia de pesquisa em ciências - problemas de informação: uma visão crítica*, pp. 61-116.

CUNHA, Luis Antonio C.R. - "O milagre brasileiro e a política educacional" in **Argumento** - Ano I, n 2. Novembro/1973.

---

\_\_\_\_\_ - **A Universidade Crítica**. 2º edição. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves. 1989.

---

\_\_\_\_\_ - **A Universidade Reformanda**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves. 1988.

---

\_\_\_\_\_ - **A Universidade Temporã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980.

---

\_\_\_\_\_ - **Política Educacional no Brasil: a profissionalização do Ensino Médio**. Rio de Janeiro: Eldorado. 1973.

- DAGNINO, Renato P. - "Condicionantes do desempenho da Unicamp em pesquisa científica e tecnológica: um 'modelo' a ser emulado?" in **Cadernos IG/Unicamp**, vol. 1, nº 1, dezembro/1990. pp. 101-129.
- DRÉZE, Jacques & DEBELLE, Jean - **Concepções de Universidade**. Fortaleza: UFC. 1983.
- FÁVERO, M de Lourdes - **Universidade e Poder**. Rio de Janeiro: Achiamé. 1980.
- FERNANDES, Florestan - **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega. 1975.
- FERRAZ, José Bento F. - **Contribuição da FMRP à educação médica**. São Paulo, s/d (mimeo).
- FORACCHI, Marialice M. - **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- FRANKEN, Tjerk & Guedes, Ricardo - **Entrevista do Prof. Zeferino Vaz à Fundação Getúlio Vargas - 19.12.1977**. (mimeo). Acervo da FMRP - USP.
- FRIGOTTO, Gaudêncio - **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.
- IANNI, Otávio - **O Colapso do Populismo no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1988.
- KERR, Clark - **The uses of the University**. New York: Harper & Row. 1973.
- KOURGANOFF, Wladimir - **A face oculta da Universidade**. São Paulo: Ed. UNESP. 1990.
- LE GOFF, Jacques - **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense. 1988.
- MERRIAM, Sharon B. - **Case Study Research in Education - a qualitative approach**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers. 1988.
- MINAS GERAIS, Universidade Federal. **O território universitário: proposta de modelo para um sistema ambiental**. Belo Horizonte. 1970.
- MINOGUE, Kenneth - **O conceito de Universidade**. Brasília: Ed. UnB. 1981.
- OSAKABE, Haquira - **Argumentação e Discurso Político**. São Paulo: Kairós. 1979.
- PAIM, Antonio - **A UDF e a idéia de Universidade**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro. 1981.

PAOLI, Niuvenius - **Para repensar a Universidade e a pós-graduação**. 2ª edição. Campinas: Ed. da Unicamp. 1985.

\_\_\_\_\_ - "Política de Ensino Superior" in **Anais da IV Conferência Brasileira de Educação**. São Paulo: Cortez. 1988.

PIMENTA, Aloísio - **Universidade: a destruição de uma experiência democrática**. Petrópolis: Vozes. 1985.

QUEIROZ, Maria Isaura P. - **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz. 1981.

RABELLO, Ophelina - **O estudante universitário da Unicamp - perfil sócio-econômico**. Campinas: Ed. Unicamp. 1971.

Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária - in **Revista Paz e Terra**, nº 9, Rio de Janeiro, pp. 243-282. s/d.

Relatório Meira Mattos - in **Revista Paz e Terra**, nº 9, Rio de Janeiro, pp. 199-241. s/d.

REZENDE, Antonio M. - **O saber e o poder na Universidade: dominação ou serviço?** 14ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1986.

RIBEIRO, Darcy - **A Universidade de Brasília (projeto de organização - pronunciamento de Educadores e Cientistas e a Lei nº 3998 de 15/12/61)**. Brasília: UnB. 1962.

\_\_\_\_\_ - "A Universidade de Brasília". **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 36(83): 161-92. Julho/setembro 1961.

\_\_\_\_\_ - **A Universidade Necessária**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975.

\_\_\_\_\_ - **Universidade de Brasília: invenção e descaminho**. Rio de Janeiro: Avenir. 1978.

\_\_\_\_\_ - **La Universidad Latinoamericana**. 2ª edição. Caracas/Venezuela: Ediciones La Biblioteca, 1971.

ROMANELLI, Otaíza O. - **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes. 1984.

SANFELICE, José Luís - **Movimento Estudantil - a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1986.

SANTOS, M Cecília L. - **Maria Antônia: uma rua na contramão**. São Paulo: Ed. Nobel. 1988.

SAVIANI, Demerval - "Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5540/68 e 5692/71". In: Garcia, Walter E. (org.). **Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento**. São Paulo: McGraw-Hill. 1976.

SCHWARTZMAN, Simon - **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: FINEP e Nacional. 1979.

STEGER, Hanns A. - **As Universidades no desenvolvimento social da América Latina**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1970.

SUCUPIRA, Newton - "Uma perspectiva da Educação Superior no Brasil". **RBEP**. Rio de Janeiro, 50(111). Janeiro a março 1968.

TAYLOR, Steven J. and BOGDAN, R. - **Introduction to qualitative research methods; the search for meanings**. 2ª ed. New York: J. Wiley. 1984.

TEIXEIRA, Anísio - **Educação no Brasil**. São Paulo: Nacional. 1969.

\_\_\_\_\_ - "Uma perspectiva da educação superior no Brasil" - **RBEP**, 50 (111): 21-82, Julh/set, 1968.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - **Plano Orientador da Universidade de Brasília**. Brasília: Ed. da UnB, 1962.

\_\_\_\_\_ - **Avaliação do Ensino de Graduação: teste da metodologia**. Brasília: UnB. 1988.

UNICAMP - **Avaliação Institucional da Unicamp - processo, discussão e resultados**. José Dias Sobrinho (organizador). Campinas, SP: Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_ - "Em direção a um ensino de graduação de melhor qualidade". Pró-reitoria de graduação, 1994.

\_\_\_\_\_ - "Projeto Qualidade". Reitoria, Julho de 1990.

\_\_\_\_\_ - "Relatório da Comissão de Atividades Interdisciplinares". Reitoria, agosto de 1991.

WEBER, Max - **Economia y Sociedad**. 2ª edição. México/DF: Fondo de Cultura Económica, 1984.

- VAZ, Zeferino - "Patologia do Saber" - jornal "Folha de São Paulo", 18.02.1968, São Paulo.
- \_\_\_\_\_ - "A Universidade e a economia brasileira" - Revista **Tibiriçá** ano V, nº 9, julho/dezembro de 1978.
- \_\_\_\_\_ - "Princípios básicos da administração das ciências" - jornal **FINEP/PROTAP** ano I, nº 1, s/data. Rio de Janeiro.
- VERGER, Jacques - **As Universidades na Idade Média**. São Paulo: Ed. UNESP. 1990.
- VIEIRA, Evaldo - **Estado e Miséria Social no Brasil de Getúlio a Geisel**. São Paulo: Ed. Cortez. 1987.
- VIEIRA, Sofia Lerche - **O (dis)curso da (Re)forma Universitária**. Fortaleza: Ed. UFC/PROED, 1982.
- VON SIMSON, Olga R. de M. - **Algumas observações sobre o uso do gravador no registro de documentação oral** - FE-UNICAMP, mimeo.

## TESES

- BARBOSA, Eládio de A. - **Burocracia e o processo decisório na administração das Universidades Federais brasileiras: um estudo de caso**. Campinas, FE-Unicamp. 1981.
- BOAVENTURA, Elias - **Universidade e Estado no Brasil**. Campinas, FE-Unicamp. 1988.
- FÁVERO, Maria de Lourdes A. - **A Universidade Brasileira em busca de sua identidade**. Rio de Janeiro, PUC-RJ, 1976.
- FÉTIZON, Beatriz A. M. - **Subsídios para o estudo da USP**. São Paulo, FE-USP. 1987.
- FONSECA, Dirce Mendes da - **UnB: reformar para não mudar**. Campinas, FE-UNICAMP. 1986.
- GOMES, Paulo de T. - **A Universidade em Sociedades Subdesenvolvidas - estudo das propostas de Darcy Ribeiro**. Campinas, PUCCAMP. 1989.
- LIMA, Eloi J.S. - **A criação da Unicamp: administração e relações de poder em uma perspectiva histórica**. Campinas, FE-Unicamp. 1989.
- MARINHO, M<sup>ª</sup> Gabriela - **O papel da Fundação Rockefeller na organização do ensino e da pesquisa na Faculdade de Medicina de São Paulo (1916-1931)**. Campinas, IG - Unicamp, 1993.

**OLIVEIRA, Regina T.C. de - Aspectos do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil pós-64: algumas implicações na educação.** Campinas, FE-Unicamp. 1991.

**SILVA, Joyce M.A.P. - O ciclo básico da Unicamp: projeto, realidade e perspectivas.** Campinas, FE-Unicamp. 1989.

## **ARQUIVOS CONSULTADOS**

- Arquivo “José Bento Faria Ferraz” na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto;
- Arquivo do “Centro de Documentação” (CEDOC) na Universidade de Brasília;
- Arquivo da Hemeroteca da Biblioteca da Universidade de Brasília;
- Arquivo “Zeferino Vaz” no Sistema de Arquivos (SIARQ) da Unicamp;
- Arquivo Morto da Secretaria Geral da USP;
- Arquivo Morto do Conselho Estadual de Educação.

## ANEXO I - METODOLOGIA

### 1.0 - ANÁLISE DOCUMENTAL E ENTREVISTAS

Para a realização desta pesquisa adotamos uma **metodologia qualitativa** de coleta de dados, à medida que as características de nosso trabalho não exigiam números ou testes sobre teorias, mas meios para descrever e compreender todo um processo de elaboração de um conceito/modelo de Universidade. Entendemos, então, a abordagem qualitativa como aquela que

*"...assentada em um modelo dialético de análise, procura identificar as múltiplas facetas de um objeto de pesquisa (...) contrapondo os dados obtidos aos parâmetros mais amplos da sociedade abrangente e analisando-os à luz dos fatores sociais, econômicos, psicológicos, pedagógicos etc...."<sup>1</sup>*

Como o problema de pesquisa envolvia retomar o trajeto de Zeferino Vaz por algumas instituições até chegar à Unicamp, consideramos a importância de buscar conhecer, a princípio, um pouco da história das mesmas. A **análise documental** foi tomada como fonte primária e método adequado para a coleta de dados pois, fonte estável de informações, podia trazer evidências e informações factuais sobre períodos anteriores a chegada e passagem de Zeferino por estas instituições.

Foram considerados documentos para análise todo e qualquer material escrito (oficial ou não-oficial) que pudesse ser utilizado como fonte de informação: artigos de jornais e revistas, leis e regulamentos, pareceres de processos, correspondência, discursos, programas de eventos etc. Tais documentos foram buscados em Ribeirão Preto - no "*Arquivo José Bento Faria Ferraz*" da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto -; em Brasília - no "*Centro de Documentação*" e na Hemeroteca da Universidade de Brasília -; em São Paulo - no *Arquivo da Secretaria Geral da USP* e no *Arquivo do Conselho Estadual de Educação* - e,

---

<sup>1</sup> Franco, Ma. Laura B. - "Estudo de caso no falso conflito que se estabelece entre análise quantitativa e análise qualitativa". in: **EDUC** (7), 1986.



principalmente, em Campinas, pois o arquivo pessoal de Zeferino Vaz (constando de 62 caixas com documentos oficiais e administrativos e de 26 caixas com documentos pessoais) foi doado pela família à Unicamp, permanecendo sob os cuidados do Sistema de Arquivos da Unicamp (SIARQ).

Mas para captar a dinâmica do processo evolutivo do trajeto de Zeferino pelas instituições utilizamos uma outra fonte de coleta de dados que tornou-se bastante importante: as entrevistas. Pretendíamos, através destas, obter o depoimento de pessoas que colaboraram com Zeferino Vaz na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, na Universidade de Brasília e na Unicamp; de pessoas que, de fato, vivenciaram por diferentes prismas a história que objetivávamos resgatar. Imaginávamos, a princípio, que as entrevistas apenas melhor ilustrariam e enriqueceriam a análise documental, além de serem uma chance para aprofundarmos temas que julgássemos relevantes para cada instituição. No decorrer do trabalho, porém, avançamos muito por meio destas confrontando os seus dados com os obtidos pela fonte escrita: cruzando e complementando informações, fazendo correções e esclarecimentos, obtendo novos dados, tomando conhecimento do processo que desencadeou a produção de um documento, etc. As entrevistas possibilitaram, enfim, transcender o caráter historiográfico da pesquisa à medida que suscitaram novas análises e abordagens do assunto.

O contato com os entrevistados foi sempre feito previamente pela pesquisadora. As entrevistas eram iniciadas após uma apresentação pessoal da pesquisa, dos motivos que levaram à realização da mesma, dos critérios utilizados para a escolha dos entrevistados etc. O objetivo era conseguir um relato de cada entrevistado sobre sua participação/atuação em uma determinada instituição, o seu contato/colaboração com Zeferino Vaz na mesma, além da sua percepção sobre esse período. Como procedimento metodológico realizamos entrevistas não-estruturadas com gravador adotando, assim, liberdade de percurso, pois pareceu-nos adequado que elas não seguissem um padrão rígido, deixando o depoente à vontade para contar à sua maneira sua própria experiência. Dessa forma o entrevistador era um ouvinte mas, nem por isso, deixava de conduzir o depoimento, pois obviamente foi elaborado um roteiro com os principais tópicos (ver 2.0) que se pretendia fossem arrolados. No caso destes não surgirem ou de serem superficialmente abordados, a pesquisadora fazia pequenas intervenções objetivas que estimulavam o fornecimento dos dados ou dos detalhes

importante era que, em seu depoimento, o entrevistado não deixasse de abordar os pontos que buscávamos analisar e que foram considerados como "eixos" do trabalho de pesquisa:

- i. projeto/ideário de Zeferino Vaz para a instituição: o que havia sido proposto para esta inicialmente, o que mudou e foi possível realizar após a chegada de Zeferino Vaz, além de influências, auxílio de pessoas e/ou instituições que ele recebeu;
- ii. política adotada para o desenvolvimento do projeto de Zeferino Vaz para a instituição e estratégias utilizadas para a sua execução;
- iii. características do seu sistema de administração - burocracia, distribuição de verbas, centralização de poder etc;
- iv. relacionamento com os elementos que compunham a instituição (professores, alunos e funcionários) e com outros externos a ela (imprensa, governo estadual e federal, militares, empresários etc.).
- v. posicionamento de Zeferino Vaz com relação à política, economia, cultura - a postura do homem com relação ao contexto social em que estava inserido.

\* Desse modo buscamos abarcar não só as características comuns de Zeferino Vaz frente a três diferentes instituições mas, também, ter abertura para explorar as especificidades de cada uma delas através do depoimento espontâneo dado por cada entrevistado.

Cabe citar que a maior dificuldade na realização das entrevistas coube ao fato de Zeferino Vaz ter sido um homem polêmico e bastante conhecido no cenário do ensino superior do país, formando um mito em seu redor que impedia a maioria das pessoas de fazer uma abordagem isenta de um tom laudatório ou, caindo no extremo oposto, carregada de preconceitos.

Outra dificuldade foi que, além do “mito”, estivemos a vasculhar um passado relativamente recente. Muitos entrevistados ainda atuam/mantém contato com as instituições em que conheceram e colaboraram com Zeferino; vários indivíduos que participaram da história que procuramos recuperar ainda estão vivos. Estes fatos certamente acrescentaram aos entrevistados um cuidado a mais quando estavam a emitir um parecer ou expor fatos

que a interessavam. O fato das entrevistas serem gravadas possibilitou a observação de gestos, expressões, atitudes, entonação, ritmo, pausas, enfim: traços da comunicação não-verbal que, somados às informações da fita gravada, foram utilizados como mais um recurso de análise das falas.

Com esses procedimentos acreditamos ter colhido dados mais úteis do que se, homogeneizando entrevistados e questões (como em um questionário), tivéssemos estabelecido um roteiro único de entrevistas.

As entrevistas tiveram duração média de 90 minutos. Invariavelmente, tendo sido desligado o gravador e finalizado o depoimento, os entrevistados continuavam a lembrar fatos e, não raras vezes, forneceram informações valiosas (provavelmente o gravador, apesar dos cuidados, não deixou de ser um fato de inibição para os informantes). Quase todos os entrevistados se dispuseram a continuar seus relatos esclarecendo dúvidas, a buscar informações em documentos pessoais, a indicar outros indivíduos que poderiam também dar um depoimento interessante.

## 2.0 - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Pareceu-nos impraticável e inadequado definir um roteiro único para as entrevistas devido à necessidade de considerarmos dois aspectos:

- *a diversidade de pessoas que iríamos entrevistar*, pois objetivava colher depoimentos de indivíduos que conviveram com Zeferino Vaz envolvendo os três segmentos que compõem a Universidade - professores, alunos e funcionários;
- *a peculiaridade do contexto social e político e da administração de Zeferino Vaz* em cada uma das instituições por que ele passou: FMRP, UnB e UNICAMP.

Diante disso, optamos por estabelecer um roteiro de tópicos que pretendíamos fossem arrolados. A ordem com que eles podiam surgir nas entrevistas não importava; o

fazendo com que, diversas vezes, o momento mais interessante da entrevista fosse com o gravador desligado: sem comprometer a imagem pública de Zeferino Vaz e sem comprometer a sua própria atuação dentro da instituição.

### 3.0 - DEFINIÇÃO DOS ENTREVISTADOS

A escolha dos indivíduos para entrevista foi feita tendo em vista dois critérios:

- i. representação de um segmento da instituição - professor, aluno ou funcionário;
- ii. proximidade e/ou colaboração na administração de Zeferino Vaz.

Buscamos encontrar para cada uma das três Instituições de Ensino Superior por que passou Zeferino Vaz indivíduos que, através de um contato profissional/pessoal que considerássemos significativo, pudessem auxiliar a caracterizar as suas principais idéias e procedimentos frente às mesmas.

Por sua atuação na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, entrevistamos:

- ex-funcionários:
  - Sr. José Bento Faria Ferraz (ex-Secretário da FMRP);
  - Dr. Paulo Gomes Romeo (ex-Diretor do Hospital das Clínicas da FMRP);
  
- ex-professores:
  - Prof. Dr. Rui Ferreira Santos (ex-Professor do Depto. de Cirurgia);
  - Prof. Dr. Francisco Gomes de Alcântara (ex-Professor do Depto. de Parasitologia);
  
- ex-alunos:
  - Prof. Dr. Geraldo Alves Correa Neto (1ª turma);
  - Prof. Dr. Akio Tanaka (1ª turma, ex-prof. Depto. de Cirurgia FMRP);

- Prof. Dr. Michel Pierre Lison (IV<sup>a</sup> turma, atual Vice-Diretor da FMRP)\*; <sup>2</sup>
- Prof. Dr. Gottfried Köberle (V<sup>a</sup> turma, prof. do Depto. de Ortopedia da Unicamp)\*;
- Prof. Dr. Guttemberg da Rocha (V<sup>a</sup> turma, prof. do Depto. de Patologia da FMRP);
- Prof. Dr. Fábio Leite Vichi (VII<sup>a</sup> turma, Presidente do Centro Acadêmico da FMRP em 1962).
- Prof. Dr. João Carlos Sajovic Forastieri (VIII<sup>a</sup> turma, Presidente do Centro Acadêmico da FMRP em 1961).

Por seu contato com Zeferino Vaz na Universidade de Brasília, entrevistamos:

- ex-funcionários:
  - Prof. Arilda G. Valio (ex-funcionária do Gabinete do Reitor);
  - Dr. Arnaldo Camargo (ex-Chefe de Gabinete do Reitor)
- ex-professores:
  - Prof. Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues (ex-Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação da UnB);
  - Prof. Dr. Djairo G. Figueiredo (ex-Coordenador do Depto. de Matemática da UnB);
  - Profa. Dra. Carolina M. Bori (ex-Coordenadora do Depto. de Psicologia da UnB);
- ex-alunos:
  - Prof. Dr. Antonio Carlos do Patrocínio (Depto. Matemática);
  - Prof. Dr. Mauro Bianchini (Depto. Matemática);
  - Prof. Dr. Luís M. de Oliveira (Depto. Psicologia);

---

<sup>2</sup> Estes ex-alunos são filhos de professores estrangeiros que participaram da fundação da FMRP, são respectivamente, filhos do Prof. Dr. Lucien Lison (Depto. Anatomia e Fisiologia) e do Prof. Dr. Fritz Köberle (Depto. Patologia).

- Prof. Dr. Tadeu Silva da Gama (Depto. Economia; Presidente da Federação dos Estudantes da UnB em 1964);
- Prof. Dr. José Valadão de Mattos (Depto. Física);
- Prof. Dr. Mauro Bulamarque (Depto. Ciências Médicas).

Quanto aos indivíduos que colaboraram com Zeferino Vaz na Unicamp, o rol de entrevistados foi definido com a preocupação de colher depoimentos de pessoas de todas as áreas que colaboraram na implantação da Universidade. Foram entrevistados:

- funcionários:
  - Sra. Maria de Lourdes Malta Pretti
  - Sra. Miriades Cristina Janotti (Secretária Geral);
  - Sr. Antonio Faggiani (Diretor Acadêmico);
  - Sra. Arlinda Rocha Camargo
  - Sr. Zuwair Warwar (ex-Chefe da Administração Geral);
  - Dr. Pêrsio Rebouças (ex-Procurador Geral).
  
- Professores
  - I) Área de Ciências Exatas
    - Prof. Dr. Marcello Damy dos Santos (IF);
    - Prof. Dr. César Lattes (IF);
    - Prof. Dr. Rogério Cerqueira Leite (IF);
    - Prof. Dr. Nelson de Jesus Parada (IF);
    - Prof. Dr. Rubem Murilo Marques (IMECC);
    - Prof. Dr. Luís Giuseppe Cillento (IQ).

## II) Área de Ciências Biológicas

- Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti (FCM);
- Prof. Dr. Bernardo Beiguelman (IB);
- Prof. Dr. Walter Hadler (IB);
- Prof. Dr. Plínio Alves de Moraes (FOP).

## III) Área de Ciências Humanas

- Prof. Dr. Manoel Berlinck (IA);
- Prof. Dr. Fausto Castilho (IFCH);
- Prof. Dra. Eda Coutinho Barbosa (FE);
- Prof. Dr. João Manoel Cardoso de Mello (IE);
- Prof. Dr. Ferdinando de Oliveira Figueiredo (IE).

- Alunos:

I. Ciências Exatas: Prof. Dr. João Frederico Meyer - I<sup>a</sup> turma IMECC.

II. Ciências Biológicas: Prof. Dr. Edwald Freitas - I<sup>a</sup> turma FCM.

Entrevistamos, ainda:

- Prof. Dr. Antônio Barros de Ulhôa Cintra - ex-reitor USP, colega de Zeferino Vaz no Conselho Universitário desta Universidade.
- Sra. Marly Vaz San Juan - filha de Zeferino Vaz.

LEI N.º 7.655, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1962.

Dispõe sobre a criação da Universidade de Campinas como entidade autárquica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica criada a Universidade de Campinas, na qualidade de entidade autárquica, com personalidade jurídica, patrimônio próprio, sede e fóro na cidade de Campinas.

§ 1.º — A Universidade de Campinas gozará de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, ficando sob o controle da Secretaria da Fazenda, no que diga respeito a tomada de contas e inspeção da contabilidade.

§ 2.º — A aplicação das verbas do orçamento da Universidade de Campinas será feita pelo seu Reitor, que prestará contas, anualmente, ao Tribunal de Contas do Estado.

Artigo 2.º — A Universidade de Campinas tem por finalidade:

- I — ministrar o ensino universitário e pós-graduado;
- II — promover a pesquisa pura e aplicada;
- III — formar e treinar técnicos de nível médio e superior.

Artigo 3.º — Constituem a Universidade de Campinas:

- I — Faculdades;
- II — Institutos de Ensino;
- III — Institutos de Pesquisa;
- IV — Escolas Técnicas;
- V — Reitoria.

Parágrafo único — A Universidade de Campinas poderá admitir Institutos Complementares, observando o disposto nesta lei.

Artigo 4.º — As Faculdades ministrarão o currículo completo ou a parte especializada, terminal, do currículo das profissões de nível universitário, bem como cursos de doutorado e pós-graduação, e dedicar-se-ão à pesquisa científica.

Artigo 5.º — Nos Institutos de Ensino agrupar-se-ão, de acórdio com suas afinidades, as Cadeiras básicas que sirvam a mais de uma Faculdade ou Escola Técnica.

Parágrafo único — Os Institutos de Ensino dedicar-se-ão, também, à pesquisa científica.

Artigo 6.º — Os Institutos de Pesquisa dedicar-se-ão à investigação científica, pura ou aplicada, e terão individualidade própria.

Parágrafo único — Nos Institutos de Pesquisa poderão ser ministrados cursos de especialização, extensão ou pós-graduação.

Artigo 7.º — As Escolas Técnicas dedicar-se-ão à formação e treinamento de técnicos de nível médio.

Artigo 8.º — O número, denominação, funções e estrutura das unidades de ensino e pesquisa serão estabelecidos por decreto do Executivo, mediante proposta do Reitor, referendada pelo Conselho Universitário.



Artigo 9.º — Serão considerados Institutos Complementares da Universidade de Campinas as Instituições que não lhe são filiadas administrativamente, mas que com ela mantêm colaboração de natureza científica, técnica, didática e cultural.

§ 1.º — A admissão como Instituto Complementar será feita mediante convênio entre a Instituição e a Universidade de Campinas, com aprovação do respectivo Conselho Universitário.

§ 2.º — A Universidade, nos termos dos respectivos convênios, participará da orientação das Instituições complementares.

§ 3.º — De cinco em cinco anos, a contar da celebração do respectivo convênio, o Conselho Universitário reverá a situação da Instituição complementar, excluindo-a se a mesma não tiver mantido em plano satisfatório a colaboração a que se refere este artigo.

Artigo 10 — A Reitoria será o órgão centralizador da administração da Universidade de Campinas.

Artigo 11 — A Universidade de Campinas tem como órgãos de sua administração superior o Reitor e o Conselho Universitário.

Artigo 12 — O Reitor, órgão executivo da Universidade de Campinas, será designado pelo Governador do Estado dentre lista de três nomes elaborada pelo Conselho Universitário.

§ 1.º — O mandato do Reitor será de 4 (quatro) anos.

§ 2.º — A lista tripartite referida neste artigo deverá ser apresentada ao Governador dentro de 30 (trinta) dias após a vacância da função.

Artigo 13 — São atribuições do Reitor:

- I — orientar e dirigir as atividades científicas, didáticas e administrativas da Universidade;
- II — representar a Universidade em Juízo e fora d'ele;
- III — designar os diretores das Faculdades, Institutos e Escolas;
- IV — convocar e presidir o Conselho Universitário;
- V — conferir diplomas e títulos universitários;
- VI — exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Universidade ou por Regimento Interno.

Artigo 14 — O Conselho Universitário, órgão deliberativo da Universidade de Campinas, será constituído:

- I — Pelo Reitor;
- II — por um professor catedrático de cada Faculdade e Instituto de Ensino;
- III — por um representante dos demais docentes e pesquisadores de cada Faculdade e Instituto de Ensino;
- IV — por dois representantes do corpo docente de cada Escola Técnica;
- V — por dois representantes dos pesquisadores de cada Instituto de Pesquisa;
- VI — por dois representantes dos alunos;
- VII — por um representante dos ex-alunos;
- VIII — por um representante dos Institutos Complementares.

Parágrafo único — Os membros do Conselho Universitário serão eleitos por seus pares em eleição direta e por votação secreta.

Artigo 15 — Compete ao Conselho Universitário:

- I — exercer a jurisdição superior da Universidade;
- II — traçar a política geral da Universidade e fiscalizar sua execução;
- III — fiscalizar a execução orçamentária e deliberar sobre a prestação de contas do Reitor, para ser encaminhada ao Tribunal de Contas;

IV — elaborar, para os fins do artigo 12, lista tripartite a ser encaminhada ao Governador do Estado, para designação do Reitor;

V — referendar os atos do Reitor, no que expressamente fôr determinado por esta lei.

Artigo 16 — O corpo docente da Universidade de Campinas, distribuído pelas Faculdades e Institutos de Ensino, será composto de:

I — professores catedráticos;

II — professores contratados;

III — auxiliares de ensino.

Parágrafo único — Nas Escolas Técnicas só haverá as categorias de docentes indicadas nos itens II e III d'este artigo.

Artigo 17 — Os professores catedráticos serão nomeados mediante concursos de títulos e provas, na forma dos Estatutos da Universidade e dos Regulamentos das Faculdades e Institutos de Ensino respectivos.

§ 1.º — O primeiro concurso para o provimento das Cadeiras será realizado no mínimo 5 (cinco) anos após o início de seu funcionamento.

§ 2.º — Ocorrendo vacância, após o primeiro provimento vitalício, deverá ser aberto novo concurso dentro do prazo de 1 (um) ano.

§ 3.º — Enquanto não se verificar a hipótese do parágrafo 1.º d'este artigo, as Cadeiras serão regidas por professores contratados pelo Reitor, "ad referendum" do Conselho Universitário, pelo prazo de 3 (três) anos, renovável.

§ 4.º — Nas hipóteses dos parágrafos 1.º e 2.º, poderá ser contratado pelo Reitor pelo prazo de 3 (três) anos, renovável por mais 2 (dois), professor estrangeiro de reconhecida competência, indicado pela Congregação da Faculdade ou Instituto, ouvido o Conselho Universitário, nos seguintes casos:

I — Quando, aberto o concurso, não se inscreverem candidatos;

II — Quando forem rejeitadas as inscrições ao concurso;

III — Quando nenhum candidato fôr provido na cédra em decorrência do concurso.

Artigo 18 — Fica criada a carreira de Pesquisador da Universidade de Campinas.

§ 1.º — A carreira de que trata este artigo será estruturada por decreto do Executivo.

§ 2.º — Os pesquisadores serão nomeados mediante concurso, que poderá ser de título, de provas, ou de ambos, na forma do que dispuser o decreto referido no parágrafo anterior.

§ 3.º — Será requerido para inscrição no concurso a apresentação do competente diploma universitário ou acervo de trabalhos publicados, julgado pelo Conselho Universitário de valor equivalente.

§ 4.º — Não compete aos pesquisadores o exercício regular de funções docentes.

Artigo 19 — Os auxiliares de ensino das Faculdades e Institutos de Ensino serão escolhidos pelos professores dentre os integrantes da carreira de Pesquisador, referida no artigo anterior, e exercerão seus cargos em comissão.

Parágrafo único — Durante os primeiros 5 (cinco) anos de funcionamento de cada Cadeira, os auxiliares de ensino poderão ser escolhidos fora da carreira de Pesquisador da Universidade, pelos respectivos professores, desde que satisfeitas as exigências legais e regulamentares.

Artigo 20 — Os professores das Escolas Técnicas serão contratados dentre especialistas de reconhecida competência.

Parágrafo único — Os auxiliares de ensino das Escolas Técnicas serão contratados por propostas dos respectivos professores.

Artigo 21 — As Faculdades e Institutos de Ensino serão dirigidos por um Director, designado pelo Reitor e escolhido dentre os professores catedráticos respectivos.

Artigo 22 — Os professores catedráticos de cada Faculdade e Instituto de Ensino constituir-se-ão em Congregação.

§ 1.º — As Congregações só poderão funcionar quando providos 2/3 (dois terços) dos cargos de professor catedrático.

§ 2.º — Enquanto não forem constituídas Congregações, suas funções serão desempenhadas pelo Conselho Universitário.

Artigo 23 — A criação e estruturação de órgãos administrativos da Universidade de Campinas, bem como a criação, transformação ou extinção de cargos do Quadro desta Universidade, serão feitas por decreto do Executivo, mediante proposta do Reitor, aprovada pelo Conselho Universitário.

§ 1.º — Os vencimentos dos membros do corpo docente das Faculdades e Institutos de Ensino serão sempre iguais aos do pessoal da mesma categoria da Universidade de São Paulo.

§ 2.º — O regime jurídico do pessoal técnico e administrativo da Universidade de Campinas será o da legislação trabalhista, e sua tabela de salários será fixada por decreto do Executivo, mediante proposta do Reitor, aprovada pelo Conselho Universitário.

§ 3.º — O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos integrantes da carreira Pesquisador a que se refere o artigo 18.

Artigo 24 — Constituem o patrimônio da Universidade de Campinas:

- I — os seus bens móveis e imóveis;
- II — os bens e direitos que forem adquiridos, ou que lhe forem doados ou legados;
- III — os saldos dos exercícios financeiros transferidos para a conta patrimonial.

Artigo 25 — Os recursos financeiros da Universidade de Campinas serão provenientes de:

- I — dotações que lhe forem atribuídas nos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios;
- II — subvenções e doações;
- III — rendas da aplicação de bens e valores patrimoniais;
- IV — retribuição de atividades remuneradas prestadas pelos órgãos que a integram;
- V — taxas e emolumentos;
- VI — rendas eventuais.

Artigo 26 — O primeiro Conselho Universitário será constituído quando forem preenchidos 2/3 (dois terços) dos lugares destinados a professores catedráticos.

Parágrafo único — Enquanto o primeiro Conselho Universitário não for formado, suas funções serão desempenhadas por um Conselho de Curadores e o Reitor será nomeado diretamente pelo Executivo.

Artigo 27 — O Conselho de Curadores será composto por:

- I — um representante do Governador do Estado;
- II — um representante da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social;
- III — um representante da Secretaria da Educação;
- IV — um representante da Universidade de São Paulo;
- V — dois representantes dos professores;
- VI — um representante da Prefeitura de Campinas;
- VII — um representante das Associações coligadas de Campinas;
- VIII — um representante dos Auxiliares de Ensino;
- IX — um representante dos alunos.

Parágrafo único — O Conselho de Curadores elaborará seu regimento interno.

Artigo 28 — A Universidade de Campinas iniciará suas atividades didáticas no ano de 1963, com os seguintes órgãos:

## I — Faculdades

- a) Faculdade de Ciências
- b) Faculdade de Medicina
- c) Faculdade de Odontologia
- d) Faculdade de Química Industrial

## II — Institutos de Ensino

- a) Instituto de Biologia
- b) Instituto de Morfologia
- c) Instituto de Química
- d) Instituto de Física
- e) Instituto de Matemática

Artigo 29 — Fica incorporada à Universidade de Campinas a Faculdade de Medicina criada pela Lei n.º 4.996, de 25 de novembro de 1958.

§ 1.º — A organização dos cursos, bem como a sua distribuição pelas Faculdades e pelos Institutos de Ensino da Universidade e o provimento das funções docentes e administrativas serão feitos nos termos desta lei.

§ 2.º — Terão início, em 1963, os cursos da Faculdade de Medicina mencionada neste artigo, os quais poderão ser ministrados, na forma desta lei, nos Institutos de Ensino.

Artigo 30 — Decorridos 5 (cinco) anos da instalação da Universidade, as disposições estatutárias estabelecidas nesta lei poderão ser modificadas por decreto do Executivo.

Parágrafo único — Enquanto a Universidade de Campinas não baixar seus próprios Estatutos, ser-lhe-ão aplicados, no que couber, para solução dos casos omissos, o Estatuto e as demais disposições legais referentes à Universidade de São Paulo.

Artigo 31 — Para atender às despesas decorrentes desta lei no corrente exercício fica o Poder Executivo autorizado a abrir, na Secretaria da Fazenda, à mesma Secretaria, um crédito especial do valor de Cr\$ 185.156.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil cruzeiros).

Parágrafo único — O valor do presente crédito será coberto com o produto de operações de crédito que a Secretaria da Fazenda fica autorizada a realizar, nos termos da legislação vigente.

Artigo 32 — O orçamento do Estado, para o exercício de 1963, consignará, à Universidade de Campinas, em verba própria, a dotação de Cr\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de cruzeiros).

Artigo 33 — Vetado.

Artigo 34 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 35 — Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as da Lei n.º 4.996, de 25 de novembro de 1958.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, aos 28 de dezembro de 1962.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO

Justino Maria Pinheiro

Luciano Vasconcelos de Carvalho

ANEXO III - ENTREVISTA COM O PROF. DR. JOÃO FREDERICO C. MEYER,  
REALIZADA EM JUNHO/94.

“Eu fazia o 3º colegial do Bento Quirino a noite, para poder fazer cursinho de manhã. E tinha, como qualquer moço bem intencionado e de boa família da época, de optar entre Medicina, Engenharia e Direito. Como fui convencido por uma professora do colegial a gostar de Matemática - que até então eu detestava amarguradamente - resolvi ir para o campo da engenharia.

No fim do ano eu tive o azar de pegar hepatite e o médico, só por muita insistência da família, resolveu me liberar para a 2ª fase do exame da USP, porque eu havia passado na 1ª. Mas eu estava de cama com hepatite (...). E não passei. Voltei a Campinas e o médico me proibiu de levantar da cama (...).

Um dia meu pai apareceu com um jornal dizendo que ia acontecer o primeiro vestibular da Universidade de Campinas. E como uma típica notícia de jornal - você sabe muito bem como é uma notícia de jornal - havia a notícia, baseada na legislação, de como seria a Unicamp e uma entrevista com Zeferino Vaz. Evidentemente, de acordo com ele, isso aqui (a Unicamp) seria a melhor Universidade da América Latina e, se não tomassem cuidado - nós estávamos chegando na década de 70, a caminho do milagre, em que o Brasil era o melhor do mundo - com certeza seria a melhor Universidade do mundo.

Meu pai chegou entusiasmadíssimo com aquilo. Neste edital havia as disciplinas do exame vestibular, e então eu imediatamente comecei a estudar (...). Quando chegou o exame eu já estava curado da hepatite e entrei; eu e mais um bando de gente que entrou para fazer engenharia. Havia muitas pessoas de Campinas; nós nos conhecíamos através do cursinho. O cursinho também se encarregou de fazer a divulgação, embora eu não o tenha frequentado muito devido à hepatite. Várias pessoas que não passaram nos vestibulares de escolas públicas foram avisadas pelos cursinhos da existência do vestibular da Universidade de Campinas. Evidentemente, para eles interessava que a gente entrasse para fazer propaganda (...). Muitos dos colegas que não haviam entrado no ITA, em São Carlos e na USP foram estimulados a fazer exame. Junto a estes havia também pessoas do interior,

mas que haviam feito cursinho na capital ou em cidades aqui perto e através dele souberam da divulgação.

O vestibular foi organizado pelo CESCEM. (...) A Medicina funcionava no prédio da Maternidade, no andar de baixo que não estava completo ainda, não tinha cimento, era uma tragédia. Eu me lembro de sair do Culto à Ciência com o caderno do CESCEM, discutindo as questões. O CESCEM fazia os vestibulares da Medicina, mas chamá-lo para organizar o nosso fazia sentido, pois o Zeferino, sendo da Saúde Pública, obviamente teria contato com o pessoal que organizava o exame da Medicina muito mais do que com o pessoal ligado à POLI, que organizava o MAPOFEI - era o Mauá, Poli e FEI - e que era menos ligado à concepção de Universidade de Zeferino Vaz. (...)

O mais interessante para nós foi o choque que levamos aqui no primeiro dia de aula (...) foi descobrir que havíamos entrado para um curso básico, e que iríamos optar por Engenharia, ou por Estatística, ou por Computação, ou por Química, ou Física, Matemática, ou alguma outra Engenharia ao final do 2º ano. (...) Mas ao mesmo tempo em que foi um choque, foi um privilégio, porque a idéia do Zeferino Vaz não era fazer uma Universidade que desse aulas, mas uma que constituísse um grupo de pesquisa. Quem veio dar aula para nós? Poderiam ser pessoas recém-saídas da Universidade, jovens e brilhantes professores que queriam dar aulas, mas não foi isso - quer dizer, houve jovens assim. Mas principalmente nestas disciplinas básicas - Química, Física, Cálculo -, nós tivemos pesquisadores de renome. Eu tive aula com o Prof. Giuseppe Cillento, da Química (...). A química que ele ensinava era totalmente diferente daquela que eu aprendi no colegial em Campinas. Era uma coisa viva, na qual se fazia pesquisa, na qual se contava histórias de pessoas que acertavam, erravam. Eu tinha que usar régua de cálculo para fazer contas ... (...).

As aulas eram no prédio do que antigamente se chamava de Bento Quirino, perto do mercadão, naquela rua Culto à Ciência, hoje perto daquele complexo de viadutos onde funcionavam (...) os circos que vinham na cidade e onde era o entreposto, ou seja, o CEASA. (...) Imagine uma Universidade colocada no centro da cidade, onde há o entreposto, onde há o mercado, a prostituição, onde estão os travestis, os pequenos ladrões e, de vez em quando, um circo. Era uma Universidade enfiada no centro da sociedade de Campinas. Não preciso dizer que quando a gente distribuía panfletos ali perto, no terminal, e a polícia corria

mas que haviam feito cursinho na capital ou em cidades aqui perto e através dele souberam da divulgação.

O vestibular foi organizado pelo CESCEM. (...) A Medicina funcionava no prédio da Maternidade, no andar de baixo que não estava completo ainda, não tinha cimento, era uma tragédia. Eu me lembro de sair do Culto à Ciência com o caderno do CESCEM, discutindo as questões. O CESCEM fazia os vestibulares da Medicina, mas chamá-lo para organizar o nosso fazia sentido, pois o Zeferino, sendo da Saúde Pública, obviamente teria contato com o pessoal que organizava o exame da Medicina muito mais do que com o pessoal ligado à POLI, que organizava o MAPOFEI - era o Mauá, Poli e FEI - e que era menos ligado à concepção de Universidade de Zeferino Vaz. (...)

O mais interessante para nós foi o choque que levamos aqui no primeiro dia de aula (...) foi descobrir que havíamos entrado para um curso básico, e que iríamos optar por Engenharia, ou por Estatística, ou por Computação, ou por Química, ou Física, Matemática, ou alguma outra Engenharia ao final do 2º ano. (...) Mas ao mesmo tempo em que foi um choque, foi um privilégio, porque a idéia do Zeferino Vaz não era fazer uma Universidade que desse aulas, mas uma que constituísse um grupo de pesquisa. Quem veio dar aula para nós? Poderiam ser pessoas recém-saídas da Universidade, jovens e brilhantes professores que queriam dar aulas, mas não foi isso - quer dizer, houve jovens assim. Mas principalmente nestas disciplinas básicas - Química, Física, Cálculo -, nós tivemos pesquisadores de renome. Eu tive aula com o Prof. Giuseppe Cillento, da Química (...). A química que ele ensinava era totalmente diferente daquela que eu aprendi no colegial em Campinas. Era uma coisa viva, na qual se fazia pesquisa, na qual se contava histórias de pessoas que acertavam, erravam. Eu tinha que usar régua de cálculo para fazer contas ... (...).

As aulas eram no prédio do que antigamente se chamava de Bento Quirino, perto do mercadão, naquela rua Culto à Ciência, hoje perto daquele complexo de viadutos onde funcionavam (...) os circos que vinham na cidade e onde era o entreposto, ou seja, o CEASA. (...) Imagine uma Universidade colocada no centro da cidade, onde há o entreposto, onde há o mercado, a prostituição, onde estão os travestis, os pequenos ladrões e, de vez em quando, um circo. Era uma Universidade enfiada no centro da sociedade de Campinas. Não preciso dizer que quando a gente distribuía panfletos ali perto, no terminal, e a polícia corria

atrás da gente, nós fugíamos para dentro da Universidade, pois ela era ali. Foi neste tempo em que as Universidades foram tiradas do centro, como a Unicamp, e colocadas no meio do mato. A mesma coisa aconteceu com muitas outras numa atitude de, obviamente, tirar os estudantes do centro vital da cidade.

Eu tive quatro disciplinas de Química, duas de Sociologia, duas de Biologia, quatro semestres de Cálculo, de Geometria Analítica, várias Físicas e Matemáticas. Era um espaço pequeno, porém muito integrado. Nós tínhamos aula no andar de cima; a administração da Universidade era no 1º andar e os laboratórios de pesquisa e ensino eram no porão. (...) A turma assistia aula toda junta. Havia uma divisózinha para aulas de laboratório, mas assistíamos aula juntos, numa sala grande com um estrado alto para todo mundo ver. Todas as aulas eram na mesma sala (...).

O movimento estudantil era efervescente em 1967, e nós participávamos ativamente fazendo greve pela greve, muito mais do que pelo assunto em questão: para tirar a Faculdade que era de “engenharia” do vestibular do CESCEM. Houve uma ocupação do prédio (...). Acredito hoje, em retrospecto, que não era um motivo apaixonante de greve, nem alguma coisa que merecesse atenção. Na época, pelo menos, foi. E foi uma decisão tomada em Assembléia, com a presença de todos os 120 alunos - que se conheciam por nome, sobrenome, apelido e, evidentemente, por aptidões, pois nós disputávamos a Olimpíada PUCC-Unicamp como Unicamp. A Medicina participava separado e nós (aqueles 120) éramos a Unicamp (...).

Quando houve assembléia para votar a greve, havia dois homens de paletó e gravata, terno escuro e um livro debaixo do braço ... fazendo-se passar por alunos. Duas pessoas que nós nunca tínhamos visto. É óbvio que eram pessoas da segurança e que sem a menor propriedade se colocaram lá sem disfarce (...).

Nesta ocasião eu não me lembro de nenhum instante em que o Zeferino tivesse tomado alguma atitude que nos inspirasse cuidado ou medo. Em nenhum instante. Mas no ano seguinte, em março, eu lembro que houve uma tentativa de trote: aí eu vi o Zeferino pular miúdo, e nós tivemos medo. Tanto que houve reação pesada - suspensão, punição de alunos por causa disso. E durante essa greve não houve.

ciência, independente da filosofia, da postura política, da gente concordar ou não, o olho do sujeito brilhava. Ele falava daquelas coisas que ele gostava de fazer! Eu fui aluno de cálculo do Rubem Murillo Marques, que foi o 1º diretor do IMECC. O que me aconteceu como aluno do Murillo? O cálculo abriu para mim! Ele era um estatístico que dava aula de cálculo e que tinha uma visão da teoria e da aplicação. Resultado: aquilo para mim era apaixonante. Eu já tinha um pé na Matemática por causa daquela professora do colégio, e não quis mais saber de fazer Engenharia (...). O contato que nós tínhamos com o professor, mesmo que ele viesse de São Paulo apenas para dar aula e depois fosse embora, esse contato com uma turma só, um prédio só, um banheiro só, uma escadaria só, tornava a pessoa tão próxima que muitos de nós fomos “desencaminhados” do nosso propósito original (...). Isso foi marcante para nós (...).

A reação das pessoas da cidade era muito positiva quando eu falava que tinha entrado na Unicamp. Naquela época a Unicamp ainda era UEC, mas não se dizia UEC, embora viesse escrito nos carimbos e em todos os papéis, no patrimônio da Universidade. Diziam Universidade de Campinas; com o passar do tempo passou a ser Unicamp (...).

Para nós era natural que houvesse proximidade com os professores e foi natural que, em 68, o Zeferino interviesse a favor da paritária. Também parecia natural que, quando todo mundo foi preso em Ibiúna, o Zeferino tivesse sido uma das únicas pessoas a entrar e levar cigarro, chocolate, a visitar os três líderes daqui que foram presos... Esperava-se isso dele. Quando algum tempo mais tarde apareceu uma veraneio do DOPS rodando dentro do campus, em 69 ou 70, todo mundo avisou a reitoria. Na mesma hora Zeferino ligou para o Paulo Egídio e disse que um dos dois, em 20 minutos, sairia: ele da reitoria ou a perua do campus. E, você sabe, o Zeferino não saiu. Estou reproduzindo a lenda como eu ouvi, mas isso era voz corrente na época entre professores e alunos, não alguma coisa que alguém achava e comentou. Ele não era, portanto, identificado como uma figura repressora; não deixava de ser ligado aos militares, mas era uma pessoa de comportamento independente, muito independente.

Em nenhum momento nós tememos que a repressão existente em outras faculdades iria acontecer aqui. Mas isso não era só pelo Zeferino, era a cidade de Campinas, também. Naquele tempo havia um guarda que todos conheciam, que ficava no centro - um PM mais alto que todo mundo, um cara com uns dois metros de altura. Eu cuidava, no centro

acadêmico, da parte de segurança das passeatas. Em uma manifestação estávamos nós e a PUCC juntos e eu me lembro - eu vi acontecer - que alguém deu uma ordem a esse PM para que ele entrasse lá para rachar. O PM disse: “Doutor, eu não. O futuro governador tá aí!”. Havia a escola de Direito com a gente. A reação dele era que aqueles que estavam ali eram a elite, aqueles eram os futuros doutores. E quem era ele para descer borracha nos futuros doutores? Esta era a sensação que eu tinha de Campinas (...). A cidade, de certa forma, protegia os estudantes. Muitos alunos da PUCC eram de Campinas, e havia também muita gente da região.

Apesar deste movimento político e da ordem para reprimir, havia uma certa complacência, também. Muitas pessoas que tinham passado pelo Estado Militar, algumas que poderiam ser chamadas de úteis e não muito inocentes, vieram trabalhar na Unicamp. Pessoas que perderam emprego em Brasília quando houve invasão, assassinato (...). E Zeferino sabia quem ele estava contratando. Ele sabia e contratou assim mesmo (...).

Como a turma era relativamente pequena, não havia uma disputa entre correntes políticas. As decisões eram tomadas em assembleias, que eram dirigidas pelas lideranças. Eu mesmo nunca pertenci a nenhuma corrente política e estava na diretoria. Se esta briga de correntes fosse muito forte, um cargo como o meu, que era de vice-presidente, não ficava na mão de alguém apartidário, independente. As pessoas pertenciam a grupos diferentes, mas nós tínhamos relações com a UEE de São Paulo, e muitas ações nós fizemos conjuntas. Faziam passeata em São Paulo contra a repressão, violência, ditadura; nós fazíamos aqui também. E o engraçado é que, às vezes, nós víamos serem embarcadas armas daqui para a repressão em São Paulo, saindo para a repressão lá (...). E Campinas foi entreposto de Ibiúna. Mas nós sabíamos muito bem o que estávamos fazendo (...).

Nós tínhamos muito medo dos militares, mas não me lembro nunca de haver sido advertido, alertado, sofrido alguma interferência oficial ou oficiosa, ou comentários de passagem sobre como este meu envolvimento poderia prejudicar minha carreira. Pelo contrário: eu fui vice-presidente e, com a prisão dos colegas em Ibiúna, assumi a presidência e fui uma das pessoas que conduziu e organizou a paritória junto aos professores (...).

Muitos de nós, com o passar do tempo, viemos a combater a idéia do curso básico para que não tivéssemos aulas desnecessárias. Eu, que mais tarde iria optar por



Matemática, passei a achar que Biologia não era importante; o Pecini, que optou por Química, achava que o último semestre de Matemática não contribuiu em nada, e outras disciplinas que ele poderia ter tido, ele não teve enquanto estava fazendo outras coisas. Não se esqueça que este curso tomava o dia inteiro. As minhas aulas de Biologia, Sociologia eram todas a tarde; as aulas de Química também eram a tarde; de manhã eram de Matemática e Física. Eu tinha o período integral de aulas, o que também era inovador. A PUCC tinha o curso matutino e eventualmente poderia ter aula a tarde (...). Mas a idéia do curso básico, embora muitos de nós aceitássemos teoricamente, na prática era muito difícil.

Havia uma série de coisas na Unicamp que não havia em termos de Universidade no Brasil: o sistema de créditos, o fim da cátedra, não só o ciclo básico ... coisas inovadoras. E o resultado disso foi instantâneo (...). A idéia de que nós participávamos de alguma coisa inovadora veio com a paritária, pois alguns dos documentos que nós tínhamos para discutir com alunos e professores sobre como deveria ser uma Universidade paritária, já eram nossas desde a fundação; eram coisas que nós achávamos perfeitamente natural. Só o contraste do nosso diretor ter convocado os docentes para participar, já foi uma mudança da água para o vinho para qualquer outra Universidade brasileira. Foi absurdo: enquanto havia gente brigando, quebrando o pau para fazer a paritária, nós aqui tínhamos o apoio oficial para isso (...). E havia diversas coisas que nós tínhamos pelas quais as outras Universidades lutariam desesperadamente. Quando Zeferino contratou ele chamou pessoas com personalidade em pesquisa, que ele escolheu a dedo, foi atrás e trouxe. Nós tínhamos contato com cientistas brasileiros, não com professores. A idéia da Universidade de vanguarda foi colocada em nós não pela propaganda, mas pelo exercício (...).

A vinda do grupo de Física foi marcante pelos debates, pelas conferências, pela importância que tinha o Marcelo Damy, o Sérgio Porto ... por encontros internacionais daqueles cientistas que a gente via nas revistas e que estavam aqui. Havia um ar acadêmico muito forte (...).

Nós nunca tivemos os prédios, a imponência, a beleza que a USP tem, mas muito rapidamente passamos a ter os equipamentos que ela tinha. Quando foi instalado um 1130 lá na Maria Antônia, o nosso já estava lá no porão do Bento Quirino. Essa comparação eu faço. Ela rapidamente investiu em gente e equipamento (...) e os cientistas de renome

A biblioteca estava começando, não havia, quase, livros. Mas havia um esquema, que um dos alunos montou, para comprar livro em São Paulo. E também não tinha xérox, então cada aluno comprava um livro e a gente emprestava (...). Nós usávamos muitos livros russos, que eram muito baratos - apesar de serem comunistas e, portanto, de uma péssima influência sobre a mocidade, os livros eram muito bons (...). Mas a biblioteca não era uma coisa à qual pudéssemos recorrer para estudar.

Laboratório tinha, e computador também (...). O 1130 era o computador mais moderno que havia em termos de Universidade no Brasil. E nós tínhamos e usávamos. A chave estava lá; todos usavam o computador. E era uma “enorme coisa” ter um 1130 (...). Nós não tínhamos prédio; os nossos laboratórios eram no porão - havia uns colegas altos que, para passar na porta do laboratório, tinham que se abaixar -, mas as condições para se trabalhar no laboratório havia. Nós também utilizávamos os da Medicina, na Maternidade (...). Mas nos que eram da gente, o elementar, o básico, havia. Zeferino se orgulhava disso e ele realmente tinha razão. Olha, o fato de existir um computador na escola quando ela começou, já em 67, e de já em 67 ter um dos grandes nomes na parte de Computação dando aula de cálculo numérico para nós (...) mostra a preocupação que ele tinha com o potencial da Universidade. No prédio, às vezes, chovia dentro da sala, chovia em cima de nós. Isso era o Zeferino escrito: chover um pouco em cima dos alunos não vai fazer mal para ninguém, no máximo podem pegar um resfriado. Mas o computador, material para laboratório eles têm. E isso é verdade. Não estou dizendo que o Zeferino não ligava se chovia em cima da gente, não é isso; mas se ele tivesse dinheiro para comprar material para o laboratório ou para mandar consertar o telhado, ele comprava para o laboratório. E ia chorar na Prefeitura para arrumar uma telha ou qualquer coisa assim. Choramigar... isso é negócio dele, né? Ele ia, dava umas pancadas com a piteira em cima da mesa, e conseguia tudo.

Quando terminou o 2º ano e nós podíamos escolher os cursos que iríamos fazer, algumas das pessoas que se destacavam, por exemplo, em Matemática e Física, optaram por fazer Engenharia. Uma outra pessoa, que tinha um dos maiores coeficientes de rendimento da turma, foi fazer Química; um outro sujeito foi fazer Estatística. Por quê? Por que é que nós, que entramos para fazer Engenharia - todos - começamos a debandar? Porque nós tínhamos contato com professores das ciências básicas que, quando falavam daquela

internacional estavam trabalhando aqui, num campus rústico, muito rústico, em que tudo era longe (...).